

Março de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DW CEDOC

DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migracao](#)
12. [ExploraçãoMineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Angola avança na erradicação da pobreza	1
1.2 Emponderamento económico	1
1.3 Pobreza nos municípios está a descer	2
2. MICROFINANÇAS	4
2.1 Anúncio público	4
2.2 ADRA considera que deve haver melhorias no programa de apoio aos camponeses	4
2.3 Mulheres processadoras beneficiam de mais de 100 milhões em micro-crédito	6
2.4 ‘Vamos estender o BIR próximo das chamadas manchas agrícola’	7
2.5 “A introdução do agente económico no crédito agrícola foi uma má experiência”	10
3. MERCADO INFORMAL	12
3.1 Venda ambulante nas ruas em vez dos mercados	12
3.2 'A culpa é da pobreza'	13
3.3 Chineses lideram o contrabando de marfim em Angola	14
3.4 Infância “mutilada”	14
3.5 Kilamba Kiaxi	15
3.6 Fiscais espancam barbaramente Zungueiras	16
3.7 Município com novos equipamentos sociais	16
3.8 Administração aperta o cerco aos ambulantes	17
3.9 Jardim vira praça	17
3.10 Um olhar sobre a famosa praia dos pescadores	17
3.11 Zungueiras grávidas e batalhadoras	18
4. OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARENCIA	20
4.1 Verba do combate à pobreza sem alteração	20
4.2 OGE revisto vai à aprovação final	20
4.3 Executivo corta cerca de 60% nos subsídios públicos	21
4.4 OGE Revisto	21
4.5 OGE 2015 Revisto tem “almofada” de 600 mil milhões Kz	22
4.6 Comissões aprovam relatório conjunto	23
4.7 OGE 2015 aprovado com 88 recomendações ao Governo	24
4.8 Delinquência na execução do OGE de 2013 e o sanatório do saque	25
4.9 “ Os instrumentos de política monetária e orçamental terão de ser ajustados”	26
4.10 Luanda Perde peso no PIP pelo terceiro ano consecutivo	28
4.11 OGE-2015. Definidas prioridades para sectores estratégicos	29
5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	31
5.1 Autarquias locais tornaram cidades mais sustentáveis	31
5.2 Kilamba-Kiaxi a município	33
5.3 As diferenças	34
5.4 É urgente definir critérios e perfis das autoridades tradicionais	34
5.5 Mais de oito mil milhões de kwanzas em subsídios	35

5.6	Mudanças no sector exigem maior equilíbrio	36
5.7	O poder antigo ficou Limitado às chefias das Linhagens	37
5.8	Papel das autoridades tradicionais	37
5.9	Sobas militantes	38
5.10	A Quem pedir Contas?	39
5.11	Eis a Grande Questão	40
5.12	Bem-Vindo Ad Cancro Luanda	40
5.13	Residentes do Kilamba querem Demissão do administrador	41
5.14	Luanda continua sem Governo	42
5.15	As autarquias locais e o Poder Tradicional	42
5.16	Autarquias locais tornaram cidades mais sustentáveis	43
5.17	UNITA reprovava estatuto de utilidade pública atribuído à AMANGOLA	46
5.18	Dívida suspeita e irrita Sobas	47

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 49

6.1	Plano Director domina reunião do Conselho de Coordenação de Luanda	49
6.2	Gestão do território atrai investidores	49
6.3	Ordenamento territorial	50
6.4	Casas construídas na sede da comuna	51
6.5	“Política habitacional do Executivo privilegia cidadãos”	52
6.6	Quadros da região estão bem alojados	53
6.7	Novas centralidades trazem benefícios	54
6.8	Ocupantes ilegais de casas desalojados	54
6.9	Governo trava construção de casas em zonas de risco	55
6.10	Governo trava construção de casas em zonas de risco	55
6.11	“Aldeamento kikuia” reduz défice no sector	56
6.12	Casas sociais desabitadas, passam a ter novos donos	57
6.13	O governo já não dará casas	57
6.14	Novos bairros Urbanizados são bons lugares para viver	58
6.15	Cubatas em zonas de risco na capital	58
6.16	Megatendências globais criarão oportunidades de Crescimentos no sector Imobiliário em África	58
6.17	«O Governo não vai construir mas sim dar o apoio em meios»	60

7. TERRA 62

7.1	MPLA diz que as maiores demolições foram feitas pela UNITA durante a Guerra	62
7.2	Comandante Gika no centro da mudança urbanista	62
7.3	Desalojados de Kitondo com destino incerto	64
7.4	Deputados debatem, mas não encontram soluções	65
7.5	Governo de Angola cria empresa pública para gerir terrenos infra-estruturados	67
7.6	Garimpeiros invadem reservas do Kilamba	67
7.7	Novo cadastro preocupa moradores	69
7.8	Vamos combater para as ocupações anárquicas	70
7.9	Invasão e venda ilegal de terrenos em proporções alarmantes	71
7.10	Governador ameaça demolir	73
7.11	Administrador de Cacuaco Acusado de Usar Poder De Estado Para Infernizar Famílias	73
7.12	General acusado de usar militares para confiscar terreno em Luanda	74
7.13	Terrenos restituídos a famílias de Catete	75
7.14	Comunidade San ganha título de terra	75
7.15	Ordenamento territorial	76
7.16	«O Governo não vai construir mas sim dar o apoio em meios»	77
7.17	General usa militares para confiscar terreno em Luanda	78

8. SERVIÇOS BÁSICOS 79

8.1	Governo intensifica acções	79
8.2	EPAL	79
8.3	Opaia investe no Bengo	79
8.4	Recursos hídricos fortalecem actividade económica	80
8.5	Governo amplia ligações domiciliárias	81
8.6	População alertada a evitar o garimpo de água potável	81
8.7	Desvio de água vai ser crime	82
8.8	Abastecimento de água potável está assegurado	82
8.9	Conferência sobre a água	83
8.10	Governo cria projectos para o Milénio	84
8.11	Milhares de habitantes Vão beneficiarem de água	84
8.12	Melhorado o abastecimento de água	85
8.13	A Sustentabilidade da Água	85
8.14	Mais água potável em bairros do Lubango	88
8.15	Moradores do distrito da Samba em desespero	89
8.16	População Rural Servida Em Angola	90
8.17	Projectos são financiados	90
8.18	8.34 Resíduos impedem passagem de água	90
8.19	Elisal	91
8.20	A relação de consumo vai melhorar quando existir um tribunal específico para consumidores	91
8.21	Luanda precisa de brigadas para manutenção das valas	92
8.22	Regulador da energia é o guardião dos direitos do consumidor	93
8.23	Aterro sanitária recebe mais lixo do que previsto (Mulenvos)	94
8.24	Recolha de Lixo deficiente deixa descontente Moradores da rua dos Kwanzas	95
8.25	GPL	95
8.26	Saneamento básico e delinquência entre os problemas mais preocupantes	96
8.27	Distrito em alerta para o combate a doenças graves	97
8.28	Fortalecida luta às doenças negligenciadas	98
8.29	Cada habitante produz meio quilo de resíduos sólidos	99
8.30	Empresas desarticuladas e desemprego à vista	99
8.31	Novo modelo de pagamento afugenta operadoras	101
8.32	Rua da Mama Tita esta esburacada e lamacenta	103
8.33	Rua da Mama Tita esta esburacada e lamacenta Graciano “afogado” por são Pedro	104
8.34	Há operadoras que Ludibriam	105
8.35	Luanda está transformada numa «gigantesca lixeira»	106

9. GENERO E VIOLENCIA

108

9.1	Empoderamento económico	108
9.2	Violencia contra a mulher	108
9.3	Luanda lidera casos de violência doméstica	109
9.4	Mulheres cristãs lutam pelos seus direitos	110
9.5	O líder que poderia ter sido rei	110
9.6	Reminiscências da guerra civil indicam necessidade de catarse	112
9.7	Amnistia Internacional acusa Policia Nacional de homicídios	113
9.8	Violência contra a mulher	113
9.9	Polícia aposta na acção pedagógica	114
9.10	Desmantelado grupo de marginais	115
9.11	Polícia Limpeza Bairros De Luanda	115
9.12	Para combater o crime	117
9.13	Polícia Nacional prende marginais	118
9.14	Criminalidade em alta	119
9.15	Polícia regista 80 crimes de natureza diversa	119
9.16	Detidos imigrantes ilegais congolezes	119

10.1	Chuvas provocam caos em Luanda	120
10.2	Falta de chuvas compromete as colheitas	120
10.3	Famílias desalojadas pelas chuvas	121
10.4	Ó chuva por favor, não nos castigues mais	121
10.5	A chuva miúda que se agigantou	122
10.6	Chuva coloca em estado de sítio moradores do Km9-A em Viana	123
10.7	Chuva mata no lobito	124
10.8	Chuva tira sono às autoridades	125
10.9	Chuvas semeiam' destruição e dor no Lobito	126
10.10	Enxurrada vitima três pessoas em Luanda	127
10.11	GPL e SPCB saem em socorro	128
10.12	PR orienta "medidas consentâneas"	128
10.13	Chuvas em Luanda impedem travessia	129
10.14	Chuva inunda lobito de aflição	129
10.15	Chuvas causam quase 70 mortos	132
10.16	Chuvas da desgraça	132
10.17	Lições a extrair da tragédia do Lobito	133
10.18	Lições a extrair da tragédia do Lobito	135
10.19	Luanda continua na mesma	136
10.20	Vítimas das enxurradas foram a enterrar no Lobito	137
10.21	Distrito em alerta para o combate as doenças graves	138
10.22	Executivo trabalha para realojar as vítimas	140
10.23	Reunião técnica sobre calamidades em Mbanza Congo	141
10.24	Uma lição dramática no Lobito	141
10.25	Arvores no Bié são dizimadas	142
10.26	Evitar ou proibir	142
10.27	Administração trava a exploração ilegal	142
10.28	Governador Denuncia “falência administrativa”	143
10.29	Tragédia do Lobito une angolanos de todo o país	144
10.30	Repovoamento florestal sem programa	146
10.31	Danos da chuva foram avaliados	146
10.32	Governo entrega bens às vítimas do Lobito	147
10.33	Governo trava construção de casas em zonas de risco	147
10.34	A chuva é obra da natureza, mas os impactos humanos e económicos não	148
10.35	Entrevista	149
10.36	Isaac dos Anjos culpa administração do Lobito pela tragédia	150
10.37	Isaac e Amaro divergem	150
10.38	O dilúvio no Lobito	151
10.39	Sambizanga “castigado” por São Pedro	152
10.40	Senhor governador, vêm aí as chuvas	153
10.41	Lobito uma tragédia há muito anunciada	153
10.42	Morros da Boa Vista, Luz e Samba só esperam desabamento	155
10.43	O dia que lobito parou	155
10.44	Os cacos da tragédia do Lobito	157
10.45	Populares no zango IV	159
10.46	Vidas esquecidas no ermo	160
10.47	Projeções meteorológicas são credíveis	160
10.48	Angola têm radares meteorológicos	161
10.49	Famílias vítimas das chuvas recebem casas nas Mabubas	161
10.110	A noite em que a água Chegou	162
10.50	A propósito da tragédia do Lobito	163
10.51	Administração tem mais meios	164
10.52	Benguela entre lágrimas e água	165
10.53	Dique do rio Lengue cedeu a água arrasou tudo	166
10.54	Lobito sem sossego	168

10.55	Os “Lobitos” de Luanda	169
10.56	Saga mortal continua em Benguela	171
10.57	À espera da próxima desgraça?	172
10.58	Beneficiários por indicação	173
10.59	Chuva intensa para os próximos dias	173
10.60	Entre a demora e a garantia de assistência humanitária	174
10.61	Graciano “afogado” por São Pedro	175
10.62	«Mais de metade dos desabrigados ainda está fora do acampamento»	176
10.63	«O Governo não vai construir mas sim dar o apoio em meios»	178
10.64	Tragédia “centrar” choca Benguela	179
10.65	Moradores do distrito da Samba em desespero	181
10.66	Sector do Ambiente exige maior rigor	181
10.67	Administração tem mais meios	182
10.68	Cubatas em zonas de risco na capital	182
10.129	Ó chuva por favor, não nos castigues mais Jornal Agora	182
10.130	Arvores no Bié são dizimadas Jornal de Angola 16 de Março 2015	183
10.130	Evitar ou proibir	183

11. MIGRAÇÃO

185

11.1	Entrada “ilegal” de chineses facilitada por Hélder Bataglia	185
11.2	Imigração ilegal ameaça estabilidade	185
11.3	Mais de 800 estrangeiros expulsos por estadia ilegal	186
11.4	Estrangeiros foram detidos no Cunene	187
11.5	Termina 'missão impossível' de emigrantes angolanos	187
11.6	Estrangeiros em situação ilegal foram detidos	188
11.7	Famílias instaladas nas zonas de origem	188
11.8	Imigrantes detidos	188
11.9	Repatriados cerca de 24 mil imigrantes ilegais em Cabinda	188
11.10	Alerta contra Imigração nas Fronteiras	189
11.11	Fiscalização migratória	192
11.12	China e Angola analisaram cooperação	193
11.13	DG de Catoca em situação migratória ilegal	193
11.14	Foi para Portugal e retornou a Angola	194
11.15	Há portugueses que retornaram a Angola e vêem chegar os outros	196
11.16	Detidos imigrantes ilegais congolezes	197

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

199

12.1	Catoca anuncia nova era de produção de diamantes	199
12.2	Rotatividade confere direcção a Sergey Nitiukhin	199
12.3	Reforçada a produção de inertes na província do Uíge	200
12.4	Salvar empregos é a prioridade da Sociedade Mineira do Cuango	202
12.5	Mudanças no sector exigem maior equilíbrio	203
12.6	Nova direcção quer mais rentabilidade	204
12.7	Catoca aposta no aumento das receitas	205
12.8	Custo com Combustível Ameaça Produção	205
12.9	DG de Catoca em situação migratória ilegal	206

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola avança na erradicação da pobreza

Jornal de Angola
1 de Abril de 2015

O Estado angolano está comprometido com a melhoria das condições de vida das populações, apesar de o país enfrentar as sequelas de uma guerra devastadora e serem escassos os recursos para o gigantesco processo de reconstrução nacional e modernização da economia, disse a deputada Carolina Cerqueira, na 132.ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP).

Carolina Cerqueira chefia a delegação angolana e explicou terem sido registados em Angola "avanços na erradicação da pobreza, através de programas comunitários integrados de combate à pobreza e de desenvolvimento rural".

O Estado angolano continua empenhado na iniciativa mundial dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, passando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, desde o ano 2000, a fazer parte dos padrões de referência para o desenho de políticas públicas em Angola, acrescentou deputada Carolina Cerqueira, que reconheceu "a coincidência de metas" entre os propósitos expressos na Declaração do Milénio e no Plano de Longo Prazo "Angola 2025".

Entre as políticas com maior impacto para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, a deputada destacou "a promoção da estabilidade política e económica, a diversificação e descentralização económica, a redução das assimetrias regionais, a igualdade de género e autonomização da mulher, bem como a prioridade do desenvolvimento humano e a melhoria da condição de vida das populações".

Paralelamente, explicou Carolina Cerqueira, tem se verificado "um processo gradual de fortalecimento das instituições nacionais", através da "modernização e desburocratização" da Administração Pública, uma profunda reforma do Estado e a aplicação de um Plano Nacional de Formação de Quadros.

"Os resultados têm sido bons em muitos domínios", frisou a deputada.

Desenvolvimento do Milénio

A Assembleia Nacional angolana aprovou muitos diplomas e outros estão para ser aprovados, com vista à promoção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, informou Carolina Cerqueira.

A deputada falou das leis sobre o Fomento do Investimento Privado, da Simplificação da Constituição de Micro, Pequenas e Médias Empresas, da Simplificação do Registo de Nascimento Gratuito, da Lei do Turismo, assim como da nova Lei do Trabalho. Esses diplomas, disse, tendem a melhorar as condições e as oportunidades de trabalho e "privilegiam um desenvolvimento humano mais inclusivo, equitativo e socialmente justo e seguro". Carolina Cerqueira informou que a Assembleia Nacional tem realizado debates gerais sobre temas importantes para o país, como o direito à habitação e à qualidade de vida, a sinistralidade rodoviária, a paz e a reconciliação nacional e a criminalidade.

Estas iniciativas, disse a deputada Carolina Cerqueira, têm permitido estabelecer pontes com a sociedade civil para a discussão de questões ligadas à boa governação e à transparência, tendo em conta o papel importante que desempenham os Parlamentos no desenvolvimento duradouro e sustentável.

A assembleia da União Interparlamentar decorre sob o lema "Os objectivos do desenvolvimento sustentável: passar das palavras aos actos". O "ponto de urgência" da Assembleia da União Interparlamentar foi o papel dos parlamentos "no combate aos actos terroristas praticados contra civis inocentes, particularmente mulheres e raparigas". O ponto foi proposto pela Austrália e pela Bélgica e contou com o apoio de Angola.

I.2 Empoderamento económico

Novo Jornal
6 de Março de 2015
Texto: Sérgio Calundungo

TODA GENTE RECONHECE que o desenvolvimento económico local passa também pelo aumento das opções económicas das mulheres, mas a

realidade em Angola, mostra que na prática as mulheres estão muito atrás dos homens nas oportunidades de acesso à terra, crédito emprego decente, etc.

Mesmo que dão um grande contributo para a economia, seja em negócios, nos mercados informais, como empresárias, empregadas domesticas, ou desempenhando outros trabalhos não remunerados, as mulheres são as mais afectadas pela pobreza discriminação e exploração.

Fala-se cada vez mais da existência de políticas macroeconómicas e do estabelecimento de políticas públicas que impulsionem à igualdade de género, mas persistem as múltiplas barreiras que fazem com que as mulheres muitas vezes acabam em empregos precários, com baixos salários, e sejam muito pouco presentes nas posições de chefia.

Fala-se muito de projectos e iniciativas que visam promover a capacitação económica das mulheres, a igualdade de género, a erradicação da pobreza e o crescimento económico inclusivo, mas as restrições ao acesso das mulheres a bens económicos, as limitações a sua participação na definição das políticas económicas e sociais, estão muito longe de ser superadas na nossa realidade.

Em Angola, vários projetos de diversificação económica não são implementáveis devido à fragilidade, da rede eléctrica e da sua irmã" água. mas vivemos o resto do tempo como se nos tivéssemos esquecido de que são este tipo de responsabilidades justamente que fazem com que estas tenham pouco tempo para buscar outras oportunidades económicas.

Apesar do aumento dos discursos em favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres, temos de admitir que na prática esta igualdade ainda não se vê reflectida no quotidiano. Sinto que para responder a este desafio, é fundamental passar das palavras para as acções.

É uma das acções bem concretas que se poderia fazer é a produção de evidências sobre a forma como ao nível do nosso OGE os recursos relacionados ao cuidado (infra- estrutura e protecção social), e outros que têm o potencial de aumentar a autonomia das mulheres e promover uma melhor distribuição de responsabilidades entre mulheres e homens estão a ser aplicados.

É tempo para informar aos tomadores de decisão de que qualquer decisão sobre o uso de recursos económicos para erradicação da pobreza, deve ser precedida de um debate sério que inclua a perspectiva de género e garanta oportunidades iguais para

homens e mulheres. De outra forma como vamos chegar lá?

I.3 Pobreza nos municípios está a descer

Jornal de Angola

10 De Março 2015

Texto: Eduardo Pedro

A vice-governadora do Cuanza Sul para o sector político e social, Maria de Lourdes Veiga, disse que o cenário de pobreza na província está a reduzir, de forma gradual, com a execução das tarefas constantes do Plano Provincial de Desenvolvimento 2013- 2017, que coloca os municípios no centro da acção do Governo.

Ao discursar no acto provincial do Dia Internacional da Mulher, assinalado domingo, a vice-governadora acrescentou que a realização, em 2014, do programa de auscultação a Mulher Rural, foi um reconhecimento a contribuição das mulheres no processo de desenvolvimento do país.

A vice-governadora garantiu que o governo vai continuar a trabalhar na busca de soluções inovadoras para a promoção social e económica da mulher e na melhoria da qualidade de vida das famílias e garantir a harmonia e bem-estar da população,

Segundo Maria de Lourdes Veiga, o Estado angolano promove a inserção e participação da mulher em todos os sectores, quer seja na Assembleia Nacional, no Governo, nos órgãos de defesa e segurança, na administração pública, no campo, na actividade informal, na vida empresarial, desportiva e cultural, descobrindo e apoiando talentos para desenvolver o empreendedorismo. Apesar das conquistas alcançadas, as mulheres, principalmente no meio rural, frisou, enfrentam problemas de acesso a formação académica e profissional, de falta de assistência materna, de água potável, acrescentando que a Solução desses problemas passa por uma intervenção multi-sectorial. Maria de Lourdes Veiga defendeu um maior envolvimento da sociedade para a solução dos problemas que afectam as mulheres. "Toda a sociedade deve estar envolvida para se alcançar a igualdade de direitos e oportunidades de acesso, com base numa planificação equilibrada e maior coordenação intersectorial, para a eficácia dos diferentes programas e projectos para a mulher", disse. Maria de Lourdes Veiga sublinhou que a mulher angolana esteve sempre presente nas diferentes etapas da luta pela libertação do país, na

defesa da integridade territorial e na conquista da paz. "A mulher procura sempre dar o seu melhor pela edificação de uma sociedade dinâmica e cada vez mais justa", frisou. Maria de Lourdes Veiga revelou que 2015 foi instituído pelo Executivo como o ano do poder e desenvolvimento da mulher, em prol da igualdade do género.

Feitos da mulher

A ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, destacou os feitos da mulher angolana desde a Luta de Libertação Nacional, passando pela sua participação activa no crescimento económico do país, e pela gestão do lar. Numa mensagem endereçada a todas as mulheres angolanas, a ministra olha com satisfação o percurso e as conquistas das mulheres para a construção de um mundo justo, mas constata com preocupação que ainda existem mulheres em várias partes do mundo discriminadas pelo simples facto da sua condição feminina.

O 8 de Março é comemorado o Dia Internacional da Mulher, em reconhecimento pelo papel desenvolvido na reivindicação de uma participação plena e igualitária na sociedade e na luta contra a discriminação.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Anúncio público

Jornal de Angola
06 de Março de 2015

ANÚNCIO PUBLICITÁRIO

A Microcapital- Sociedade de microcrédito, Lda é uma instituição financeira não bancária, vocacionada para o exercício da actividade do Microcrédito.

A Sociedade deu início a sua actividade no dia 14 do mês de Abril de 2014, inaugurando simultaneamente três balcões: Luanda, Cabinda e Lobito.

Contamos já com cerca de 200 clientes, maioritariamente afectos à constituição e desenvolvimento de pequenos negócios.

Para mais informações contacte-nos através dos seguintes terminais telefónicos:

Luanda	Cabinda	Lobito
993003757	993003754	993003753
993003758	993003756	993003751

2.2 ADRA considera que deve haver melhorias no programa de apoio aos camponeses

Jornal Expansão
6 de Março de 2015
Texto: Estevão Martins

O programa do Crédito Agrícola de Campanha (CAC), que visou, nomeadamente, a implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN), com uma linha especial de 16 mil milhões Kz (150 milhões USD) e uma taxa de juro de 5%, foi marcado por várias anomalias no curso do seu desenvolvimento, alerta a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Segundo a organização não governamental, que elaborou um estudo sobre a incidência do programa nas províncias de Benguela, Huambo, Huíla e

Malanje, a pesquisa deve traduzir-se numa contribuição para o debate nacional sobre o crédito agrícola a nível do País.

O seu objectivo foi o de analisar o impacto, a eficiência e a eficácia da linha de crédito, além de retirar lições e recomendações para o seu engrandecimento.

O estudo inquiriu 313 agricultores, 164 do sexo masculino e 149 mulheres, e foi aplicado nos municípios da Baía Farta e Ganda (Benguela) Bailundo e Caala (Huambo) Cacula, Caluquembe (Huíla) e Kalandula e Cangandala (Malanje).

Dos inquiridos, 191(62,4%) tinham solicitado o crédito e 115 (37,6%) não. Dos 191 que solicitaram, 140 tiveram-no aprovado, 12 viram-no rejeitado e 30 não responderam à questão.

Em relação à utilização do financiamento, 104 dos entrevistados, de acordo com a ADRA, afirmaram ter comprado fertilizantes, 91 optaram pela aquisição de sementes e 63 adquiriram ferramentas de trabalho.

No entanto, 34 preferiram a tracção animal, 18 adquiriram motorizadas, cinco compararam sistemas de irrigação e quatro camponeses usaram o dinheiro no processo de mecanização agrícola.

Quanto ao reembolso dos valores, dos 93 camponeses que responderam ao questionário da ADRA, 72% disseram que não o tinham ainda feito, enquanto 28% responderam ter pago.

Dos 99 agricultores que não solicitaram crédito, 42 informaram que nunca tinham ouvido falar no CAC, 30 não possuíam Bilhete de Identidade, e 18 tinham medo do crédito.

Na província da Huíla, por exemplo, o CAC beneficiou 2.028 camponeses dos 382.000 existentes, ou seja, apenas 0,5% do total segundo o estudo, que cita o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA).

A pesquisa constatou que os órgãos de implementação do crédito foram de nível local, sem a presença de alguma estrutura provincial, o que lesou a sua coordenação.

Apurou igualmente que os bancos e os fornecedores dos inputs agrícolas não estavam preparados para a actividade, tendo praticado preços elevados, citando ainda o IDA.

Na província do Huambo, foi elogiada a qualidade dos fornecedores dos serviços, nomeadamente a actuação do BPC, que sublinha que a taxa de

reembolso do montante disponibilizado foi somente de 20%.

Em relação a Malanje, na campanha agrícola 2010-2011, o CAC beneficiou 6.727 agricultores e na seguinte (2011-2012), 5.564 camponeses. A ADRA afirma no seu relatório que o crédito atribuído permitiu o acesso dos camponeses a inputs agrícolas diversos e teve um forte impacto na sua motivação.

Pouco tempo para reembolsar

Nesta localidade, reclamou-se do curto período para o reembolso do valor do crédito, que é 10 meses, facto igualmente reclamado pelo presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro- Pecuárias de Angola (UNACA), Albano Lussati (ver entrevista na página 8).

Na província de Benguela, por exemplo, a grande in experiência dos actores do programa não permitiu o bom desenho do CAC. A ADRA constatou também que o regulamento de atribuição do crédito previa aquisição de equipamentos que não poderiam ser amortizados única campanha agrícola.

A taxa de juro foi considerada demasiado elevada e o valor máximo do crédito, correspondente a 500 mil Kz (5.000 USD), foi também considerado muito baixo para o desenvolvimento normal da actividade do campo. O mesmo sentimento é partilhado pelo líder da UNACA.

Naquela região, de acordo com a análise da AD RA, não foi previsto o apoio aos agricultores para a elaboração das propostas, pelo que não tiveram acesso ao fundo de maneio e não puderam escolher os seus fornecedores.

"Os bens fornecidos nem sempre correspondiam ao previsto e nem às necessidades dos camponeses e os fornecedores não estavam preparados para assumir o papel que lhes estava atribuído", escrevem os autores do estudo.

Na província das Acácias Rubras, a ADRA certificou igualmente que a maioria dos bancos não dispunha de pessoal qualificado e com sensibilidade para lidar com questões relativa à agricultura familiar.

De uma forma geral, na província do Huambo, o CAC concedeu 1,3 milhões Kz a 8.437 famílias e foram reembolsados 109.000 (8% do total). Em Malanje o programa disponibilizou 152 milhões Kz a 5.564 agricultores.

A ADRA constatou, por outro lado, que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) nunca

funcionou como mecanismo de coordenação, articulação e monitoria da ENSAN.

De acordo com a AD RA, o crédito abrangeu 95 municípios de todas as províncias.

Conclusões

A ADRA concluiu que o CAC é pertinente e que foi valorizado por todos os entrevistados, porque responde às necessidades dos camponeses, sendo uma solução para se alavancar a agricultura familiar.

O relatório nota também que impacto positivo do CAC sobre as comunidades rurais seria maior caso o processo tivesse sido mais bem organizado e coordenado pelos seus executores. A estiagem constituiu um impacto perverso ao desenvolvimento do programa.

Recomendações

A ADRA recomendou que o CAC deve prosseguir, mas que devem ser corrigidos os aspectos negativos registados no decorrer do processo. A organização advoga que deve ser melhorada a sua organização e reforçados os aspectos financeiros a todos os níveis.

Recomenda igualmente que devem ser revistos os prazos de pagamento (diferido pelo período de um ano sobre o ciclo cultural), de modo que o serviço da dívida não impeça o agricultor de crescer.

O documento assinala que urge o estabelecimento de taxas de juro de cerca de 1% (baseadas na Taxa Libor), ao contrário dos 2% aprovados recentemente pelo Executivo e avança que o novo desenho do CAC deve prever riscos e contingências derivadas do clima, pragas ou doenças do camponês.

A ADRA recomenda que o CAC deve incidir fundamentalmente em zonas onde o IDA e outras instituições de assistência técnica aos agricultores tenham condições de trabalhar e ajudar o beneficiário na elaboração das propostas e fazer o seu acompanhamento.

Com os bancos intervenientes do processo, tem de haver negociações no sentido da melhoria das suas formas e métodos de trabalho e devem ser eliminados os pontos fracos identificados.

"Torna-se necessário melhorar a qualidade e aumentar o número de fornecedores dos materiais, o que pode derivar da ampliação da actividade creditícia e aumento das áreas cultivadas no País", lê-se.

Para aADRA, o CAC deve ser a alavanca para a reanimação do comércio rural e da economia local, visando o desenvolvimento das localidades.

O documento diz ainda que os administradores das empresas executoras devem ser mais responsabilizados pelo CAC, e que o fomento agrícola em geral e os comités de pilotagem devem ser reforçados e capacitados.

O estudo da ADRA alerta que devem existir mecanismos de coordenação a nível provincial para o acompanhamento do programa.

Por fim, a análise explica que CAC deve ser articulado e complementado com o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN) e o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI).

2.3 Mulheres processadoras beneficiam de mais de 100 milhões em micro-crédito

Novo Jornal

6 de Março de 2015

Texto: Hortêncio Sebastião

CECÍLIA ARMANDO, de 46 anos, natural do Waku-Kungo é a líder de um grupo de mais de 50 mulheres processadoras de pescado da comunidade do Buraco, comuna do Ramiros, situada a cerca de 50 quilómetros a sul de Luanda.

Ela foi uma das beneficiadas nesta semana pelo micro-crédito do Instituto de Desenvolvimento de Pesca Artesanal, através do Fundo de Desenvolvimento da Pesca Artesanal, duas instituições adstritas ao Ministério das Pescas.

Desde que em 2000 ingressou na cooperativa de pesca COPEPO, até aos dias que correm dedica-se a compra peixe aos armadores, transforma-o em seco e meia cura e congelado e em seguida faz chegar aos mercados.

"Este é o segundo micro-crédito que recebo no espaço de três anos no valor de 100 mil kwanzas, uma quantia superior ao primeiro que foi de 50 mil kzs. Vou poder aumentar este montante à quantia que já disponho para fazer crescer o meu negócio", explica Cecília ao NJ.

A nossa interlocutora avança que a oscilação das capturas de pescado tem interferido negativamente na comercialização, o que faz com que muitas das beneficiárias dos micro-crédito não honrem a tempo os compromissos assumidos com a entidade credora.

"Mas desta vez tudo faremos para que isso não aconteça. O montante é superior e por isso será quase impossível falirmos", assegurou esta mulher.

Ela confidenciou-nos ainda que para além do crédito servir para comprar peixe para vender, dedicará parte na aquisição de material escolar para os seus filhos, uma vez que é viúva.

Outra mulher processadora de pescado, é Antonica João, de 39 anos, que escala peixe desde os 15 anos. É mãe de cinco filhos visivelmente satisfeita com o micro-crédito recebido disse que nem todas as mulheres se furtam ao reembolso, porquanto no seu caso particular quando não peixe na zona do Buraco, vai procurá-lo noutras praias.

"Temos consciência de que estamos a trabalhar com o dinheiro do Estado, que muito não tem ajudado na sobrevivência das nossas famílias", sublinhou, acrescentando que na última vez que adquiriu pescado no valor de 30 mil kwanzas conseguiu lucrar mais 30 mil kzs.

Já Victória Manuel Muxito, de 44 anos, 16 dos quais dedicados ao trabalho de descamar peixe, depois de ter experimentado sem sucesso a venda de artigos de consumo numa pequena cantina.

"Com este micro-crédito já é vantajoso, pois vou conseguir aumentar no bocado que já tenho", é também a opinião partilhada por esta mulher que também garante devolver valor do empréstimo.

"O apelo que faço é que as mães, devem sei fortes e fiéis 1 para que o dinheiro não falte e continue por toda a vida", enfatizou.

O Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal no âmbito da implementação do Plano de Desenvolvimento em curso, concedeu em 2014 micro-crédito à esta franja da sociedade; tendo em vista mitigar os efeitos nefastos da pobreza e da miséria, 293 mulheres das comunidades de Cabo Ledo (Luanda), Buraco e Porto Amboim (Kwanza-Sul), cabendo a cada uma 50 mil kwanzas, que perfaz um total de 14 milhões 650 mil kwanzas.

Segundo o chefe do Departamento de Pesca Marítima, Henrique Gonçalves que encabeça o projecto, os montantes entregues sem juros foram

devolvidos na totalidade, embora tenha havido alguma resistência por parte de uma ou Outra beneficiária.

O período de reembolso é de seis meses que no caso da zona do Buraco, este crédito elevou-se para 100 mil kwanzas nesta segunda fase que vai abranger 1.075 mulheres, distribuídas pelas províncias de Cabinda (108) mulheres, Zaire (188), Bengo (121), Luanda(276), Kwanza-Sul (176), Benguela(120) e Namibe(81).

Ao todo serão entregues 107 milhões de kwanzas em micro-créditos garantiu o responsável.

"Estas senhoras estão organizadas em grupos de cinco a seis elementos e nós apenas as capacitamos dando formação para melhoria das técnicas de processamento de pescado, ministramos cursos de gestão, de cooperativismo e empreendedorismo e no final concedemos os micro-créditos", observou.

"Desta vez decidimos aqui na localidade do Buraco e o Cabo Ledo, reforçar com mais um crédito para capacitar financeiramente as senhoras no sentido de ver se conseguem desenvolver as suas actividades sem debilidades", referiu.

A comunidade do Buraco é habitada por cerca de 3 mil pessoas, que começou a povoá-la a meados da década de 80, de acordo com testemunhos do coordenador da área Francisco que ali nasceu há 59 anos.

Conta que em 1968 apenas havia na localidade duas unidades de salga e seca de pescado, sendo uma de João Baptista e outra de Fá, onde os mais velhos vendiam o peixe.

Hoje a localidade anteriormente mata serrada à beira-mar dispõe de uma escola onde frequentam alunos até a sexta classe e um posto médico. A zona é abastecida em luz eléctrica através de um gerador pertencente ao novo centro de processamento de pescado ali existente tutelado pelo Ministério das Pescas. A única estrada que dá acesso ao local encontra-se em estado lastimável de circulação e que se degrada diariamente devido às chuvas que se abatem nos últimos dias sobre a cidade de Luanda e arredores.

2.4 'Vamos estender o BIR próximo das chamadas manchas agrícola'

Jornal O País

14 de Março de 2015

Texto: Daniel Costa

O que é o Banco de Investimento Rural (Bffi)?

É um banco recentemente aprovado pelo Banco Nacional de Angola. É constituído por capitais privados residentes em Angola e que terá um foco voltado especificamente voltado para o agronegócio. Estamos a falar de uma instituição financeira que vem dar resposta às necessidades em tomo daquilo que são as actividades agrícolas, pecuárias, silvicultura, apicultura, aquacultura e o financiamento de infra-estruturas de suporte e exercícios do agro-negócio.

Quais são 9S serviços que as pessoas poderão encontrar no Bffi?

O BIR surge no mercado como uma instituição segmentada em dois vectores: um primeiro vector está associado à banca convencional, onde os clientes poderão encontrar os serviços típicos como os depósitos, financiamentos, aplicações, descobertos e todos os serviços a ele associados, como o multicaixa, transferência, aquisição de moeda externa para a cobertura de operações no exterior ou para viagens. O segundo vector, que é o de grande vulto na nossa actividade, está mais associado à banca de investimento é o que vai responder então as necessidades do investimento no sector agrário, ou se preferirmos o leque de negócios voltados ao investimento e ao agro- negócio.

O agro-negócio é um termo um pouco codificado para o cidadão comum. Aquele angolano que tem a sua pequena lavra ou fazenda pode se dirigir ao Bffi?

Agro- negócio é um termo usualmente considerado quando queremos enfatizar o que é que no mundo agro, no meio rural é possível se fazer em termos de negócios. Portanto, agridem os pequenos, médios e grandes investidores dessa área. Estamos aqui a dizer

que abarca todo o conjunto de actividade e todas as possibilidades de negócios no meio rural. Não só restritamente agrário, por isso é que a ideia é não ficar muito restrita a agricultura. No mundo rural podemos ter a agricultura, a pecuária, a extracção mineira que também tem a ver com a terra, a aquicultura e uma variadíssima gama de actividades que são desenvolvidas na terra. Existir essa gama de actividade na terra, então a oportunidade de negócios aí inerentes. Portanto, estão envolvidos no mundo agro todas as actividades que decorrem da terra e havendo a actividade há sempre negócio intrinsecamente associado a isso. Se olharmos para a questão do pequeno camponês ou agricultor, para desenvolver a sua actividade precisa primeiro de ter a terra, tratá-la e de insumos para poder tomar a terra mais fértil e agricultável, de forma a obter produtos de qualidade. Esse processo exige algum apoio financeiro e nessa senda o pequeno agricultor também terá o seu espaço dentro do nosso exercício de actividade.

O que é que os pequenos agricultores poderão obter do BIR?

Todo o tipo de financiamento. E tendo em atenção a especificidade da sua actividade, o tipo de cultura que ele realiza e a dimensão do terreno que ele ocupa. Isso para enfatizar que não limitaremos o nosso financiamento pelo facto de termos diante de nós um pequeno camponês, porque o pequeno pode ter perspectiva de crescimento. Tudo vai ser na base de uma análise objectiva, caso a caso, no sentido de nós próprios, enquanto banco, termos a possibilidade de tomarmos uma decisão, orientar e até aconselharmos o agricultor para enveredar para o projecto mais adequado para a sua realidade. Portanto, isso na perspectiva do pequeno camponês. E, como sabe, o pequeno camponês poderá estar associado em cooperativa agrícola, e estando associado teremos uma outra forma de abordagem. Acho que esta deverá ser a melhor abordagem em forma de relação com clientes desse tipo de nicho no mercado. Portanto, ter o agricultor associado em colectividade facilita melhor a interlocução com a instituição financeira, porque ele surge com uma melhor forma de organização. Nós teremos, como sabe, a dificuldade de localização por causa do endereço das pessoas, mas havendo um ente que congrega um conjunto de camponeses individualmente dispersos, mais facilmente a instituição financeira os poderá localizar, veicular informação de suporte aos seus negócios e também terá maior capacidade, em termos de visão e idoneidade do órgão que está a estabelecer a relação com ele.

A agricultura é um ramo com enormes riscos. Estão atentos a isso?

Perfeitamente. E isso foi um dos aspectos muito discutido e analisado em profundidade no percurso da implementação do BIR. Sabe que um projecto ou uma instituição financeira que se propõe a enveredar para o mundo agro tem que ter essa questão do risco associado ao negócio bem ponderado. O nosso projecto contempla com um conjunto de actos e dentro deles tratamos determinados passos com entidades parceiras. Uma das entidades parceiras que não podia estar de fora é o Estado, enquanto promotor do desenvolvimento, ente interessado em dar respostas adequadas às necessidades tão propaladas ao nível da diversificação da economia. E falando do Estado, estaríamos aqui a trazer as entidades vocacionadas para isso, como a ARSEG porque o seguro agrícola que está neste momento em estudo, mas em fase muito avançada, tem aqui uma palavra e um espaço determinante a ocupar. Do nosso lado seria um elemento fundamental para que tudo que estamos aqui a gizar fosse suportado no sentido de mítigarmos em grande escala as operações que forem financiadas.

Qual é o montante máximo que os camponeses ou fazendeiros podem obter do banco?

Nós vamos financiar projecto a projecto. Teremos pacotes standardizados nos quais poderemos, porque conhecermos os elementos essenciais do pedido, como nos créditos de campanha que são situações pontuais. Aí sim poderemos fixar montantes. Mas naquilo que for o financiamento específico de determinados projectos, não podemos adiantar valores, em função da envergadura e dimensão do projecto e em função daquilo for a análise da nossa direcção de crédito. Os projectos quando nos forem entregues serão alvos de uma análise profunda e os montantes poderão ser corrigidos em função dos resultados desta análise.

A experiência tem-nos mostrado que o crédito mal parado tem aumentado nas instituições que investiram neste nicho de mercado. É só olharmos para a situação do próprio Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e o crédito de campanha em curso no país. Como é que pensam recuperar os créditos caso isso aconteça também?

É tudo dentro daquilo que nós chamamos política de crédito do BIR. E dentro delas existem áreas de apetência que o banco numa fase inicial, atendendo as especificidades dessas áreas perfeitamente identificadas, vai ver a questão de termos de dar resposta aos financiamentos solicitados. Sabemos que existiram e existem instituições financeiras voltadas

para o suporte ao desenvolvimento, mas nós enquanto banco comercial temos que seguir as regras que actualmente estão emanadas pelo banco central em termos de recursos disponíveis, estrutura de capital, para podermos financiar projectos que nos forem apresentados. Portanto, não fugiremos aquilo que o quadro regulamentar actual estipula e a nossa grande preocupação enquanto financeira, e é isso que queremos passar aos nossos clientes e ao tecido empresarial, que as instituições financeiras são criadas com o fim de captarem recursos para os canalizarem para o investimento. Eu costumo dizer que isso não é a finalidade, porque para mim o ciclo fecha quando essa instituição financeira, depois de captar recursos e canaliza-los ao investimento, consiga então ter uma máquina interna devidamente oleada que faça com que os capitais investidos retomem, para voltar ao ciclo e então financiarmos outros projectos que forem chegando ao banco. Só assim é que podemos falar em termos de desenvolvimento, porque financiamos o primeiro projecto, conseguiu vincar, teve retorno e assim vamos financiar o segundo, terceiro e o quarto. Portanto, há aqui uma necessidade também de os agentes económicos terem essa sensibilidade de que os capitais mutuados devem, necessariamente, retomar ao sítio de financiamento para que novas empresas possam surgir e novos empresários ver os seus projectos realizados. E com isso vimos toda a sociedade e o país beneficiado dentro deste processo.

O turismo rural é uma fonte de receita em muitos países. Pessoas que apostam neste ramo de actividade terão também o Bffi como um parceiro?

Julgo que sim, porque como diz a nossa designação o turismo rural enquadra-se nessa perspectiva. Naturalmente que poderá aqui ter o seu espaço ou a sua abordagem. Hoje fala-se muito mais do relançamento do sector produtivo e aqui não fica circunscrito a áreas de trabalho, porque o sector turístico também é uma fonte de rendimento. Sendo uma grande fonte de rendimento, como podemos ver em vários países que vivem quase que exclusivamente de receitas provenientes do turismo, temos aqui os nossos também postos.

Qual é o capital do banco?

O Banco de Investimento Rural é um banco de matriz regional e por imposição regulamentar arranca a sua actividade com um capital de 1.250.000.000 de kwanzas, o quer dizer 12.500.000 dólares norte-americanos. Para nós representa apenas um capital social inicial, porque podemos fazer novos incrementos para que a instituição esteja bem munida no sentido de poder financiar projectos de grande dimensão.

Inauguraram a sede e a primeira agência em Malanje. Qual foi a razão desta escolha?

Malanje por várias razões. E uma delas é a sua localização geográfica. Sabemos que Malanje ocupa um posicionamento geográfico a nível do território nacional mais privilegiado em termos de comunicação com as restantes províncias. Está praticamente numa zona e tem condições de acesso, entrada e saída, e vias para as restantes províncias, tanto a norte, a sul, como ao centro do país. Também pelo seu clima e pelas suas potencialidades agrícolas. Foram estas as razões que nortearam um pouco mais a decisão de iniciarmos a nossa actividade em Malanje, porque elegemo-la como província com capacidades e potencialidades para dar uma maior dinâmica e actuação no mercado. Vimos que a partir de Malanje não estávamos tão distantes da capital e estávamos muito próximo das outras províncias.

Como é que está delineado o plano de expansão do banco?

A nossa perspectiva de crescimento está consolidada naquilo que nós identificamos como zonas potenciais para o desenvolvimento de grandes projectos a nível do negócio agrário. E nós não vamos crescer sem olhar para essa questão. Só vamos crescer olhando ou com a preocupação de estar ali onde de facto identificarmos a necessidade imediata de um banco com matriz rural. Portanto, estamos a falar de estender a nossa rede próximo das chamadas manchas agrícolas, ali onde identificarmos projectos agrários ou agrícolas de grande vulto. E em parceria com os operadores daquele local então criarmos condições de implantarmos as nossas próximas agências. Mas, sobretudo, queremos numa primeira fase cobrir a faixa Bengo, Kuanza-Norte, até Malanje, e o Kuanza-Sul. E depois olharmos para o resto do país, sempre com a preocupação de estarmos próximos de grandes projectos a nível agrícola.

Onde é que pensam abrir a próxima agência?

Dentro do nosso plano, este ano, se tudo correr bem, pensamos ter a segunda agência fora ou dentro de Malanje. Digo dentro de Malanje, porque mesmo lá não estamos situados no centro da cidade. Preferimos nos afastar um pouco do centro dada a natureza do nosso negócio e a envergadura de infra-estruturas que nós construímos, que é uma agência, a sede e está também em construção de um pequeno complexo habitacional para alojar os técnicos que serão o motor de todo um projecto. Como sabe, um projecto com essa natureza exige a existência ou participação de quadros de várias valias e isso hoje não encontramos com facilidade na banca nacional. Tendo aqui a

necessidade de recorrermos a outras latitudes para darmos consistência àquilo que são as nossas ideias e o que serão as solicitações e necessidades dos nossos clientes. Em suma, esse projecto só vingará se soubermos juntar o binómio recursos humanos e capacidade de execução e materialização de tudo que for gizado para o bom andamento do projecto.

As pessoas já se podem dirigir ao banco?

Já podem. Temos em Malanje uma agência funcional. Portanto, a partir desta semana o banco estará a operar embora que todos os projectos vão-se afmando na medida em que os dias ou as primeiras semanas correm. Mas hoje já se pode chegar a agência do Banco de Investimento Rural e solicitar - se uma abertura de conta, depósito, levantamento ou uma aplicação a prazo.

Qual é o número de funcionários do banco?

Abrimos a operação com 17 funcionários e mais cinco administradores.

O que gostaria de dizer mais sobre o banco que dirige?

É importante dizer que o nosso banco surge num momento de uma conjuntura económica que conhecemos e representa efectivamente uma oportunidade que deve ser aproveitada de forma adequada pelo Estado na perspectiva das parcerias públicoprivadas e no sentido de viabilizar um conjunto de programas que o próprio Executivo tem para o benefício da população e do relançamento da economia nacional. Porque daqui teremos ganhos visíveis em termo da elevação do PIE nacional e a revitalização do sector produtivo.

2.5 “A introdução do agente económico no crédito agrícola foi uma má experiência”

Jornal Expansão

6 de Março de 2015

Texto: Estevão Martins

Qual é a sua opinião em relação ao estudo realizado pelo ADRA sobre a implementação do CAC 2010 e 2013?

Trata-se de um relatório interessante e bastante informativo, mas pouco abrangente, uma vez que traz experiências de apenas quatro províncias,

nomeadamente, Benguela, Huambo, Huíla e Malanje. No Norte, na província do Uíge, por exemplo, temos boas informações da implementação do CACo Caso o estudo fosse igualmente levado a cabo nessa região, com certeza que os seus resultados seriam diferentes. De acordo com a nossa organização, o CAC abrangeu todo o território nacional, onde a UNACA se faz presente.

Por que é que o papel do agente económico no programa do CAC gerou algum descontentamento entre os camponeses?

A introdução do agente económico foi prejudicial para o bom andamento do processo, tendo criado alguns problemas. Eles [os agentes] eram os responsáveis pelo fornecimento dos inputs agrícolas (sementes, enxadas, fertilizantes, catanas, entre outros) ao camponês, que os recebia a título de crédito. Neste negócio, o próprio agente económico também procurava os seus dividendos, com a alteração de preços. Por isso, a UNACA defende que não pode haver interferências neste processo, uma vez que existem outros modelos de se fazer chegar o crédito ao camponês.

Pode dar exemplos?

Tem de haver, por exemplo, uma ligação directa entre o banco responsável pelo financiamento e a entidade receptora do crédito, designadamente a cooperativa, a associação ou o próprio agricultor, sob supervisão da UNACA, para que esta entidade venha a cumprir com os requisitos do banco e efectuar o seu reembolso na devida altura.

Na minha opinião, os bancos deveriam exigir do próprio camponês uma factura pró- forma das suas necessidades, em detrimento do agente económico ou intermediário, como foi também considerado.

Confirma o facto de muitas cooperativas não terem recebido os valores relativos ao seu crédito, devido a alegados desvios?

Trata-se de uma constatação expressa no relatório da ADERA que, de facto, aconteceu. Muitos camponeses passaram por essas vicissitudes, ficando à espera do agente ou intermediário, que simplesmente não aparecia e apresentava diversas razões pelo não cumprimento do processo.

Como comenta o facto de apenas 5% dos agricultores das explorações agrícolas familiares terem beneficiado do CAC, segundo a ADRA?

Este número coloca-nos dúvidas e difere das nossas estatísticas oficiais. O que tínhamos de saber é se de facto esses agricultores estavam filiados ou não numa

cooperativa ou associação. Do meu ponto de vista, a reflexão parte do facto de a ADRA ter realizado o seu estudo em apenas cinco províncias. Se for esse o caso, o estudo não pode reflectir a realidade nacional, porque a maioria dos nossos cooperadores e associados beneficiou do crédito. Essa é informação que temos, sendo que muitos deles continuam a fazer o respectivo reembolso"

Uma das constatações da ADRA tem que ver com o período de reembolso do CAC, que é de 10 meses, considerado demasiado curto ...

Na zona do planalto central, por exemplo, ou noutra região, o plantio da mandioca leva algum tempo até à colheita, daí que defendamos o aumento do tempo limite do reembolso, deixando mais folgado o camponês. Este curto período de reembolso fez com que alguns camponeses, na impossibilidade de saldarem a sua dívida para com o banco, abandonassem o campo para se dedicarem a outra actividade para o pagamento da sua dívida. Uma das vantagens para os agricultores em relação ao modelo de funcionamento dos próximos programas prende-se com o facto de a taxa de reembolso passar de 5% para apenas 2% do valor do crédito.

Como está o reembolso dos valores recebidos?

A questão do reembolso não foi muito positiva, sobretudo nalgumas zonas do País, devido à estiagem a que se vem assistindo nos últimos anos e também aos factores referidos acima. A UNACA continua, por isso, a sensibilizar os seus afiliados, fundamentalmente aqueles que têm dívidas junto dos bancos, a fim de darem seguimento ao processo de pagamento. O estudo da ADRA revela que o programa decorreu em apenas 95 municípios do País, mas a UNACA, a nível das uniões, 'controla' 157 municípios e todos confirmam ter participado do programa.

Quais os resultados e experiências do microcrédito que antecedeu ao CACA?

O processo e o seu modelo de execução foram um sucesso e não houve razões de queixa. Os intervenientes directos foram os bancos, a UNACA e o próprio camponês. O aparecimento do agente no CAC veio desvitalizar o processo.

O que defende para as instituições ligadas à agricultura no futuro?

É importante que seja realizado um fórum alargado a todos os organismos que intervêm no processo agrícola ou, pelo menos, à maioria das instituições

que intervêm directamente no campo, com vista a mantermos uma única linguagem.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Venda ambulante nas ruas em vez dos mercados

Jornal de Angola

4 De Março de 2015

Texto: Francisco Augusto

A venda na rua apresenta-se cada vez mais como um factor astringulador da circulação rodoviária em diferentes zonas de Luanda, uma cidade com mais de seis milhões de habitantes. Na origem dos estrangulamentos na circulação rodoviária está a venda fora dos recintos criados.

Os locais de venda no lado de fora dos mercados oficiais multiplicam-se, a ponto de só na zona circundante da "quitanda" de São Paulo existe Kiluanje, um "cordão" de vendedores. É fácil perceber a situação desde as imediações da Edel até à Estrada da Brigada, um percurso de quase um quilómetro.

A venda de alimentos, utensílios de cozinha, roupas, brinquedos e outros produtos continua a ser uma constante nas principais ruas da cidade de Luanda e na zona exterior dos mercados formais.

As quitandeiras abandonam as bancadas e, sem terem em atenção as medidas de higiene, colocam os seus produtos na via, ao mesmo tempo que atrapalham o tráfego.

"Amiga, olha no meu negócio ... Arreiou, arreiou ... Tá bom ou não tá bom? Tá muito bom". Este é um dos pregões da vendedoras para atrair clientes. Enquanto umas usam megafones, outras optam por chamar a clientela em voz alta.

Um caixote de papelão faz de bancada improvisada, para expor carne cortada em pequenos pedaços. As moscas pousam em todo o lado mas gos-tam mais dos alimentos expostos. Marta Domingos vende....carne fora do mercado do São Paulo e alega que assim vende mais do que lá dentro. Tem paciência para abanar os pedaços de carne para afugentar as moscas, enquanto está atenta aos agentes da Polícia Económica. No interior do mercado de São Paulo, a área dos frescos está vazia. As vendedoras abandonam os seus lugares para comercializar os produtos nas principais ruas de acesso ao mercado.

Comida no lixo

Os meninos que vendem sandes e as vendedoras de bolos e bolinhos pousam os produtos junto dos charcos de água e ladeados por montes de lixo, produzidos por comerciantes informais e moradores do bairro.

"As vendedoras alegam que fora do mercado o negócio anda bem melhor. Dentro vendemos muito pouco, porque os clientes já não entram e compram os produtos cá fora", explica Marta Domingos.

As vendedoras de pão colocam a mercadoria em bacias descobertas. Mila Catumbo esclarece que há três anos garante a sobrevivência naquele espaço, por falta de uma bancada no interior mercado. Os insectos não "largavam" os produtos postos à disposição dos clientes e desafiavam as medidas de higiene e sanitárias. As vendedoras de alimentos não cuidam da parte higiénica. A bacia do peixe, carne ou outro alimento está quase sempre rodeada de insectos saídos do lixo e são consumidos assim.

Mas o "negócio". também atrapalha o tráfego rodoviário e provoca os famosos "engarrafamentos". Daí os taxistas aproveitam e fazem das suas: param no meio da estrada para carregar ao lado das vendedoras, criando desordem total.

No Mercado dos Kwanzas, o cenário não muda. Elas fazem o seu comércio nos passeios junto da via, dificultando ainda mais o trânsito na área, coadjuvadas pelo embarque e desembarque de passageiros dos taxistas. A venda ilegal de medicamentos no mercado dos Kwanzas continua a ser feita ante olhar impávido da administração da praça.

Limpeza dos mercados

A limpeza é regular nos mercados do São Paulo, Kwanzas e Congolenses, em Luanda. A administradora do mercado dos Congolenses, Ana Rosa Lopes, diz que uma das principais exigências é manter o mercado em bom estado de conservação, para garantir melhores condições de trabalho.

O mercado tem uma capacidade de 1.008 bancadas, mas infelizmente algumas estão vazias porque muitas vendedoras desistiram e foram fazer o comércio na rua. Pagam uma taxa de 100 kwanzas por dia, destinada à empresa responsável pela limpeza do local, e outros 100 pela venda. Para impedir a venda fora do mercado é necessário um trabalho rigoroso da fiscalização e da Polícia Nacional.

"O Executivo tem de tomar medidas duras também para quem compra na rua. Deve pagar uma multa e

quem vende uma maior ainda, para desincentivar essa venda", defende Ana Rosa Lopes.

O mesmo não acontece com mercado do São Paulo, onde, segundo a vendedora Luísa Tomás, as aberturas deixadas no tecto pela empresa construtora, com a finalidade de permitir a entrada de oxigénio, têm permitido a entrada de muita água da chuva, a ponto de inundar alguns sectores.

3.2 'A culpa é da pobreza'

Jornal O PAÍS

06 De Março de 2015

Enquanto desenvolvíamos este trabalho nos diversos merca dos que são os locais com maior afluência de crianças vendedoras, procuramos ouvir a opinião de alguns adultos acerca do assunto em questão, e os mesmos acabaram reprovando esta prática ou fenómeno que nos últimos tempos tem vindo a ganhar mais espaço não só na capital como também nas restantes províncias de Angola.

Mana Joana, como é carinhosamente chamada lá no mercado onde vende, quando interpelada pela equipa deste jornal, admitiu que tem mandado as suas filhas de dez e treze anos vender, justificando que é mãe solteira e que a pobreza em que vive obriga-a a mandar as crianças venderem no mercado. A entrevistada contou que este ano, as meninas não estão a estudar por não as conseguirem matricular numa escola pública e como não tem condições financeiras não consegue pagar um colégio privado para as pôr a estudar.

Dona Joana é mãe de três meninas e quatro rapazes, no entanto, manda somente as meninas ir ao mercado vender. ao passo que os rapazes mais crescidos vão à escola e os mais pequenos ficam em casa.

"O problema é a pobreza, eu sou mãe solteira e não tenho ajuda de ninguém, o dinheiro que ganho vendendo sozinha não é suficiente para sustentar os sete filhos que tenho, mas quando reparto o negócio, eu vendo uma parte e as minhas filhas vendem a outra, conseguimos comprar qualquer coisa", disse.

Para a dona Cristina Laura, comerciante e mãe de duas meninas, o que muitos pais e encarregados de educação têm feito ao mandar as crianças indefesas irem aos mercados ou ruas vender certos produtos é muito doloroso, afirmando que ela já mais mandaria

as suas filhas vender enquanto estiverem em fase de crescimento.

Dona Cristina disse que sente-se mal ao ver todos os dias aquelas crianças andando para cima e para baixo vendendo como se fossem adultos, alegando que quando crescia a sua mãe mesmo com poucos recursos financeiros não a mandava vender por saber que ela estava em fase de crescimento e ainda não tinha capacidade para lidar com esta prática que cabe somente aos adultos.

"Eu não gosto de mandar as minhas filhas ir vender porque quando eu cresci a minha mãe batalhava e me sustentava e hoje sendo eu mãe também faço o mesmo, sustento as minhas filhas. Enquanto eu vendo elas vão à escola. Há dias em que chego aqui no mercado às cinco horas e encontro já crianças vendendo e quando a policia fiscal aparece para dar corrida aos vendedores, elas também ficam nesse corre, corre, isso doi-me muito como mãe", lamentou dona Cristina.

Apesar de a vida ser difícil e de muitas mulheres serem mães solteiras ou o sustento de toda a família, dona Cristina defende que as crianças não devem ser sacrificadas por isso, pois, são seres inocentes e não devem ser elas a sustentarem os pais.

Por sua vez, a também vendedora Maria Moisés contou que não gosta de ver crianças vendendo por se tratar de uma vida muito agitada e que o facto de ela não ter estudado enquanto jovem a incentiva em não deixar as filhas seguirem o mesmo caminho, razão esta que a leva a fazer negócios para pôr as filhas a estudar para que no futuro possam ter uma vida diferente.

A comerciante disse ainda que quando a criança começa a pegar dinheiro muito cedo, em casa fica muito teimosa e viciada no dinheiro e quando os pais a repreendem, só de saber que já ganha o seu próprio dinheiro, ela fica rebelde.

" A desculpa de que a vida está muito difícil não deve servir de motivo para obrigar as crianças a irem vender, não se põe uma criança a vender em troca daquilo que come, isso chama-se maltratos, os pais é que têm a obrigação de sustentar os filhos, por isso devem batalhar.

Se eu como adulta quando saio do mercado chego em casa cansada agora imagina uma criança, vender é muito cansativo e não deve ser vida para uma criança", protestou.

O senhor Sebastião Nzundo também opinou dizendo que, as crianças não têm inteligência nem capacidade para fazer negócios e, o costume de mandá-las ir

vender não é normal, disse tratar-se de uma prática errada, pois, acredita que quando a vida está difícil os adultos não podem pensar que a criança deve ser preparada a lidar com as dificuldades da vida vendendo, mas sim pensar em mandá-la para a escola onde ela deve ser preparada a construir o próprio futuro.

Ao longo desta reportagem contactamos algumas instituições de apoio à criança tais como o Instituto Nacional da Criança (INAC) e a UNICEF para obtermos mais informações sobre o combate ao trabalho infantil e a situação da protecção dos direitos da criança, mas até a data da publicação desta matéria não obtivemos nenhuma resposta das referidas instituições.

3.3 Chineses lideram o contrabando de marfim em Angola

Jornal República

06 De Março de 2015

Uma organização não-governamental britânica denunciou hoje a venda de marfim em plataformas chinesas de comércio electrónico, que apresentam milhares de anúncios sobre objectos de marfim e outros produtos de espécies ameaçadas.

Mais de metade destes produtos são feitos com marfim de contrabando, precisou a "Traffic", uma rede de vigilância do comércio da fauna selvagem, que analisou uma quinzena de sites durante dois anos.

O grupo contabilizou "cerca de 1.500 novos anúncios" por mês sobre este tipo de artigos ilícitos, indicou num relatório.

O marfim e fragmentos de ossos de tigre e de leopardo, carcaças de tartarugas, ou cornos de saigas, um antílope ameaçado de extinção.

Este tráfico apoia-se numa actividade de crescimento muito rápido. Em 2013, a China ultrapassou os Estados Unidos em termos de comércio electrónico.

O gigante Alibaba, que domina 90% do mercado chinês de transacções entre particulares, garantiu recentemente fazer tudo o que estava ao seu alcance para banir artigos ilegais das suas plataformas, e retirar os anúncios suspeitos assim que são assinalados.

Para a "Traffic", os vendedores fogem aos filtros e controlos através da utilização de vários nomes de código, como "materiais africanos", "materiais amarelos" ou "plástico branco", entre as cerca de 60 designações contadas pela ONG.

"Há transacções que não descobrimos, o que significa que o volume de trocas, nestes sites, pode ser ainda mais elevado", advertiu.

A ONG congratulou-se que o total acumulado dos artigos propostos nestes diferentes sites seja actualmente "inferior a dez mil", ou seja, cinco vezes menos que em 2012.

Em Dezembro, um relatório da ONG de defesa ambiental 'Save the Elephants' e da fundação Aspinall avaliou em mais de cem mil o número de elefantes abatidos entre 2010 e 2012, devido ao "crescente e descontrolado" comércio chinês.

O preço do marfim bruto na China, usado na medicina tradicional, aumentou de 550 euros por quilograma em 2010 para 1.540 euros no ano passado.

Alvo das críticas internacionais, Pequim anunciou na passada semana uma proibição, de um ano, sobre a importação de marfim trabalhado.

As ONG consideraram a medida encorajadora mas "apenas simbólica", lembrando que o essencial do contrabando internacional diz respeito ao marfim bruto, obtido com o abate ilegal de elefantes, incluindo em países lusófonos como Angola e Moçambique.

3.4 Infância "mutilada"

Jornal O PAÍS

06 De Março de 2015

Texto: Neusa Filipe

São na sua maioria crianças do sexo feminino na faixa etária que vai dos sete aos quinze anos que constantemente andam pelas ruas e mercados comercializando produtos diversos, produtos esses que lhes são dados ou pelos próprios pais, pela tia ou por qualquer outro indivíduo que tenha sob sua tutela uma criança.

Enquanto fazíamos esta reportagem num dos mercados do bairro Sapú, chamado de 'praça nova' situado na comuna do Calemba 2, deparamo-nos

com várias crianças vendendo. Conversamos com algumas delas que nos contaram como tem sido o seu dia-a-dia e o motivo pelo qual estavam a vender ao invés de estarem na escola ou em casa a fazer os trabalhos de casa ou a brincar com outras crianças da sua idade, visto que são estas as coisas normais que as crianças devem fazer.

Fizemos questão de interrogar todas as crianças que a equipa deste jornal entrevistou, se gostavam ou não de vender, e, todas elas disseram e demonstraram claramente que não gastam do que fazem. Nenhuma só sequer disse-nos que gostava de vender, facto que nos preocupou e nos motivou a prosseguir com a reportagem na esperança de um dia vermos um país sem crianças vendendo. A pequena Lurdes, de oito anos, e a irmã Maya de dez anos foram as primeiras entrevistadas. Encontramos as duas irmãs lá no mercado vendendo sacos de plástico e tomate embalado. Segundo disseram as meninas, a tia com quem vivem é quem lhes manda vender, afirmando que vendem todos os dias e não costumam ir à escola.

" A nossa mãe ficou no mato e vivemos aqui com a nossa tia. A tia nos manda vender e comprar o jantar, nunca fomos à escola" contaram.

Lurdes e Maya afirmaram que a tia fica em casa a cuidar do filho enquanto elas vão à praça vender. Começam a vender de manhã cedo e no final da tarde quando regressam à casa, compram alguma coisa para a família comer com o dinheiro que ganham das vendas.

Prosseguindo, encontramos outra menina, Nelinha, de onze anos, vendedora de água mineral e é a própria mãe quem a manda vender. A mesma disse que estuda no período da manhã e a tarde vai ao mercado vender para ajudar a mãe, pois, enquanto a mãe vende num lado do mercado ela vende no outro e no fim das vendas juntam o dinheiro. Nelinha contou que, embora as vendas sirvam para ajudar a mãe, a pequena admitiu que não gosta de vender alegando que, por estar na praça no período da tarde, raramente faz os trabalhos da escola.

As amigas Fátima de onze e Suzi de doze anos, disseram que conheceram-se no mercado onde costumam vender, consideram-se já colegas de venda. Enquanto a pequena Fátima vende doces feitos pela mãe, a amiga Suzi vende uma variedade de legumes embalados tais como: cebola, alho e cenouras que a mãe a manda vender. A menina Fátima garantiu nos que costuma ir à escola no período da manhã ao passo que a sua amiga Suzi não teve a mesma sorte, já que ela não estuda e apenas faz negócios para ajudar a mãe.

A pequena Fátima disse que gostava de estar em casa a brincar com as amigas com as quais nunca mais brincou, porém, não pode por estar sempre na praça a vender alegando que quando não vai ao mercado vender, a mãe ralha-lhe e com medo de apanhar ao desobedecê-la, sente-se obrigada a ir vender, querendo ou não.

"Desde que a minha mãe começou a me mandar a ir vender nunca mais brinquei com as minhas amigas porque quando chego da escola, encontro-a a fazer os doces e depois manda-me ir vender", contou Fátima.

Ainda no decorrer da reportagem, encontramos outras meninas vendendo. Tratam-se das primas Sofia, de nove anos, e Mãezinha, de dez anos. Ambas estavam a vender fardos que a dona de casa que neste caso é a mãe da Sofia e tia da Mãezinha., manda vender enquanto fica em casa a cuidar dos mais pequenos e a vender uma parte da roupa à entrada da casa. As meninas disseram que estudam no período da manhã e à tarde vão ao mercado vender roupas.

3.5 Kilamba Kiaxi

Jornal Grandes Notícias
6 De Março de 2015

A administração do distrito urbano do Kilamba Kiaxi esteve envolvida na tentativa de colocar ordem na venda ambulante naquela zona, alocando recursos financeiros e materiais aos homens da fiscalização para melhor efectuarem aquele trabalho. Até tudo pareciam que iriam mesmo conseguir resolver os problemas que o próprio governo central não consegue dar a devida solução. Esta semana, conta-se que o cenário parece estar de mal à pior tudo porque a administração, na pessoa da sua administradora Filomena de Freitas, e o chefe de fiscalização se transformaram em grandes incompetentes e meros telespectadores da realidade triste e conturbada que aquela municipalidade está a viver.

Os fiscais, ao invés de fazerem o seu trabalho com brio e profissionalismo, acabavam de receberem os produtos dos vendedores para depois venderem ou levarem para suas casas, como se não tivessem salários.

3.6 Fiscais espancam barbaramente Zungueiras

Jornal O Crime

21 De Março de 2015

Texto: Marcelina Nhangwa

A cidadã Isabel Helena Mussua, 37 anos, dirigia-se à casa da sua mãe para deixar alguns valores monetários, depois da sua jornada laboral, quando se deparou com um grupo de indivíduos trajados de uniformes dos serviços de Fiscalização e empunhados de armas de fogo a espancarem uma vendedora ambulante, cujo nome não soube precisar, que circulava com uma criança ao colo.

Inconformada com a situação interferiu em defesa da sua colega de ofício. Posteriormente, os mesmos não ficaram a gostar partiram imediatamente para as ofensas morais contra a cidadã que tentou evitar que a senhora e o seu bebé continuassem a serem maltratados por quem tem amissão de os proteger.

Enfurecida, respondeu-os na mesma proporção e os agentes decidiram mostrar o seu poderio partindo para a violência física, desferindo-a vários golpes de bicos e socos como se estivessem numa competição de luta livre até ao ponto de a deixarem inconsciente.

Depois, a vítima foi detida e passou a noite numa das celas da Esquadra da Polícia no Benfica. Isabel Mussua contou que só veio a se aperceber que estava detida várias horas depois, isto é, no momento em que acordou na cela e os agentes se comoveram com a sua situação. e a levaram à unidade hospitalar mais próxima. Para além de ter desmaiado, Isabel Mussua disse que os seus agressores pretiram-lhe o nariz, ficou com hematomas nas nádegas e com vários ferimentos nas partes íntimas do corpo que a estão a impossibilitar de se vestir correctamente.

Por falta de forças para se locomover, a cidadã que vagueava livremente pelas ruas de Luanda, vendendo os seus produtos, agora, está limitada a se rastejar até para beber um copo de água.

Com um semblante de tristeza, contou que depois de saírem do centro de saúde, os efectivos da polícia a levaram em casa. O estado em que se encontrava surpreendeu todos os seus filhos que nunca a haviam visto assim.

Revoltados e esperançosos de que os agentes sejam criminalmente responsabilizados, Isabel e seus filhos dirigiram-se até à esquadra e denunciaram o acto, mas, para a tristeza deles, os tais agentes até agora

não foram encontrados e o processo parece ter ficado pelo caminho.

Os familiares da vítima defendem que este crime praticado por agentes do Estado que têm o dever de manter ordem e a tranquilidade pública sejam punidos de forma exemplar, visto que só assim deixarão de maltratar as vendedoras ambulantes. Defenderam que tem sido constante os efectivos da Fiscalização e da Polícia Nacional tratarem as comerciantes de forma desumana.

Helena Massua sustenta os seus cinco filhos com os poucos recursos provenientes desta actividade, já que se encontra separada do esposo e o mesmo está desempregado.

"Estou desde sábado a rastejar, sustento sozinha os meus filhos, nessas condições não sei quem vender para mim e o que os meus filhos vão comer", disse Isabel com um olhar soturno.

Um mês dedicado as mulheres crimes, diversos de violência doméstica só tendem a aumentar e é caso de se dizer "Que Março Assassino".

3.7 Município com novos equipamentos sociais

Jornal de Angola

26 de Março de 2015

Texto: Victor Pedro

As vendedoras de Porto Amboim, na província do Cuanza Sul, têm um novo mercado municipal que oferece boas condições de comodidade.

A infra-estrutura foi inaugurada pelo governador provincial, Eusébio de Brito Teixeira.

O mercado municipal situa-se perto da estrada nacional 100 e tem 2.500 metros quadrados de superfície. O espaço dispõe de 626 bancadas, 16 lojas e parque de estacionamento para 144 viaturas.

Além do mercado, o governador provincial inaugurou na localidade da Oenda uma represa com capacidade de armazenar 24 mil metros cúbicos de água, destinada a estimular o desenvolvimento do pólo agropecuário na região.

O governador provincial, Eusébio de Brito Teixeira, reconheceu os esforços da companhia petrolífera Total EP Angola como parceira privilegiada do Executivo, pela forma como responde às preocupações que afligem as populações, edificando obras de impacto social para melhorar a vida social dos beneficiários, como é o caso do mercado e da represa agora inaugurados.

A administradora municipal de Porto Amboim, Edna Lourdes Huassuca, disse que o novo mercado surge no momento em que os municípios exerciam as suas actividades comerciais em condições precárias e sem o mínimo de higiene, o que punha em causa a saúde pública dos vendedores e clientes.

Edna Lourdes Huassuca sublinhou que com acções do género, o Executivo angolano e os seus parceiros sociais pretendem minimizar as principais preocupações sociais que enfrentam as populações.

A administradora municipal de Porto Amboim reconheceu grandes melhorias a nível do município, tendo em conta a nova dinâmica que a administração tem vindo a criar, através da identificação de problemas que as comunas, aldeias e bairros enfrentam. "Vamos continuar a desenvolvendo para melhorar a vida das populações", disse.

3.8 Administração aperta o cerco aos ambulantes

Jornal de Angola

27 De Março de 2015

Texto: Afonso Belo e João Constantino

A Administração Municipal do Cuito, província do Bié, pretende acabar com a venda ambulante e em locais impróprios, para tornar a cidade mais limpa e organizada, disse o responsável pela área económica da administração.

Nelson Quintas informou que a administração vai tomar medidas contra os vendedores do mercado de Tchissindo, o maior do Cuito, que insistem em vender os seus produtos fora do recinto, o que contribui para o grande amontoado de lixo ao redor do mercado.

"O Comércio feito nesse perímetro cria amontoados de lixo, o que constitui um atentado à saúde humana, por isso vamos tomar medidas", disse Nelson

Quintas, que acrescentou que a Administração Municipal do Cuito está a identificar áreas seguras e de fácil acesso na periferia da cidade para a construção de novos mercados.

A comuna do Cunje, no município do Cuito, capital da província do Bié, vai ter um mercado com capacidade para três mil vendedores.

A informação foi dada pela vice-governadora para a Área Económica, Deolinda Gonçalves, no município de Chitembo, 140 quilómetros a sul do Cuito.

Deolinda Gonçalves, que integrava a visita de campo do governador do Bié, Boavida Neto, disse existirem projectos para acolher condignamente os vendedores. Durante a jornada de campo, o governador visitou várias obras sociais.

3.9 Jardim vira praça

Correntes do Kwanza

29 De Março de 2015

No Bairro Benfica de Benguela, rua travessa-17 em frente ao Bar Palanca, existe um jardim que está fora de uso já a muitos anos e está a ser transformado em pequeno mercado informal aos olhos da Administração Municipal de Benguela.

O local facilita as senhoras que ali vendem vários produtos alimentares, por ser próximo das suas residências, não têm grandes custos com transporte para levarem e aguardem os negócios em suas casas no fim de cada dia de trabalho e dia seguinte voltarem ao mesmo local de venda. Jardim

3.10 Um olhar sobre a famosa praia dos pescadores

Correntes do Kwanza

29 De Março de 2015

Texto: António Hespanhol

Situada no bairro lombo - lombo, rua do comércio em Cabinda é uma das praias mais conhecidas por ser uma das mais frequentadas pelos pescadores, estivadores e várias outras pessoas que vêm aí seu

ponto de sustento diário. A nossa equipe visitou a praia e conversou com alguns pescadores que acabavam de chegar de uma embarcação que durou cerca de 14 dias e Joel, um dos estivadores nos fala mais sobre esta actividade que tem sustentado centenas de famílias.

O Joel tem 17 anos e estuda a 8ª classe no período pós-laboral no complexo Escolar Barão Puna e ganha a vida como estivador de pequenos barcos que exercem a actividade pesqueira no litoral da praia do Lombo-Lombo em Cabinda. Sua responsabilidade é criar condições para embarcação e ajudar na descarga dos produtos no período da desembarcação, o Joel tem ambições e sonha ser engenheiro mecânico mas enquanto isso passa, as horas a trabalhar na praia para suportar os seus estudos.

Várias pessoas da sociedade civil e de diferentes classes sociais tem a praia dos pescadores como o ponto de referência para se adquirir um bom peixe fresco. Apesar dos seus encantos, a praia é também um dos pontos de maior concentração de grupos de jovens delinquentes que aproveitam-se da área para assaltar os visitantes da praia. É um perigo transitar por aqueles lados a partidas 18h00, nos conta o Joel.

O Joel ganha uma certa quantia de peixe por cada serviço que presta aos barqueiros e depois vende as zungueiras que por sua vez levam para as ruas para serem comercializadas aos consumidores finais.

3.11 Zungueiras grávidas e batalhadoras

Jornal da Nova Angola

31 De Março de 2015

Texto: Neusa Filipe

(neusa.nliperedlanova.co.ao)

São mulheres, esposas, mães, amigas, companheiras, conselheiras e acima de tudo batalhadoras que, com um 'barrigão' enorme carregando vidas no seu ventre, levantam-se cedo pela manha percorrendo diversos lugares a busca de pão para os seus filhos, sem se importar com o calor, a poeira, com o cansaço e com intrigas da sociedade.

A falta de um espaço fixo ou de uma praça em condições, segundo as entrevistadas, e o principal motivo que leva muitas mulheres vendedoras incluindo as grávidas, andarem de um lado ao outro comercializando os seus produtos.

Grávida do seu terceiro filho, a jovem Fernanda Samuel de 25 anos de idade, e vendedora de roupa, e vende urna boa parte da sua mercadoria na zunga, mas quando se sente cansada de tanto andar, procura acomodares em algum lugar onde estejam outras vendedoras e onde haja maior circulação de pessoas. A mesma alegou que, embora esteja no oitavo mes de gestação, não pretende deixar de vender tão cedo, e ira faze-lo somente quando estiver na ultima semana de gravidez para não faltar o pão em casa.

Fernanda vive com o esposo e os dois filhos. Acerca da razão que a leva vender, disse que o salário do seu marido nunca a foi suficiente para o sustento da família, e para não ficar de braços cruzados e dependendo dele, resolveu fazer negócios para ajudá-lo no sustento da família.

Apesar de Levantar-se muito cedo para vender e alimentar-se de forma irregular e inadequada, visto que passa a maior parte do tempo na rua, Fernanda afirmou que nunca teve problemas de saude durante a gravidez, tern feito as consultas pré-natal regularmente e alimenta-se essencialmente de hortaliças.

"Procuro sempre comer o que aparece, não tenho muito dinheiro para comprar boa comida aqui na rua onde passo o dia, mas quando como funje tern que ter sempre algumas verduras tal como a medica obstetra me tern dito quando vou as consultas" , disse.

Para a jovem Teté de 21 anos de idade, a gravidez nunca constituiu impedimento para o exercício de determinadas funções. Estando actualmente grávida de sete meses do seu segundo filho, a jovem mãe disse que sempre foi vendedora e apesar do cansaço do dia-a-dia, nunca chegou a ter problemas de saude durante a gestação.

Teté afirmou ainda que, deixaria de vender na zunga se existissem mercados suficientes para as vendedoras. A jovem admitiu que a sua alimentação não tern sido a mais adequada para urna gestante, alegando estar já acostumada a alimentar-se dessa forma. Segundo fez saber, antes de sair de casa, Teté cozinha funje para o seu pequeno-almoço mas, enquanto fica na rua vendendo, compra comida algures para comer.

No que diz respeito as consultas pré-natal, garantiu que tern feito todas e considerou tratarem-se de consultas muito importantes pois, ajudam as mulheres a ter a certeza de que esta tudo bem consigo e com o bebe.

Fiscalização, o maior carrasco das vendedoras

Ao prosseguirmos com a reportagem, fizemos uma paragem nos arredores do mercado Avó Kumbi, situado no distrito do Kilamba kiaxi, onde nos deparamos com varias zungueiras que estavam naquelas imediações vendendo os seus produtos. Interrogadas pelo O PAÍS, disseram que tem vendido sempre os seus produtos 'zungando' naquele local junto ao mercado, por ter maior numero de clientes devido a praça que ali se encontra.

As mesmas disseram que vendem na sua parte exterior por não terem um lugar fixo dentro da praça. Dentre essas entrevistadas encontravam-se muitas mulheres grávidas que também vendem ali os seus produtos 'zungando' com as quais tivemos a oportunidade de conversar. Uma dessas mulheres e a senhora Teresa Victor, zungueiras há mais de dez anos, disse estar no oitavo mes de gravidez do seu sétimo filho e lamentou o facto de os fiscais estarem sempre a maltratar as zungueiras que ali vendem.

"O nosso dia-a-dia vendendo aqui e sofrer na mão dos fiscais, não nos deixam em paz, estão sempre a correr connosco, dão-nos pontapés, batem-nos com paus sem se importar com o nosso estado nem com aquelas mães que vendem com crianças; as vezes deitam fora ou levam a nosso negócio fazendo com que a pessoa comece do zero para repor a perda", contou.

Por sua vez, dona Filomena Gabriel, zungueiras há vinte anos e mãe de seis filhos, disse que mesmo estando no mes dedicado as mulheres, as fiscais continua a tratá-las sem delicadeza, alegando que já chegou de perder seis mil kwanzas em consequência do confisco do seu negocia pelos fiscais.

Segundo apuramos, da mesma e de outras testemunhas que com ela vendiam, sempre que os fiscais aparecem naquele local, procuram confiscar produtos de valor, ou seja, aqueles vendidos a um preço elevado, isso porque quando tais produtos são apreendidos, a multa para recupera-los e mais elevada em relação aos de baixo custo, o que aguça, segundo as entrevistadas, a ambição dos fiscais.

"Os fiscais chegam aqui, sem respeito nenhum, e do nada recebem a nossa mercadoria, se forem produtos básicos como tomate e cebola, deitam fora, mas se for algo de valor como roupas, telefones, material escolar e tantos outros, eles levam consigo e quando vamos atrás deles para recuperarmos os produtos, obrigam-nos a pagar uma multa de cinquenta mil

kwanzas para ter a mercadoria de volta muitas vezes já incompleta", protestou.

Dona Filomena admitiu já ter brigada com alguns agentes fiscais impedindo que os mesmos levassem a sua mercadoria. Apesar de não gostar de violência, sentiu-se obrigada reagir de tal forma para defender o ao dos seus filhos, visto que tem-se levantado cinco horas da manha em busca do mesmo considerando-se ma mulher de muita garra que desde sempre batalhou para garantir o sustento da sua família.

Embora não esteja grávida, ainda assim confessou que ao longo dos eus vinte anos como vendedora, quando estivesse grávida, não parava de vender, fazia-o ate ao Ultimo mês de gravidez, alegando ter tido momentos em que sentia as dores e parto na rua vendendo. Disse que sempre estive de boa saude, justificando que o segredo da sua boa disposição esta em frequentar sempre consultas pré-natal e em alimentar-se bem.

As entrevistas disseram que, o facto de os fiscais não possuírem nenhum documento assinado ou cambado por uma entidade responsável e que sirva de comprovativo de que em caso de apreensão de mercadoria, o cidadão deve mesmo pagar uma multa, as tern inquietado já que a referida multa tern sido paga directamente aos fiscais, razão que as faz acreditar que os mesmos tern -se aproveitado da sua vulnerabilidade para explora -lãs e se enriquecerem a custa de quem batalha dia e noite para conseguir o pouco que tem.

"Nós não temos onde reclamar quando os fiscais levam os nossos produtos, queremos saber onde e que eles põem o dinheiro dessa multa de cinquenta mil kwanzas que costumam cobrar na rua sem assinatura de ninguém e sem nenhum documento comprovativo, se aqui no Kilamba Kiaxi não existe nenhum gabinete aonde eles guardam as coisas que apreendem?", questionaram.

As vendedoras zungueiras garantiram que deixariam de vender na zunga se o Governo construíssem mercados em condecotes e em locais de fácil acesso para a população.

4. OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Verba do combate à pobreza sem alteração

Jornal de Angola

05 De Março de 2015

Texto: Adelina Inácio

Ministro da Saúde José Van-Dúnem falou das vantagens dos serviços de municipalização para a população o Executivo manteve, na proposta de Lei de Orçamento Geral do Estado revisto para este ano, todas as verbas destinadas aos programas de combate à pobreza no mesmo nível do ano passado, garantiu ontem a ministra do Comércio.

Rosa Pacavira, que falava durante a discussão, na especialidade, da referida proposta, acrescentou que o programa de merenda escolar também está acautelado. "Não foram reduzidas as verbas para o Programa de Combate à Fome e à Pobreza, nem reduzidas as verbas para a merenda escolar", assegurou.

A ministra do Comércio, que também é coordenadora da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, sublinhou que, para este ano, as verbas para a merenda escolar estão alocadas às repartições municipais da Educação. Anunciou a construção, em Bom Jesus, da primeira fábrica de produtos para a merenda escolar, cuja metodologia de distribuição está a ser revista pelo Executivo.

O deputado Manuel Fernandes, da CASA -CE, questionou o ministro da Administração do Território sobre as verbas atribuídas às festividades da Independência Nacional. Manuel Fernandes quer que se evitem eventuais exageros nas verbas para as comemorações do 11 de Novembro. Bornito de Sousa esclareceu que a verba que está inscrita para o 11 de Novembro é de 41 milhões de kwanzas. "Não sei porque o senhor fala em exagero!", disse. O ministro também registou as considerações feitas pelos deputados João Pinto, do MPLA, e Eugénio Manuvakola, da UNITA. O primeiro fez referência à atitude dos fiscais para com os cidadãos, enquanto o segundo falou da preservação do ambiente e as

condições de saneamento básico em Luanda, tendo em conta a situação das chuvas. O ministro da Saúde informou que, com os serviços de municipalização dos serviços de saúde, o Executivo pretende garantir as condições para as instituições, ao nível dos municípios, poderem oferecer serviços com a melhor qualidade possível. José Van-Dúnem esclareceu que os recursos são transferidos para as administrações, que são as entidades administrativas mais próximas da população, que passam a ter a responsabilidade de satisfazer as expectativas da população ao nível dos municípios, tendo em conta o Programa Nacional de Desenvolvimento Sanitário.

O ministro disse ser necessário actuar junto da população para que ela entenda que tem um direito que está disponível para seu benefício. A intenção do Programa de Municipalização dos Serviços de Saúde, explicou, é mobilizar as comunidades, dar a conhecer o que está disponível e aumentar a capacidade de esforço que o Executivo vem realizando para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

O ministro dos Transportes informou que o sector que dirige tem um conjunto de projectos, tendo citado a construção do novo aeroporto de Porto Amboim. Augusto Tomás explicou que o Executivo aprovou a requisição de um "ferryboat" e um catamarã para o transporte de passageiros, carga contentorizada e viaturas.

4.2 OGE revisto vai à aprovação final

Jornal O PAÍS

06 De Março de 2015

Esta decisão foi tomada ontem, Quinta-feira, durante a reunião de líderes dos grupos parlamentares' orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

O Orçamento Geral do Estado (OGE 2015), aprovado na generalidade no dia 25 de Fevereiro, comporta receitas estimadas em 5,4 triliões de kwanzas, contra os 7,2 inicialmente previstos.

A nova versão desse instrumento financeiro já analisado pelas comissões de especialidade prevê um corte orçamental na ordem de 1,8 trilião de kwanzas.

Em declarações à imprensa no termo do encontro, o vice-presidente do grupo parlamentar do MPLA, João Pinto, afirmou que o seu partido, como suporte

do Executivo, vai dar o voto favorável a este documento.

De acordo com o deputado, a actual conjuntura da economia internacional' caracterizada pela queda do preço do barril do petróleo, leva as autoridades de direito a reflectir sobre o aumento da base tributária.

Explicou que no início deste ano entrou em vigor o pacote tributário que não é mais senão o aumento da base tributária, assim como foi aprovada a Lei das Cooperativas que vão gerar mais empregos, contribuindo para o aumento das receitas.

Visão da Oposição

O presidente do grupo parlamentar da Unita, Raúl Danda, manifestou-se céptico quanto a possibilidade de as inquietações apresentadas pelo seu partido durante os debates na especialidade possam vir a ser consideradas.

"O que vai acontecer é apenas um exercício para confirmar aquilo que já está escrito pelo Executivo. Nada será alterado", disse Raul Danda a este jornal.

Para ele, o actual Orçamento Geral do Estado ainda possui algumas "nuvens negras" que continuam por se esclarecer, entre as quais a anunciada isenção nas remessas unilaterais e os pagamentos para formação e saúde no estrangeiro.

O deputado da UNITA disse que as explicações do ministro das Finanças, Fernando Manuel, não foram esclarecedoras, nomeadamente sobre o alcance da medida e se as mesmas são temporárias ou permanentes.

"Não sabemos qual será o real percentual e qual a taxa real", disse Raul Danda que questiona também o facto de não estar claro se os bancos irão exigir alguns justificativo para tais transferências.

Por seu turno, o líder da bancada parlamentar da CASA -CE, André Gaspar Mendes de Carvalho, foi citado pela Angop como tendo dito que o voto da sua bancada estará condicionado à aceitação das propostas feitas ao Executivo em relação a este documento. O parlamentar referiu que o seu grupo pediu que seja revista a situação dos cerca de 10 mil antigos combatentes que ainda não se encontram inscritos na Caixa de Segurança Social, bem como a questão da fiscalização por parte do Parlamento às acções do Executivo.

O presidente da FNLA, Lucas Ngonda, frisou, por sua vez, que o seu partido votou favoravelmente aquando da aprovação na generalidade.

Contudo a sua decisão final depende da aceitação ou não das propostas apresentadas.

4.3 Executivo corta cerca de 60% nos subsídios públicos

Grandes Notícias

6 De Março de 2015

O Governo vai cortar este ano, para menos de metade, os subsídios aos combustíveis, utilizados para manter os preços finais artificialmente baixos, face aos mais de três mil milhões de euros inicialmente previstos.

Os dados constam do novo Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015, revisto face a queda da cotação do petróleo no mercado internacional, que por sua vez, reduziu fortemente as receitas fiscais com a exportação de crude.

De acordo com o documento, a rubrica subsídios passa de 374,3 mil milhões de kwanzas, no OGE que entrou em vigor a 1 de Janeiro, para 154,3 mil milhões de kwanzas na revisão que esta a ser discutida, na especialidade, na Assembleia Nacional. Este corte representa 58, por cento na dotação inicial para 2015.

4.4 OGE Revisto

Jornal Expansão

6 De Março de 2015

Texto: Carlos Rosado De Carvalho

O OGE revisto em discussão na Assembleia Nacional traz boas e más notícias.

Começando pelas más notícias, o investimento sofre um corte superior a 50%. Quando bem seleccionado, bem projectado, bem adjudicado, bem executado, bem fiscalizado e bem mantido, o investimento público é considerado pelos economistas como boa despesa, devido ao seu efeito reprodutivo ao longo de vários anos.

Analisando o orçamento do ponto de vista funcional, cai por terra aquela que era uma das imagens de marcado do OGE 2015 inicial e que consistia no facto de, pela primeira vez desde o fim da guerra, as

despesas com educação e saúde juntas ultrapassarem as despesas com a defesa e segurança.

No OGE inicial para 2015, o conjunto das verbas destinadas à educação e saúde ascendia a 1,063 biliões Kz ou 14,7% do total. Já o orçamento da defesa e segurança não ultrapassava 1,023 biliões Kz, correspondentes a 14,1% do OGE.

No OGE revisto as despesas com educação e saúde somam apenas 738,1 mil milhões Kz, o equivalente a 14,5% do total, enquanto o envelope da defesa e segurança ascende a 847,3 mil milhões Kz, correspondentes a 15,5% do total.

Passando às boas notícias, destaco a redução do preço fiscal do barril de petróleo de 81 USD para 40 USD. O Executivo faz bem em admitir um cenário conservador para a principal variável do OGE. É melhor ser surpreendido pela positiva do que pela negativa.

Mas a melhor notícia do OGE Revisto é o timing da revisão. A reacção ao actual choque petrolífero está a ser mais rápida do que sucedeu em 2009, quando o OGE revisto só foi aprovado a meio do ano. A reacção tardia obrigou mesmo ir bater à porta do Fundo Monetário Internacional, com quem negociou um empréstimo de ajuda à balança de pagamentos.

Em vez de reagir tarde e a más horas, como sucedeu na crise de 2008, o Executivo está a jogar por antecipação tentando prevenir males maiores.

4.5 OGE 2015 Revisto tem “almofada” de 600 mil milhões Kz

Jornal Expansão
10 De Março de 2015
Carlos Rosado de Carvalho

O Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 Revisto tem uma “almofada” da ordem dos 600 mil milhões Kz, caso a cotação do barril de petróleo se mantenha aos níveis actuais, próximos dos 60 USD, de acordo com cálculos do Expansão a partir de dados oficiais.

A proposta de revisão do OGE 2015 aprovada na generalidade pela Assembleia Nacional e actualmente em discussão na especialidade - foi elaborada com base num preço do barril de petróleo de 40 USD o barril, contra os 81 USD do OGE inicial.

De acordo com as projecções do Executivo constantes do OGE 2015 Revisto, num cenário de 40 USD o barril, as receitas petrolíferas ascenderão a 1,039 biliões Kz. O Preço de 40 USD o barril e considerado um preço conservador. Por exemplo, o Fundo Monetário Internacional aponta para um preço médio de 60 USD o barril em 2015.

Num cenário de 60 USD o barril, em 2015, entrariam nos cofres do Estado angolano 1,631 biliões Kz, de acordo com projecções do Executivo incluídas no Plano anual de Endividamento 2015 do Executivo, a que 0 Expansão teve acesso.

Feitas as contas, o OGE 2015 Revisto tem uma almofada de 602 mil milhões Kz, diferença entre a projecção das receitas com o preço do barril nos 60 USD o barril, como prevê o FMI, e os 40 USD considerados pelo Executivo na revisão do orçamento.

A 'almofada' significa que o défice orçamental projectado no OGE Revisto pode estar inflacionado. Este documento aponta para um buraco orçamental de 806,5 mil milhões Kz resultado da diferença entre receitas de 2,7 biliões Kz, das quais 1,0 biliões provenientes do petróleo, e despesas de 3,5 biliões Kz.

Se as previsões do FMI de 60 USD o barril em 2015 se concretizarem, as receitas petrolíferas angolanas engordar ao" para 1,631 biliões Kz, elevando as receitas totais para 3,3 biliões Kz. Caso as despesas permanecessem ao nível dos 3,5 biliões projectados no OGE Revisto, o défice público pouco ultrapassaria os 200 mil milhões Kz, contra os referidos 806,5 mil milhões inscritos na proposta de revisão do orçamental.

Medidas anti-crise

A revisão ornamental em discussão na Casa das Leis esta conforme o Decreto Presidencial n.º 56/15, publicado no Diário da Republica de 5 de Marco, que aponta uma série de medidas para fazer face a redução do preço do petróleo "sem comprometer os objectivos preconizados no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, (...) a estabilidade macroeconómica e o desenvolvimento da economia nacional, bem como as necessidades prementes das populações".

Ao todo, são 15 as medidas aprovadas no Conselho de Ministros de 6 de Fevereiro e divididas em cinco áreas: conjuntural, estrutural, administrativa e metodológica e política e diplomática.

As medidas de natureza conjuntural são de carácter monetário e cambial e procuram combater tendências inflacionistas, mantendo a estabilidade de preços para que a taxa de inflação não resvale para fora do intervalo entre os 7% e os 9%. Pretende-se também que as reservas cambiais, principalmente do dólar, permitam que o País possa cobrir mais de cinco meses de importações de bens e serviços não factoriais.

As medidas de carácter fiscal são cinco, com destaque para a referida redução do preço médio de comercialização do barril do Brent de 81 USD no OGE inicial para 40 USD, um valor mais conservador do que aquele que se pratica actualmente no mercado.

A revisão em baixa do preço-base do petróleo teve consequências sobre a receita prevista e obrigou a ajustamentos ainda maiores nos gastos.

Contudo, os cortes nas despesas não podem por em causa o normal funcionamento da Administração Pública em sete sectores, orienta o Decreto Presidencial. Os sectores a preservar são os serviços de saúde, educação, aprovisionamento das forças armadas, polícia nacional, serviços de segurança, assistência e protecção social. Neste último capítulo, pretende-se salvaguardar a manutenção de recursos que permitam satisfazer "as necessidades mínimas dos 54 Programas do Sector Social" inscritos no OGE para 2015.

Com as receitas provenientes do petróleo em baixa, o Executivo aposta no aumento de receitas não petrolíferas. o Decreto presidencial fala mesmo num acréscimo deste tipo de receitas em 900 milhões de USD, o equivalente a cerca de 95 mil milhões Kz. No entanto, comparando o OGE 2015 inicial com o Revisão, as receitas nas petrolíferas sobem apenas 20 mil milhões Kz.

Quanto as medidas estruturais, apontam para uma "manutenção do ritmo de crescimento económico do produto", com o PIB global a aumentar 6,6%, resultado de um crescimento na ordem dos 9,8% do sector petrolífero e de 5,3% do sector não petrolífero. Em termos nominais, o PIB projectado para 2015 é de 11,5 biliões Kz, soma de 2,2 biliões Kz de PIB petrolífero e de 9,3 biliões de PIB não petrolífero.

4.6 Comissões aprovam relatório conjunto

Jornal de Angola

17 de Março de 2015

Texto: Adelina Inácio

As comissões de Economia e Finanças e a dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos aprovaram ontem o relatório parecer conjunto do Orçamento Geral do Estado revisado, o que abre caminho à aprovação final global do documento na quinta-feira.

O presidente da Comissão de Economia e Finanças garantiu à imprensa que o documento aprovado reflecte as preocupações manifestadas durante a apreciação do Orçamento na especialidade.

Manuel Nunes Júnior afirmou que o documento está em condições de ser discutido e aprovado em sessão plenária. "Acabamos de dar um passo importante, com a aprovação do parecer conjunto final que vai ser levado a debate na próxima reunião plenária, disse e realçou que "o documento é consensual".

Os deputados entendem ser necessário que a Assembleia Nacional e o Executivo reforcem, articulem e adoptem mecanismos formais e constitucionais de acompanhamento da execução do Orçamento Geral do Estado para proporcionar um efeito útil aos contributos dos deputados e parceiros sociais.

Recomendações

No sector do Planeamento e das Finanças, os deputados pedem a revisão da Lei da Contratação Pública para ser observado o princípio da subcontratação de empresas angolanas locais no quadro dos projectos financiados por linhas de crédito. Os deputados entendem que a par da existência de preços fixados na economia nacional se adoptem medidas que intensifiquem e alarguem o âmbito de observação dos preços vigiados.

No sector da Administração Pública, Trabalho e

Segurança Social, pedem medidas para responsabilizar os professores que auferem salários e se furtam a desempenhar funções nas localidades onde foram colocados. Também defendem a melhoria das condições laborais, sociais e particularmente salariais de médicos, enfermeiros e professores. Os deputados, que fizeram igualmente recomendações no domínio da construção, pediram ao Executivo a conclusão das obras de reabilitação de estradas secundárias e terciárias e inscrição nos próximos orçamentos de verbas que permitam outras estradas.

Outra recomendação recai na Energia e Aguas. Querem que as empresas públicas, no interesse da transparência e da boa governação corporativa, prestem regularmente contas das actividades, incluindo a organização da contabilidade.

Na Agricultura, pediram mais atenção à produção de sementes no país. Sobre as telecomunicações e tecnologias de informação, entendem que se deve dar maior atenção ao programa do Governo electrónico e à construção de mediatecas. Os deputados pediram o reforço do sector da saúde em técnicos e médicos e que nos próximos orçamentos seja aumentada a dotação orçamental, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos hospitais públicos. No relatório conjunto é pedido mais investimento para melhorar o Hospital Sanatório de Luanda e garantir a comparticipação do Estado no preço dos medicamentos para doenças crónicas. No documento são igualmente pedidas verbas para o programa de combate à criminalidade e a protecção de idosos.

4.7 OGE 2015 aprovado com 88 recomendações ao Governo

Novo Jornal

20 De Março de 2015

O OGE 2015 RETIFICATIVO foi aprovado com 154 votos a favor, do MPLA e da FNLA e 40 contra, da UNITA, CASA-CE e do PRS.

O novo documento corta um terço de todas as despesas públicas e fixa um défice orçamental de 7 por cento do Produto Interno Bruto (PIE), face aos 7,6 por cento do documento anterior, que entrou em vigor a 01 de Janeiro.

Devido à quebra de 55 por cento na cotação internacional do barril de petróleo, o novo OGE define que a previsão da cotação do barril de crude

para exportação, necessária para a estimativa das receitas fiscais, desça de USD 81 para USD 40.

Esta revisão fará reduzir o peso do petróleo nas receitas fiscais de 70 por cento em 2014 para 36,5 por cento este ano. Contudo, o barril de crude está a ser cotado nos últimos dias em torno dos USD 60.

Na sua declaração de voto, o líder da bancada parlamentar da UNITA, Raul Danda, disse que o orçamento aprovado está "preenche de incertezas".

"E que ainda se propõe, para não variar, dar superpoderosa o titular do poder executivo para usar o dinheiro dos angolanos da forma como entender, uma carta-branca para fazer ajustes orçamentais, quando e como quiser, incluir e excluir despesas, endividar o país quando lhe convier", justificou Raul Danda.

Segundo o deputado, o grupo parlamentar da UNITA votou contra o orçamento por considerar que o mesmo "vai prejudicar e dificultar a vida dos cidadãos pobres, por um lado, e por outro alimentar a corrupção".

Por sua vez, o deputado da CASA-CE Alexandre Sebastião André considerou que o orçamento aprovado não ajuda o propósito da diversificação da economia.

"O que constatámos numa apreciação cirúrgica deste orçamento é que tanto para a agricultura como para a indústria, que absorvem grandes quantidades de mão-de-obra, que absorve a juventude, é completamente discriminado", frisou o deputado da segunda maior força da oposição angolana.

Alexandre Sebastião André referiu ainda que os salários foram periodizados, mas entretanto os preços "dispararam no mercado", o que mexe com o poder de compra dos cidadãos.

Face à quebra na cotação internacional do petróleo, o Governo angolano reformulou várias previsões para 2015 e avançou, no OGE revisto, com um corte de um terço nas despesas totais.

O documento define que a previsão da cotação do barril de crude para exportação, necessária para a estimativa das receitas fiscais, desce de 81 para 40 dólares. Esta revisão fará reduzir o peso do petróleo nas receitas fiscais angolanas de 70% em 2014 para 36,5% este ano.

O défice orçamental é de 7% do Produto Interno Bruto (PIE), face aos 7,6% do anterior orçamento.

4.8 Delinquência na execução do OGE de 2013 e o sanatório do saque

Jornal O Crime

21 De Março de 2015

Texto: Rafael Marques

O tribunal realizou visitas de inquérito aos ministérios da Construção, da Educação, dos Transportes, da Saúde, da Energia e Águas, assim como do Urbanismo e Habitação. Maka Angola partilha, com os seus leitores, os dados do relatório e o parecer do tribunal, aos quais teve acesso.

A cabeça, figura o Ministério da Construção, por ter celebrado contratos no valor de dois biliões de dólares sem "visto prévio do TC [Tribunal de Contas] e que não foram submetidos à fiscalização preventiva".

O TC demonstra a leviandade na gestão do referido ministério com um contrato de US \$80 milhões, celebrado em 2006, para a reabilitação da Estrada Lucala-Samba-Cajú- Camabatela-Negage, nas províncias do Kwanza-Norte e Uíge. Em 2011, o mesmo contrato passou para US \$106.5 milhões, causando uma diferença de US \$26.5 milhões, "facto que contrapõe as directrizes legais previstas", segundo o Tribunal de Contas. Já com o OGE de 2013 em execução, o Ministério da Construção inseriu e implementou 22 novos projectos à revelia da lei, no valor de US \$333.6 milhões. O tribunal citou a Lei-quadro do OGE (Lei n.º 1/09), que proíbe a criação de programas, projectos ou actividades no decurso da execução do orçamento. O mesmo órgão referiu ainda a violação da Lei do OGE de 2013, sobre a Disciplina Orçamental e sua execução, que dizia respeito ao imperativo de as despesas disporem de inscrição orçamental e terem "cabimento na programação financeira, estando adequadamente classificada e que satisfaça o princípio da economia, eficiência e eficácia". Por sua vez, o Ministério do Urbanismo e Habitação executou projectos não previstos no OGE, no valor de US \$915.7 milhões, em violação à legislação em vigor.

O tribunal invoca os mesmos argumentos legais referidos no caso do Ministério da Construção.

O Ministério dos Transportes surge nas investigações como outra instituição problemática, onde grandes prevaricadores gerem a coisa pública. O ministério celebrou contratos no valor de US \$156.1 milhões e 90 milhões e 830 mil euros, ao arrepio da Lei do

OGE de 2013 e do Decreto Presidencial nº320/ II sobre as Regras de Execução Orçamental.

Desses valores a multinacional brasileira Odebrecht recebeu a maior fatia, no valor de US \$68 milhões e 940 mil, enquanto a empreiteira portuguesa embolsou o segundo maior valor, na ordem dos 41 milhões e 577 mil euros. Ambas as empresas foram contratadas para a mesma obra: a construção do Aeroporto Internacional da Catumbela.

Segundo o Tribunal de Contas, o ministro infringiu o dispositivo sobre disciplina e execução orçamentais do OGE de 2013, que proíbe a "realização de despesas variáveis com valores indexados à moeda externa".

O TC citou ainda a violação do Decreto Presidencial sobre as Regras de Execução Orçamental, que proíbe a celebração de contratos e a realização de despesas em moeda estrangeira com entidades residentes cambiais. Excepção à regra é a autorização superior do chefe do governo, o presidente José Eduardo dos Santos. O mesmo decreto também proíbe a celebração de contratos "com entidades não residentes cambiais representadas por residentes cambiais e por estes interpostos, apenas com o fim de contratação em moeda estrangeira".

Por outro lado, o TC revelou também que o Ministério dos Transportes celebrou contratos no valor de US \$38.5 milhões sem ter passado pela sua "fiscalização preventiva", como manda a lei. Desse valor, o ministério aparentemente investiu mais de US \$10 milhões na aquisição de 240 autocarros à Auto-Sueco e à Angolauto, sem autorização legal.

O facto de o ministro Augusto da Silva Tomás continuar em funções depois de tão graves actos permite duas leituras. Ou teve autorização verbal do seu chefe, o presidente José Eduardo dos Santos, para violar a lei e o decreto presidencial, ou o presidente pura e simplesmente continua a ignorar os actos de indisciplina, má gestão e corrupção dos membros do seu executivo.

Já o Ministério da Educação executou empreitadas no valor de US \$17.4 milhões, no âmbito dos projectos de Reforço da Qualidade de Ensino Secundário e "Li-Ações Complementares". Segundo o TC, pelos valores envolvidos, os mesmos deveriam ter sido submetidos à fiscalização preventiva. "Os mesmos contratados não cumpriram a condição prevista no nº 11 Do artigo 5.º no Decreto Presidencial n.º 309/10 de 29 de Dezembro".

Trata-se do articulado que proíbe a celebração de contratos em moeda estrangeira com entidades residentes cambiais.

Por outro lado, desde o OGE de 2011, o Ministério da Educação tem dedicado anualmente o valor exacto de US \$1,570,392 para "um contrato de prestação de serviços assumido com a empresa LLT, Lda.". Esse contrato também nunca foi comunicado ao tribunal para sua avaliação, conforme requerimento legal. Viola também o dispositivo que proíbe a realização de contratos em moeda estrangeira com um residente cambial. O TC não especifica a natureza do contrato.

O Ministério da Energia e Águas dispensa comentários de cariz legal pelo Te. No domínio da Energia, cita o contrato de seis milhões e 240 mil dólares para trabalhos de reconstrução da barragem da Matala, "a favor do consórcio H3P /TILCA/ MAXIPRO" sem que o mesmo tivesse sido submetido ao visto do TC, como exige a lei.

Mas é no sector das Águas que o Ministério mete mesmo água. O tribunal cita um contrato triplicado e três outros duplicados, em simultâneo, para a realização da mesma. Por exemplo, os Irmãos Cavaco - Sucursal Angola e a Sela Group Lda., beneficiaram de contratos de US \$2.4 milhões cada, enquanto a Opaia Construções Lda. recebeu US \$2.2 milhões, todos em simultâneo e "com o mesmo objecto de contrato e na mesma localidade". O tribunal omite a natureza do contrato e a localidade em referência.

A Sela Group Lda., tem outro esquema de duplicação em simultâneo, com um contrato no valor de US \$91.2 milhões de dólares, enquanto a Janfer Construção e Obras Públicas beneficiou do mesmo contrato, mas no valor de US 1.9 milhões, "com o mesmo objecto do contrato e na mesma localidade". O tribunal, também aqui, é omissos acerca da natureza do contrato e qual a localidade em referência.

Noutro caso, o tribunal nota a "existência de dois contratos assinados na mesma data a favor da empresa Ambiáfrica, S.A., nos valores de Kz 139,7 milhões [US \$1.3 milhões] e Kz 144,1 milhões [US \$1.4 milhões], porém com o mesmo objecto do contrato e nas mesmas localidades". A omissão do tribunal mantém-se.

Em mais um caso, há "a existência de dois contratos assinados na mesma data a favor da empresa Aretech Solutions Angola Limitada, nos valores de USD 324,119.87 e 347,081.63, porém com o mesmo objecto do contrato".

Sobre o Ministério da Saúde, os relatores constataam, como destaque, a reabilitação do Hospital Sanatório

de Luanda. Teve início há 11 anos, em 2004, e "até à presente data não se encontra concluída". O Ministério da Saúde garante, no entanto, que em 2016 a reparação do hospital terminará.

Maka Angola compulsou todos os orçamentos gerais do Estado desde 2004, para aferir o montante total dos fundos alocados à referida obra. O quadro abaixo, por nós compilado, demonstra que o Hospital Sanatório de Luanda tem sido usado como uma manjedoura discreta dos gestores responsáveis do Ministério da Saúde. Os orçamentos anuais são ali "mastigados" por quem de direito. Por junto e atacado, os orçamentos combinados para a referida empreitada atingem quase US \$58 milhões.

Nem mesmo a crise, que obriga executivo a proceder à revisão do orçamento, inibe os gastos suspeitos. O Ministério da Saúde, tutelado por José Vieira Dias Van-Dúnem, continua a alocar, como investimento público, fundos para a interminável reabilitação do sanatório.

4.9 “ Os instrumentos de política monetária e orçamental terão de ser ajustados”

Jornal Expansão

27 de Março de 2015

Texto: Francisco De Andrade

O acesso a moeda estrangeira pelos cidadãos e, em especial, pelos empresários tem sido um 'quebra-cabeças', nos últimos tempos. Que leitura faz desta situação?

Como é sabido, esta situação resultou do actual contexto, fruto da queda do preço de petróleo, que é a principal fonte das reservas cambiais. As soluções que o Governo tem estado a adoptar enquadram-se nas medidas de ajuste, no sentido de prevenir um eventual défice da balança de pagamentos. Estas medidas têm consequências, sobretudo para um país como o nosso, que tem uma grande dependência de importações.

É urgente diversificar ...

O País precisa de diversificar a sua economia, e a diversificação é feita através do incremento da produção nacional para reduzir as importações. Ora,

não temos uma indústria de equipamentos de capital, pelo que precisamos de importar estes bens se queremos diversificar a economia. É aí onde acho haver um contra-senso entre o que se pretende alcançar em termos de política económica e as medidas que estão a ser adoptadas, caracterizadas por uma política cambial restritiva.

Vários industriais queixam-se de dificuldades em aceder a moeda estrangeira para importarem, por exemplo, peças de reposição para maquinarias e para pagarem a fornecedores residentes no exterior. Que implicações isto poderá ter na economia do País?

Na sua primeira intervenção à imprensa, aquando da sua tomada de posse, o actual governador do BNA, José Pedro de Moraes, disse que "os fundamentos macroeconómicos do País continuam sólidos". Importa realçar que as variáveis principais que são objecto de estudo da macroeconomia são: a inflação, o desemprego e o crescimento económico. O desempenho macroeconómico de um país é avaliado através destas três grandes medidas. Quando se diz que os fundamentos macroeconómicos continuam estáveis, é o mesmo que dizer que há garantias da estabilidade de preços, que existem condições que podem garantir o crescimento económico e, conseqüentemente, a criação de novos postos de trabalho, de forma a diminuir a taxa de desemprego. Ora, a questão que se põe é: dado o cenário actual, as medidas adoptadas garantem de facto a concretização destes objectivos?

E não garantem?

Sinceramente, não tenho muita certeza. Todos, enquanto consumidores, já sentimos na pele o aumento de preços de quase todos os bens e serviços. Quando o INE divulgou, no mês passado, uma taxa de inflação à volta dos 7%, criou algumas suspeições, porque ninguém de bom senso acha que continuamos a uma taxa de um dígito. O que teremos, no mínimo, é uma taxa de inflação reprimida que resultará de um controlo artificial da elevação dos preços durante um determinado período. Por outro lado, muitas empresas estão, dentro da sua estratégia de ajustamento de custos, a despedir trabalhadores desde as pequenas até às grandes.

O que dizer da taxa de crescimento do PIB prevista no OGE Revisto?

A taxa de crescimento prevista no Relatório de Fundamentação do Orçamento rectificativo, que é de 6%, não é realista na actual conjuntura macroeconómica. Se compararmos com a taxa de crescimento médio de 2013 e 2014, que é de 6,8% -

numa altura em que o preço do petróleo estava a ser cotado acima dos 80 USD /barril-, pode constatar-se que prever um crescimento do PIB de 6% em 2015 é optimismo a mais. Esta descrição que acabei de fazer responde à questão sobre o que espero do comportamento da economia, fruto do contexto que se está a viver ...

Até que ponto a gestão financeira apertada a que o Governo foi 'empurrado' pela queda do preço do petróleo poderá afectar os pagamentos do Estado às empresas?

Primeiro, é preciso dizer que estamos perante um choque de oferta. Neste caso, é um choque de oferta favorável para os países desenvolvidos, importadores e maiores consumidores de petróleo. Os choques de oferta favorável resultam de aperfeiçoamentos tecnológicos. Como sabemos, os preços do petróleo começaram a descer quando os EUA aperfeiçoaram a tecnologia que lhes permitiu explorar o petróleo de xisto. Mas, para nós, que infelizmente dependemos muito deste recurso, isso constitui um choque negativo, porque afecta negativamente a economia no lado da procura.

Fala dos principais agregados macroeconómicos ...
Exacto. Estamos a falar dos principais agregados macroeconómicos, desde os níveis de consumo das famílias, aos investimentos das empresas, aos gastos públicos e às exportações líquidas.

Quanto à questão que faz anteriormente, sobre o pagamento às empresas, devo dizer-lhe que dependerá de dois factores: primeiro, temos de avaliar se estamos perante uma situação conjuntural transitória ou permanente. Isto quer dizer que só se houver uma reversão dos níveis de preços acima dos 70 a 80 USD/barril é que poderá desanuviar-se esta situação.

E segundo ..

Em segundo, dependerá das chamadas políticas acomodativas que poderão ser adoptadas pelo Executivo. Falo precisamente dos instrumentos de política monetária e orçamental, que terão de ser ajustados de forma a criar um ambiente que estimule os agentes económicos e reverta os actuais níveis de expectativas que são de incertezas.

A crise cambial poderá vir a afectar os pagamentos do Estado às empresas?

Claro que sim. Isto já é uma realidade. As ordens de saques estão canceladas desde Setembro a Outubro. Há empresas que não recebem pagamentos desde Setembro ou Outubro. A informação que tenho é

que, neste momento, o Governo está a pagar algumas dívidas através de títulos de dívida pública. É uma modalidade que consiste na conversão de dívida que o Governo tem com as empresas em título de dívida pública, e as empresas, em função das suas necessidades, negociam com os seus bancos para a transformação destes títulos em liquidez. Mas isso é mais para grandes montantes.

4.10 Luanda Perde peso no PIP pelo terceiro ano consecutivo

Jornal Expansão

27 De Março de 2015

Texto: Carlos Rasado De Carvalho

A fatia do Programa de Investimentos Públicos destinada a Luanda vai emagrecer 10,9 pontos percentuais (Pp), de 34,2% em 2014 para 23,3% no ano corrente, a terceira baixa em três anos, de acordo com cálculos do Expansão.

Desde 2012, a fatia da província que alberga a capital angolana no PIP caiu 21,5 pp, de 44,8% do total no OGE 2012 para 23,3% no OGE 2015 Revisto.

As contas do Expansão baseiam-se no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 Revisto recentemente aprovado na Assembleia Nacional, que aponta para um PIP de 598,3 mil milhões Kz, e no OGE 2014 aprovado pela Assembleia Nacional, que previa um PIP de 1.375,0 mil milhões Kz.

No OGE 2015 Revisto, o Executivo estima que a execução do PIP de 2014 não ultrapassará 959,2 mil milhões Kz.

Comparando o OGE 2015 Revisto com o OGE 2014, o PIP cai 56,5%. Comparando o OGE 2015 Revisto com a execução prevista para 2014 o PIP recua "apenas" 37,6%.

Contudo, como o Governo não dá dados de execução por província, todas as comparações do Expansão que se seguem são feitas com base no OGE 2015 Revisto e no OGE 2014.

Dos 598,3 mil milhões Kz inscritos no PIP 2015 Revisto, 83,7% ou 500,5 mil milhões Kz vão para províncias específicas, 7,4% ou 44,3 mil milhões Kz referem-se a projectos inter-provinciais, e os restantes 53,5 mil milhões Kz ou 8,9% são investimentos da estrutura central.

Dos 500,5 mil milhões Kz de projectos destinados a províncias específicas, a maior fatia vai para Luanda, equivalente a 23,3% do total. Comparando com os 360,8 mil milhões KZ ou 34,2% do total que o PIP 2014 previa para a província capital, o peso de Luanda no PIP desce os referidos 10,9 pp. Em kwanzas, os valores do PIP destinados à capital baixam 67,6% de 2014 para 2015.

O principal investimento previsto para Luanda no PIP 2015 é a construção e apetrechamento do Hospital Militar Principal, que vai consumir 10,2 mil milhões Kz. O projecto faz parte do PIP do Ministério da Defesa Nacional.

O emagrecimento da fatia de Luanda no PIP das províncias pelo terceiro ano consecutivo sugere, pelo menos em termos quantitativos, que a distribuição do PIP está a ter mais em conta as assimetrias regionais. Um indício que é também suportado pela análise do PIP litoral versus interior.

O PIP 2015 Revisto prevê para o conjunto das sete províncias do litoral (Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda, Cuanza Sul, Benguela e Namibe) 236,3 mil milhões Kz, menos 60,8% do que o orçamentado para 2014. As restantes 11 províncias do interior vêem o seu PIP recuar 41,5%, para 264,2 mil milhões Kz. Contas feitas, o peso das províncias do interior sobe 9,9 pp, de 42,9% para 52,8%, enquanto as províncias do litoral fazem o caminho inverso, como seu peso a descer os mesmos 9,9 pp, de 57,1% em 2014 para 47,2% em 2015.

Nos PIP do interior o grande destaque vai para o Cuanza-Norte, com 87,1 mil milhões Kz, o equivalente a 17,4% do total, o segundo maior PIP provincial depois de Luanda com os referidos 23,3%.

Comparando com 2014, o PIP do Cuanza-Norte cai apenas 2,3%, a menor queda entre as 18 províncias.

Os maiores investimentos na província são no município de Cambambe e estão a cargo do Ministério da Energia e Águas. Como é fácil de adivinhar, estamos a falar de investimentos em barragens. A construção da Segunda Central Hidroeléctrica de Cambambe tem orçamentados 17,9 mil milhões Kz, enquanto Laúca tem inscritos 58,4 mil milhões Kz.

Feitas as contas, os dois investimentos somam 76,3 mil milhões Kz, quase 90% dos investimentos públicos na província em 2015.

4.11 OGE-2015. Definidas prioridades para sectores estratégicos

Jornal Agora

06 De Março De 2015

Texto: Martins Chambassuco

Terminados os esclarecimentos, por parte dos membros do Governo, agora o OGE revisto segue para as comissões para a emissão dos pareceres, antes de a Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional (AN), emitir o documento final.

Durante os debates, o sector social foi o que mais mereceu atenção dos deputados.

Para a indústria extractiva, as dúvidas continuam sobre a contabilidade do total de produção petrolífera nacional e a participação das petrolíferas no que diz respeito ao pagamento dos impostos do sector.

O ministro dos petróleos, Botelho de Vasconcelos, anunciou, durante os debates, que a queda das receitas do sector petrolífera tem a ver com a paralisação do projecto Angola LNG. O Governante tranquilizou os legisladores de que a fábrica de produção de gás natural liquefeito vai reiniciar a sua actividade no final do ano, contrariamente à previsão anterior. Paralisada devido a problemas técnicos, aquela unidade fabril beneficiou de obras de restauro.

"Em finais deste ano, iremos ter outra vez a instalação a funcionar em pleno. Quer o Estado, representado pela empresa Sonagás, como os outros membros do consórcio, quer o próprio construtor, estão a trabalhar no sentido de poder ter a instalação pronta", garantiu durante os esclarecimentos na AN sobre o OGE de 2015 revisto.

Os problemas num dos segmentos da instalação de convergência de gás provenientes dos blocos petrolíferos estiveram na base da paralisação, depois de alguns carregamentos de gás.

Em Julho do ano passado, o ministro Botelho de Vasconcelos tinha estimado a retoma da laboração no início de 2015 e a estabilização da produção até ao mês de Junho. O nível projectado de produção da unidade é de cerca de 5,2 milhões de toneladas de gás natural liquefeito (ou LNG) por ano. Em causa, estão os problemas técnicos ocorridos a 10 de Abril último que motivaram a interrupção da produção naquela fábrica, conforme confirmou à Lusa, na altura, fonte oficial daquele consórcio.

Tem uma capacidade de produção de 125 milhões de metros cúbicos de gás natural para o consumo doméstico.

TRANSPORTES. Neste sector, um dos considerados pilares para o desenvolvimento do país e o aumento de fluxos de capitais, nas diferentes regiões de Angola, a prioridade está na consolidação da gestão dos três caminhos-de-ferro.

Relativamente a este segmento de transportes, o ministro de tutela, Augusto Tomás, desmentiu, igualmente, ao longo dos esclarecimentos na AN, os rumores de privatização das três empresas.

Respondendo aos deputados sobre a possível privatização de um bem público que custou aos cofres do Estado avultadas somas em dinheiro, o governante foi peremptório em afirmar que tudo não passa de especulação.

Em contrapartida, "prevê-se a separação das actividades que irão acompanhar também a questão da contabilidade, que é a infra-estrutura ferroviária, por um lado, e a exploração comercial, isto é o transporte de pessoas e mercadorias, por outro. A nível da actividade comercial, há a possibilidade da entrada de parceiros privados, que tragam capacidade tecnológica, know how. Não está previsto, no ponto de vista legal, nem existe nada que diz respeito à privatização dos caminhos-de-ferro, é pura especulação".

ENERGIA E ÁGUAS. Em profunda transformação, este sector conta com três novas empresas públicas, no âmbito da estratégia de desenvolvimento, que envolve a criação de unidades de negócio, dedicadas expressamente à produção, transporte e distribuição de energia. Surgiram assim, de acordo com o ministro da Energia e Águas, João Borges, a Empresa Nacional de Distribuição (END), Produção de Electricidade (PRODEL) e Rede Nacional de Transporte, extinguindo-se as empresas públicas ENE e EDEL.

O Objectivo, segundo o responsável, é conferir maior dinamismo ao sector e aumentar a renda com a distribuição de electricidade. O novo figurino pode proporcionar a entrada de operadores privados que poderão conferir maior fiscalização.

"A criação destas empresas resulta do programa de transformação do sector eléctrico, uma das medidas aprovadas no âmbito da política de segurança energética nacional. E assim, foram criadas três novas empresas e definida uma cadeia de valor para o sector eléctrico, com produção, transporte e distribuição de energia", disse.

O que se convencionou, prosseguiu, foi estabelecer uma empresa pública em cada um destes seguimentos (produção, transporte e distribuição de energia), para que seja possível em cada um deles prestar um bom serviço e estabelecer uma relação de igual participação e sã concorrência entre o sector público e o sector privado, para que possamos ter um serviço de qualidade.

INDÚSTRIA Um sector estratégico para o crescimento da economia angolana pretende fomentar a constituição de parcerias entre produtores, consumidores e organismos públicos, a fim de promover a substituição de importações pela produção nacional.

A ministra Bernarda Martins disse, recentemente, que Angola já fabrica produtos com a qualidade necessária para concorrer com os do exterior, o que implica a diminuição da aquisição de alguns deles no estrangeiro.

A governante falava durante um encontro que reuniu empresários e associações de consumidores, em Luanda.

Sugeri, por outro lado, que o primeiro passo é a identificação dos grandes produtores e dos potenciais consumidores, apontando que a maior oferta e procura giram em torno dos sectores das bebidas, saúde, cimento, material, equipamento escolar e uniformes.

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Autarquias locais tornaram cidades mais sustentáveis

Jornal Economia e Finanças
20 De Março de 2015
Texto: André Sibi

Um assunto que tem suscitado alguns debates em várias esferas sociais e económicas: como manter a gestão sustentável de uma cidade? O investigador nesta área, Hélder Manasse, explica nesta entrevista concedida ao *Jornal de Economia & Finanças*, os meandros desta matéria. Em todo o caso, uma cidade ou urbe é uma área urbanizada, se diferencia de vilas e de outras entidades urbanas através de vários critérios, os quais incluem população, densidade populacional ou estatuto legal, embora a sua clara definição não seja precisa, sendo alvo de discussões diversas. Eis a conversa.

O que se pode compreender por gestão sustentável de uma cidade?

Gestão sustentável de uma cidade é a capacidade que uma determinada região pode apresentar para ter auto-suficiência produtiva. Por outro lado, pode ser definido como o desenvolvimento e evolução da cidade para o sistema de produção de riqueza, que sejam completamente compatíveis com os ecosistemas naturais que gerem e preservem a vida. Numa outra perspectiva, também pode ser visto como a capacidade de saber utilizar os recursos de forma racional, de modo a garantir que as gerações vindouras possam utilizá-los.

Para outros autores, ela pode ser o processo de mudança social e elevação da qualidade das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência económica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

Como que é feita a gestão sustentável das cidades?

A gestão sustentável das cidades deve ser feita de forma participativa, inteligente, cuidada e racional, pautando sobretudo por um desenvolvimento que

satisfaça as necessidades actuais, sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as suas próprias necessidades.

Que passos são necessários para que se possa caminhar para uma gestão sustentável das cidades?

Passa, em primeiro lugar, pela mudança de consciência e vontade política. Implica mudança de mentalidade por parte dos cidadãos, que passa pela preservação do meio ambiente e protecção do património disponível. Em segundo, importa referir que os Estados precisam de implementar modelos administrativos que permitam atender as necessidades básicas, usando o princípio da reciclagem, um pressuposto que permita haver uma maior descentralização, maior participação dos segmentos sociais, bem como o surgimento da prevalência de estruturas democráticas. Quais são os pilares que asseguram a gestão sustentável de uma cidade? O primeiro pilar da gestão sustentável é a preservação dos recursos e da energia. Quando falo dos recursos, refiro-me aos não renováveis, nomeadamente solo, vegetais e água e não os renováveis como petróleo, diamantes, ouro, ferro, gás, sem descurar as energias renováveis, que são provenientes dos recursos inesgotáveis que se renovam espontaneamente de acordo com a acção humana; no caso eólica, solar e geotérmica.

O segundo pilar é do domínio político, que vai compreender a boa governação, ou seja, uma governação que proporcione participação, Estado de direito, transparência, responsabilização, orientação para o consenso, igualdade e inclusão, efectividade e eficiência, preservação ambiental e sobretudo a prestação de contas.

Já o terceiro momento vai abarcar o abandono da administração tradicional clássica "administração pública" para um novo modelo de "gestão pública". Em outros termos, é dizer uma gestão orientada para a descentralização e focalizada na gestão estratégica por objectivos e resultados.

Podemos considerar a gestão sustentável das cidades como um conceito novo?

Não! Não! É bem antigo, mas com uma implementação recente.

Pode-nos ajudar a compreender onde começou?

O termo "sustentável" provém do latim sustentar e (sustentar; defender; favorecer, apoiar; conservar, cuidar). Segundo o relatório de Brundtland (1987), o uso sustentável dos recursos naturais deve suprir as necessidades da geração presente sem afectar a

possibilidade das gerações futuras de suprir as suas necessidades.

O conceito de sustentabilidade começou a ser delineado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (United Nations Conference on the Human Environment - UNCHE), realizada na Suécia, na cidade de Estocolmo, de 5 a 16 de Junho de 1972, a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e a primeira grande reunião internacional para discutir as actividades humanas em relação ao meio ambiente. A conferência de Estocolmo lançou as bases das acções ambientais a nível internacional, chamando atenção internacional especialmente para questões relacionadas com a degradação ambiental e a poluição que não se limita às fronteiras políticas, mas afecta países, regiões e povos, localizados muito além do seu ponto de origem.

A ECO-92 - oficialmente, conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável. A mais importante conquista da conferência foi colocar esses dois termos, meio ambiente e desenvolvimento, juntos concretizando a possibilidade apenas esboçada na conferência de Estocolmo, e 1972, consagrando o uso do conceito de desenvolvimento sustentável, defendido, em 1987, pela comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento (comissão Brundtland).

De que forma se desenvolveu este conceito?

De acordo com o meu trabalho de investigação sobre "A gestão sustentável das cidade em Angola, caso: cidade de Luanda (2012)", apresento a seguinte perspectiva histórica, partindo da história das cidades, em geral, remetendo a períodos longínquos da antiguidade, sendo que as primeiras cidades teriam surgido entre 15 a cinco mil anos atrás, dependendo das diversas interpretações sobre o que delimita exactamente um antigo assentamento permanentemente e uma cidade. A criação dos assentamentos permanentes foi possível, segundo diversos especialistas em geografia e história urbana, graças ao domínio da agricultura e à domesticação de animais para pecuária, movimento conhecido como revolução neolítica, que ocorreu aproximadamente entre 13 e 10 mil anos atrás, tendo as primeiras vilas neolíticas surgido há aproximadamente 12 mil anos.

Será que o nosso país está a caminhar por este conceito?

O país está a caminhar bem, a julgar pelo próprio modelo administrativo adoptado pelo Executivo,

onde o princípio da desconcentração precisa de ser melhorado para que o país caminhe para uma gestão sustentável de facto; pois, para termos cidades sustentáveis é necessário haver políticas públicas descentralizadas e participativas na qual os cidadãos a nível local possam participar na preservação dos bens e recursos disponíveis.

Que apreciação faz do actual modelo de gestão das cidades de Angola?

É que não existe nenhum modelo de gestão das cidades, o que existe, sim, é um modelo administrativo que está baseado no modelo classico tradicional, que também é chamado por alguns estudiosos como Oliveira Rocha, de modelo burocrático de Marx Weber. Este modelo adoptado na governação de Angola torna as cidades insustentáveis. Mas, também, devo realçar que existe uma tendência do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em alterar o quadro da situação. E prova disso foi a disponibilidade de permitir que se trabalhe na proposta de lei para a mudança do modelo governativo no país, o qual perspectiva a realização de autarquias locais. Penso que isso ajudaria muito na garantia de cidades mais sustentáveis e sobretudo verdes.

Mas, tudo é suficiente?

Não. O país precisa antes de tudo de uma mudança de mentalidade dos cidadãos e vontade política de quem dirige em proporcionar uma governação participativa e descentralizada a todos os níveis.

Quero recordar que se formos a analisar países como Brasil, África do Sul, Londres e outros que possuem cidades sustentáveis, só foi possível terem as mesmas a partir do momento em que foram testando vários modelos administrativos, como principais, que são o modelo da descentralização administrativa que origina o aparecimento de um poder autárquico.

Com a implementação gradual do modelo, é possível a curto tempo de espaço termos cidades, municípios e comunas sustentáveis, pois, estariam criadas as condições para a definição e implementação de políticas públicas autónomas orientadas para o uso racional dos recursos, preservação do meio ambiente, asseguramento à qualidade de vida dos cidadãos, bem como a continuidade racional das acções presentes de maneira a que as gerações vindouras possam beneficiar.

Será que a nossa população está preparada para este modelo?

De acordo com o modelo Managerial, apresentado por Oliveira (2006) e que faço menção no meu

trabalho de mestrado a ser apresentado sob o tema: "A eficácia do poder local no desenvolvimento dos municípios de Angola", apresento uma grande diversidade de modelos alternativos de governação orientado à eficiência.

Quanto à aplicação do modelo da descentralização administrativa, penso que a nossa população estaria preparada para os desafios futuros.

Olhando para a citação do "Presidente da República de que os angolanos são especiais", vejo que a população está preparada para uma aprendizagem rápida. É importante realçar que a maior parte da população angolana é jovem. Logo, se começarmos com campanhas de ensino cívico e patriótico nas universidades, institutos médios, colégios, organizações juvenis, nas autoridades tradicionais, periferias, bairros, enfim a nível da circunscrição das províncias, não tenho dúvidas de que, a curto tempo de espaço, os cidadãos angolanos entenderiam a importância da implementação do modelo para o desenvolvimento do país.

Este modelo assegura a qualidade de vida dos habitantes?

É óbvio que sim, pois, só pelo facto de o modelo permitir a governação descentralizada e participativa, estou em crer que estariam criadas as condições para a melhoria da qualidade de vida, a redução considerável da fome, da pobreza e das assimetrias regionais e, sobretudo, tornarmo-nos uma nação poderosa e mais próspera a nível de África Austral.

Como é que olha para a preservação do meio ambiente nos dias que correm?

Apesar dos esforços do Ministério do Ambiente em proporcionar o habitat mais verde, a preservação precisa de reforço, em termos de políticas públicas. Se olharmos um pouco por todo o país, vamos verificar que a questão da recolha e tratamento de resíduos sólidos vai conhecer dias melhores, isto conjugado com o reavivamento dos espaços verdes, arborização e reforço da limitação em termos de emissão de gás para a atmosfera, podemos esperar sonhar por um mundo melhor.

Que importância têm os planos directores de gestão urbano das cidades?

O plano director deve prever os objectivos a serem alcançados e o prazo em que este deve ser atingido. É um plano criado por um grupo de planeadores urbanos que tem impacto válido para toda a

comunidade da cidade, por um certo período de tempo.

O plano director tem como objectivo principal fazer com que a pro-priedade urbana cumpra com a sua função social, entendida como atendimento do interesse colectivo em primeiro lugar, em detrimento do interesse individual ou de grupos específicos da sociedade, em segundo lugar.

Qualquer plano director tem grande importância, pois, ajuda-nos a projectar uma determinada localidade ou cidade, de como ela é actualmente e como ela deveria ser no futuro. Ele mostra como o terreno da cidade deve ser utilizado e a infra-estrutura pública de uma cidade como educação (escolas e bibliotecas), vias públicas (ruas e vias expressas), saneamento básico e transportes, etc. Enfim, permite fazer melhor a gestão e a racionalização do território.

5.2 Kilamba-Kiaxi a município

Jornal Novo Gazeta
06 De Março de 2015

Kilamba-Kiaxi, em Luanda, vai voltar, em breve, a ter o estatuto de município, perfazendo 8.º da província de Luanda. A recomendação partiu dos membros do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social.

De acordo com o director do gabinete provincial de documentação e imagem do governo de Luanda, a indicação do Kilamba-Kiaxi para município tem que ver com a extensão do município de Luanda e do próprio distrito urbano.

Luanda passou de nove para sete municípios, de acordo com a divisão administrativa aprovada em 2011 pelo Parlamento, que introduziu também mudanças nos municípios que integram a região do Bengo e foram extintos os municípios do Sambizanga, Rangel, Maianga, Ingombota, Samba e Kilamba-Kiaxi.

5.3 As diferenças

Novo Jornal

13 De Março de 2015

NA PROVÍNCIA DO Uíge, em áreas próximas da sede da província, o agrónomo Fernando Pacheco constatou que "o poder a nível da regedoria (mbanza) é hoje exercido por uma espécie de troika",

Neste âmbito, o regedor é coadjuvado por um secretário habilitado para escrever e por um sekulu (mbanda-mbanda) que detém poderes especiais mágico-religiosos como, por exemplo, o de cuidar (preservar ou excluir) o poder do soba ou regedor, tendo-me sido claramente dito - o que é raro e estranho - que ele é o "senhor do feitiço", o justiceiro, o repressor."

"Na Catumbela, um adjunto do regedor com bastante poder económico e social e prestígio junto da população é reconhecido pela administração, desenvolve estratégias modernizantes para captar as simpatias dos seus liderados e dos jovens em particular, mas não hesita em dizer que é um fazedor de chuva - embora não acredite nisso =, pois é preciso que o povo tenha receio dos seus poderes para o respeitar", elucidou.

Segundo Fernando Pacheco, "outras especificidades podem ser encontradas em diferentes regiões do país".

É o caso de algumas províncias do centro, onde foram instituídas as figuras de regedores comunais e municipais e no Bié mesmo a figura de regedor provincial.

"Em Benguela constatei um caso curioso. O regedor municipal do Cubal foi deposto há pouco tempo por iniciativa da população. A Administração decidiu que a sua substituição fosse feita de uma forma original", contou.

O referido regedor lançou um apelo, entre os sobas do município, para apresentação de candidaturas para o lugar vago e foi organizada uma conferência eleitoral entre regedores e sobas que escolheram o novo regedor municipal dentre os onze candidatos inseridos num boletim de voto com as fotografias de cada candidato.

"No Kwanza Sul tive conhecimento de um processo similar numa comunidade do município de Porto Amboim", acrescentou.

5.4 É urgente definir critérios e perfis das autoridades tradicionais

Novo Jornal

13 De Março de 2015

Texto: David Filipe

O SEU PAPEL TEM sido largamente reconhecido tanto pelo governo como pela sociedade. O soba trata localmente de todos os problemas sociais ou tradicionais, como por exemplo, a feitiçaria.

Sempre' que há problemas nas comunidades, as autoridades tradicionais representam o povo perante a administração comunal ou municipal, para expor os problemas e tentar solucioná-los.

Outras vozes defendem que a figura do soba sofreu alterações graves e substanciais, o que mudou completamente a forma de ser visto pela comunidade.

O soba está a perder as suas marcas identitárias. Nem todos os sobas hoje são representantes de toda a comunidade. As autoridades tradicionais já exprimem também as suas convicções partidárias e ideológicas.

O Executivo angolano mostrou-se também preocupado com a existência de diversas alas de autoridades tradicionais em algumas regiões do país, situação que está a evoluir perigosamente com ameaças de morte. Os subsídios atribuídos mensalmente às autoridades tradicionais aumentou substancialmente o surgimento de mais sobas e os conflitos em Angola.

O Ministério da Administração do Território (MAT) diz que "actualmente, todo o mundo quer ser soba ou século, bastando para tal formar uma pequena comunidade na localidade onde reside, auto-denominando-se autoridade tradicional."

Para disciplinar a situação, o MAT deve "urgentemente" definir critérios e perfis para que o país tenha apenas autoridades tradicionais reais.

"É urgente fazer um levantamento das verdadeiras autoridades tradicionais, numa altura em que o país atravessa uma crise económica resultante da queda do barril de petróleo no mercado internacional", alertou o economista Domingos Sabino Niama.

Para o economista, "um controlo rigoroso permitirá ao Executivo resolver sem constrangimentos o

problema de pagamento de subsídios às autoridades tradicionais".

5.5 Mais de oito mil milhões de kwanzas em subsídios

Novo Jornal

13 De Março de 2015

O EXECUTIVO angolano gasta anualmente mais de 8.711. 712.000 de kwanzas com o pagamento de subsídios às autoridades tradicionais.

Segundo dados a que o Novo Jornal teve acesso, um Regedor (soba grande) aufero o salário de 22.000.00, o soba 18.000.00 e os seus adjuntos recebem mais de 9.000.00 kwanzas.

O Ministério da Administração do Território diz que um diagnóstico feito recentemente, revela que o número de 40.332 autoridades tradicionais existe no país está inflacionado devido ao facto de não haver critérios definidos para se estabelecer o perfil do verdadeiro soba.

Do número acima referido, a província do Uíge possui 7.359 sobas, cifra superior aos efectivos da Polícia Nacional naquela região do norte do país.

Ainda de acordo com dados oficiais, em 1998 eram pagos "subsídios" a mais de 30 mil "autoridades", mais do que o dobro das existentes em 1975.

A situação agravou-se, na medida em que só na província do Uíge eram pagos "subsídios" actualmente a cerca de 7500 "autoridades" das quais 387 regedores, 322 regedores adjuntos, 2535 sobas, 2495 sobas adjuntos e 2207 séculos.

Segundo uma fonte do MAT está a decorrer em muitas regiões do interior de Angola, especialmente naquelas onde a guerra teve mais intensidade, o processo de reorganização das autoridades tradicionais.

"Muitos sobas morreram durante o conflito armado e, nesta altura, especialmente nas regiões mais afectadas pela guerra, está por se determinar quais são os verdadeiros sobas", acrescentou.

Para muitos analistas, este processo de substitutos das autoridades tradicionais que morreram "não é complexo", já que as regras estão bem definidas e são conhecidas de todos os membros da comunidade.

"Todos sabem quem é a pessoa ideal para assumir o cargo de soba.

Eles estão mais organizados do que um governo", disse ao Novo Jornal o militante da CASA-CE, Pedro Sami.

Na verdade, a linha de sucessão de um soba mantém-se dentro da mesma família, pelo que os sucessores naturais são o filho, o sobrinho ou o neto, por esta ordem.

No caso de existir mais do que um filho, sobrinho ou neto, em princípio, é escolhido o mais velho, mas os anciãos da aldeia podem optar por outro, caso o primogénito não apresente as condições necessárias para liderar a comunidade.

Não obstante a crise resultante da queda do petróleo, as autoridades tradicionais defendem um aumento dos subsídios.

Entretanto, a situação torna-se mais grave devido à falta de condições de subsistência das autoridades tradicionais.

"Toda a gente sabe que durante período de guerra houve uma desintegração das autoridades tradicionais e os sobas, que antigamente tinham actividades ligadas à agricultura e à pecuária. Estão actualmente a reorganizar as condições para exercer essas actividades", reclamou um líder tradicional.

"A vida dos sobas é muito difícil. Mesmo produzindo, não sabe onde comercializar os seus produtos", acrescentou a mesma fonte.

O sociólogo Edmilson Pina lançou um apelo ao governo e à sociedade civil, para que ajudem as autoridades tradicionais, salientando que elas "têm um papel importante a desempenhar nas comunidades rurais", apesar de muitas ainda não terem assumido as suas verdadeiras funções devido aos problemas provocados por décadas de conflito militar.

"As autoridades tradicionais estão a tentar organizar as suas povoações com muito sacrifício, mas faltam-lhes quase tudo", afirmou.

5.6 Mudanças no sector exigem maior equilíbrio

Novo Jornal

13 De Março de 2015

AS EMPRESAS mineiras continuam a ser desafiadas pelas condições do mercado, nomeadamente pela volatilidade do preço, turbulência geopolítica, aumento dos custos, declínio dos graus de minério extraído e, de forma generalizada, pela falta de financiamento. Para garantir a sua viabilidade futura, as empresas devem equilibrar as expectativas de curto prazo dos investidores com os imperativos do negócio de longo-prazo, revela o estudo "Tendências da Indústria Mineira para 2015: Os dez principais desafios que as empresas do sector irão enfrentar", publicado recentemente pela consultora Deloitte.

O estudo destaca que para adoptar este pensamento de longo prazo, as empresas mineiras estão a regressar às origens, ao clarificarem o que defendem, em que acreditam e o que planeiam alcançar no longo prazo.

"Não há dúvida que as empresas mineiras operam em geografias complexas, onde enfrentam desafios cada vez maiores face às exigências regulatórias e de "compliance", afirmou Philip Hopwood, líder global da indústria mineira da Deloitte. Segundo ele, "as empresas têm, ao mesmo tempo, o imperativo de se adaptarem às condições do mercado através da inovação, de forma a conseguirem produzir mais por menos, tendo especialmente em conta a volatilidade do mercado e o impacto crescente que a situação geopolítica tem nas decisões económicas".

Nesta edição, o estudo explora as principais tendências que irão marcar a indústria mineira este ano e sugere estratégias que as empresas podem implementar para se adaptarem à volatilidade da indústria.

"Apesar de todas as tendências globais identificadas no estudo se aplicarem também à realidade de Angola, destacaria a produtividade como uma prioridade para as empresas do sector mineiro nacional.

Existem efectivamente oportunidades de aumento da competitividade via optimização de custos de capital, pessoal e energia, as quais podem ser concretizadas através de inovação, tecnologia, capacitação e optimização de estruturas organizacionais", refere Rui Gidro, sócio de consultoria da Deloitte.

"Uma outra tendência relevante" está relacionada com a dificuldade em manter um "pipeline" de

projectos activos no actual contexto de incerteza sobre a evolução da procura e de dificuldade no acesso a financiamento. Neste contexto, é particularmente relevante procurar capitalizar fontes alternativas de financiamento e manter o foco na prospecção, vertente onde o PLANAGEO se assume como um vector fundamental na estratégia nacional de desenvolvimento do sector mineiro", conclui.

As 10 tendências e soluções que o estudo identifica são:

Regressar às origens: a procura pela excelência operacional. Para melhorar as suas operações, os profissionais da indústria devem repensar os processos operacionais, bem como a tradicional abordagem à estrutura de custos.

Inovar enquanto chave para a sobrevivência: não se trata apenas de controlar custos. As empresas mineiras devem abandonar as tendências tradicionais e conservadoras e incorporar a inovação no seu ADN corporativo.

O novo paradigma da energia: reduzir o custo energético dos projectos. Os profissionais da indústria devem adoptar uma nova abordagem ao consumo energético que inclua o uso de combustíveis fósseis não convencionais e mobilize os "stakeholders" a investir no desenvolvimento de instalações de energias renováveis.

Gerir o "pipeline" de projectos: percorrer o difícil caminho do equilíbrio entre a oferta e a procura. Para evitar o risco de futuros estrangulamentos na oferta, as empresas mineiras devem procurar um equilíbrio mais eficaz entre o cumprimento das expectativas de curto prazo dos investidores e analistas (encerrando explorações menos rentáveis) e o "pipeline" de projectos.

O desaparecimento do financiamento: repercussões no mercado. Face à escassez de financiamento, as "junior mining companies" serão as mais impactadas, tendo de avaliar outras opções como sejam atrair investidores, estrangeiros, partilhar recursos, explorar opções alternativas de financiamento e posicionar-se perante private equities.

Sobrevivência das junior mining companies: navegar por águas agitadas. Num contexto de alteração das estruturas e modelos societários das empresas do sector, as "junior mining companies" devem melhorar os seus activos e considerar opções de parceria, "joint venture", venda ou consolidação.

Procurar novas competências: a mudança na indústria exige uma nova geração de talento. Para atrair novas competências para o sector, as empresas terão de

apostar na diversidade, explorar novos sistemas de gestão do talento, melhorar o recrutamento dos profissionais mais procurados e investir em formação específica.

Saber lidar com a incerteza geopolítica: Das suposições à gestão da incerteza. As estratégias de resposta incluem "lobby" para uma melhor clarificação das políticas, capitalização das associações mineiras para influenciar políticas governamentais e maior capacidade estratégica na gestão do risco e na definição e análise de cenários.

Investir no relacionamento com os "stakeholders": Dificuldade em equilibrar os interesses divergentes. As empresas devem desenvolver plataformas de entendimento' mútuo, comunicar de forma diferente, aproveitar o poder das redes sociais, trabalhar com as associações mineiras para negociar com as comunidades locais, melhorar as suas práticas de responsabilidade social e envolver os "stakeholders" das comunidades no planeamento do encerramento das minas.

Reforçar o relacionamento com governos: Encontrar novas formas de comunicar e colaborar. Para combater a incerteza regulatória, as empresas devem construir boas relações com o governo, aumentar a sua presença nas associações industriais e nas redes sociais, medir e reportar o impacto social do sector, e contribuir para a definição da agenda política.

5.7 O poder antigo ficou Limitado às chefias das Linhagens

Novo Jornal

13 De Março de 2015

O AGRÔNOMO Fernando Pacheco, numa sua dissertação, explicou que "no contexto actual de Angola o poder tradicional é um poder político anterior ao poder de Estado, com suporte na organização social e no parentesco, não reconhecido no plano jurídico e constitucional e cuja acção se faz sentir apenas a nível local".

"O poder antigo ficou limitado às chefias das linhagens, que se faziam sentir a nível de aldeias ou de grupos de aldeias, com actuação na resolução de conflitos, na gestão de terras cada vez mais exíguas, no culto dos antepassados, nas relações com o mundo sobrenatural (que lhes "conferia" o poder de fazer chuva ou garantir boas colheitas)", frisou.

"As autoridades tradicionais" acrescenta Pacheco _"situam-se a três níveis hierárquicos: o regedor (ou soba grande), o soba e o sekulu".

Lembrou que "estas designações têm sido contestadas pelo facto de se impor na terminologia oficial vocábulos de regiões sócio-culturais específicas."

"Os regedores (sobas grandes) contestam a generalização da terminologia "autoridades tradicionais" na medida em que isso não deixa transparecer a existência de níveis hierárquicos, "nivelando-se o que não se deve nivelar" pois um soba grande "não pode fazer parte da mesma reunião que um simples século". Detalhou.

Lamentou que "a legitimidade dessas autoridades continue a ser posta em causa" destacando a adopção da estratégia de indicação de "sobas" administrativos.

"Tal indicação", - disse" só visava determinados objectivos, que se mantinham válidos e talvez mais justificados por causa da guerra".

"Numa situação em que este faça sentir o seu poder e garanta certas benesses, a lógica e os critérios de escolha dos chefes podem sugerir alguém que possa satisfazer os interesses gerais da população em paralelo com os interesses das próprias chefias", salientou.

5.8 Papel das autoridades tradicionais

Novo Jornal

13 De Março de 2015

O SOBA É UMA autoridade regional tradicional de Angola. Existem dois tipos de sobas, o soba grande (Regedor) e o Soba.

O Soba Grande é o Soba que lidera os outros Sobas na comunidade. Este tipo de hierarquia é muito tradicional, por isso muitas vezes é difícil de definir claramente os papéis e as responsabilidades de cada um, já que estão interligados pela cultura e contexto locais.

Em determinadas regiões de Angola há um conselho de Sobas que escolhe o Soba. Noutras, a sucessão é realizada por linhagem em que o sobrinho, filho de uma irmã, toma lugar do seu tio por morte deste.

O Soba toma decisões, organiza eventos especiais, desempenha o papel de juiz e age de forma a prevenir

o aparecimento de problemas externos à comunidade:

As suas funções são a de fazer a ponte entre a comunidade e o governo, informarem-se dos problemas, investigar as causas e obter soluções, problemas esses relacionados com a morte, doença ou outros assuntos similares.

É também o responsável pela segurança da comunidade e estabelece as regras que devem ser aplicadas.

O Soba trata localmente dos problemas sociais ou tradicionais, como a feitiçaria. Se não for capaz de resolver localmente os problemas, o Soba faz um relatório para apresentar ao Sob a Grande que o irá analisar e em colaboração com outros Sobas decidirá o que fazer.

Sempre que há descontentamento local é o Soba que representa o povo perante a Administração Municipal, expondo os problemas e tentando solucioná-los.

Para o estudante de direito da Universidade Mandume Yandemufayo, Luciano Wombili Daniel "às autoridades tradicionais foram-lhes concedidos lugares no aparelho administrativo colonial, o que levou Von Trotha a apelidar as chefaturas como "chefaturas administrativas".

"As autoridades tradicionais actuavam então como intermediários entre o estado (colonial pós-independente) e as comunidades locais, o que em certo sentido demonstra a incapacidade dos Estados em penetrarem nas comunidades locais africanas", assinalou.

Segundo ele, "este lugar de intermediários colocava problemas graves às autoridades tradicionais, e pode afirmar-se que se trata de um lugar social de extrema ambiguidade".

"A ambiguidade do lugar das autoridades tradicionais encontra-se no facto de terem responsabilidades para com dois sistemas políticos diferentes, (o do estado colonial e pós-colonial e o das sociedades locais), com interesses por vezes antagónicos", informou.

No caso de Angola, disse que "o estado tentou enquadrar a população rural angolana, num vasto projecto de desenvolvimento rural, assente na implementação de estruturas produtivas colectivas "socialistas".

"As transformações impostas por esse processo nos modelos de reprodução social das sociedades camponesas tiveram como consequência a

desestruturação dos sistemas de produção, principalmente da produção familiar, que constituía a base da produção nos meios rurais", opinou.

Lembrou que" o projecto de sociedade preconizado pela constituição de 1979, pretendia constituir uma profunda ruptura com o modelo de desenvolvimento capitalista e com as estruturas sociopolíticas herdadas do colonialismo".

"Neste âmbito", prosseguiu, as autoridades tradicionais eram simultaneamente encaradas como aliados/símbolos do passado colonial, e sinónimos de um regime do tipo feudal, tradicional, tribal, opressor do povo, para além de um entrave à construção de um projecto de sociedade moderno e nacional".

"Na construção de uma nova sociedade e de um "homem novo", os modelos tradicionais de autoridade foram institucionalmente abolidos, e os seus detentores foram marginalizados, perseguidos, e mesmo eliminados fisicamente", considerou.

5.9 Sobas militantes

Novo Jornal

13 De Março de 2015

NUMA DAS SESSÕES da "Quinta Debate" realizada na província de Benguela, o padre Virgílio Canário destacou a importância das autoridades tradicionais ao dissertar o tema " Democratização das Autoridades Tradicionais: é possível?".

"A autoridade tradicional não é exercida de forma individual; a comunidade é regida por um conselho de anciãos que constitui o grupo de pensantes e dirigentes, dependente da aprovação do conselho dos chefes, que geralmente vem de uma família nobre, aquela que nós chamamos de família reinante, a família que deve dirigir a comunidade", fundamentou.

De acordo o prelado, os Sobas não são eleitos, fazem-se através do nascimento".

"Se ele vem de uma geração nobre, família que de princípio já tem a experiência de dirigir a comunidade, é aí que se vai buscar o SOBA", esclareceu.

Esclareceu que" a estrutura institucional ordena-se por uma governação colegial, cujos conselheiros são os órgãos executivo e directivo da sociedade que têm

a responsabilidade de formar o espírito comunitário através do fazer valer a justiça".

Na sua opinião, "em Angola há sobas que vivem como militantes de vários partidos políticos" destacando-se que "o soba é o ministro da economia porque é ele que vai fazer a gestão com a renda da produção comunitária".

"O soba também quem faz as leis e é ele que diz onde se pode e não se pode ir", frisou, para que "o soba é quem castiga as indisciplinas cometidas na comunidade, ou seja é no soba onde está centrado todo o poder" .:

Por outro lado, o Regedor do município de Benguela Pedro Katchipoke, convidado pelo Grupo Parlamentar da UNITA para dissertar o tema sobre "Os valores tradicionais perante os desafios da sociedade" foi impedido, pela administração Municipal de Benguela, de continuar a assistir às V Jornadas Parlamentares da UNITA, que decorreu nesta cidade.

O Regedor, que assistiu à sessão de abertura, onde foi apresentado como um dos convidados de honra, foi alegadamente chamado logo a seguir pelos responsáveis da administração municipal de Benguela, que ofereceram a ele e a outras cinco autoridades tradicionais, um lanche onde lhes foi informado que não deviam continuar a assistir ao evento e que era aconselhável regressar às suas casas. Com eles, foram igualmente mandados de volta" outros 60 membros da autoridade tradicional em Benguela, que aguardavam pela viatura da organização das Jornadas a fim de se dirigirem ao local do evento.

O tema do Regedor Pedro Katchipoke estava previsto para a sessão da tarde, logo depois do tema apresentado pelo Prof. Vicente Pinto de Andrade, sobre "Angola e os actuais desafios no campo económico-financeiro". Esta foi a questão que deixou boquiabertos os participantes, que, numa altura em que aguardavam pelo prelector do segundo tema da tarde, foram informados pelo deputado anfitrião, Alberto Ngalanela, sobre o sucedido.

Uma fonte da administração municipal de Benguela negou as acusações da UNITA afirmando que o regedor não recebeu orientações da instituição.

"A informação não corresponde à verdade", disse a fonte lamentando a atitude da UNITA.

5.10 A Quem pedir Contas?

Jornal A Capital

14 De Março de 2015

Os problemas da província são gigantescos, muitos dos quais, crónicos Impacientes, os moradores já se fartaram de esperar pelos programas dos administradores, uma vez que, desde Setembro até à data presente, sinais de implementação dos mesmos já deveriam ter começado a vislumbrar.

Foram nomeados "por conveniência de serviço" e através de despachos assinados por Graciano Francisco Domingos, seis administradores municipais, no caso, Filipe Barros Espanhol, (para o município de Belas), Domingos Assis Fortes, (para o município da Quiçama), Carlos Alberto Cavuquila, (Cacuaco) e Manuel Mateus Caterça (para Viana). Além dos últimos administradores, foram igualmente nomeados Adriano Mendes de Carvalho (Icolo e Bengo) e Victor Nataniel de Oliveira Narciso (Cazenga).

Entretanto, como as responsabilidades que pesam sobre os ombros de quem governa Luanda, foram, desde sempre, enormes, José Eduardo dos Santos criou, através de despacho, uma Comissão de reestruturação do Governo provincial, a qual deveria apresentar um relatório Anal90 dias depois da sua criação.

A Comissão, ora criada é coordenada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, tem como coordenador-adjunto o ministro da Administração do Território e integra os ministros das Finanças e do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, o secretário do Presidente da República para os Assuntos Económicos, o jurista Carlos Feijó e o Engenheiro Manuel Van-Dúnem.

Entre as suas atribuições, a Comissão deve acompanhar a implementação do processo de reestruturação do Governo Provincial de Luanda; orientar e organizar de acordo com o quadro legal o funcionamento dos órgãos da administração local na província de Luanda.

Acompanhar a elaboração de toda a legislação referente à administração dos municípios e também do orçamento, dos planos e programas económicos e

sociais e da programação Ananceira dos municípios, são outras das atribuições da referida Comissão

O coordenador da Comissão deve informar pontualmente o Presidente da República sobre o andamento dos trabalhos e apresentar um relatório Anual no prazo de noventa dias, considerando-se a mesma extinta logo após a aprovação desse documento.

5.11 Eis a Grande Questão

Jornal A Capital

14 De Março de 2015

Texto: Graciano Domingos

A descentralização do poder do GPL em relação aos municípios em matéria orçamental foi uma das grandes novidades do formato do novo Executivo, pois, de acordo com o PR, "os municípios de Luanda ficam equiparados às províncias, no sentido de que a eles serão aplicáveis os procedimentos referentes ao regime financeiro e orçamental, podendo executar despesas, até ao mesmo limite definido por lei, para o governador provincial". "Contudo, o governador provincial continuará a ser o representante da Administração Central", esclareceu.

Ainda assim, esta especificidade nunca antes verificada na hierarquia do GPL, para muitos, faz de Graciano Domingos o governador de Luanda com menos poder, já que, ele e seus subordinados acabam por ter uma relação paralela, deixando, de certo modo, subjacente a questão de como se poderá impor aos seus subalternos com a autoridade desejada.

Seja como for, tanto ao novo GPL como aos novos administradores municipais, haviam sido dados pouco mais de vinte dias para apresentarem os respectivos planos de trabalho, tendo em conta que, como deixou claro o PR, para esta província, preconiza-se um modelo de desconcentração administrativa profunda, através de uma delegação legal de competências até então atribuídas ao GPL, e que passam para as administrações municipais, incluindo o caso específico do município de Luanda.

Mais poderosos saíram os administradores municipais, uma vez que, doravante terão em mãos um "bolo" avoravante lumado para realizar as incumbências ora estabelecidas.

Gerou-se, em face disso, uma grande expectativa entre a população, ávida de ver solucionados alguns dos problemas que visivelmente, e há anos, enfermam a vida urbana, sobretudo ao nível da mobilidade rodoviária e do desassoreamento das valas de drenagem. Estranho, porém, é que os factos estão aí e, ao que parece, ninguém põe mão.

5.12 Bem-Vindo Ad Cancro Luanda

Jornal República

20 De Março de 2015

Texto: DW África

Em Angola analistas defendem que a Solução dos problemas de Luanda não passa pela mudança constante dos seus governadores, mas sim pela mudança do estilo de governação do MPLA, partido no poder, e do seu presidente.

Na segunda-feira (15.09) o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, exonerou o governador provincial de Luanda, Bento Francisco Bento, e mais dois dos três vice-governadores da capital do país.

O comunicado da Casa Civil do Presidente da Republica não faz qualquer referência sobre as razões da exoneração de quase toda equipa da governação da província de Luanda.

Mas o Presidente da Republica, na qualidade de presidente do MPLA, o partido no poder, já havia emitido publicamente, a margem de uma reunião do Comité Central do seu partido, claros indícios de como estava agastado com a governação da capital do país.

Alias, um dado não menos importante, tem a ver com o facto da exoneração do governador de Luanda coincidir com a Criação da Comissão de Restauração do Governo da província de Luanda, que integra figuras próximas e de confiança do Presidente José Eduardo dos Santos.

A nova Comissão terá como missão a desconcentração administrativa e a adoção de um modelo de administração local diferenciado das restantes províncias do país. Entretanto, apesar da medida ora tomada pelo Presidente da Republica visar uma melhor gestão da província de Luanda, analistas ouvidos pela DW África duvidam que essas mudanças venham a ter efeitos positivos.

Onde esta o problema?

O jornalista Graça Campos, fundador e antigo proprietário do Semanário Angolense, entende que o problema de Luanda é apenas um: "Penso que o problema da governação provincial não está nas pessoas, mas sim no modelo de governação. A Presidente da República tem estado a pautar por um modelo ideal de governação de Luanda". Relativamente a um modelo ideal de governação para Luanda, Graça Campos, acredita que buscar exemplos governativos de outros países pode ser uma solução para Luanda: "Hoje no mundo já não há nada que inventar, e fazer estudos comparados, ir a Moçambique, África do Sul, Portugal, Rio de Janeiro para ver como se governam cidades grandes como Luanda."

Mudanças previsíveis?

E o sociólogo Paulo de Carvalho, professor titular da Universidade Agostinho Neto, é de opinião que em termos práticos não se pode esperar quase nada das mudanças ora efectuadas: "Acho que se trata de uma movimentação que fará parte da rotina da gestão governativa, não me parece que tenham sido detestados actos de grande incompetência ou de grande incompatibilidade."

E Paulo de Carvalho minimiza as mudanças: "Acredito que se trate apenas de uma daquelas mudanças que ocorrem de tempos em tempos." a também antigo reitor da universidade pública Katiavala Bwila, Paulo de Carvalho, sublinhou, por outro lado, as constantes interferências por parte do Governo central como o "calcanhar de Aquiles" na gestão da governação da província de Luanda.

Paulo de Carvalho considera ainda que o problema não está nas pessoas: "Pode ser nomeada qualquer pessoa para governar Luanda, mas qualquer que seja a pessoa nomeada vai ter grandes dificuldades, porque governar Luanda não é o mesmo que governar qualquer outra província do país, porque o Governo está em Luanda e há grande interferência governativa central."

Maior aposta do Governo central em investimentos nas províncias e para Paulo de Carvalho umas das soluções adequadas para os problemas da capital do país.

5.13 Residentes do Kilamba querem Demissão do administrador

Jornal A República

20 De Março de 2015

Texto: Coque Mukuta

Os moradores do Kilamba estão a recolher assinaturas para pedir a demissão do administrador Joaquim Israel Marques no cargo há mais de cinco anos, soube a VOA junto de populares daquela centralidade.

Em causa está a falta de respostas da administração, de acordo com os residentes que, assim como na cidade de Cacuo, desconhecem a responsabilidade dos administradores.

No Kilamba, por exemplo, as cerca de 32 escolas e quatro unidades policiais encontram-se cercadas de capim e um cheiro estranho perturba os moradores, como conta António Daniel. "Há muito cheiro e esse cheiro não sei se vem da onde, mas há tubos que deitam águas sujas", denunciou.

As duas vezes em que a cidade acumulou água nas sarjetas foram por causa, precisamente, da falta de tratamento do capim, que acabou por fechar as entradas de água das chuvas.

O arquitecto Ilídio Gaio fala da inexistência de valas de drenagem naquela cidade. "o Caso do Kilamba e que as entradas ainda não têm estruturas e infelizmente há charcos de águas nas entradas por falta das drenagens", frisou. As centralidades do Zango e do Cacuo também encontram-se sem valas de drenagens, mas os problemas ainda não são visíveis.

A VOA esteve na sede da administração para falar com o administrador Joaquim Israel Marques, mas negou prestar declarações.

5.14 Luanda continua sem Governo

Jornal a República

20 De Março de 2015

Texto: Manuel Dias dos Santos

Já lá se vão dois meses desde que se nomeou Graciano Francisco Domingos como governador de Luanda, desde que se nomeou o actual soba da Mutamba e que se nomeou os actuais administradores municipais da província de Luanda pelo actual governador. Luanda continua na mesma, enfim, esta de mal a pior. A base disso, vê-se que Graciano Francisco Domingos terá os seus dias contados. Ele ainda não deu conta do recado, mas o seu fim é sobranceiro. Luanda é para homens com barba rija, indivíduos do trabalho, com sabedoria de campo, com muita criatividade, empenho e empreendedorismo.

Não tern perfil, nem muito menos capacidade. Pode ser doutor ou mestre, mas não e por ai que a porca torce o rabo. Ser Governador de Luanda requer outro tipo de tarimba, outro tipo de sabedoria, que não esta a nível de qualquer indivíduo. Podemos mesmo desafiar que, a este nível, há poucos indivíduos capacitados para governar Luanda. Entre esses poucos, só Aníbal Rocha e Higinio Carneiro talvez consigam resolver os muitos problemas que Luanda acumula. Luanda não precisa de muito, basicamente necessita de organização. Reparem que os luandenses (nos bairros) precisam de alguém que lhes oriente: o lixo tern que ser depositado neste local, proibido fixar cartazes em portas de instituições, não deve impedir a circulação de veículo com material de construção na via pública, etc. Optando por esta orientação, resolveríamos o caos que existem nos bairros. As pessoas não sabem onde depositar o lixo. Então, vão deambulando com o lixo, deixando-os pelas ruas dos bairros, porque não existe governo nos referidos bairros desestruturados de Luanda.

A província de Luanda tern mais de mil veículos avariados e abandonados nas ruas. As lixeiras de veículos retiram mobilidade das pessoas; os outros veículos pagam impostos e seguros, sem poder usufruir, nem beneficiar daquilo que pagam. Outros, sem pagar, ocupam os lugares de estacionamento sem nenhum pronunciamento do recente governador (assobiando para o lado).

O caos no trânsito deve-se especialmente à falta de organização, por isso, é urgente a construção de paragens de táxis e os custos são poucos na elaboração dessas execuções. Onde esta o

pronunciamento e a realização do Senhor Governador? Infelizmente, não vemos nem ouvimos absolutamente nada. A Mutamba continua apagada e calada.

As empresas de limpeza de resíduos sólidos fazem das suas, sem nenhuma penalização. Agora, inventaram outra técnica de limpeza: juntar terra ou área em plena via publica nas estradas alcatroadas. Os luandenses perguntam: caso algum veiculo embater no monte de terra (ai posto nas vias) de quem será a responsabilidade? Luanda não gosta de ti, enviam-te sempre inquilinos que te detestam. Sinceramente, não sabemos mais como te ajudar, mas te prometemos que a luta contínua e a Vitoria tende a ser sempre certa.

5.15 As autarquias locais e o Poder Tradicional

Jornal Terra Angolana

20 De Março de 2015

É pertinente a abordagem deste tema, tendo em conta a confusão que se cria, quando abordamos o pode local.

Aliás, essa confusão, a priori é nos induzidos pela própria Constituição da República de Angola (CRA), quando no n°2 do Art.213° define as formas organizativas do Poder Local, sendo: as autarquias locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos, nos termos da Lei:

Há quem pensa fazer uma abordagem conjunta das autarquias locais Vs poder tradicional. São duas instituições distintas, que obviamente advogam as suas respectivas especificidades.

Importa antes de mais definir uma e outra e depois estabelecermos as diferenças existentes e o que têm de comum.

Definição

a). Autarquias locais - são pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes em certas circunscrições do território nacional e que asseguram a prossecução de interesses específicos resultantes da vizinhança mediante órgãos próprios

representativos das respectivas populações (nº 1 do art. 02170 CRA).

b). Autoridades tradicionais - são entidades que personificam e exercem o poder no seio da respectiva organização comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinários e no respeito pela Constituição e pela Lei (art.º 2240 CRA).

Das definições podemos depreender que as normas consuetudinárias, têm uma característica específica, relativamente ao direito positivo, que enquadra o ordenamento jurídico dos estados modernos.

É mister o reconhecimento do Estado Angolano do estatuto, o papel e as funções das instituições do poder tradicional constituídas de acordo o direito consuetudinário e que não contrariam a Constituição. Esse reconhecimento das instituições do poder tradicional obriga as entidades públicas e privadas a respeitarem, nas suas relações com aquelas instituições, os valores e normas consuetudinários observados no seio das organizações nem com a dignidade da pessoa humana.

Das diferentes

5.16 Autarquias locais tornaram cidades mais sustentáveis

Jornal Economia e Finanças

20 De Março de 2015

Texto: André Sibi

Um assunto que tem suscitado alguns debates em várias esferas sociais e económicas: como manter a gestão sustentável de uma cidade? O investigador nesta área, Hélder Manasse, explica nesta entrevista concedida ao *Jornal Economia & Finanças*, os meandros desta matéria. Em todo o caso, uma cidade ou urbe é uma área urbanizada, que se diferencia de vilas e de outras entidades urbanas através de vários critérios, os quais incluem população, densidade populacional ou estatuto legal, embora a sua clara definição não seja precisa, sendo alvo de discussões diversas. Eis a conversa.

O que se pode compreender por gestão sustentável de uma cidade?

Gestão sustentável de uma cidade é a capacidade que uma determinada região pode apresentar para ter auto-suficiência produtiva. Por outro lado, pode ser definido como o desenvolvimento e evolução da

cidade para o sistema de produção de riqueza, que sejam completamente compatíveis com os ecosistemas naturais que gerem e preservem a vida. Numa outra perspectiva, também pode ser visto como a capacidade de saber utilizar os recursos de forma racional, de modo a garantir que as gerações vindouras possam utilizá-los.

Para outros autores, ela pode ser o processo de mudança social e elevação da qualidade das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência económica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

Como que é feita a gestão sustentável das cidades?

A gestão sustentável das cidades deve ser feita de forma participativa, inteligente, cuidada e racional, pautando sobretudo por um desenvolvimento que satisfaça as necessidades actuais, sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as suas próprias necessidades.

Que passos são necessários para que se possa caminhar para uma gestão sustentável das cidades?

Passa, em primeiro lugar, pela mudança de consciência e vontade política. Implica mudança de mentalidade por parte dos cidadãos, que passa pela preservação do meio ambiente e protecção do património disponível. Em segundo, importa referir que os Estados precisam de implementar modelos administrativos que permitam atender as necessidades básicas, usando o princípio da reciclagem, um pressuposto que permita haver uma maior descentralização, maior participação dos segmentos sociais, bem como o surgimento da prevalência de estruturas democráticas.

Quais são os pilares que asseguram a gestão sustentável de uma cidade?

O primeiro pilar da gestão sustentável é a preservação dos recursos e da energia. Quando falo dos recursos, refiro-me aos não renováveis, nomeadamente solo, vegetais e água e não os renováveis como petróleo, diamantes, ouro, ferro, gás, sem descurar as energias renováveis, que são provenientes dos recursos inesgotáveis que se renovam espontaneamente de acordo com a acção humana; no caso eólica, solar e geotérmica.

O segundo pilar é do domínio político, que vai compreender a boa governação, ou seja, uma governação que proporcione participação, Estado de direito, transparência, responsabilização, orientação

para o consenso, igualdade e inclusão, efectividade e eficiência, preservação ambiental e sobretudo a prestação de contas.

Já o terceiro momento vai abarcar o abandono da administração tradicional clássica "administração pública" para um novo modelo de "gestão pública". Em outros termos, é dizer uma gestão orientada para a descentralização e focalizada na gestão estratégica por objectivos e resultados.

Podemos considerar a gestão sustentável das cidades como um conceito novo?

Não! Não! É bem antigo, mas com uma implementação recente.

Pode-nos ajudar a compreender onde começou?

O termo "sustentável" provém do latim sustentar e (sustentar; defender; favorecer, apoiar; conservar, cuidar). Segundo o relatório de Brundtland (1987), o uso sustentável dos recursos naturais deve suprir as necessidades da geração presente sem afectar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas necessidades.

O conceito de sustentabilidade começou a ser delineado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (United Nations Conference on the Human Environment - UNCHE), realizada na Suécia, na cidade de Estocolmo, de 5 a 16 de Junho de 1972, a primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e a primeira grande reunião internacional para discutir as actividades humanas em relação ao meio ambiente. A conferência de Estocolmo lançou as bases das acções ambientais a nível internacional, chamando atenção internacional especialmente para questões relacionadas com a degradação ambiental e a poluição que não se limita às fronteiras políticas, mas afecta países, regiões e povos, localizados muito além do seu ponto de origem.

A ECO-92 - oficialmente, conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável. A mais importante conquista da conferência foi colocar esses dois termos, meio ambiente e desenvolvimento, juntos concretizando a possibilidade apenas esboçada na conferência de Estocolmo, em 1972, consagrando o uso do conceito de desenvolvimento sustentável, defendido, em 1987, pela comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento (comissão Brundtland).

De que forma se desenvolveu este conceito?

De acordo com o meu trabalho de investigação sobre "A gestão sustentável das cidades em Angola, caso: cidade de Luanda (2012)", apresento a seguinte perspectiva histórica, partindo da história das cidades, em geral, remetendo a períodos longínquos da antiguidade, sendo que as primeiras cidades teriam surgido entre 15 a cinco mil anos atrás, dependendo das diversas interpretações sobre o que delimita exactamente um antigo assentamento permanentemente e uma cidade. A criação dos assentamentos permanentes foi possível, segundo diversos especialistas em geografia e história urbana, graças ao domínio da agricultura e à domesticação de animais para pecuária, movimento conhecido como revolução neolítica, que ocorreu aproximadamente entre 13 e 10 mil anos atrás, tendo as primeiras vilas neolíticas surgido há aproximadamente 12 mil anos.

Será que o nosso país está a caminhar por este conceito?

O país está a caminhar bem, a julgar pelo próprio modelo administrativo adoptado pelo Executivo, onde o princípio da desconcentração precisa de ser melhorado para que o país caminhe para uma gestão sustentável de facto; pois, para termos cidades sustentáveis é necessário haver políticas públicas descentralizadas e participativas na qual os cidadãos a nível local possam participar na preservação dos bens e recursos disponíveis.

Que apreciação faz do actual modelo de gestão das cidades de Angola?

É que não existe nenhum modelo de gestão das cidades, o que existe, sim, é um modelo administrativo que está baseado no modelo clássico tradicional, que também é chamado por alguns estudiosos como Oliveira Rocha, de modelo burocrático de Marx Weber. Este modelo adoptado na governação de Angola torna as cidades insustentáveis. Mas, também, devo realçar que existe uma tendência do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em alterar o quadro da situação. E prova disso foi a disponibilidade de permitir que se trabalhe na proposta de lei para a mudança do modelo governativo no país, o qual perspectiva a realização de autarquias locais. Penso que isso ajudaria muito na garantia de cidades mais sustentáveis e sobretudo verdes.

Mas, tudo é suficiente?

Não. O país precisa antes de tudo de uma mudança

de mentalidade dos cidadãos e vontade política de quem dirige em proporcionar uma governação participativa e descentralizada a todos os níveis.

Quero recordar que se formos a analisar países como Brasil, África do Sul, Londres e outros que possuem cidades sustentáveis, só foi possível terem as mesmas a partir do momento em que foram testando vários modelos administrativos, como principais, que são o modelo da descentralização administrativa que origina o aparecimento de um poder autárquico.

Com a implementação gradual do modelo, é possível a curto tempo de espaço termos cidades, municípios e comunas sustentáveis, pois, estariam criadas as condições para a definição e implementação de políticas públicas autónomas orientadas para o uso racional dos recursos, preservação do meio ambiente, asseguramento à qualidade de vida dos cidadãos, bem como a continuidade racional das acções presentes de maneira a que as gerações vindouras possam beneficiar.

Será que a nossa população está preparada para este modelo?

De acordo com o modelo Managerial, apresentado por Oliveira (2006) e que faço menção no meu trabalho de mestrado a ser apresentado sob o tema: "A eficiência do poder local no desenvolvimento dos municípios de Angola", apresento uma grande diversidade de modelos alternativos de governação orientado à eficiência.

Quanto à aplicação do modelo da descentralização administrativa, penso que a nossa população estaria preparada para os desafios futuros.

Olhando para a citação do "Presidente da República de que os angolanos são especiais", vejo que a população está preparada para uma aprendizagem rápida. É importante realçar que a maior parte da população angolana é jovem. Logo, se começarmos com campanhas de ensino cívico e patriótico nas universidades, institutos médios, colégios, organizações juvenis, nas autoridades tradicionais, periferias, bairros, enfim a nível da circunscrição das províncias, não tenho dúvidas de que, a curto tempo de espaço, os cidadãos angolanos entenderiam a importância da implementação do modelo para o desenvolvimento do país.

Este modelo assegura a qualidade de vida dos habitantes?

É obvio que sim, pois, só pelo facto de o modelo permitir a governação descentralizada e participativa,

estou em crer que estariam criadas as condições para a melhoria da qualidade de vida, a redução considerável da fome, da pobreza e das assimetrias regionais e, sobretudo, tornarmo-nos uma nação poderosa e mais próspera a nível de África Austral.

Como é que olha para a preservação do meio ambiente nos dias que correm?

Apesar dos esforços do Ministério do Ambiente em proporcionar o habitat mais verde, a preservação precisa de reforço, em termos de políticas públicas. Se olharmos um pouco por todo o país, vamos verificar que a questão da recolha e tratamento de resíduos sólidos vai conhecer dias melhores, isto conjugado com o reavivamento dos espaços verdes, arborização e reforço da limitação em termos de emissão de gás para a atmosfera, podemos esperar sonhar por um mundo melhor.

Que importância têm os planos directores de gestão urbano das cidades?

O plano director deve prever os objectivos a serem alcançados e o prazo em que este deve ser atingido. É um plano criado por um grupo de planeadores urbanos que tem impacto válido para toda a comunidade da cidade, por um certo período de tempo.

O plano director tem como objectivo principal fazer com que a propriedade urbana cumpra com a sua função social, entendida como atendimento do interesse colectivo em primeiro lugar, em detrimento do interesse individual ou de grupos específicos da sociedade, em segundo lugar.

Qualquer plano director tem grande importância, pois, ajuda-nos a projectar uma determinada localidade ou cidade, de como ela é actualmente e como ela deveria ser no futuro. Ele mostra como o terreno da cidade deve ser utilizado e a infra-estrutura pública de uma cidade como educação (escolas e bibliotecas), vias públicas (ruas e vias expressas), saneamento básico e transportes, etc. Enfim, permite fazer melhor a gestão e a racionalização do território.

5.17 UNITA reprova estatuto de utilidade pública atribuído à AMANGOLA

Jornal Agora

27 De Março de 2015

Texto: Ereneu Máquina

O Conselho de Ministros concedeu, esta quarta-feira, em Luanda, o estatuto de instituição de utilidade pública à associação de direito privado, denominada 'AMANGOLA' - União das Associações Locais de Angola.

O comunicado de imprensa saído da sessão presidida pelo Presidente da República não esclarece as razões, mas, segundo fonte ligada ao MPLA, a organização dirigida pelo então governador de Luanda tem sabido suprir as necessidades da população quando o Estado se atrasa.

A UNITA contestou, vigorosamente, atribuição do referido estatuto à AMANGOLA, alegando não estar de acordo com os critérios utilizados, para que assim se procedesse.

O secretário nacional para o marketing do 'Galo Negro', Lourenço Bento, disse ao Agora que existem as chamadas ONGs com estatutos de instituições de utilidade pública, que são, na verdade, ramificações partidárias que trabalham em prol do MPLA e da sua imagem.

"Levar fuba às populações e obrigá-las a dançar e depois publicitar as realizações do MPLA é fazer política, e isso deveria ser reservado aos partidos políticos e não a organizações não-governamentais", disse, acrescentando que "a nossa posição é de que o erário não deve ser usado para fazer isso, mas sim para acudir as necessidades das populações lá onde o Estado não está presente ou pelo menos não se faz sentir".

De acordo com o político, existem várias organizações não-governamentais que actuam no país como verdadeiros auxiliares do Estado, apontando como exemplos as 'Mãos Livres', fundada pelo advogado David Mendes, actualmente liderada pelo também causídico Salvador Freire, e a Associação Justiça paz e Democracia (AJPD) como sendo as que mais se têm notabilizado na prossecução do interesse público.

"Estas associações têm sido verdadeiras salva-vidas, quando actuam na defesa dos direitos dos pobres, que nada têm em defesa dos seus. Assim, acabamos por não saber quais as razões de fundo que levam o Titular do Executivo a não atribuir este estatuto às ONGs".

Lourenço Bento indicou, igualmente, que, na senda de organizações que favorecem claramente o partido no poder, se encontra ainda a AJAPRAZ e o Movimento Espontâneo.

Estas, acrescentou, não têm actuado como organizações não-governamentais, mas sim como células do partido, fazendo política. "Elas usam e abusam do dinheiro de todos nós para fazer política a favor de um partido político, por isso é que somos contra os critérios de atribuição deste estatuto à AMANGOLA", destacou Lourenço Bento, reconhecendo, em contrapartida, a necessidade da existência de mais associações de utilidade pública que não são tidas nem achadas.

"Nós pensamos que deveria haver muitas organizações assim a ajudarem o Estado, mas não podemos permitir que façam política, a exemplo do que se vem notando com algumas ONGs existentes".

TRAJECTÓRIA. A AMANGOLA foi formalmente proclamada em Catete, no decurso de uma assembleia constituinte que elegeu o antigo governador da província de Luanda, Job Capapinha, em 2013, para o cargo de presidente, para um mandato de cinco anos.

A cerimónia de proclamação, presenciada por 200 delegados, ocorreu depois de quatro meses de funcionamento de uma comissão instaladora que criou as condições que levaram à constituição formal da organização que, de acordo com o seu plano de actividade para o quinquénio 2013-2017, vai dar prioridade ao combate ao desemprego e à promoção da segurança comunitária.

Segundo notícias veiculadas na altura, Job Capapinha ajudou a fundar a organização, depois de ter sido apeado do Movimento Espontâneo.

Desde então, a AMANGOLA tem vindo a rubricar determinados acordos com entidades governamentais internamente e fora do país.

De entre os vários acordos, ressalta o rubricado com a ANIMAR, uma associação de direito português, cujo objectivo é permitir a criação de uma plataforma

de cooperação institucional entre ambas as organizações, com a finalidade de incrementar o diálogo intercultural e as parcerias no espaço luso-angolano e da CPLP, de realizar acções concretas de cooperação entre ambas as redes associativas no domínio da troca de experiências e boas práticas e da montagem de projectos e iniciativas conjuntas. Aponta, ao mesmo tempo, para o reforço das lógicas de parceria entre as instituições públicas e privadas, de modo a estabelecer e a reforçar lógicas do trabalho em rede e de empoderamento das comunidades locais.

5.18 Dívida suspeita e irrita Sobas

Jornal A Capital

28 De Março de 2015

Texto: Marcos António

Autoridades tradicionais de Benguela, entre as quais sobas, regedores e séculos, queixaram-se, quarta-feira, ao governador provincial, Isaac dos Anjos, da ausência dos subsídios que deveriam ter sido liquidados há cinco anos, num encontro em que o secretário-geral do Governo, Doutor Dias Cangato, financeiro dos mais velhos, acabou mal na fotografia depois das críticas de uma franja que se sente esquecida pelo MPLA, partido no poder.

O encontro, à porta aberta mas com microfones desligados, começou com um informe de Dias Cangato, jurista de profissão, marcado por trapalhadas na apresentação de números, para o espanto de Isaac dos Anjos. Quando se soube que o mês de Março do ano em curso estava prestes a "cair", mesmo com uma avultada dívida de anos anteriores, saltou à vista o que o governador considera ser um "jogo de transferências de dinheiro", envolvendo Armindo Carlos Trindade, alto funcionário da Secretaria do Governo. Este jogo, cujas regras foram aprovadas sem o consentimento das autoridades tradicionais, consiste em dar prioridade a certos municípios num determinado mês, ficando os demais à espera que o Ministério das Finanças volte a abrir os cordões à bolsa. "Às vezes, senhor governador, notamos que os colegas de outros municípios estão a receber, alegres, mas os outros não auferem", contou um soba do Lobito.

Minutos depois, surgia uma "chuva de queixas", com denúncias de falta de pagamentos desde 2010 em grande parte dos dez municípios. As dívidas, apontadas como reflexo da não bancarização dos

salários, ao contrário do que acontece em outras paragens, são de cinco, seis, sete e oito meses num determinado ano.

- Sobas e Regedores, satisfeitos com a iniciativa do governador, não se cansavam de dizer que não se conhece, já que existe verba para tal, o destino do dinheiro para a sua assistência social. "Muitos companheiros, já falecidos, foram a enterrar em condições lastimáveis. Os seus substitutos, em funções há vários anos, não recebem subsídios", afirmaram as autoridades, perante um Dias Cangato cabisbaixo, aparentemente surpreendido com o informe passado ao chefe do Executivo.

O secretário-geral do GOB, vezes sem conta confrontado por Isaac dos Anjos, começou por dar a conhecer que a província necessita de 33 milhões, 022 ml Kwanzas/mês, mais quatro milhões do que os valores que recebe (29 milhões e 300 mil Kwanzas). Mais adiante, após uma pequena concertação com Carlos Trindade, disse que o valor necessário suplanta, afinal, os 43 milhões de Kwanzas. Indiferentes a estes números, as autoridades tradicionais, que se mostravam desconfiadas do modelo de trabalho adoptado pela dupla de financeiros, alertaram para a possibilidade de esquecimento dos atrasados. "Quando se paga o Março deste ano, havendo dívidas de há quase oito anos, tudo pode acontecer", salientavam.

Com a conclusão do processo de reposição da administração do Estado, o número de autoridades tradicionais passou de 1481 para 1676. Entretanto um relatório apresentado por Carlos Trindade, prestes a ser submetido à análise do governador, refere que estão contabilizadas 1814 autoridades, sendo que duzentas e dezasseis não auferem há vários anos.

Governador separa a 'dívida verdadeira'

Se os subsídios não forem bancarizados até daqui a trinta dias, na pior das hipóteses, os rostos da Secretaria do Governo serão punidos com cortes salariais, advertiu Isaac dos Anjos, depois de ter ouvido um ou outro soba dizer que tem a conta bancária aberta faz tempo.

O mote para esta chamada de atenção foi dado quando algumas das autoridades do Balombo, município que conta com balcão do BPC, disseram que, por incrível que pareça, são os colegas da vizinha província do Huambo que se deslocam ao seu território para o levantamento do dinheiro.

"E eles, meus senhores, estão sem atrasados. Estou a falar dos companheiros do Lundimbuali, que utilizam

o banco do Balombo. Parece que isto (dívida) só acontece connosco", lamentaram.

Diante de tantas lamúrias, o governador de Benguela prometeu trabalhar, em parceria com os ministérios das Finanças e da Administração do Território, no sentido de resolver todos os problemas. Naquele que foi o pronunciamento mais comprometedor para Dias Cangato e Carlos Trindade, o governante informou aos presentes que a dívida de Junho de 2014 para cá, período marcado por problemas com as ordens de saque, são "verdadeiras".

Deixou claro, portanto, que não se revê nos atrasados anteriores, por sinal mais volumosos, assinalando que teria de tratar do assunto internamente. As autoridades tradicionais recebem, conforme a categoria, entre 10 mil a 20 mil Kwanzas/mês.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Plano Director domina reunião do Conselho de Coordenação de Luanda

Jornal de Angola Democrático
20 De Março de 2015

A apreciação do "Plano Director Geral Metropolitano de Luanda" foi a tónica dominante da reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, realizada nesta quarta-feira, 18, sob orientação do Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos.

De acordo com uma Nota de Imprensa da Casa Civil do Presidente da República, na ocasião, o conselho tomou também conhecimento do relatório do Gabinete Técnico de Coordenação e

Acompanhamento dos Projectos da Cidade de Luanda, referente ao período de Setembro a Dezembro de 2014.

O relatório referencia o conjunto de acções levadas a cabo no âmbito dos projectos estruturantes em curso na província de Luanda, dentre os quais se destacam os projectos das vias de acesso ao novo Aeroporto Internacional de Luanda, o projecto de Protecção e Estabilização das encostas da Boavista e Sambizanga, assim como o relacionado com as vias de circulação e mobilidade urbana na zona de Empreendimento Gika.

A nota adianta que, o conselho debruçou-se, em particular, sobre a manutenção das estradas quer no domínio do Programa Estratégico de Reabilitação e Manutenção das ruas Secundárias e Terciárias, quer no domínio do Programa de Propostas Prioritárias Estruturantes no Sistema Viário de Luanda, envolvendo a limpeza dos dispositivos de drenagem, manutenção da sinalização e dos dispositivos de segurança, manutenção da integridade física do pavimento e manutenção da iluminação pública.

Por outro lado, este órgão tomou, igualmente, conhecimento da problemática do novo centro da cidade de Luanda, situado na área da Chicala/Quinanga, que se inscreve na requalificação e ordenamento da cidade capital, tendo sido informado, também, sobre o estado de compatibilização entre os diferentes projectos que

envolvem a nova Marginal da Corimba, a Avenida Dr. António Agostinho Neto, a Marina de Luanda, localizado na zona da Chicala, a Ilha de Luanda e a Avenida Marginal 4 de Fevereiro.

A nova Marginal da Corimba fará a ligação rodoviária pela zona costeira, entre a zona Sul de Luanda e a Avenida Marginal 4 de Fevereiro, permitindo a melhoria do fluxo viário entre o centro da cidade e o Sul da província de Luanda.

O conselho tomou também conhecimento da evolução do projecto de requalificação da Ilha de Luanda.

6.2 Gestão do território atrai investidores

Jornal de Angola
26 De Março de 2015
Texto: Santos Pedro

As conclusões do Relatório do Estado de Ordenamento do Território Nacional (REOTN) ajudam as autoridades e as empresas a tomarem decisões no âmbito da diversificação da economia e a dimensionarem a execução de infra-estruturas do país, disse, ontem, em Luanda, o director do Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Manuel Pimentel, que falava após a apresentação do Relatório do Estado de Ordenamento do Território Nacional, disse que "se um território estiver adequadamente ordenado, vai incentivar os investidores nacionais e estrangeiros a aplicarem os seus recursos com maior segurança".

A apresentação do Relatório do Estado de Ordenamento do Território Nacional foi feita por Fernando Santos, técnico superior do Instituto Nacional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, que lamentou "o fraco retorno da informação solicitada aos departamentos ministeriais e governos provinciais durante a elaboração do documento".

Fernando Santos afirmou que apesar do Relatório do Estado de Ordenamento do Território Nacional já estar apresentado publicamente, continua aberto a contribuições antes de ser submetido à aprovação da Assembleia Nacional.

O primeiro Relatório do Estado de Ordenamento do Território Nacional tem como objectivo apresentar o quadro normativo vigente em matéria de

ordenamento do território, os instrumentos previstos e o seu actual estado de aplicação, disse

Fernando Santos. "O Relatório do Estado de Ordenamento do Território Nacional caracteriza as condições socioeconómicas, recursos naturais e produtivos, sistema urbano, condições de acessibilidade e sistemas de infra-estruturas, a elaboração de cartas de risco e vulnerabilidade e a definição de medidas para os sectores e actividades de maior relevância."

6.3 Ordenamento territorial

Jornal de Angola

27 De Março de 2015

Numa altura em que a pressão demográfica sobre o solo, nas grandes cidades e zonas ao seu redor, e grande urge verificar os mecanismos através dos quais se faz a gestão da interacção entre o homem e o espaço. A ocupação do espaço obedece a um conjunto de regras, sob pena da qualidade de vida das populações e dos projectos do Executivo ficarem em causa.

Pelas mais variadas razões, nem sempre a ocupação do espaço no nosso país obedeceu a um conjunto de passos que, em condições normais, tornariam sustentável a presença humana. O Clima de guerra imposto aos países contribuiu para o desordenamento na ocupação do espaço, independentemente dos esforços das administrações municipais e comunais. Estas instituições

conheceram inúmeras dificuldades causadas pelo caos urbanístico resultante da guerra imposta, tendo repercussões que precisamos de superar, para bem da qualidade e sustentabilidade da vida em comunidade.

Felizmente, já não vivemos os momentos em que as famílias, um pouco por todo o país, estavam entre a espada e a parede, levando-as a afluir para as zonas urbanas sob controlo do Governo. E nesta fuga para não serem apanhadas pelas balas, bombas e minas do inimigo, as populações acorreram em grande número a localidades onde a ocupação de terras se processou de forma desordenada. Hoje, podemos corrigir muitos aspectos, colocar sobre a mesa a régua e o esquadro para, a luz da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU), melhorarmos a ocupação do espaço.

Temos um país vasto e largas superfícies ainda por explorar para os fins diversos, razão que justifica repensar não apenas a forma como ocupamos os solos, mas sobretudo melhorar o que está bem. Esta em curso o processo de elaboração do Relatório do Estado de Ordenamento do Território Nacional (REOTN), cujo primeiro encontro técnico teve lugar terça-feira em Luanda e que constitui um grande passo na organização e ocupação dos solos. Trata-se de uma oportunidade importante para que as principais preocupações das populações, devidamente apresentadas, contribuam para melhorar o documentam.

De acordo com o director nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo, Manuel Zangue, pretende-se com o encontro a apresentação e recolha de contribuições para um documento muito relevante para o actual contexto do país.

Não podemos perder de vista que, atendendo a paz e estabilidade que Angola vive, somadas ao crescimento da população, cresceram as preocupações relacionadas com a obtenção de espaços para fins diversos. São legítimas a necessidade e pretensão, de acordo com os pressupostos legais, de adquirir um espaço para a construção de casa, para a exploração comercial, agrícola ou industrial.

Numa altura em que decorre a recolha de contributos para o REOTN precisamos todos de colaborar para que tenhamos um documento final que sirva os propósitos e desafios do ordenamento do nos só territórios. Como disse Manuel Zangue, citado pela Angop, "uma política clara do ordenamento do território facilita o Executivo a implementar projectos sociais sem constrangimentos".

O Ministério do Urbanismo e Habitação deseja que todos os angolanos, de Cabinda ao Cunene, conheçam o actual processo de elaboração do REOTN e sejam participantes activos. Afinal, além de ser um documento que facilita o Executivo na aplicação de projectos, as principais beneficiárias são as famílias. Com esta iniciativa, acreditamos, vai colocar-se fim a um conjunto de ilegalidades que são cometidas na interacção entre o homem e o espaço geográfico em todo o país. O Desenvolvimento sustentável em Angola obriga a que as populações procurem condições de habitabilidade seguindo regras legais na ocupação e gestão dos espaços.

Para a frente ficam desafios que têm a ver com a participação, que se pretende abrangente, por parte de toda a sociedade para que tenhamos um relatório

com as devidas conclusões. Ternos de encarar o ordenamento do territórios como urna ferramenta vital para que o mecanismo de ocupação e gestão do espaço seja benéfico para todos. Devemos todos mudar de mentalidade no que ao uso dos espaços diz respeito porque, como a experiência recente nos tern mostrado, desobedecer aos critérios e procedimentos previstos na lei tern resultado em muitas tragedies.

Ternos que ajudar o Estado e as suas instituições na aplicação de medidas para ordenar o território em função da estrategia de desenvolvimento que Angola persegue.

6.4 Casas construídas na sede da comuna

Jornal de Angola
4 De Março de 2015

Casas sociais foram construídas no âmbito do Programa Nacional de Habitação, na sede comunal do Chivaulo, a 42 quilómetros da sede municipal do Andulo, com vista atrair quadros técnicos. As primeiras 20 habitações oram inauguradas pelo governador provincial, Alvaro Boavida Neto.

O governador inaugurou igualmente uma esquadra da Polícia Nacional. As infra-estruturas foram financiadas através do Programa de Intervenção Municipal, com o propósito de dar solução à falta de habitações nas povoações, aldeias e ombalas do município do Andulo.

Das 20 casas, dez foram construídas na sede comunal de Chivaulo, cinco na povoação de Cangalo e mais cinco na povoação de Buanga. Ainda no âmbito do Programa Nacional de Habitação, está prevista a construção de 15 casas na comuna de Calussinga, Chivaulo e Cassumbe, com dez cada.

As localidades de Cangalo, Buanga e Chicumbe foram contempladas com cinco casas cada uma. O administrador do Andulo, Moisés Chipaco, disse que as localidades seleccionadas enfrentam sérias dificuldades em acolher técnicos ou até mesmo receber visitas. A vila do Andulo não foi contemplada porque já existe um plano para a construção de mil fogos habitacionais, no âmbito do Programa Nacional de Habitação, que está a ser desenvolvido pelo Executivo em todo o todo país.

A Administração Municipal tem em carteira, para este ano, vários projectos destinados a melhorar a qualidade de vida das populações, em especial a juventude.

Crianças matriculados

O número de crianças matriculadas no município de Andulo, no Bié, aumentou significativamente, m relação ao ano transacto, informou o administrador municipal.

Moisés Cachipaco disse que a localidade ganhou, nos últimos dez anos, muitas escolas equipadas com carteiras e quadros, que estão a permitir a inserção de milhares de crianças no sistema normal do ensino.

A construção de vários empreendimentos sociais na região, disse o administrador municipal, é fruto da Independência Nacional e do alcance da paz, factores que permitiram a execução do Programa de Investimentos Públicos e do Programa de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza.

Via em mau estado

Na comuna do Chivaulo nem. tudo é um mar de rosas. Os habitantes clamam pela reabilitação da via que liga a sede municipal do Andulo às comunas, numa extensão de 42 quilómetros.

Uma outra preocupação está relacionado com a reabilitação da ponte sobre o rio Cutato, que liga a comuna de Chivaulo ao município do Mungo, província do Huambo, que se encontra destruída há mais de 30 anos, pela UNITA.

A falta do sinal de telefonia" móvel para que os habitantes possam comunicar com os familiares e amigos que se encontram noutros pontos do país e no mundo é outro dos problemas que enfrentam os populações daquela localidade.

A comuna de Chivaulo dista a 42 quilómetros a Sudoeste da sede municipal do Andulo. Tem 16 ombalas, 131 aldeias e uma superfície de 2.200 metros quadrados. Possui uma população estimada em 40.464 habitantes, na sua maioria camponeses.

6.5 “Política habitacional do Executivo privilegia cidadãos”

Novo Jornal

6 De Março de 2015

Texto: David Filipe

O DEPUTADO do MPLA, Tomás Simão da Silva, revelou que já foram cedidos mais de 68 mil lotes de terra para a autoconstrução dirigida, em todas as províncias.

A revelação foi feita ao Novo Jornal, aquando do debate na Assembleia Nacional sobre as "Demolições, Direito a Habitação e ao Bem-Estar".

"Temos conhecimento que mais de 7.000. famílias beneficiaram já de forma directa dos lotes referidos", acrescentou o deputado.

Destacou que em Luanda, concretamente na zona do Zango, o Programa Provincial de Habitação Social criado por Despacho presidencial de 23 de Fev. de 2012 registou uma taxa de execução superior a 70%, com a construção de 53.160 mil habitações sociais que realojaram já 38.720 famílias e a construção de diversas infra-estruturas sociais.

O Parlamento valorizou ainda o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação do Executivo, que tem como principal enfoque a construção de 35.000 casas, cerca de 200 casas por cada um dos municípios.

"A demolição é o resultado do acesso ilegal aos terrenos e a realização de construções em transgressão com as normas técnicas e legais previstas na lei e nas políticas urbanísticas", frisou responsabilizando a oposição e algumas organizações não governamentais de fomentar e incitar as populações na prática de ocupação anárquica de terrenos desafiando a autoridade do Estado.

Para o deputado, no país, "não há falta de políticas públicas de acesso à terra e de fomento habitacional, nem tão pouco falta legislação compatível e, muito menos, ausência de programas ou planos urbanísticos que justifiquem qualquer causa de ocupação de terrenos".

"O direito do acesso à terra e à habitação condigna são considerados na nossa perspectiva como uns dos elementos mais importantes do bem-estar social e económico dos angolanos", disse.

Neste âmbito sustentou que, "o quadro normativo de protecção ao direito de propriedade, é constituído por um conjunto de diplomas legais orientadores e

reguladores da forma de aquisição, transmissão ou alienação e usufruto da terra, tendo à cabeça a Constituição da República que estabelece no artigo 37º".

O artigo acima referido, segundo parlamentar "garante o direito à propriedade privada e à sua transmissão, nos termos da Constituição e da Lei; o Estado respeita e protege a propriedade e demais direitos reais das pessoas singulares, colectivas e das comunidades locais".

"A lei de terras por seu turno, estabelece as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair e o regime de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos", salientou.

"Nos termos desta lei" acrescenta "os terrenos concedíveis classificam-se em terrenos urbanos e terrenos rurais. Esta classificação é feita nos planos gerais de ordenamento do território ou na sua falta ou insuficiência, por decisão das autoridades competentes nos termos da lei de terras".

De salientar que são terrenos não concedíveis os integrados no domínio público do Estado, e os terrenos comunitários.

"A lei de terras atribui o "direito colectivo sobre os recursos naturais às comunidades rurais. É o que designamos de domínio útil consuetudinário. Assim sendo, este direito é constituído por força da lei e o seu reconhecimento pelo Estado é realizado por título emitido pela autoridade competente, (art.s. 37 n.ºs 2 e 3)", esclareceu.

Disse que este direito é reconhecido às famílias enquanto integradas em comunidades rurais e não às comunidades em si.

"Nos termos da lei, o exercício deste direito é gratuito, estando as comunidades isentas de pagamento de foros ou de prestações de qualquer espécie", notou salientando que "o referido domínio útil "não prescreve, mas pode extinguir-se pelo não uso e pela livre desocupação nos termos das normas consuetudinárias".

"Relativamente ao direito à habitação, importa sublinhar que se trata, igualmente, de um preceito constitucional fundamental, consagrado no artigo 85º e no pacto internacional dos direitos económicos, sociais e culturais de que Angola é parte integrante", notou o deputado.

Esclareceu que "se trata de um projecto constitucional de natureza programática cuja

concretização depende mecanismos e políticas de fomento habitacional do Estado".

Para efectivar os direitos a habitação e ao bem-estar, o Estado angolano formulou e implementa, entre outros programas, o Plano nacional de Construção das Novas Centralidades e um conjunto de programas de realojamento com o objectivo de conferir uma habitação condigna e colocar em condição de habitabilidade segura as várias famílias angolanas, sem qualquer discriminação", elucidou.

6.6 Quadros da região estão bem alojados

Jornal de Angola

15 De Março de 2015

Texto: Estanislau Costa

As casas foram construídas no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de 200 moradias em cada urn dos catorze municípios da província da Huila. O Jornal de Angola apurou que as primeiras 40 moradias erguidas em cada município já se encontram concluídas.

Os novos bairros possuem espaços onde vão ser instalados parques infantis, jardins, escolas e lojas.

Em Chicomba, a prioridade do processo de distribuição foi para os técnicos que asseguram o funcionamento dos sectores da Educação, Saúde, Justiça, Energia e Aguas e a unidade bancária da circunscrição.

O jovem Yuri Cruz, trabalhador do Banco BIC, aberto recentemente, foi urn dos primeiros contemplados com uma casa, tendo garantido envidar esforços para cumprir as exigências estabelecidas para que a residência se tome sua propriedade.

"Estou muito feliz por ter concretizado o sonho da casa própria e ter agora condições para viver com a minha esposa e dois filhos", disse o jovem, para elogiar o programa de fomento habitacional do Executivo, que esta a erguer moradias nos municípios e comunas de várias províncias.

Yuri Cruz apelou aos demais jovens formados em varias especialidades a não hesitarem em trabalhar nos municípios ou comunas por alegada falta de condições. "A opção em trabalhar fora das sedes provinciais e importante por haver muitas oportunidades para se profissionalizarem mais."

Mais vida

Luis Calussento, de 29 anos, professor da escola do ensino primário do I Ciclo do Município de Chicomba, afirmou que trabalhar no interior da Província da Huila ou nas zonas rurais tornou-se mais fácil, pois o Governo apostou na construção de infra-estruturas credíveis para acomodação e funcionamento.

"As dificuldades que afligiam os quadros que deixaram as cidades para dar o seu contributo ao progresso das zonas rurais estão a ser solucionadas paulatinamente, com a executado de projectos com impacto directo no bem-estar das populações", disse. O Governador da Huila, que trabalhou durante dois dias no Município de Chicomba, anunciou que estão em cursos varies projectos de impacto socioeconómico, com o propósito de resolver os principais problemas das comunidades e dar mais vida as zonas rurais.

O governante apelou aos munícipes a conservarem as infra-estruturas colocadas a disposição, para que durem mais tempo e sirvam as futuras gerações. "As autoridades tradicionais e a população devem auxiliar a Administração Municipal na segurança e conservação dos imóveis".

Combate A pobreza

O Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate a Pobreza proporcionou bem-estar a mais de 100 mil habitantes das localidades do Que, Cuenda, Libongue e Mbule, disse a administradora municipal de Chicomba, Lúcia Francisco.

A administradora afirmou que as diversas obras de impacto social executadas incidiram na construção de 16 escolas com seis salas de aulas cada, oito postos de saude, 18 casas para os técnicos, parques infantis, campos polivalentes, sistemas de captação e distribuição de agua potável e de energia eléctrica.

Foi também construído urn cemitério, pontes e pontecos, biblioteca, entre outras infra-estruturas de impacto social. Já o Programa "Agua para Todos" abrangeu mais de 35 mil pessoas, estando a maioria dos beneficiareis das três comunas do município a consumir agua canalizada.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) promoveu, em Mbanza Congo, emparceira com a Comissão Nacional de Protecção Civil, urn seminário sobre coordenação e gestão de centros de acolhimento de vítimas de calamidades.

A coordenadora de projectos da OIM, Suzete Ferreira, referiu que a organização vai realizar acções

do género noutras províncias, onde haja vítimas das chuvas.

No seminário foram analisados assuntos relacionados com a introdução a gestão dos centros de acolhimento, bem como as funções e responsabilidades que tem.

O vice-governador para o sector Económico, Alberto Sabino, realçou a pertinência dos temas tratados no seminário, pois a província regista com frequência inundações, que provocam deslocações de pessoas a procura de zonas seguras.

No seminário participaram elementos da Comissão Provincial da Protecção Civil e responsáveis de instituições religiosas e de organizações, da sociedade civil.

6.7 Novas centralidades trazem benefícios

Jornal de Angola

16 De Março de 2015

Texto: Arão Martins

O secretário-geral do MPLA afirmou, no Lubango, que a construção de novas centralidades tem como objectivo proporcionar bem-estar a todos os angolanos. Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse", que falava durante uma assembleia de militantes, acrescentou que o MPLA existe para garantir o bem-estar de todos os cidadãos.

O político efectuou na semana finda uma visita a Província da Huila, tendo-se deslocado aos municípios da Jamba e da Matala, bem como as obras das centralidades da Quilemba e Eywa. Na Quilemba, Dino Matrosse disse ter visitado uma cidade nova que vai estar pronta para ser habitada por aqueles que necessitarem de habitação, ainda no final deste ano ou princípio de 2016.

O secretário-geral do MPLA disse que o trabalho em curso é incomum. "Já visitei muitos países africanos que ascenderam a sua independência antes de nós. Tirando a África do Sul e alguns países ocidentais, poucos países fazem construções e reconstrução iguais as que se registam em Angola", comparou, diante de uma plateia bastante concorrida.

Dino Matrosse informou que, não obstante a revisão do Orçamento Geral do Estado para 2015 devido a baixa do preço do petróleo no mercado internacional,

o país vai continuar a crescer. "Angola já atravessou grandes dificuldades mas não parou. Estamos empenhados em reerguer este país para os patamares mais altos, por isso vamos ter confiança, porque vamos ultrapassar este momento difícil", exortou. Admitiu que, por enquanto, algumas obras vão ter de ser suspensas, mas assegurou que as mesmas vão ser retomadas logo que a situação normalizar. "Achamos que é um momento que não vai durar", disse.

Actividades desenvolvida

O secretário-geral do MPLA manifestou satisfação pelo que viu e ouviu na província da Huila. "Durante as visitas, notamos que o partido, a JMPLA e a OMA estão com saúde nos municípios", disse Julião Mateus Paulo, acrescentando que as actividades que estão a ser desenvolvidas devem prosseguir, pois só assim se chega a vitória, a semelhança do que aconteceu nas eleições de 1992, 2008 e 2012.

Dino Matrosse disse ter notado muitas infra-estruturas em construção, tais como estradas, hospitais, postos médicos e centros médicos, escolas de alto nível, que nunca se viram, antes da independência e do 4 de Abril de 2002, data em que o país conquistou a paz efectiva, depois de muitos anos de guerra. Disse ainda ter constatado que há empenho dos militantes e um trabalho sério dos secretaries municipais, comunais e de acção, o que esta a permitir o engrandecimento do partido.

Nos próximos tempos, a cidade do Lubango vai ter uma circular rodoviária de 58 quilómetros que vai ligar as centralidades. As obras, financiadas com fundos do Programa de Investimentos Públicos (PIP), foram visitadas pelo secretário-geral do MPLA. O político disse que a estrada circular vai permitir que a circulação na cidade seja melhorada e mais fluida.

6.8 Ocupantes ilegais de casas desalojados

Jornal de Angola

16 De Março de 2015

Texto: Garrido Frago

O comando da Região Militar de Luanda, em colaboração com a Polícia Nacional, participou ontem numa operação que permitiu desalojar

algumas dezenas de militares, civis e agentes da ordem, que de forma ilegal ocupavam residências no Zango II, município de Viana.

Em declarações à imprensa, chefe do Estado-Maior da Região Militar de Luanda, brigadeiro Adolfo de Matos, indicou que a operação decorreu desde as primeiras horas de ontem e permitiu resgatar 171 habitações que se encontravam ocupadas de forma ilegal por militares, civis e agentes da Polícia.

O brigadeiro Adolfo de Matos, que chefiou a operação, indicou ainda que a maioria dos infractores detidos é civil, salientando a existência de 15 militares, entre oficiais e militares pertencentes ao Regimento de Engenharia do Exército. Entre os prevaricadores, acrescentou, também estão indivíduos da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC).

"De algum tempo a esta parte, temos estado a receber informações da ocupação de vivendas no Zango II e que envolve militares, civis e polícias", afirmou o brigadeiro das FAA, acrescentando que os mais de 80 cidadãos retirados das habitações foram entregues aos órgãos de justiça, para apurar a veracidade dos factos.

Os que foram considerados legais retomaram as suas habitações, mas os ilegais foram entregues à justiça. Muitas das habitações estavam escancaradas e serviam de abrigo para os delinquentes que operavam naquela zona.

O brigadeiro apelou aos efectivos das FAA a não abraçarem práticas ilegais, lembrando que todos os actos de indisciplina cometidos nas Forças Armadas são puníveis, de acordo com a lei e disciplina militar.

O chefe do Estado-Maior da Região Militar de Luanda prometeu que operações como as realizadas ontem vão prosseguir, para desencorajar actos do género.

6.9 Governo trava construção de casas em zonas de risco

Jornal de Angola
19 De Março de 2015

O governador provincial do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, apelou terça-feira às populações da

província para evitar construir em zonas de risco, por isso constituir um perigo para vida humana.

Falando à imprensa no final do acto de entrega de um donativo para as vítimas das chuvas no Lobito, Eusébio de Brito Teixeira aconselhou à tomada de consciência do perigo da construção em zonas de risco.

O governador provincial informou que a cidade do Sumbe tem características idênticas às do Lobito e os seus moradores devem evitar essa prática de construção que causou a morte de 74 pessoas no Lobito no dia 11 de Março.

Na cidade do Sumbe, desde Dezembro, o Governo do Cuanza Sul está a realizar um programa de loteamento da área da Pomba, a fim de retirar as famílias de zonas de risco. Daí o governador ter apelado às administrações municipais para serem actantes e fiscalizadoras, por forma a evitar que muitos oportunistas, com objectivo do lucro fácil, comercializem terrenos em locais de passagem das águas pluviais.

O director provincial da Energia e Aguas, José Luís Antunes Amaro e Silva, garantiu entretanto uma melhoria no tratamento e distribuição de água à cidade do Sumbe.

O responsável informou que estão a ser montadas novas condutas domiciliárias na cidade e bairros periféricos e construída uma nova central de captação e bombagem, com capacidade de bombeamento de 15 mil metros cúbicos de água.

"Estão a ser executados trabalhos destinados à melhoria do fornecimento de água à população", garantiu o director provincial, reconhecendo haver problemas na periferia da cidade do Sumbe, porque a conduta é muito antiga e há necessidade de a substituir de forma urgente.

6.10 Governo trava construção de casas em zonas de risco

Jornal de Angola
19 De Março de 2015

O governador provincial do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, apelou terça-feira às populações da província para evitar construir em zonas de risco, por isso constituir um perigo para vida humana.

Falando à imprensa no final do acto de entrega de um donativo para as vitimas das chuvas no Lobito,

Eusébio de Brito Teixeira aconselhou a tomada de consciência do perigo da construção em zonas de risco.

O governador provincial informou que a cidade do Sumbe tem características idênticas as do Lobito e os seus moradores devem evitar essa prática de construção que causou a morte de 74 pessoas no

Lobito no dia 11 de Marco.

Na cidade do Sumbe, desde Dezembro, o Governo do Cuanza Sul esta a realizar um programa de loteamento da área da Pomba, a fim de retirar as famílias de zonas de risco. Daí o governador ter apelado as administrações municipais para serem actantes e fiscalizadoras, de forma a evitar que muitos oportunistas, com objectivo do lucro fácil, comercializem terrenos em locais de passagem das águas pluviais.

O director provincial da Energia e Aguas, José Luís Antunes Amaro e Silva, garantiu entre tanto uma melhoria no tratamento e distribuição de água a cidade do Sumbe.

O responsável informou que estão a ser montadas novas condutas domiciliarias na cidade e bairros periféricos e construída uma nova central de captação e bombagem, com capacidade de bombeamento de 15 mil metros cúbicos de água.

"Estão a ser executados trabalhos destinados a melhoria do fornecimento de água a população", garantiu o director provincial, reconhecendo haver problemas na periferia da cidade do Sumbe, porque a conduta é muito antiga e há necessidade de a substituir de forma urgente.

6.11 “Aldeamento kikuia” reduz défice no sector

Jorna Economia e Finanças

20 De Março de 2015

Texto: Matias da Costa e Sérgio V.

Dias

A partir de Agosto do ano em curso, mais de 100 famílias de baixa renda da aldeia de Candão, circunscrita ao município do Chinguar, na província do Bié, vão beneficiar de residências do projecto "Aldeamento Kikuia",

Inserido no programa de investimentos públicos (PIP) e sob responsabilidade do Ministério do Comércio, o mesmo tem incidência na perspectiva de redução da assimetria rural, contando já com 90 residências concluídas das 100 previstas.

Neste sentido, a vice-governadora do Bié para o sector Económico, Deolinda Belvinda, assegurou que o projecto "Aldeamento Kikuia" permite o crescimento rural e a projecção de vida sustentável das populações.

Mais projectos

A governante esclareceu que a par das residências decorrem outras construções de componentes sociais que enquadram pequenas indústrias de transformação.

Deolinda Gonçalves sublinhou que o projecto "Aldeamento Kikuia" vai alargar a superfície comercial da região e criar centenas de empregos directos.

A vice-governadora do Bié referiu que o projecto traduz mais uma oportunidade de emprego para as famílias, porque, a seu entender os populares da aldeia de Candão vão contribuir, também, para o asseguramento dos equipamentos técnicos ali instalados.

Na óptica da governante, o município do Chinguar representa um corredor de comércio interprovincial e aos poucos vai atingindo patamares visivelmente satisfatórios, quer na vertente de infra-estruturas, quer na dinâmica comercial.

De acordo ainda com Deolinda Gonçalves, com o crescimento do município, várias iniciativas de investimento vão surgindo e tornando desta forma robusta a condição socioeconómica da população da Chinguar.

Localizado a cerca de 75 quilómetros a Oeste do Cuito, capital do Bié, o município do Chinguar conta além da sua sede com as comunas do Cutato e do Cangote.

Financiamento assegurado Ainda nesta província, o Ministério do Comércio vai disponibilizar a pequenos empresários da província do Bié um montante de até 60 milhões de kwanzas por ano para a aquisição de produtos agro-pecuários, anunciou recentemente, no Cuito, Álvaro Paixão Júnior.

O secretário do Estado para Comércio Interno, que presidiu seminário sobre a descentralização financeira e operacional do programa de aquisição dos produtos agro-pecuários (PAPA- GRO), no Cuito, Bié, frisou

que já foram feitas triagens de identificação das capacidades dos operadores económicos.

De acordo ainda com Álvaro Paixão Júnior, estas triagens vão na fase inicial trabalhar com o ministério e com os camponeses.

O governante explicou que a contemplação do respectivo orçamento vai ser feita em prestações trimestrais, correspondentes a um valor de 15 milhões por trimestre para desenvolver as suas actividades na componente da compra directa à produção agrícola.

Sublinhou, por outro lado, que no quadro do financiamento do programa "Angola Investe", com vista a fomentar o empresariado angolano, o referido orçamento pode estender-se no valor de 5 milhões de dólares especificamente.

No seminário sobre a descentralização financeira e operacional do Papagro, realizado no Cuito, participaram, entre outras individualidades, membros do Governo, agentes económicos da província do Bié, autoridades tradicionais e agricultores.

6.12 Casas sociais desabitadas, passam a ter novos donos

Jornal de Angola
20 De Março de 2015
Texto: Manuel Tomás

A direcção Provincial do Cuanza Sul da Juventude e Desportos prevê retirar a titularidade das casas aos jovens beneficiários que ainda não vivem no Bairro Social da Juventude, localizado a nove quilómetros da cidade do Sumbe.

O director Provincial da Juventude e Desportos, Agostinho Casseca Miquinho, mostrou-se preocupado com o facto de muitos jovens contemplados manterem as casas encerradas. "Nos sabemos que há muitos jovens que celebraram contratos com as agências bancárias mantêm as habitações encerradas, em detrimento de outros jovens que necessitam de habitação condigna, por isso vamos trabalhar no sentido notificar os beneficiários para alterarem a situação", assegurou Agostinho Miquinho.

O director provincial do Cuanza Sul da Juventude e Desportos disse que os jovens residentes no bairro social têm trabalhado com a área técnica da

administração municipal do Sumbe na recolha do lixo e saneamento do meio, para dar imagem mais agradável.

6.13 O governo já não dará casas

Jornal A Capital
21 De Março de 2015

Fonte do Projecto Provincial de Habitação Social (PPHS) contactado por este jornal, explicou que quem está a conduzir o processo de realojamento é a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL).

"Foi a CACL quem realojou os populares da Ilha e da Chicala-2. O mesmo processo vai acontecer daqui a pouco, concluindo assim a operação da Chicala", informou, fazendo saber que o PPHS apenas acompanha.

"O pessoal da Quissama vai estar lá em definitivo. Cada um está já no seu lote. Onde está cada cabana, está no seu devido lugar.

Dentro de poucos dias cada família vai receber a documentação do lote onde está situada, para transformar a cabana em casa definitiva", garantiu, sublinhando que a zona foi bem estudada antes.

A fonte disse que o Governo achou melhor não atribuir casas a estas pessoas que insistem em construir em zonas inapropriadas. Quanto ao pessoal que habita no lancil do Zango IV, disse que apareceu de surpresa, uma vez que o primeiro grupo que lá vivia já havia sido realojado.

Só que, alegadamente, os vizinhos e parentes daqueles seguiram-nos para receberem casas. Ainda assim, sustentou, é um caso que será resolvido brevemente", concluiu.

6.14 Novos bairros Urbanizados são bons lugares para viver

Jornal de Angola
24 De Março de 2015
Texto: João Gomes

O director nacional da Habitação aconselhou, em Luanda, a população a aderir aos projectos habitacionais do Estado, para que sejam melhorados os centros urbanos e o ordenamento do território.

Adriano dos Santos Silva, que falava a Angop, a margem o Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação, que decorreu sob o lema "infra-estrutura para garantir ma habitação condigna", pediu as pessoas que não olhem a habitação condigna apenas pelas quatro paredes, mas também pelas infra-estruturas, que tem a ver com a água, energia eléctrica, vias de comunicação saneamento básico.

O alto funcionário do Ministério do Urbanismo e Habitação referiu que as reflexões feitas durante o Conselho Consultivo vão permitir urn território mais urbanizado e urn Ambiente saudável, tendo como objectivo a melhoria da qualidade e vida da população,

Adriano dos Santos Silva classificou a etapa de projectos e emergência, que Angola viveu após a Independência Nacional, e o período da aprovação da Lei de Terra pelo Executivo, que originou o surgimento da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, como duas etapas diferentes que marcaram o sector habitacional ao longo dos 40 anos de Independência Nacional.

Durante os projectos de emergência, acrescentou, não existiam instrumentos do ordenamento do território, mas, a partir do momento em que se aprovou a Lei da Terra, o pais ganhou zonas com melhor desenvolvimento urbano, com maior destaque para as novas centralidades e outros projectos habitacionais.

6.15 Cubatas em zonas de risco na capital

Jornal Agora
27 De Março de 2015

A Habitação é um direito consagrado na Constituição. Apesar dos esforços, a marcha do estado ao encontro dos mais necessitados ainda é lenta.

Em Luanda, só para ilustrar, milhares de pessoas vivem em cubatas precárias nas zonas consideradas de alto risco. No Morro da Kinanga, há 'chimbecos' construídos no cume da elevação, o que pode ser extremamente perigoso nesta época de chuvas.

Há quem diga, com alguma razão, que, mesmo com o esforço de guerra que o país viveu durante longos anos, na capital os seus efeitos não eram tão marcantes, sendo que a edilidade poderia orientar as pessoas a posicionarem melhor os seus casebres.

A municipalidade deixou que cada construísse, a seu bel-prazer, a sua moradia e hoje está aí a podridão que bem poderia ser evitada, não fossem os administradores os participantes desta anarquia, muitos dos quais acabaram por ficar riquíssimos pela venda de terrenos que poderiam servir o interesse colectivo.

Quem pode acabar com tanta desordem?

6.16 Megatendências globais criam oportunidades de Crescimentos no sector Imobiliário em África

Jornal O País
27 De Março de 2015

O ritmo das mudanças no mundo está a aumentar, havendo uma série de transições, conhecidas como Megatendências globais, que estão a transformar a forma como as empresas e a sociedade funcionam, afirma esse French, que chefia a área imobiliária da

PWC África, o ramo africano de uma rede de empresas de serviços de consultoria com presença em 157 países. 'Cada vez mais, os investidores de todo o mundo estão atentos ao potencial de crescimento de África, particularmente o potencial demográfico do continente. O crescimento económico, a melhoria da estabilidade política e os investimentos contínuos em infra-estruturas estão a abrir mercados que, outrora, eram inacessíveis, acrescenta esse French.

Duas publicações lançadas recentemente pela PWC debruçam-se sobre os factores que impulsionam o crescimento imobiliário no continente africano e destacam as Megatendências actuais e emergentes neste sector que estão a moldar a oportunidade africana para os investidores.

A publicação inaugural da PWC, com o título *Real Estate: Building the future of Africa* (Sector Imobiliário: Construir o futuro de África), analisa o impacto das Mega tendências em África. O relatório pretende apresentar uma avaliação do estado actual do sector imobiliário em África e demonstrar a forma como as Megatendências vão criar oportunidades de crescimento nos principais mercados africanos. O relatório analisa ainda o mercado imobiliário em dez países específicos da África Subsariana. Os perfis destes países oferecem informações sobre as influências locais, regionais e globais nos mercados imobiliários específicos de cada país, ilustrando os efeitos das tendências que se fazem sentir a nível nacional.

Procura supera oferta

O relatório mostra que existem oportunidades significativas em todos os sectores no continente africano. Em quase todos os mercados, a procura por espaços de retalho, para escritórios e para a indústria continua a superar a oferta, a medida que os ocupantes internacionais e locais respondem as novas oportunidades económicas. A enorme escassez na propriedade residencial em todo o continente dará origem a investimento privado em grande escala.

Alem disso, a falta de financiamento local para projectos de infra-estrutura proporciona uma plataforma para novas parcerias publico-privadas. Também é provável que as alterações nas tendências demográficas e no comportamento dos consumidores criem uma grande procura por imóveis novos e diferentes até 2020 e depois. De acordo com o relatório, assistiremos também a entrada de mais investidores especializados no mercado. As previsões de rentabilidade líquida de 20% provenientes do investimento em centros comerciais, edifícios de

escritórios ou complexos industriais nos países do continente continuam a atrair novos investidores.

Ilse French afirma: 'Seria fácil subestimar o impacto das megatendências globais em África. Pois os mercados imobiliários do continente não tem, tradicionalmente, conseguido acompanhar o ritmo das economias desenvolvidas e de muitas economias em vias de desenvolvimento. Comparativamente a média global, os níveis de investimento no sector imobiliário em África são baixos e existem desafios relevantes para a exploração das potenciais oportunidades. No entanto, a nossa investigação sugere que o impacto das Megatendências globais será enorme em África. Este impacto criará um vasto conjunto de oportunidades para o sector imobiliário no continente africano, oportunidades essas que, em muitos casos, diferem daquelas que existem mercados mais desenvolvidos.

O impacto global destas tendências é fundamentado pelas conclusões de um segundo relatório, *Global Emerging Trends in Real Estate* 2015, (Tendências Globais Emergentes no Sector Imobiliário) que consiste numa previsão anual da confiança dos investidores imobiliários mundiais publicada conjuntamente pela Urban Land Institute (ULI) e a PWC.

Tendo por base a perspectiva de investidores imobiliários experientes, o relatório identifica várias Megatendências que afectar os mercados mundiais, cada qual com implicações em termos de construção e investimento. Aumento da urbanização (actualmente, a maioria da população mundial vive em áreas urbanas), alterações demográficas e sociais (incluindo um aumento significativo no número de pessoas mais velhas e idosas), avanços tecnológicos, o aumento do poder económico nos mercados emergentes (que se deve, sobretudo, ao crescimento da classe média) e as alterações climáticas.

Rentabilidade e risco

Para Kees Hage, que chefia o sector imobiliário da PWC Global, existe capital disponível para as oportunidades no sector imobiliário em muitos mercados de todo o planeta. A procura por melhores rentabilidades levou alguns investidores para mercados em vias de desenvolvimento e secundários, colocando-os no topo da curva de risco. Contudo, os investidores têm de encontrar um equilíbrio entre a necessidade de investir capital e a capacidade de gerar boas margens de lucro, numa altura em que existem grandes diferenças nas condições económicas em todo o planeta.

'Ao tomar as decisões de investimento, os investidores imobiliários têm de considerar diversas questões. No futuro terão certamente de abordar essas decisões de uma forma completamente diferente. É possível que as afectações de capital tenham de ser canalizadas para um conjunto mais vasto de tipos de activos do que no passado, que vão desde alojamento para estudantes e lares de terceira idade a centros de dados e espaços de armazenamento pessoal, adianta.

Ilse French, por seu lado, considera que a medida que os investidores imobiliários de todo o mundo são confrontados com o desafio de obterem valor e retorno numa altura em que as principais propriedades se estão a tornar sobrevalorizadas em quase todos os mercados, o continente africano assume agora maior interesse. Acreditamos que o sector imobiliário em Africa tem impulsionadores únicos para o crescimento, conforme é destacado nos dois relatórios publicados pela PWC'.

Factores de crescimento

Entre as conclusões do relatório da PWC, foram identificadores os seguintes oito factores de crescimento:

1. A população jovem de Africa aumentara a procura por imóveis e por diferentes tipos de imóveis. Em todo o continente, haverá uma urbanização continuada, uma expansão das cidades actuais e o surgimento de cidades novas.
2. A industrialização continuara a avançar no continente e será acompanhada por um rápido crescimento no sector do retalho.
3. A exportação de recursos naturais e a agricultura continuarão a ser fontes de crescimento económico fundamentais, mas resultarão numa maior exposição de alguns países a riscos.
4. A escassez de infra-estruturas criara oportunidades de investimento.
5. A Influência das políticas e da legislação nacional na decisão de investir aumentara, sendo que as parcerias locais tornar-se-ão cada vez mais importantes.
6. Os progressos contínuos nos regimes de fundos de pensões, de mercados bolsistas e da banca promoverão o investimento e a maior diversidade de investidores aumentaram a procura por oportunidades de investimento no sector imobiliário.
7. A tecnologia terá impacto nas práticas de empresariais e de construção, bem como no comportamento do consumidor.

8. A sustentabilidade será incorporada nos requisitos dos edifícios e dos ocupantes, sendo que os países africanos mais ambiciosos alterarão as concepções das cidades e as práticas de construção de edifícios.

6.17 «O Governo não vai construir mas sim dar o apoio em meios»

Semanário Angolense

28 De Março 2015

SA - Além do socorro que vem sendo dado, que política governamental está em curso para que não volte a ocorrer um desastre como esse, na medida em que estamos ainda em tempo de chuvas?

AG - Assim que aconteceu a tragédia, estamos a comunicar as pessoas. A comissão provincial liderada pelo governador já está a trabalhar no loteamento dos terrenos para se começar com a autoconstrução dirigida. É bom que se note que o governo não vai construir as casas. Vai somente dar todo o apoio em meios, instrumentos, enfim, de tudo que há para construir as casas, devendo cada família edificar a sua. Aqueles que são das igrejas e as próprias igrejas vão ajudar. Nós estamos a mobilizar todas as organizações juvenis, pedreiros, carpinteiros, para virem ajudar, prestar essa solidariedade. Aqueles que não puderam dar apoio em produtos, poderão dar apoio em mão-de-obra para que as famílias estejam nas tendas no prazo máximo de quatro meses. E que no quinto mês saiam para as suas casas próprias.

SA - Isso é em curto prazo. Mas o que nós queremos saber é como ficam as famílias que estão nas zonas vermelhas, em risco iminente, uma vez que as chuvas continuam a cair...

AG - Estamos a passar o apelo no sentido de que as pessoas saiam daí. Agora há pessoas que realmente estão a ser um pouco oportunistas. Não querem colaborar. Querem permanecer aí: como sabem que as chuvas vão estar connosco até Abril, querem nos empurrar mais responsabilidade. As casas estão quase a cair, querem tirar um proveito disso. A preocupação do governo é apenas com os cidadãos que perderam famílias, perderam as casas no dia 11 de Março.

SA - Com tudo o que se tem disponível hoje, tendo em conta as doações que foram feitas por todos os quadrantes do país, dá para manter essa população durante os quatro meses que vai permanecer no acampamento?

AG - Vocês acompanharam a manifestação de solidariedade que saiu de todos os cantos do país.

Acreditamos que com essa manifestação de unidade nacional, esse fortalecimento da adesão demonstrada pelos angolanos, e com uma boa gestão, vai dar para acomodar as famílias e serem assistidas durante quatro meses, talvez até cinco ou seis meses. O importante é que haja uma boa gestão, um controlo eficaz, que haja idoneidade, começando por nós mesmos. No que estiver ao nosso alcance, nós vamos fazer para que as pessoas não passem fome. No entanto, é bom que se diga também que nós não estamos a prometer dar comida de primeira classe. Estamos a dar comida própria para assistir a pessoas numa situação de tragédia como essa. São as condições básicas que estamos a dar. O que não estiver no leque das doações as famílias podem obtê-lo através de permutas.

SA -E além da doação de alimentos, há a considerar que quem trabalhe continue a fazê-lo?

AG - Sim. Como muitas famílias têm emprego, principalmente os chefes, à medida que se reassem vão seguir a sua vida normal, vão trabalhando para terem a sua renda mensal. E nessa altura poderão trabalhar para levantarem a sua casa. O governo vai dar o loteamento, vai dar o material de construção, vai dar o protótipo da casa, e vai fazer a infraestrutura estradas, lojas, hospital e escolas.

SA - Então vai nascer um bairro novo por força das circunstâncias?

AG - Sim! É um bairro novo. Seria em princípio para 250 famílias, mas nós estamos a esticar para 300. Há sempre aqueles imprevistos.

7. TERRA

7.1 MPLA diz que as maiores demolições foram feitas pela UNITA durante a Guerra

02 De MARÇO 2015

ANGOP

Luanda - O debate parlamentar sobre demolições, direito à habitação e qualidade de vida proposto pela Unita continua a provocar reacções. Organizações da sociedade civil acusam o Governo de não respeitar nem o parlamento.

Na abertura do debate parlamentar na passada sexta-feira, o deputado da bancada parlamentar do MPLA Virgílio Adriano Tyova apresentou um relatório elaborado pelas várias comissões de trabalho sobre as demolições.

O documento concluiu que o conflito armado que o país viveu contribuiu significativamente para o crescimento desmesurado da população e das cidades, resultando em fenómenos de ocupação desordenada das áreas periurbanas das principais cidades, dando origem assim a um conjunto de problemas de natureza social, política e económica.

No auge da guerra, diz o documento, os centros urbanos, nomeadamente as principais cidades do país, eram as únicas zonas seguras, que transformaram-se em pontos seguros para as populações, aglomerando no seu espaço milhares de populares principalmente em infra-estruturas inacabadas do ponto de vista arquitectónico.

O quarto vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA João Pinto afirmou que as maiores demolições de hospitais, escolas, pontes, igrejas, casas de pacatos cidadãos nas comunas, vilas, municípios e cidades foram feitas pela Unita durante a guerra.

Entretanto, a Associação Mãos Livres, que tem advogado a favor das vítimas das demolições, o Governo angolano viola constantemente os princípios fundamentais da Constituição.

Salvador Freire, presidente daquela organização, lembra que o tema já foi discutido no parlamento

várias vezes, mas o Governo não respeita nem a casa parlamentar.

“O Governo viola os princípios constitucionais e nem respeita o próprio parlamento, esperamos que o executivo resolva de uma vez por toda a problemática das demolições”, frisou Freire

Por seu lado, Associação Cívica SOS Habitat escreveu ao presidente do parlamento Fernando da Piedade Dias dos Santos, mas nunca foi recebido como diz, André Augusto vice-coordenador da SOS Habitat.

O debate concluiu que o problema não reside na destruição das casas, que acontece, mas sim “na ocupação ilegal” dos terrenos e “na construção desordenada”, tese criticada pela oposição.

7.2 Comandante Gika no centro da mudança urbanista

Jornal Angola

4 De Março de 2015

Texto: Bernardo Capita

As obras de requalificação da cidade de Cabinda e bairros periféricos estão a mudar a qualidade de vida das populações. O objectivo do projecto, Iniciado há um ano e meio, assenta sobretudo na melhoria das vias terciárias e secundárias no interior dos bairros antes Inacessíveis, intervenções que estão a permitir a instalação de serviços sociais como o sistema de táxi porta a porta, energia eléctrica, água, saneamento básico e infraestruturas de suporte às actividades comerciais.

Várias vias de acesso já foram reabilitadas nos bairros da cidade de Cabinda, com particular realce para a estrada que começa no posto médico Cadula, passando por Mongo Suila e que vai até às imediações da Administração Municipal de Cabinda no Bairro Amílcar Cabral.

A Rua do Chiueca, que desemboca no Povo Grande, também está em obras de reabilitação. Mas as obras mais importantes decorrem no Bairro Comandante Gika que, por ser a zona de maior concentração populacional, com cerca de 60 mil habitantes, o Governo Provincial estabeleceu como zona de experiência piloto, construindo aí o maior número de projectos sociais.

As intervenções nesse bairro começaram com a transferência de 148 famílias cujas casas eram de carácter precário e se situavam em zonas de risco (encostas e linhas de água) para a localidade de Zongolo, onde o Governo Provincial edificou um novo bairro.

Depois da transferência da população começaram as demolições, requalificação das ruas e construção equipamentos sociais. As autoridades proibiram a venda ambulante junto das bermas da via das Forças Armadas, actividade que atraía ao local, muitos delinquentes.

O coordenador geral do bairro Comandante Gika, Francisco Tati, disse à reportagem do Jornal de Angola que está "muito satisfeito" com as obras de requalificação em curso na sua área de jurisdição.

Para Francisco Tati, o projecto de requalificação além de permitir a melhoria das vias de acesso e a construção de infra-estruturas importantes, estancou a delinquência cujos protagonistas se concentravam em casebres e barracas nos arredores do mercado aí existente, para práticas criminais.

"Com a destruição da praça e a reabertura das vias de acesso; a população já circula à vontade a qualquer hora" disse Francisco Tati, para quem as melhorias estão a contribuir significativamente na redução da criminalidade no bairro.

O processo de transferência da população cujas casas estão a no perímetro das obras de requalificação vai continuar nos próximos dias, com mais 52 famílias. José Malalo Luemba, de 61 anos e residente há mais de 30 no Bairro Comandante Gika, passa em breve a viver no novo bairro social do Zongolo, porque a sua casa vai ser demolida por força de requalificação. Para José Malalo, apesar de estar habituado ao bairro onde gerou os seus 15 filhos, está muito alegre por saber que vai ter uma nova casa com luz eléctrica e água, numa área devidamente urbanizada, o que não acontecia no Bairro Comandante Gika.

Gika com novo mercado

A requalificação do Bairro Comandante Gika tem para o governo da província uma incidência particularmente importante na vida dos moradores. Além da melhoria das vias de acesso, vão ser implantados vários outros serviços sociais com objectivo de conferir bem-estar às populações e também melhorar a sua imagem.

Neste particular, destaque para as obras de construção do novo mercado, que vai albergar sobretudo as pessoas que vendiam nas bermas da via das Forças Armadas, impedindo a circulação de

pessoas e bens. O secretário provincial das Obras Públicas, Juliano Capita, disse que o novo mercado no bairro Comandante Gika "constitui um ponto de referência para sua requalificação" por envolver a implantação do Parque Urbano Municipal.

O mercado tem capacidade para dois mil vendedores e está a ser construído numa área de 14 mil metros quadrados, estruturado em três pisos. No rés-do-chão são construídas 180 bancadas para a venda de produtos não perecíveis, mais 20 bancadas em forma de frigorífico para os produtos perecíveis, cinco armazéns para condicionamento dos produtos e outras valências.

No primeiro andar são instaladas 124 lojas e no segundo andar são instalados os serviços de restauração, incluindo salões de beleza. "Estamos a construir no Bairro Comandante Gika uma estrutura comercial de grande importância, que vai permitir que a população realize actividade comercial de forma organizada".

A margem da construção do mercado no Bairro Comandante Gika estão também em curso junto ao Cine Popular, os trabalhos da edificação da estrutura que vai albergar as actividades comerciais das pessoas que vendiam na "Feira Popular" nas imediações do Centro Cultural Chiloango, que por força da construção de um shopping vão ser transferidas.

Requalificação continua

O vice-governador para a área técnica e infra-estruturas, Otiniel Niemba da Silva, reafirmou o desejo do Governo Provincial continuar este ano com o projecto de requalificação da cidade de Cabinda e bairros periféricos.

O primeiro passo do projecto incide na requalificação das vias de acesso ao interior dos bairros, para permitir a sua integração na cidade e assim estabelecer maior mobilidade da população.

O segundo passo é o ordenamento do trânsito rodoviário com a construção de mais estradas capazes de garantir fluidez na circulação de viaturas. Falando especificamente do projecto de requalificação do Bairro Comandante Gika o vice-governador afirmou que fruto das obras em curso naquela zona, os índices de criminalidade baixaram consideravelmente.

As pessoas deixaram de vender na estrada e muita gente cujas casas se encontravam em áreas de risco receberam habitações novas no Zongolo com água, luz eléctrica e com um saneamento básico eficiente. "Vamos continuar a desmantelar o Bairro Comandante Gika, a desalojar algumas pessoas para

permitir melhores acessos à área" disse Otiniel Niemba da Silva, para quem custe o que custar o projecto de requalificação do Bairro Comandante Gika não vai parar.

O administrador municipal de Cabinda, Artur Carmo Manuel, tranquilizou as famílias que estão a ser transferidas para a localidade do Zongolo, para não se incomodarem porque o processo de desenvolvimento das cidades requer a correcção dos erros do passado.

Para o administrador municipal de Cabinda, na localidade do Zongolo onde estão a ser realojadas as famílias do Bairro Comandante Gika, o Governo Provincial ergueu várias habitações para que as pessoas sejam acomodadas com segurança, dignidade, conforto e em condições urbanísticas aceitáveis.

Artur Carmo Manuel lembrou que em breve vão ser transferidas para o Zongolo as restantes 52 famílias. A responsável municipal manifestou-se particularmente satisfeita pela forma harmoniosa como está a decorrer o processo de realojamento das famílias do Bairro Comandante Gika: "Congratulamo-nos com o governo da província pelo esforço que está a fazer e pelos bons resultados registados".

7.3 Desalojados de Kitondo com destino incerto

Jornal O PAÍS

06 De Março de 2015

Texto: Milton Manaça

Valentim Sebastião Bumba, 72 anos, é um homem insatisfeito. O ancião que alega ser o mais antigo morador do bairro do Kitondo 1, desde 1987, esperava ser contemplado com uma residência num dos projectos habitacional do Zango, pelo facto das autoridades lhe terem retirado extensos hectares de terra que no passado, segundo contou, pertenceu aos seus familiares.

De acordo com o velho Valentim, as lavras dos camponeses foram destruídas para dar lugar à residências, mas para seu desgosto nenhum camponês da área foi indemnizado porque lhes fora prometido que estariam contemplados nas residências erguidas posteriormente.

"Toda essa área em que foi construída esse projecto eram lavras que foram destruídas. No princípio disseram-nos que estavam a ser construídas casas para nós, mas passados esses anos todos, só

assistimos pessoas que vêm de Luanda a ocuparem as casas".

Aos moradores do Kitondo preocupa ainda o silêncio dos responsáveis do Programa de Realojamento (PR), que desde 2007, altura do último cadastramento, nunca mais voltaram ao local a fim de darem explicações sobre o destino das famílias.

Aliás, em 2011 foi feito um processo de recontagem dos moradores para actualizar o número de pessoas em cada família, já que estas foram se multiplicando ao longo dos anos com o nascimento de novos membros e o surgimento de novos casebres. Mas segundo o coordenador cessante, agora nas vestes de secretário da coordenação do bairro, Filó Sita, esta iniciativa foi dos próprios moradores.

Diante destas evidências, Filipe Afonso, morador do Kitondo há 18 anos, vê reduzida a possibilidade dos habitantes do seu bairro serem contemplados com residências construídas pelo governo no Zango, pelo facto de assistir a ocupação das residências que alegadamente estavam destinadas aos moradores de Kitondo, por outras 'pessoas desconhecidas'.

"A população já anda chateada e aos poucos vamos perdendo esperança porque continuamos sem saber se vamos permanecer nessas casas de chapas ou iremos para outro lugar", declarou.

Na impossibilidade de haver residências para os moradores de Kitondo, Filipe Afonso sugere que sejam erguidas moradias no espaço em que estão concentrados actualmente, bem como nas áreas adjacentes a estas, de modos a evitar que os trabalhadores se distanciem dos seus postos de trabalho. Contrariamente a Filipe que não quer abandonar a área do Zango, a jovem que se identificou apenas por Vivi, 37 anos, está disposta a rumar para outras paragens, caso seja este o entendimento das autoridades com competência para velar por esta situação, pois segundo ela "o importante é ter uma casa em condições para viver mesmo que não for neste bairro".

A fonte mostrou -se crente na resolução dos problemas que afligem os moradores da sua zona durante estes anos, apesar de não existir nenhuma luz no fundo do túnel que aponta para tal possibilidade. "Nós não sabemos o mês e o ano, mas vamos continuar a esperar porque prometeram-nos que nos dariam outras casas em troca das nossas lavras que foram ocupadas".

Segundo os nossos entrevistados, administrador cessante, Zeca Moreno, efectuava visitas ao local com alguma regularidade, procedimento que esperavam

ver concretizado também pela actual direcção do município de Viana.

O PAÍS contactou o administrador de Viana, Manuel Caterça, que disse que apesar zona residencial do Zango ser parte integrante do município sob sua responsabilidade é um projecto que não foi entregue a sua administração, tendo adiantando que a sua gestão está sobre a alçada do Governo Provincial de Luanda

Escola feita pela população

Face ao aumento de crianças em idade escolar, os próprios moradores uniram esforços e ergueram uma escola de chapas de zinco há quatro, para não verem os seus petizes fora do sistema de ensino, já que muitos não encontram vagas nas escolas espalhadas pelo Zango, conforme fizeram saber.

Com três professores e igual número de salas de aulas, a comunidade mobilizou-se e os educadores decidiram ensinar as crianças e alfabetizar também os mais velhos da comunidade. Um dos três professores é Filipe Afonso que referiu que na sua instituição falta quase tudo, desde carteiras, materiais didácticos, incluindo giz para escrever ao quadro, apesar de garantir que os responsáveis do município de Viana sabem da existência da referida escola.

"Não temos apoio de ninguém e falta-nos quase tudo. Praticamente só temos uma sala de aula já que as outras duas são muito apertadas, mas por falta de apoio não conseguimos ampliar a escola. A comparticipação da comunidade é insuficiente para cobrir todos os gastos, visto que até o giz somos nós mesmos que temos comprado", disse Filipe Afonso.

A cada professor, segundo esta fonte, é atribuído um subsídio de 10 mil kwanzas em cada mês lectivo, mas de acordo com este interlocutor, esta quantia módica não é entregue com regularidade aos educadores, tendo' realçado que muitas vezes os professores ficam mais de cinco meses sem receber qualquer quantia.

Neste momento, prosseguiu, "estamos há quatro meses sem remuneração, contando com os três últimos meses do ano 2014". Questionado sobre a exiguidade do montante pago, a fonte salientou que no contrato por eles assinado não vem referenciado a quantia que cada professor auferem mensalmente, uma preocupação que segundo ele, já fizeram chegar em várias ocasiões aos responsáveis da educação do seu município, mas até ao momento nada foi resolvido.

Vontade de aprender supera dificuldades

Mesmo diante das dificuldades mencionadas os professores não se desmotivam, dando o seu melhor para ajudar crianças e adultos de kitondo a saírem do analfabetismo, uma oportunidade de "ouro" para os mais velhos que enquanto crianças e jovens não tiveram sequer a ocasião de aprenderem a escrever o próprio nome.

Aos 63 anos, escrever o próprio nome é motivo de muita satisfação para a velha Elisa Adão e sua família. Mas do que ocupar os tempos livres, Elisa disse a O PAÍS ter concretizado um sonho antigo e promete não parar' já que, como referiu a própria, a meta é aprender a ler.

"Os meus olhos já não estão em condições, mas quero continuar a estudar para aprender a ler bem. No nosso tempo não conseguimos estudar e como já não temos lavras para cultivar estamos a aproveitar esta oportunidade de aprender com os filhos do bairro".

Desafiada por uma das vizinhas que no momento duvidou da possibilidade da sexagenária escrever o seu nome, Elisa Adão não hesitou em pedir um caderno e de imediato redigir o seu nome na presença dos seus vizinhos que responderam com um aplauso em jeito de alegria.

7.4 Deputados debatem, mas não encontram soluções

Jornal A Capital

07 De Março de 2015

Texto: Domingos Júnior

As discussões sobre o assunto, embora várias vezes politizadas, produziram parte daquilo que se tem registado na prática. Contudo, as conclusões produzidas pelas Primeira, Segunda, Quinta, Sétima e

Décima Comissões Especializadas da Assembleia Nacional, não 'atacaram' o aspecto central que tem estado na base da construção de casas em locais impróprios.

Os deputados dizem existir oportunismo da parte de alguns cidadãos que insistem em viver à margem da lei, apesar de já beneficiarem de acções de realojamento da parte do Estado.

Mas essas pessoas constroem sem a intervenção das autoridades administrativas que, recorrentemente, só aparecem depois de o bairro estar já composto.

No debate mensal no dia 27 de Fevereiro em que se abordou o tema sobre as "Demolições, direito à habitação e à qualidade de vida", proposto pelo Grupo Parlamentar (GP) da UNITA, as forças políticas da oposição cingiram-se fundamentalmente na forma como as pessoas têm sido desalojadas, sem programas do seu realojamento imediato.

A maioria dos deputados do MPLA pactua, como é evidente, com aquilo que é a posição do Executivo, ou seja, que as demolições podem ocorrer para atender a salvaguarda das famílias, objectivos supremos e os interesses colectivos, de acordo com os projectos implementados pelo Estado angolano, com vista a promoção de melhores condições habitacionais às populações.

Pelo que se depreendeu, em pouco mais de três de horas de debate, é que a oposição olha sobretudo para a forma como as demolições são feitas, mas o Executivo e MPLA entendem que problema não reside na destruição das casas, que acontece. O principal problema prende-se com a ocupação ilegal dos terrenos e com a construção desordenada, tese criticada pela oposição. "É aí onde reside o maior problema", sublinharam.

A deputada Mihaela Webá, do maior partido da oposição, afirmou que a tese do Executivo é "um argumento falso e manipulador", já que, "em momento nenhum" se preocupou em aprofundar o direito à habitação ou à qualidade de vida, tendo apenas como linha argumentativa a ocupação ilegal de terrenos e a construção desordenada.

Lucas Ngonda, da FNLA, fugindo da asserção de que a oposição queria fazer um aproveitamento político dessa situação, considerou que a demolição de uma habitação para a atribuição de outra "não é crime nem é política, é o papel do Estado", classificando como crime quando as pessoas são deixadas ao ar livre.

Pela CASA-CE, a intervenção incisiva foi do deputado Alexandre Sebastião André, para quem "impõe-se diferenciar das expropriações de utilidade públicas e as ilícitas, criminosas protagonizadas por aqueles que investidos de cargos públicos servem-se deles para esbulhar os cidadãos desamparados e sem qualquer possibilidade para recorrer aos tribunais". Por isso defendeu a criação "urgente" de um diploma legal especial que encerra em si normas que estabeleçam regras e procedimentos de expropriação para a utilidade pública e com justa indemnização.

O deputado do MPLA, Carlos Cruz, disse que as várias décadas de guerra que Angola viveu resultaram em muitos problemas sociais, políticos e económicos

para o país, "apesar de alguns deputados ignorarem os efeitos do conflito armado". Para ele, "o êxodo das populações das vilas para a cidade surge porque era o governo que lhes garantia segurança, porque de onde saíram os seus bens foram saqueados e as suas casas destruídas e ocupadas por gentes estranhas à sua vivência.

"Não nos esqueçamos disso", advertiu, afirmando que os angolanos sabem quem procurou estas e outras situações que hoje ainda são reflexos desses períodos.

Facto curioso é que, ninguém defendeu a construção de residências em zonas de risco, como também ninguém considerou normal que a população construísse desordenadamente. O que se registou, na prática, são desavenças resultantes do facto das pessoas serem desalojadas e ficarem ao relento, facto que já havia sido reprovado na primeira sessão da Assembleia Nacional de há quatro anos. Alguns até defenderam que as demolições têm como objectivo último desencorajar aqueles que desobedecem as orientações baixadas pelo Executivo, no que a construção ordeira diz respeito.

A UNITA partido proponente do debate e outros partidos da oposição consideram que sendo as demolições às vezes necessárias para urbanizar e melhorar as condições de habitabilidade das populações, elas devem contudo ser feitas com justiça, transparência e bom senso. Defendem a aprovação de uma lei sobre as normas, regras e procedimentos da expropriação para utilidade pública, e a criação de uma comissão parlamentar de acompanhamento dos processos de demolições. Para o partido do Galo Negro, são processos que exigem transparência, justiça e bom senso, porque "muitos dos terrenos que estão a ser expropriados, alegando interesse público, servem interesses privados.

Decepção no parlamento?

A Open Society, através do seu presidente, Elias Isaac, considera preocupante o que se passa na Assembleia Nacional, quando depois de 13 anos de paz, os assuntos que têm a ver com a população continuam a ser politizadas. "Hoje ainda há acusações mútuas sobre quem partiu mais durante a guerra, quando, na verdade, não houve nem santos nem pecadores".

Para o activista social, há pessoas, no parlamento, que não estão preparados para a nova conjuntura de desenvolvimento. "Não se pode sacrificar um povo que já foi sacrificado por outras questões que podem ser resolvidas de outra forma", referiu.

7.5 Governo de Angola cria empresa pública para gerir terrenos infra-estruturados

ANGONOTÍCIA

11 De Março de 2015

O governo de Angola criou uma empresa pública para gerir os terrenos infra-estruturados e possibilitar um processo “mais racional e económico de urbanização” do país, de acordo com um despacho presidencial.

A Empresa Gestora de Terrenos infra-estruturados (EGTI) foi constituída com um capital social inicial de 2 mil milhões de kwanzas (18,6 milhões de dólares), tendo sede em Luanda.

A criação desta empresa é justificada com a necessidade de “gerir de forma criteriosa os terrenos infra-estruturados, enquanto património público, que garantem o bem-estar social da população”, mas também “no âmbito da requalificação e expansão das cidades e dos centros rurais.”

Angola tem em curso um projecto público de construção de centros urbanos em todo o país, com milhares de habitações nas 18 províncias, bem como alguns parques empresariais.

7.6 Garimpeiros invadem reservas do Kilamba

Jornal O País

13 De Março de 2015

Texto: Paulo Sérgio

Trajados de calça de ganga de cor preta e camisola branca, o senhor João Menga e o seu amigo Moda, mestre de pedreira, escolheram uma das cantinas do bairro Bita Cambjé, Cinco Fios, por detrás da Centralidade do Kilamba, para se refugiarem do sol ardente que se fazia sentir nesta terça-feira, 10, e saciar em a sede consumindo cerveja, enquanto aguardavam por alguém interessado em adquirir uma das parcelas de terra, recentemente retalhada.

Entre a degustação de carne assada e goles de cerveja, partilhavam com os presentes no local o fracasso da Comissão de Moradores do referido bairro por não ter conseguido, até ao momento, obter autorização da administração supracitada, bem como de informações sobre os processos de litígios, relacionados com as últimas demolições ali registadas.

João Menga procurou exaltar a sua figura, afirmando que, na última reunião de moradores, realizada no Domingo último, apresentou um mapa detalhando os limites geográficos entre este bairro, um vasto terreno supostamente pertencente a Sonangol e outro, popularmente conhecido por 13 Casas, situado à Sul.

Para não amedrontar os presentes e assegurar -se de que poderão ajudá-lo a angariar clientes, garantiu que o bairro não será demolido por existirem vastos terrenos que supôs pertencerem a distintas figuras do Governo Central, bem como parte das instalações do Ministério do Ambiente.

"Se tiverem que destruir o bairro para expandir o Kilamba até às margens do rio Kwanza, tal como se ouve dizer, terão de fazer o mesmo com as propriedades destes membros do Governo. Por isso, podem ficar descansados que daqui a gente não sairá", garantiu mesmo sem fundamentos legais.

Esta garantia gerou uma certa polémica entre os convivas e para acalmá-los, afirmou 'que não é a primeira vez que o seu grupo se apropria de terrenos do Estado e os comercializa, sem prejuízo para a população. A título de exemplo, contou que já realizam esta actividade há vários anos e terem sido eles que estiveram á frente do processo de transformação de diversas lavras em bairros.

Para dissipar quaisquer dúvidas, sem saber da presença da equipa de reportagem de O PAIS, disse que a primeira acção desenvolvida pela sua equipa ocorreu nos anos 90 com o armamento dos terrenos agrícolas que partiam da Angoméica às imediações da Igreja Kimbanguista (actual Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy").

Depois de concluírem esta zona, partiram para o então município do Kilamba Kiaxi, onde realizaram as mesmas acções que culminaram com o surgimento de alguns dos bairros do Golfe II e o do Calemba II.

"Assim que concluímos estas zonas, partimos para o município de Cacuaco, onde organizamos o bairro da Pedreira. Aí não tivemos a mesma sorte porque chegamos a ficar seis dias na cadeia por crime de apropriação de terras e quando saímos, oferecemos terrenos de 20 por 20 aos antigos dirigentes da esquadra onde nos detiveram, designadamente, o

comandante, o 2º comandante e o chefe de investigação", especificou.

Face a insistência dos demais, João Menga explicou que no momento em que "urbanizavam" os terrenos situados defronte ao espaço onde foi erguido o hipermercado Kero, actualmente designado de bairro Vila Flor, também surgiram vários rumores que davam conta de que o mesmo poderia desaparecer por se tratar de reserva do Estado. O que não aconteceu até a presente data e o bairro cresce de forma exponencial.

Segundo ele, a equipa tem as suas "impressões digitais" na criação do bairro Bita Progresso e só depois de concluírem a venda de terreno nesta área é que viraram as atenções para o Bita Cambejé Cinco Fios.

Afirmou que em todas estas zonas possuem terrenos e num deles, situado na Estrada directa do Calemba, próximo ao supermercado Nosso Super, está instalado uma oficina de fabricação de cadeirões.

Indagado como é que conseguem convencer as camponesas a aderirem aos seus projectos, respondeu que antigamente os integrantes do grupo se faziam valer da sua condição de militares afectos à Brigada de Comandos das Forças Armadas Angolanas, mas agora optam pela via do diálogo, aliciando-as com a garantia de que ganharão muito dinheiro com a venda dos lotes.

Moradores erguem propriedades

Ao circular pelo bairro, a nossa equipa de reportagem pode constatar que alguns dos moradores estão a dar sequência às construções das suas moradias e outras continuam em escombros. Os menos "afortunados" ou indecisos, permanecem em casas de chapas.

Enquanto algumas famílias tentam levar a sua vida normalmente, mas com receio de que poderão ser expulsos à qualquer momento, a equipa de João Menga só recentemente decidiu parar com o processo de armamento das vias, expandindo mais ainda o bairro.

Questionado sobre o valor de uma parcela de terra naquela área, Moda afirmou que o mesmo varia em função da sua localização e dimensão. Os que estão mais próximos da centralidade e do local em que será construída a estrada que chegará ao Bita Tanque, são os mais caros.

"Tenho dois terrenos à venda: o que está próximo da estrada principal, De 20 por 15, está orçado em 800 mil kwanzas, e o outro, que se situa aqui dentro do

bairro, pode ficar vosso em troca de 400 mil Kwanzas", propôs.

João Menga não se inibiu e, como se estivessem a competir com o seu companheiro, disse que tem um vasto terreno 'que pretende trocar com uma viatura por estar cansado de andar a pé. A dimensão do espaço a ser cedido variará em função da marca, do modelo e do estado em que se encontra o veículo.

A dona do estabelecimento comercial, que solicitou anonimato, alertou que não seria conveniente comprar terrenos aos dois, por não serem de confiança, e recomendou que os repórteres procurassem contactar uma das Mamãs ou Papás das Lavras", a forma como carinhosamente são tratados os camponeses.

Afirmou que na área onde se situam os terrenos de João Menga, os proprietários estão comercializá-los a várias Pessoas, por isso não recomenda aos indivíduos que só pretendem construir posteriormente. Por outro lado, explicou que na sua zona os preços dispararam depois das demolições e por se situarem adjacentes a centralidade.

Ela considerou que a dupla também pertence ao grupo de 80 indivíduos que zona se encontram a fazer arruamentos na zona, em convivência com os camponês, para futura comercialização dos terrenos o que eles refutaram descrevendo os demais como confucionista, pelo que apuramos, os nativos estão a enfrentar dificuldades para se imporem diante dos garimpeiros.

João Menga frisou que o cliente recebe como garantia uma declaração de cedência de terreno, que serve para posteriormente reconhecê-lo junta à Comissão de Moradores.

Para garantir que não se tratava da burla, levou a nossa equipa uma residência que supostamente pertence a um dos seus parentes e, a partir da porta de entrada, indicou várias transeuntes como seus filhos.

7.7 Novo cadastro preocupa moradores

Jornal O País

13 Março de 2015

Texto: Milton Manança

Apesar do bairro existir muito antes da construção da Centralidade do Zango, vulgo Vila Pacífica, e estar registado com o timbre do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) desde 2006, um presumível oficial das Forças Armadas Angolanas orientou a recontagem dos casebres com um novo cadastro.

A denúncia foi feita a O PAÍS, nesta Quarta-feira, 11, pelo Soba do referido bairro, Feliciano Luís, que avançou a possibilidade da falsidade do referido registo pelo facto de haver mais de duas casas cadastradas com mesmo número.

Segundo a autoridade tradicional suposto oficial que identificou -se apenas com nome de Relia, aconselhou no [mal do ano passado os moradores a erguerem casas de bloco, contrariando a orientação do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) que havia prometido realojá-los em outras áreas.

Feliciano Luís contou que das vezes que o responsável pela nova numeração se fez presente ao bairro Mundimba nunca foi visto fardado; apesar de ter alegado fazer parte das Forças Armadas Angolanas.

Outra preocupação que inquieta os moradores prende-se com o silêncio da Imogestim que face a essa situação, segundo o Sob a Luís, ainda não se pronunciou mesmo tendo em suas mãos os documentos que foram transferidos pela Sonip, em que constam os nomes das famílias que foram cadastradas no ano de 2006 pela GRN.

Diferente do cadastro anterior de cor avermelhada em que para além da numeração está identillcada também o nome da entidade responsável, nos novos registos de cor azul constam apenas números, contribuindo ainda mais nas desconfianças da ilegalidade de tal processo.

Curiosamente a casa do Soba que não está situada nem no princípio, nem no fim do bairro foi registada com o número um, o que demonstra uma descoordenação em termos de ordem numérica.

Para sustentar os seus argumentos, o soba Luís disse que neste momento a coordenação que dirige não recebeu nenhuma notificação para actualizar o

número de casas existente, mesmo depois do 'falso cadastro' orientado pelo alegado oficial superior.

"Nunca mais reuniram connosco e mesmo quando a GR passou os nomes para a Sonip não foi mencionado nenhuma cláusula sobre a indemnização dos camponeses. Até hoje estamos à espera e não sabemos se seremos realojados ou não", disse o coordenador, tendo acrescentado ainda que a situação tornou-se mais complicada depois que a OGSOS Habitat deixou de acompanhar o caso.

Mais de 130 famílias esperam por realojamento

Neste momento, Segundo Feliciano Luís, o número de famílias registadas continua a ser a do registo feito em 2006 que apontam para mais de 130, lote em que não estão incluídos as famílias que se formaram recentemente, fruto da união dos filhos muitos dos quais nasceram e cresceram no mesmo bairro, segundo fez saber a fonte.

Caso perdurar o desalojamento, o Soba Luís, que é igualmente coordenador do bairro, prevê a duplicação do número de famílias nos próximos anos e alerta a comissão de realojamento local sobre os perigos que pode constituir o afunilamento de gente num bairro que não está preparado para receber muita população.

Aliás, lembrou que havia uma promessa de continuidade do processo de realojamento que contemplou apenas 17 famílias, mas por razões até a data não justificadas, encalhou por ali. " De certeza que as famílias não vão parar de crescer, é só vermos como estamos agora e como estávamos em 2006. Neste bairro, com falta de energia e água podemos estar a criar outros perigos, como a delinquência para os próprios moradores", contou.

Questionado sobre a possibilidade de ser registarem infiltrações no processo, o responsável respondeu negativamente, justificando que em todas as casas consta o primeiro registo do Gabinete de Reconstrução Nacional. Uma das pessoas, nascida em Mandimba e em contacto permanente com a centralidade do Zango, de onde é funcionária, é Paulina Manuel de 23 anos, curiosamente, filha do soba Luís que também cresceu mesmo bairro.

Apesar da morosidade verificada no processo de realojamento, ela acredita na sensibilidade das autoridades' tendo referido que não acredita que o governo se tenha esquecido de que os prédios da Centralidade do Zango foram construídos na área de cultivo que antes pertencera aos moradores de Mundimba.

"Eu nasci e cresci aqui, hoje tenho marido e filhos e esperava que resolvessem o nosso problema há muito tempo. Mas tenho fé que não seremos retirados sem nos darem nos darem novas casas", disse Paulina, acrescentado estar consciente que a área em que residem está projectada para a expansão do projecto habitacional do Zango.

Casas abandonadas em tempo chuvosa

Muitos casebres do bairro Mundimba foram erguidas numa zona baixa com tendência de inundar todas as vezes que chove na zona. Esta situação tem obrigado os moradores a abandonarem as suas residências refugiando-se muitas vezes no estaleiro da vila dos chineses responsável pela construção da Centralidade do Zango.

Nesta semana, segundo a anciã, muitos moradores perderam os seus haveres como consequência da chuva de Segunda-feira, 9, que inundou a favela, levando muitos a regressarem às suas cubatas apenas nesta Quarta-feira, 11, altura em que O PAÍS esteve no local.

"Nós aqui estamos a sofrer muito porque não temos água nem luz, e à cada ano que passa vão nascendo novas crianças e nunca somos retirados dessas casas. Por causa da chuva temos que sair de casa e procurar sítios seguros para ficar".

O problema torna-se mais difícil de se contornar se as chuvas cair em período nocturno, não dando possibilidade de retirar os haveres do interior da casa, por conta da escuridão, como contou a velha Teresa, dando como exemplo a última enxurrada que deixou submersos os objectos da sua casa.

7.8 Vamos combater para as ocupações anárquicas

Jornal O País

13 De Março de 2015

Texto: Daniel Miguel

O administrador da cidade do Kilamba, Joaquim Israel, alertou aos ocupantes das reservas fundiárias do Estado situada a Sul da sua zona de jurisdição que o Comando Unificado do Governo Provincial de Luanda voltará a realizar urna operação de demolições, em entrevista a O PAÍS, nesta quinta-feira, 12.

Com base num levantamento e sinalização de todas as casas que voltaram a ser erguidas, demonstrou ter conhecimento da existência de grupos de cidadãos que pretendem tirar proveito da situação e estão a comercializar os terrenos.

"Nós iremos continuar a combater isso. É assim que o Governo da Província tem o posto de Comando Unificado para combater a ocupações anárquicas de terrenos, para tal já fizemos o levantamento de todos os casebres que voltaram a ser construídos nas áreas de expansão da cidade do Kilamba e vamos demolilos por terem sido erguidas sem autorização", garantiu.

Reconheceu que, antes da edificação da centralidade, existiam algumas aldeias que pertenciam aos camponeses e que como já não praticam a agricultura por influência dos supostos invasores, que querem criar bairros extensos.

Entretanto, alertou que não se estão a opor aos cidadãos que decidiram permanecer nestes locais para praticarem a agricultura de subsistência. A título de exemplo, citou o caso de camponesas que realizam tal actividade na parte orte da cidade e têm sido por eles incentivados, enquanto não for necessária a utilização do espaço por parte dos promotores do maior projecto habitacional do país.

"Alguns deles já foram indemnizados e já foram alertados que podem produzir, mas que terão de retirar as plantações tão logo se decida expandir a cidade para o orte", disse.

Quanto aos habitantes dos bairros de longa data que existem à Sul, garantiu que terão um tratamento diferente ao que será dado aos presumíveis oportunistas, por considerar que não devem existir contemplos para não permitir que aconteça o mesmo que se sucedeu em outros projectos, como o Nova vida.

O que concerne ao crescimento que se regista a Leste, isto é, defronte ao hipermercado Kero, mostrou-se preocupado por contrariar a sua perspectiva de vir à ter urna vizinhança ordenada porque como não é, está a criar problemas até a própria centralidade do Kilamba.

Citou como exemplo o bairro Vila Flor que cresce exponencialmente nestas condições, o que faz com que a ausência de infra-estruturas sociais e equipamentos leva os moradores a roubarem água nas bocas-de-incêndio da centralidade por não terem onde acarretar.

"Tem que haver aqui uma concertação entre os diferentes sectores para também proporcionar alguns

serviços nesses bairros e colocar neles urna certa ordem. Felizmente ao longo da via de acesso Leste da cidade estão a aparecer entidades privadas com alguma capacidade financeira, a adquirir tais terrenos a terceiros para edificar obras com alguma dignidade, e isto para nós é urna mais-valia, mas no interior do bairro há outros problemas que necessitam do devido tratamento", esclareceu.

Sugeriu que o plano director para esta zona que está em fase de conclusão, deve ser implementado e sendo imperioso que exista um arranjo urbanístico visando ordenar o seu crescimento.

Solicitado a fazer um balanço das famílias deixadas ao relento pela anterior demolição, respondeu tratar-se de um número ínfimo porque a maior parte dos imóveis abrangidos estavam desabitados e representavam apenas urna tentativa de demarcação de terreno. As próximas demolições também serão nesta vertente por ter ficado provado que há muitas pessoas que aí estão simplesmente com o propósito de ludibriar o Estado.

Joaquim Israel explicou que a sua zona de jurisdição tem uma reserva de S4 quilómetros quadrados limitada à orte pela Via Expres o e à Sul chega próximo ao Bita e, apesar de não ter uma fronteira física, existem marcos que a sinalizam. Esclareceu que para além da reserva da centralidade acima mencionada, existe a reserva de Estado que vai até ao rio Kwanza e, independentemente de ser parte do Kilamba ou não, está no interior da reserva do Estado.

O arquitecto explicou que o Executivo optou por desenvolver a primeira fase da centralidade do Kilamba não no princípio da fronteira Norte, mas sim um pouco mais ao centro para, precisamente, evitar a ocupação ilegal de terrenos e poder exercer um controlo mais eficaz.

"É por isso que a segunda fase de expansão da cidade do Kilamba está a ocorrer na parte à Sul, com a construção de cerca de dez mil fogos habitacionais em projectos repartidos em dois projectos diferentes. Um dos projectos já começou a ser afectado pela ocupação anárquica de terreno", explicou.

Acrescentou que "este é um problema que se vive em Luanda, mas nós não estamos a dar tréguas e nem iremos permitir que estes indivíduos, de forma organizada (temos que aceitar que eles estão muito bem organizados para praticarem tais acções), venham inviabilizar as fases de crescimento desta centralidade".

Joaquim Israel explicou que foi com o intuito de repor a ordem, que o seu elenco realizou as primeiras demolições à mais de 400 "casebres" de blocos, 300 de chapa, 17 de madeira, vários morros de vedação e alguns tanques de água. Após efectuarem esta acção foram confrontados por algumas organizações que, alegaram, dar suporte a esta prática passando-se como reivindicadores dos direitos dos supostos camponeses.

Aclarou que os classifica como falsos camponeses porque os legítimos foram cadastrados na altura da construção da primeira fase da centralidade, sendo que possuem todas fichas, e estão devidamente identificados.

7.9 Invasão e venda ilegal de terrenos em proporções alarmantes

Seminário Angolense

14 De Março de 2015

Texto de: Gaspar Faustino e Helder

Simões

A venda fictícia de terrenos por parte de burlões, que em muitos casos são funcionários das administrações municipais, beneficia geralmente quem tern poder politico, financeiro ou militar, mas sempre em prejuízo do cidadão comum e/ou dos camponeses.

O fenómeno não e novo e o Semanário Angolense (SA) tern dado a estampa diversos casos de arrear, no que diz respeito a usurpação, ocupação e venda ilícita de terrenos. Em muitos casos tern havido mortes, como já aconteceu no Rio Seco, município do Cacuaco, no Quilómetro 30, município de Viana, no Mbondo Chapen e esta a acontecer agora na zona de Mucolangola, Bita Sul e na zona da Burgalheira, situadas em Viana e Cacuaco, respectivamente, sem esquecer a Samba e o Kilamba Kiayi.

Actualmente, os municípios de Belas e Icolo e Bengo também já estão a sofrer o drama, com varias povoações e terrenos de lavoura a serem, literalmente, tomadas de assalto pelos esbulhadores de terras, sem o mínimo respeito pelos direitos dos seus habitantes e sem prévio aviso.

O mais estranho e que no meio disso tudo há áreas marcadas e vedadas consideradas «Reservas Fundiárias do Estado», sendo estas as primeiras que os fiscais e demais funcionários administrativos se

apressam em retalhar e vender, como explicou um habitante de uma das localidades onde o fenómeno já ocorreu e também já fora constatado pelo ex-governador da província de Luanda, Bento Bento, numa das suas visitas de campo ao Quilómetro 30, município de Viana. Na altura, o governador, desolado por encontrar todas «Reservas Fundiárias do Estado» ocupadas por casebres de chapa e por construções de moradias de carate definitivo alertara, publicamente, o também ex-administrador municipal de Viana, Zeca Moreno dizendo: «Camarada Moreno cuidado, porque os principais ratos que tern na sua administração são os seus fiscais. Que ninguém construa mais nada aqui; mande parar tudo e no prazo de 30 dias quero ver tudo isto desocupado».

Ao invés de cumprir as orientações de Bento Bento, a situação piorou e, actualmente, naquelas paragens nasceram diversos bairros anárquicos, sem qualquer estrutura urbana que possa depois facilitar o saneamento básico, a construção de condutas para canalizar água potável para as moradias e mesmo a instalação de redes de energia eléctrica, ate mesmo os painéis que indicavam que eram reservas fundiárias do Estado e os pilares que demarcavam os espaços desapareceram.

A situação é geral em todos os lados já citados. Fala-se mesmo em grupos organizados mandatados por fiscais e funcionários administrativos e que são apoiados por elementos das forças armadas e da polícia. Não respeitam nada e ninguém, muito menos a vida alheia.

Burlas mais burlas

Um exemplo claro de como a burla é realizada foi revelada por um cidadão que comprou uma parcela de terreno de 20 por 20 metros no interior duma «Reserva Fundiária do Estado» que já se encontra lotada de casas de chapas, na área do Quilómetro 30. O mesmo fiscal que lhe vendeu o terreno ao preço de 4.500 dólares (pouco mais de 400 mil Kwanzas), voltou a vender o mesmo espaço a outros dois indivíduos.

A mesma situação foi vivida por uma cidadã, devidamente identificada, que teve a sorte de ter os seus direitos repostos, por ter recorrido ao Semanário Angolense (SA). O fiscal burlão, ao tomar conhecimento de que a cidadã levava a reportagem do SA ao local, com da repercussão que o assunto daria, no mesmo dia devolveu o terreno a senhora e, depois de muita fricção, lá convenceu o outro cidadão a aceitar um outro espaço. O SA, na altura, reportou o caso.

Casos idênticos são quase diários e, de acordo com o cidadão já citado, um indivíduo comprou um terreno sem saber que alguém já o comprado primeiro. Quando já erguia as paredes de uma residência, apareceu o primeiro «proprietário» com documentação que atestava a titularidade sobre o espaço.

«Houve uma briga entre famílias que acabou com a demolição da obra e feridos. Mas o fiscal responsável pela falcatura desapareceu de cena, com protecção dos seus colegas da administração de Viana», explicou.

Estas situações acabam na Polícia e são do conhecimento das comissões de moradores e das administrações municipal e comunais. «Muitas vezes, quando se apercebem que os elementos são os fiscais das administrações, os moradores recorrem as esquadra mais próximas mas, infelizmente, nada lhes serve porque nada se resolve e acabar sempre por perder, Em alguns casos quem fica com o terreno e uma outra pessoa», descreveu.

Para além do Quilómetro 3D, município de Viana, outra zona em que a «máfia» dos terrenos é forte, na mesma circunscção, e a área do Kikuxi, onde se situam alguns empreendimentos públicos estratégicos.

Parcelas de terra assinaladas como «Reservas Fundiárias do Estado», para futuros e importantes projectos para a província de Luanda, foram já invadidas por populares, alguns de nacionalidade duvidosa, provavelmente depois de as comprarem a fiscais da administração municipal.

Este negócio está a enriquecer muita gente e o principal causador do aparecimento de bairros sem quaisquer condições de habitabilidade.

Posteriormente esses aglomerados, que passam a ser chamados de bairros, causam sérios transtornos aos projectos de urbanização e desenvolvimento do próprio governo.

De acordo com uma fonte da administração de Viana, e a própria fiscalização municipal quem cria as condições e manda ocupar os terrenos a troco de algumas somas monetárias, aconselhando inclusive que, enquanto as pessoas vão ocupando os terrenos, instalem apenas barracas de chapa mas que as ocupem de imediato.

Ate quando esta situação

Varies desses fiscais e outros funcionários

administrativos também ocupam terrenos, fazem as tais barracas e põem nelas pessoas ao seu serviço. A intenção é que, quando se distribuir terrenos urbanizados ou casas novas aos moradores daquelas áreas, eles acabem também por beneficiar, para depois vender, a preços chorudos, as habitações obtidas desta forma. É assim que muitos deles têm diversas casas em vários locais.

A prática é antiga e continua alastrar-se em vários municípios de Luanda. Por isso é que quando se tenta acabar com um problema de construção anárquica num local, começa outro igual ou pior que aquele em outra zona. «São situações que envolvem gente bem situada e até mesmo elementos de potentes da Polícia e das Forças Armadas», assegurou a fonte.

7.10 Governador ameaça demolir

Jornal Novo Gazeta
19 De Fevereiro de 2015

O governador do Huambo, Kundi Paihama, ameaça demolir de 375 residências e outras infra-estruturas construídas de forma "ilegal" ao longo da conduta de água.

Por outro lado, Kundi Paihama prometeu realojar as famílias que construíram de forma legal por autorização da administração.

O governante reconheceu que registam "muitas debilidades no fornecimento de água aos munícipes" do Huambo, por existirem construções "anárquicas" ao longo da conduta de água, nos bairros da Bomba Baixa, São José, Bom Pastor e rua do Comércio, o que "dificulta" o funcionamento.

Kundi Paihama avisou que "não há alternativas para as famílias" que construíram moradias e outras infra-estruturas ao longo da conduta de distribuição de água.

7.11 Administrador de Cacuaco Acusado de Usar Poder De Estado Para Infernizar Famílias

Jornal de Angola Democrática

20 De Março de 2015

Texto: Albino Sampaio

O administrador municipal de Cacuaco, Carlos Alberto Cavuquila, está ser acusado de ter sido o mandante do sequestro contra o cidadão Mussa Maciete de 57 anos por razões relacionado a comercialização de terrenos no bairro Belo Monte, localizado no mesmo município.

Tal como informaram as fontes do Manchete, o imbróglio começou por altura do processo de organização e cadastramento da população, para a obtenção de parcelas de terra, durante o consulado de Francisca do Espírito Santo, no Governo Provincial de Luanda.

Nesta altura, avançam as fontes, Carlos Alberto Cavuquila desempenhava, igualmente, as funções de administrador municipal de Cacuaco, tendo sido criado o bairro Belo Monte, com a entrega de terrenos aos populares para a concretização do sonho da casa própria. "No entanto, antes de ser exonerado no cargo de administrador, Carlos Cavuquila apercebendo-se que os terrenos estavam a dar dinheiro e começado a prestar maior atenção ao processo de comercialização de terrenos na respectiva zona", contaram as fontes, acrescentado que com a exoneração de Francisca do Espírito Santo, que foi substituída no por José Maria dos Santos, Carlos Cavuquila foi indicado para desempenhar novas funções no Gabinete Jurídico do GPL.

Assim sendo, o processo foi entregue à Rosa Janota Dias dos Santos que o substituiu. Contaram ainda as fontes que naquela altura, Mussa Maciete era um homem forte do MPLA no bairro Belo Monte, exercendo o cargo de coordenador dos sectores A e B da referida zona no município do Cacuaco, gozando da simpatia no seio da população devido à dinâmica que demonstrava em defesa do partido dos "Camaradas", sobretudo no Cap 258.

SITUAÇÃO ACTUAL E AJUDA

Dizem as nossas fontes que o cenário naquelas paragens é bastante preocupante e acusam o administrador municipal de ser o principal carrasco de Mussa Maciete e sua família, que se encontra à monte, alegadamente, devido à promessas de morte de que tem sido alvo por elementos, supostamente, fiéis à Carlos Cavuquila.

Dada a gravidade da situação, Mussa Maciete, que tem sob sua responsabilidade um agregado familiar extenso, terá solicitado o devido auxílio ao governador de Luanda, Graciano Domingos, no sentido de se encontrar uma solução sobre o assunto.

Outras situações

Segundo apurou o Manchete, de fontes familiares, Mussa Maciete é proprietário de três terrenos, que terão sido usurpados, alegadamente, por indivíduos ligados ao administrador municipal de Cacucaco, sendo um deles, o chefe de secção das transgressões administrativas, Domingos João Malembe (Feio), considerado o protagonista de muitos casos de "queixinhas" junto de Carlos Alberto Cavuquila.

"O irmão do Mussa Maciete foi morto à pancada, por estes mesmos indivíduos, mas, ninguém fez justiça", denunciaram os familiares acrescentando que quando o governador Graciano chamou à atenção de Cavukila no sentido de indemnizar Mussa Maciete, alegadamente pelo trabalho prestado ao Estado e ao MPLA, procurou vários argumentos para o não cumprimento das orientações do seu superior hierárquico.

O Manchete deslocou-se neste sábado, 13, na Administração Municipal do Cacucaco, no sentido de contactar o governante, tendo este, por via telefónica pedido para que contactássemos a directora do Gabinete Jurídico, Uguete Pacavira, justificando que na altura se encontrava à caminho de uma reunião no GPL.

Questionada sobre as acusações que pesam sobre o administrador municipal, segundo as quais, tem estado a perseguir munícipes que não caíram na sua graça, a nossa interlocutora respondeu que Mussa Maciete havia simulado um rapto, tendo colocado em causa a imagem e o bom nome do administrador, Carlos Alberto Cavuquila. "O senhor administrador já apresentou uma queixa-crime na Direcção de Investigação Criminal local, com o processo n.º 255/15", disse, acrescentando não ter mais dados à sua disposição e, como tal, não poderia adiantar mais nada, sob pena de fornecer informações erradas.

7.12 General acusado de usar militares para confiscar terreno em Luanda

Jornal de Angola Democrático
20 De Março de 2015

Uma parcela de terreno de 11 hectares, localizada defronte à cidade universitária na zona da Sapu, em Luanda, está a ser disputada entre Konda Marta, cujo terreno lhe foi concedido pelo Estado angolano para fins agrícolas e entidades das Forças Armadas angolanas.

De acordo com a VOA, a cidadã Konda Marta ganhou, em 1990, um enorme terreno para exploração agrícola num concurso público promovido pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

O contrato tinha a duração de 45 anos, ou seja até 2036, mas antes desse período, e mesmo pagando os emolumentos, começou a perder o terreno. O campo 11 de Novembro, actual cidade do Kilamba, e a cidade universitária constavam do terreno cedido a Konda Marta, que, segundo os familiares, agora, detém apenas 11 hectares.

O filho da Konda Marta, Álvaro Miranda diz que vários generais estão agora a tentar tomar o terreno restante.

Álvaro Miranda, acusa Osvaldo Amaral, em colaboração com o general Armando da Cruz Neto, de ter enviado elementos trajados de militares com o objectivo de tomar a parcela restante.

"O que aconteceu é que Osvaldo Amaral, sobrinho de Armando da Cruz Neto, e Armando da Cruz Neto ligou para o chefe do PCU que mandou mais de 15 indivíduos que colocou no terreno", disse.

Entre os citados está também o comissário António Maria Sitas, actual Comandante da Polícia em Luanda que numa curta mensagem negou à VOA estar envolvido na polémica do referido terreno.

Álvaro Miranda diz que os familiares já recorreram a várias estruturas e pessoas, e que só Presidente da Republica de Angola, José Eduardo dos Santos, pode mandar parar o general Armando da Cruz Neto.

"O nosso apelo vai ao Presidente da Republica porque nós já perdermos muito e consentimos porque eram projectos sociais, mas tem que se dar

um fim a isso porque nós continuamos a pagar o direito de superfície e o terreno está cadastrado em nome da minha mãe", acrescentou.

De recordar que o comandante da Região Militar de Luanda, tenente general Simão Carlitos Wala, tinha aconselhado a administração municipal de Belas a atribuir a devida autorização do pequeno espaço sob seu controlo à senhora Marta Kanda, uma vez que tem a documentação de titularidade desde 1991, dizia o documento enviado à administração e às partes envolvidas.

A voa tentou contactar igualmente Osvaldo Amaral e o general Armando da Cruz Neto, mas sem sucesso.

7.13 Terrenos restituídos a famílias de Catete

Jornal de Angola
26 De Março de 2015

A Administração Municipal do Icolo e Bengo, na província de Luanda, procedeu à restituição de terrenos de camponesas da localidade de Miyinge ocupados de forma ilegal por outros cidadãos desde o segundo semestre de 2012.

A devolução dos terrenos aconteceu na sequência de uma jornada de campo do administrador municipal, Adriano Mendes de Carvalho, e destinada a constatar a legalidade do processo de aquisição de terrenos na região de Miyinge, que faz parte da comuna de Cabiri.

Numa primeira fase, a administração procedeu à entrega de lavras a 14 camponesas. Antes do processo de recepção, as legítimas proprietárias dos terrenos, munidas de documentos de cedência pela administração em 1982, reuniram com responsáveis das administrações municipais, comunais, da Procuradoria-Geral da República, da Polícia Nacional, das Forças Armadas Angolanas (FAA), do Comité Municipal do MPLA e da comissão de moradores.

Durante o encontro, as camponesas, com mais de 50 anos, foram unânimes em informar que grupos de jovens se têm dirigido à aldeia de Miyinge para se apropriarem das suas terras, com o intuito de as venderem a terceiros ou construir casas precárias, de modo a simbolizarem a ocupação do espaço, correndo com os proprietários e respectivos trabalhadores.

Quando encontram as proprietárias nas lavras, esses jovens fazem recurso à força física, inclusive à violação sexual e ameaças de mortes para as afastar das suas terras e queimam a produção agrícola.

Na aldeia de Miyinge, a equipa do administrador Adrians Mendes de Carvalho constatou a veracidade dos factos apresentados pelas camponesas, a inexistência de documentos legais para a ocupação ou cedência de terrenos e a apropriação ilícita das lavras. Como o caso se arrasta desde o segundo semestre de 2012, ordenou que se desfizessem as casas de chapas ali implantadas, na sua maioria composta por um quarto e feitas com o intuito de ocupar terreno, sem, contudo, estarem habitadas.

Alguns ocupantes alegaram terem obtido os terrenos de forma legal. Foram intimados a apresentarem os comprovativos à Administração Municipal e Comunal, no prazo de 48 horas.

Durante a jornada de campo, administrador de Icolo e Bengo chamou à atenção dos jovens para o respeito pelos mais velhos, pela coisa alheia e pelas instituições do Estado. Avisou que sempre que a Administração Municipal registar a ocupação ilegal de terrenos, vai ser reposta a legalidade, dando a cada um o que lhe é de direito.

7.14 Comunidade San ganha título de terra

Jornal O PAIS
27 De Março de 2015
Texto: Teodoro Canele

Costa Tchilupa Xavier autoridade tradicional da comunidade San na localidade da Hupa, interior do município da Cacula, foi uma das vozes que exteriorizou satisfação à entrega formal do título de reconhecimento de ocupação de terras comunitárias. "É um grande dia para nós e agradecemos bastante", disse o soba.

Tchilupa adiantou que depois da recepção do título abre-se agora um novo desafio para a comunidade, que é o de trabalhar duro e tirar o melhor proveito da terra concedida, tendo na ocasião apelado para mais apoios à comunidade e aos San, em particular, sobretudo em gado de tracção para reforçar o contingente de 15 cabeças já existentes. O sentimento de satisfação foi visível na comunidade que recebeu com dança tradicional da terra a delegação governamental liderada pelo vice-governador da Huíla para o sector económico, Sérgio da Cunha Velho,

que entregou o título de reconhecimento de ocupação de terras comunitárias em representação do governador da província João Marcetino Typingui.

Cunha Velho disse, na oportunidade, que o título de terra é um grande documento e uma brecha para que a comunidade de forma organizada em associações, possa ter acesso, por exemplo, a créditos bancários e investir na produção agro-pecuária e contribuir para o combate à fome e à pobreza.

O governante que assentou a sua comunicação na Lei 09/04 de Terras, disse "constituir tarefa fundamental do Estado assegurar que o uso e aproveitamento das terras se faça em prol de toda a comunidade com respeito aos princípios legais", tendo-se referido mais adiante sobre o papel importante dos poderes públicos e parceiros do Estado em reflectir em tomo dos aspectos práticos da lei, dando lugar à sua disseminação para a "garantia da justiça, segurança e certeza jurídica aos seus destinatários", concluiu. Para o consultor da FAO, em Angola, Txaran Basterrechea, a entrega do título à comunidade San, que teve um grande apoio do organismo da ONU para a alimentação e agricultura, é um grande ganho nos esforços que se tem prestado aos aspectos técnicos e metodológicos ligados à gestão de terras.

Txaran Basterrechea valorizou o acto de concessão do título à comunidade San considerou tratar-se de um "reconhecimento social dada a ligação estreita do grupo alvo com os recursos naturais não só do ponto de vista da agricultura, mas também ao nível dos seus direitos", referiu.

Para a FAO, numa altura em que se fala muito da necessidade da diversificação da economia, o exemplo concreto de concessão de terras deve ser tido em conta já que promove a agricultura familiar "uma das potências do país", garantiu a aposta do organismo da ONU em continuar acções que visam o melhor aproveitamento da terra.

O director executivo da Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário, OCADEC, Benedito Paulo Quessongo, ONG que há perto de 14 anos trabalha na advocacia do povo San na região da Huíla, qualificou o título ora entregue como "a conquista de uma batalha iniciada em 2009 com as dificuldades associadas mormente financeiras e burocráticas" mas alertou que a mesma levanta outros desafios de âmbito social. Benedito Paulo refere que da experiência que tem do trabalho com a comunidade e o povo San, em particular, o título entregue vai produzir o sentimento de pertença entre os membros que se envolveram no prolongado processo e das várias dinâmicas que se traduziram na

delimitação da área com uma extensão de 825,6 hectares. O envolvimento de agências financiadoras, como a Christian Aid e a FAO bem como de pessoas individuais na concretização da entrega do título, foi destacado por Benedito Paulo Quessongo como o acento num projecto que era possível tornar-se real. A comunidade da Hupa, no município da Cacula, reúne cerca de duzentas famílias sendo um dos membros do grupo minoritário San.

7.15 Ordenamento territorial

Jornal de Angola
27 De Março de 2015

Numa altura em que a pressão demográfica sobre o solo, nas grandes cidades e zonas ao seu redor, e grande urge verificar os mecanismos através dos quais se faz a gestão da interacção entre o homem e o espaço. A ocupação do espaço obedece a um conjunto de regras, sob pena da qualidade de vida das populações e dos projectos do Executivo ficarem em causa.

Pelas mais variadas razões, nem sempre a ocupação do espaço no nosso país obedeceu a um conjunto de passos que, em condições normais, tornariam sustentável a presença humana. O Clima de guerra imposto aos países contribuiu para o desordenamento na ocupação do espaço, independentemente dos esforços das administrações municipais e comunais. Estas instituições conheceram inúmeras dificuldades causadas pelo caos urbanístico resultante da guerra imposta, tendo repercussões que precisamos de superar, para bem da qualidade e sustentabilidade da vida em comunidade.

Felizmente, já não vivemos os momentos em que as famílias, um pouco por todo o país, estavam entre a espada e a parede, levando-as a afluir para as zonas urbanas sob controlo do Governo. E nesta fuga para não serem apanhadas pelas balas, bombas e minas do inimigo, as populações acorreram em grande número a localidades onde a ocupação de terras se processou de forma desordenada. Hoje, podemos corrigir muitos aspectos, colocar sobre a mesa a régua e o esquadro para, a luz da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU), melhorarmos a ocupação do espaço.

Teremos um país vasto e largas superfícies ainda por explorar para os fins diversos, razão que justifica repensar não apenas a forma como ocupamos os solos, mas sobretudo melhorar o que está bem. Esta em curso o processo de elaboração do Relatório do Estado de Ordenamento do Território Nacional (REOTN), cujo primeiro encontro técnico teve lugar

terça-feira em Luanda e que constitui um grande passo na organização e ocupação dos solos. Trata-se de uma oportunidade importante para que as principais preocupações das populações, devidamente apresentadas, contribuam para melhorar o documentam.

De acordo com o director nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo, Manuel Zangue, pretende-se com o encontro a apresentação e recolha de contribuições para um documento muito relevante para o actual contexto do país.

Não podemos perder de vista que, atendendo a paz e estabilidade que Angola vive, somadas ao crescimento da população, cresceram as preocupações relacionadas com a obtenção de espaços para fins diversos. São legítimas a necessidade e pretensão, de acordo com os pressupostos legais, de adquirir um espaço para a construção de casa, para a exploração comercial, agrícola ou industrial.

Numa altura em que decorre a recolha de contributos para o REOTN precisamos todos de colaborar para que tenhamos um documento final que sirva os propósitos e desafios do ordenamento do nos só territórios. Como disse Manuel Zangue, citado pela Angop, "uma política clara do ordenamento do território facilita o Executivo a implementar projectos sociais sem constrangimentos".

O Ministério do Urbanismo e Habitação deseja que todos os angolanos, de Cabinda ao Cunene, conheçam o actual processo de elaboração do REOTN e sejam participantes activos. Afinal, além de ser um documento que facilita o Executivo na aplicação de projectos, as principais beneficiárias são as famílias. Com esta iniciativa, acreditamos, vai colocar-se fim a um conjunto de ilegalidades que são cometidas na interacção entre o homem e o espaço geográfico em todo o país. O Desenvolvimento sustentável em Angola obriga a que as populações procurem condições de habitabilidade seguindo regras legais na ocupação e gestão dos espaços.

Para a frente ficam desafios que têm a ver com a participação, que se pretende abrangente, por parte de toda a sociedade para que tenhamos um relatório com as devidas conclusões. Temos de encarar o ordenamento do territórios como uma ferramenta vital para que o mecanismo de ocupação e gestão do espaço seja benéfico para todos. Devemos todos mudar de mentalidade no que ao uso dos espaços diz respeito porque, como a experiência recente nos tem mostrado, desobedecer aos critérios e procedimentos previstos na lei tem resultado em muitas tragédies.

Temos que ajudar o Estado e as suas instituições na aplicação de medidas para ordenar o território em função da estratégia de desenvolvimento que Angola persegue.

7.16 «O Governo não vai construir mas sim dar o apoio em meios»

Semanário Angolense

28 De Março 2015

SA - Além do socorro que vem sendo dado, que política governamental está em curso para que não volte a ocorrer um desastre como esse, na medida em que estamos ainda em tempo de chuvas?

AG - Assim que aconteceu a tragédia, estamos a comunicar as pessoas. A comissão provincial liderada pelo governador já está a trabalhar no loteamento dos terrenos para se começar com a autoconstrução dirigida. É bom que se note que governo não vai construir as casas. Vai somente dar todo o apoio em meios, instrumentos, enfim, de tudo que há para construir as casas, devendo cada família edificar a sua. Aqueles que são das igrejas e as próprias igrejas vão ajudar. Nós estamos a mobilizar todas as organizações juvenis, pedreiros, carpinteiros, para virem ajudar, prestar essa solidariedade. Aqueles que não puderam dar apoio em produtos, poderão dar apoio em mão-de-obra para que as famílias estejam nas tendas no prazo máximo de quatro meses. E que no quinto mês saiam para as suas casas próprias.

SA - Isso é em curto prazo. Mas o que nós queremos saber é como ficam as famílias que estão nas zonas vermelhas, em risco iminente, uma vez que as chuvas continuam a cair...

AG - Estamos a passar o apelo no sentido de que as pessoas saiam daí. Agora há pessoas que realmente estão a ser um pouco oportunistas. Não querem colaborar. Querem permanecer aí: como sabem que as chuvas vão estar connosco até Abril, querem nos empurrar mais responsabilidade. As casas estão quase a cair, querem tirar um proveito disso. A preocupação do governo é apenas com os cidadãos que perderam famílias, perderam as casas no dia 11 de Março.

SA - Com tudo o que se tem disponível hoje, tendo em conta as doações que foram feitas por todos os quadrantes do país, dá para manter essa população durante os quatro meses que vai permanecer no acampamento?

AG - Vocês acompanharam a manifestação de solidariedade que saiu de todos os cantos do país.

Acreditamos que com essa manifestação de unidade nacional, esse fortalecimento da adesão demonstrada pelos angolanos, e com uma boa gestão, vai dar para acomodar as famílias e serem assistidas durante quatro meses, talvez até cinco ou seis meses. O importante é que haja uma boa gestão, um controlo eficaz, que haja idoneidade, começando por nós mesmos. No que estiver ao nosso alcance, nós vamos fazer para que as pessoas não passem fome. No entanto, é bom que se diga também que nós não estamos a prometer dar comida de primeira classe. Estamos a dar comida própria para assistir a pessoas numa situação de tragédia como essa. São as condições básicas que estamos a dar. O que não estiver no leque das doações as famílias podem obtê-lo através de permutas.

SA -E além da doação de alimentos, há a considerar que quem trabalhe continue a fazê-lo?

AG - Sim. Como muitas famílias têm emprego, principalmente os chefes, à medida que se reassentem vão seguir a sua vida normal, vão trabalhando para terem a sua renda mensal. E nessa altura poderão trabalhar para levantarem a sua casa. O governo vai dar o loteamento, vai dar o material de construção, vai dar o protótipo da casa, e vai fazer a infraestrutura estradas, lojas, hospital e escolas.

SA - Então vai nascer um bairro novo por força das circunstâncias?

AG - Sim! É um bairro novo. Seria em princípio para 250 famílias, mas nós estamos a esticar para 300. Há sempre aqueles imprevistos.

7.17 General usa militares para confiscar terreno em Luanda

Grandes Notícias

31 De Março de 2015

Uma parcela de terreno de 11 hectares, localizada defronte a cidade universitária, na zona da Sapú, em Luanda, esta a ser disputada entre Konda Marta e entidades das Forças Armadas angolanas.

A cidadã Konda Marta ganhou, em 1990, um enorme terreno para exploração agrícola num concurso público promovido pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

O contrato tinha a duração de 45 anos, ou seja, até 2036, mas antes desse período, e mesma tem pago os emolumentos.

O campo 11 de Novembro, actual cidade do Kilamba, e a cidade universitária constavam do

terreno cedido a Konda Marta, que, segundo os familiares, agora, detêm apenas 11 hectares filho da Konda Marta, Álvaro Miranda a diz que varies generais estão agora a tentar tomar o terreno. Álvaro Miranda acusa Osvaldo Amaral em colaboração com o general Armando da Cruz Neto, de ter enviado elementos trajados de militares com este objectivo.

"Osvaldo Amaral, sobrinho de Armando da Cruz Neto, ligou para o chefe do PCU que mandou mais de 15 indivíduos que colocou no terreno disse:

Entre os citados esta também o comissário António Maria Sitas, actual Comandante da Polícia, em Luanda. Álvaro Miranda diz que os familiares já recorreram a varias estruturas e pessoas, e que só Presidente da Republica de Angola, José Eduardo dos Santos, pode mandar parar o general Armando da Cruz Neto.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Governo intensifica acções

Jornal de Angola
4 De Março de 2015

O governo do Cunene intensifica acções para o fornecimento de água potável à população nas zonas rurais, através da reabilitação e abertura de novos furos, disse o chefe de Departamento da Direcção de Energia e Aguas na província.

Evangelista Kamaty esclareceu que, em relação ao Programa de Emergência Contra a Seca, actualmente a província do Cunene dispõe de 60 novos furos de água e igual número de reabilitados nos municípios do Cuanhama, Namacunde, Curoca, Cuvelai, Ombadja e Cahama.

O chefe de Departamento da Direcção de Energia e Aguas frisou que os furos estão localizados nas zonas suburbanas e rurais destas localidades, de maneira a diminuir a carência, referindo que a par dos furos, estão a agregados também chafarizes, bebedouros para animais e lavandarias comunitárias.

Apesar de ser um fenómeno natural, a irregularidade das chuvas, obriga o Governo ao reforço das acções, devido ao aumento da procura de água. Evangelista Kamaty sublinhou que acções de abastecimento de água potável têm a sua sequência com aberturas de novos furos e na construção de chafarizes, com realce para as zonas rurais da província.

A província do Cunene compreende seis municípios, 20 comunas, 273 aldeias e uma população de 965.288 habitantes.

8.2 EPAL

Jornal Manchete
13 De Março de 2015

Um grupo de jovens, pertencente a Empresa Publica de Aguas de Luanda (EPAL), recém-formados no exterior do país, - Franca - esta desapontado com o Presidente do Conselho de Administração, Leonildo Ceitas, alegadamente, por este se opor a t de urn dispositivo, recentemente adquirido, que permitiria bombear agua, 24 horas, acabando assim com os problemas no fornecimento do precioso liquido na capital o país. Consta que, o equipamento em causa encontra-se na zona do Kikuxi, em Viana, Luanda, tendo custado aos cofres do Estado somas avultadas de dinheiro.

Os técnicos dizem estar capacitados para trabalhar com o respectivo dispositivo e questionam o porque foram em formação ou estrangeiro, para adquirir mais conhecimentos, quando os mesmos não são aplicados no terreno/pratica? Sabe-se, no entanto, que apesar da EPAL ter prometido, faz tempo, melhorar os seus serviços, sobretudo, no que respeita ao fornecimento de água potável, nada de concreto se vê. Varias ligações domiciliaries foram feitas mas, a agua, esta, continua rara.

8.3 Opaia investe no Bengo

Jornal O País
13 De Março de 2015

A Opaia Águas, empresa de implementação de projectos de captação e distribuição de águas pertencente ao grupo Opaia, iniciou um novo projecto de implementação de um sistema de captação e de distribuição de água, na aldeia da Kiba, situada no Bengo.

O projecto, que foi adjudicado à Opaia Aguas através de concurso público, visa abranger aproximadamente 750 beneficiários daquela localidade. A obra consiste num furo de captação de água no subsolo, na instalação de bomba solar alimentada por painéis solares, de um reservatório de água elevado, um centro de água constituído por lavandaria e de fontanário, bem como de um sistema de desinfecção de água.

Nuno Dias, director geral da Opaia Águas, citado numa nota da empresa refere que, 'este será um dos primeiros projectos de abastecimento de água a concluir este ano, mas pretendemos continuar a colaborar com esta iniciativa do Executivo em fazer chegar água potável à população das várias localidades do país'.

Este sistema de captação de água visa também fornecer água potável a uma escola de ensino básico situada na aldeia da Kiba, no Bengo. A conclusão da obra está prevista para final de Abril.

A Opaia Águas tem colaborado com a iniciativa do Executivo em levar água às várias localidades do país, actuando em parceria com os vários programas como o 'Água Para Todos' e contribuiu para fazer chegar água potável a mais de 40 mil habitantes das várias províncias.

8.4 Recursos hídricos fortalecem actividade económica

Jornal de Angola

14 De Março de 2015

Texto: *Arão Martins*

O município da Jamba, na província da Huíla, vai ser transformado numa plataforma logística, anunciou o administrador local, Miguel Kassela, que destacou os avanços registados na região, com a construção de várias Infra-estruturas económicas.

De acordo com Miguel Kassela, que teve um encontro com o secretário-geral do MPLA, Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse", a transformação da região em plataforma logística é impulsionada pela rede viária com duas estradas nacionais (280 e 120), o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes, com o ramal Dongo-Jamba e Carvalhais-Tchamutete, com previsão de ligação à rede ferroviária da Namíbia.

O administrador apontou ainda os aeroportos da Jamba e da comuna de Tchamutete, destacando ainda a reactivação da exploração dos minérios de ferro e ouro. Miguel Kassela afirmou que apesar dos efeitos da guerra, os 13 anos de paz permitiram ao município da Jamba um franco crescimento.

O governador da Huíla, João Marcelino Tyipinge, inaugurou o sistema de captação, tratamento e distribuição de água na sede municipal, uma estação de tratamento de água e quatro fontenários na sede comunal do Dongo.

Miguel Kassela salientou ainda a abertura de dez furos artesianos com painéis solares nas povoações das comunas do Dongo e da Jamba, uma escola de 20 salas de aulas na sede municipal, uma escola de seis salas na sede municipal da Jamba, uma escola de seis salas na povoação do Mbeu, um centro comunitário infantil e o novo edifício da Administração Municipal da Jamba.

A entrada em funcionamento de um centro de saúde na sede municipal, o mercado rural no bairro Cacola, estufa municipal, cozinha comunitária, depósito de medicamentos, todos na sede municipal e abertura de um posto policial na sede comunal do Dongo, são infra-estruturas que estão a mudar a vida da população.

Miguel Kassela pediu apoio institucional para apetrechar a escola com laboratórios e oficinas e recrutamento de docentes. O Instituto Médio Politécnico da Jamba está vocacionado para a formação de técnicos de geologia, minas, metalomecânica, energias renováveis, electricidade,

topografia e informática, o que é uma grande oportunidade para os jovens.

O administrador municipal da Jamba anunciou que outros projectos estão em curso, tais como a construção e apetrechamento do posto de saúde e uma residência para técnicos na aldeia do Mupopo, 22 quilómetros da sede municipal.

Fornecimento de água

Estão em construção dez furos artesianos com painéis solares nos bairros e aldeias da sede e da comuna de Cassinga, além da construção de 200 fogos habitacionais na sede.

A Administração Municipal identificou seis reservas fundiárias. Foi elaborado um plano urbanístico, para requalificação de alguns bairros. "Com base nos planos urbanísticos, duas áreas de 74 e 330 hectares estão devidamente loteadas", disse o administrador. Miguel Kassela pediu que sejam construídas mil casas no município, no quadro do programa nacional de construção de casas económicas e para jovens, o que vai traduzir em chamariz para os quadros.

Riqueza em água

As potencialidades hídricas e a riqueza em solos aráveis dos municípios da Matala, Quipungo, Jamba e Cuvango bem aproveitadas podem promover o desenvolvimento económico e social da população regional e contribuir para a diversificação da economia, disse na província da Huíla o secretário-geral do MPLA, Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse".

O político reconheceu que os municípios da Jamba e Matala têm uma considerável bacia hidrográfica, bons solos aráveis e recursos florestais, "que bem explorados têm forte influência no crescimento da economia".

O secretário-geral do MPLA pediu à população para estar tranquila, porque o Executivo está a encontrar formas para ultrapassar a actual situação, através da aposta na diversificação da economia. O político indicou que nos municípios do leste da Huíla foram construídas escolas, que estão a permitir formar jovens com qualidade, centros de captação de água e outras infra-estruturas. Foram também erguidas casas para os quadros, que estão a contribuir para o crescimento e desenvolvimento da província.

O secretário-geral do MPLA anunciou na Huíla a constituição, em breve, da comissão nacional preparatória do congresso ordinário, que se realiza no próximo ano.

8.5 Governo amplia ligações domiciliárias

Jornal de Angola

16 De Março de 2015

Texto: Mário Clemente

O Governo da Província do Huambo vai reforçar, ainda este ano, a expansão da rede de distribuição de água a cerca de 19 mil ligações domiciliares nas cidades do Huambo e da Caála, avançou sexta-feira o ministro da Energia e Aguas.

O ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, deu esta informação quando falava durante as visitas de constatação ao Centro de Produção de Energia Eléctrica da Barragem do Gove, a central térmica do Huambo, as subestações e aos centros de captação, tratamento e distribuição de água.

O ministro disse que o projecto de ampliação de ligações domiciliares precisa de ser executado com urgência para colocar uma rede de água que chegue as torneiras de todos os habitantes das cidades do Huambo e de Caála.

Outras acções importantes em curso tem a ver com a reabilitação da Estação de Tratamento de Agua (ETA) do rio Culimahãla e a construção de mais um depósito de aproveitamento de agua.

A par disso, esta em curso a reabilitação de dois outros depósitos de aproveitamento, que vão permitir transportar mais agua portagem para o centro da cidade e aumentar o número de horas de abastecimento aos domicílios.

Ao nível das sedes municipais, referiu que há também acções de reabilitação dos sistemas de água, sendo que, neste momento, estão em curso obras de reabilitação do centro de distribuição da água do Catchiungo. Nas outras municipalidades foram já elaborados projectos com o mesmo fim. Quanto ao sector eléctrico, o ministro da Energia e Aguas apontou o défice enorme no abastecimento, como um dos grandes problemas que o Huambo vive.

O ministro da Energia e Aguas reconheceu que, neste momento, o Governo não esta ainda a produzir a sua capacidade normal, devido ao nível baixo da albufeira, um problema que apontou como prioridade a resolver dentro de dias.

Desta forma, adiantou que tem de se compensar este défice com a injeção de mais capacidade de produção de forma a serem eliminados os défices na

produção da energia. João Baptista Borges avançou a necessidade de se expandir a rede de distribuição para os novos bairros de forma a fornecer também energia às populações que vivem na periferia da cidade.

"Há necessidade de se fazer constar no plano de trabalho mais ligações domiciliares, por conjunto, a ser acompanhado essa razão trouxemos os responsáveis das empresas do sector e de outros que vão ser criadas, no sentido de se assumir a responsabilidade em articulação com o poder local, para podermos aumentar a taxa de acesso de electricidade nas cidades do Huambo e Caála referiu. O ministro da Energia e Aguas referiu que nas sedes municipais há uma preocupação colocada pelo Governo Provincial que tem a ver com a renovação dos grupos geradores existentes, de forma aumentar regularidade no fornecimento de energia nas vilas.

João Baptista Borges deixou algumas orientações que vão constar no plano trabalho conjunto a ser acompanhado pelo Ministério de Energia e Agua e pelo Governo Local.

O ministro da energia e águas disse que são planos que compreendem algumas medidas para acelerar acções já em curso e que precisam de ter outro dinamismos termo de implementação iniciar outras que têm haver com ampliação do acesso da população à electricidade e a água.

8.6 População alertada a evitar o garimpo de água potável

Jornal de Angola

17 de Março de 2015

O director da Energia e Águas na província do Bié, Abel Paulo Guerra, advertiu a população para evitar a prática do garimpo de água potável nos tubos de distribuição, porqu prejudica a expansão dos serviços noutros bairros ou localidade mais distantes.

Sem revelar os casos registados, Abel Paulo Guerra frisou que a Direcção de Energia e Águas na província do Bié continua a trabalhar com a sociedade civil para evitar situações de desvio da água potável.

'Apopulação deve evitar escavações e furos em condutas de transporte para que o investimento do Governo tenha maior durabilidade e possa beneficia as gerações vindouras". disse.

O director de Energia e Aguas na província do Bié disse que caso sejam identificadas situações do género nos próximos tempos, os infractores são encaminhados para os órgãos de justiça e lembrou que boa parte dos trans-gressores são jovens.

Escola primária

Um total de 320 crianças da aldeia de Cateia, no município de Camacupa, 82 quilómetros das aldeias da cidade do Cuito, passam a contar com melhores condições de ensino, com a inauguração de uma escola de quatro salas de aulas, construída pela igreja Assembleia de Deus Pentecostal (Templo Sede Ebenezer).

O pastor da Igreja Assembleia de Deus Pentecostal Frederico Sassoma sublinhou que o investimento visa tomar a igreja a num actor no processo de ensino e aprendizagem.

8.7 Desvio de água vai ser crime

Jornal Nova Gazeta
19 De Fevereiro de 2015

O Ministério da Energia e Águas está a preparar uma legislação que permita punir o 'garimpo de água', para aumentar os recursos da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), que "vê grande parte dos dividendos fugirem" para as mãos de "esbanjadores", prometeu o director de Recursos Humanos da EPAL.

Constantino José afirmou que a legislação em vigor, em Angola, "é omissa" em relação à prática do 'garimpo' de água. Quem tenha sido apanhado em flagrante pelos fiscais é entregue à Polícia, mas "são postas em liberdade sem serem julgados por não constituir crime", lamenta o responsável da EPAL.

Cerca de 40 por cento da água produzida não chega aos consumidores por causa do desvio ao longo da rede de distribuição praticado por camiões-cisterna e por rupturas, de acordo com cálculos da empresa. Enquanto a lei não for submetida à apreciação da Assembleia Nacional, Constantino José defende que sejam os administradores comunais e municipais, em parceria com a Polícia e a própria EPAL, a criar grupos de fiscalização.

O responsável garante que existem trabalhadores da EPAL envolvidos no desvio da água para camiões-cisterna. A empresa já despediu trabalhadores, denunciados por populares, quando procediam a cobranças "ilícitas" para efectuarem ligações.

Apesar das perdas, a EPAL tem, desde 2012, o projecto de fazer 700 mil ligações domiciliárias, que contempla novas redes de distribuição em zonas com grande carência de água. O projecto devia terminar em 2014, mas foi prorrogado.

Também contribuem para um abastecimento irregular os trabalhos de reabilitação em várias estações de tratamento de água, incluindo a de Kifangondo, em Cacucaco. As estações do Bitá e Quilonga Grande vão produzir, numa primeira fase, 550 mil metros cúbicos por dia.

8.8 Abastecimento de água potável está assegurado

Jornal Economia e Finanças
20 De Março de 2015
Texto: Adérito Veloso

Desde 1992 que a Organização das Nações Unidas definiu o 22 de Março, como sendo o dia mundial da água, o que tem estimulado debate sobre a gestão dos recursos hídricos, a cada ano, com um tema de relevância que guia as reflexões. Este ano, o tema escolhido é "Água e desenvolvimento sustentável".

A escolha está alinhada ao momento actual das discussões sobre a gestão dos recursos hídricos em Angola, numa altura em que o Executivo angolano, através do programa nacional estratégico para a água 2013-2017, tem desenvolvido acções com vista a mitigar as dificuldades que o sector ainda regista.

Dados indicam que Angola possui um per capita anual acima dos 7.000 metros cúbicos (m³), quando a organização para cooperação e desenvolvimento económico (OCDE) revela que o nível mínimo de água disponível para a saúde humana e para o desenvolvimento económico é de 1.000 m³ per capita/ano.

Melhorias

A fonte revela que o Plano Nacional da Água (PNA) será um instrumento de gestão abrangente, com um grande leque de sectores consumidores/utilizadores, nomeadamente a da agricultura, pecuária, aquacultura, indústria, produção de energia hidroeléctrica, abastecimento de água aos municípios, turismo, preservação do ambiente e transporte fluvial.

O PNA, após a sua conclusão em meados de 2015, será um instrumento de gestão hídrica multisectorial para o país, já que tornará a gestão dos recursos hídricos "mais parcimoniosa e racional".

Gestão eficaz

Em termos de gestão de recursos hídricos, indica a fonte, existe actualmente o plano de utilização geral da bacia hidrográfica do rio Cunene. Ainda neste particular foi concluída e aprovado o plano geral de desenvolvimento da bacia hidrográfica do rio Cubango, faltando apenas a aprovação do rio Cuvelai.

Será igualmente elaborado um plano de desenvolvimento único para as bacias dos rios Bengo e Dande. Em carteira encontra-se também a elaboração, dos planos outras bacias da rede hidrográfica de Angola.

Em fase de arranque está a elaboração do rio Kwanza, no quadro da implementação da "Componente 11", do projecto de desenvolvimento institucional do sector das águas (PDISA). Esta iniciativa será financiada pela Angola e pelo Banco Mundial.

Ainda no quadro da implementação do PDISA será elaborado o plano da região de Benguela, nomeadamente as bacias hidrográficas dos rios Cubal da Hanha, Catumbela, Cavaco e Coporolo.

Água para todos

O mês de Dezembro marca o fim da década da "Água para Todos", definida pela ONU.

Segundo avança a nota, durante o período esteve em pauta em todo o mundo, a preservação e o uso racional dos recursos hídricos.

Em Angola, revela, o programa "Água para todos" é uma prioridade nacional, já que "leva precioso líquido às áreas rurais".

No âmbito da política do Executivo de promover o acesso de água potável à população rural, o programa "Água para Todos" visa que cada aldeia beneficiada conte com uma bombagem dedicada devidamente dimensionada para o local, uma captação base de 45 litros por habitante/ dia e respectivo reservatório de armazenamento de água tratada que garanta uma reserva de 3 dias de consumo.

Estações hidrométricas

O Instituto Nacional de Recursos Hídricos gizou um plano para a reabilitação parcial da rede hidrométrica nacional, que prevê a revitalização de 38 estações.

A gestão sustentável dos recursos hídricos, sublinha a fonte, passa pela regulamentação do uso da água, seja para fins domésticos, de agricultura, indústria ou outros.

Potencialidades

O país possui 77 bacias hidrográficas, divididas em 47 bacias hidrográficas principais e 30 secundárias. Cinco destas (Cunene, Congo, Cuvelai, Cubango e Zambeze) são partilhadas com os países vizinhos, nomeadamente a República Democrática do Congo, a República do Botswana, a República da Namíbia e a República da Zâmbia, denominando-se como bacias hidrográficas internacionais.

Com um grande potencial em termos de recursos hídricos, dados históricos fornecidos pela Direcção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas (MINEA) indicam que Angola possui uma precipitação média anual de 1.060 milímetros e que o potencial hídrico renovável anualmente varia entre 140 e 170 km³ (140.000.000.000 m³ e 170.000.000.000 km³).

8.9 Conferência sobre a água

Jornal de Angola
20 De Março de 2015

O Ministério da Energia e Águas realiza hoje em Luanda, no anfiteatro da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, uma conferência alusiva ao Dia Mundial da Água, que se assinala domingo.

Um comunicado do Ministério refere que no encontro, no qual participam oradores nacionais e estrangeiros, são apresentadas comunicações subordinadas aos temas "A importância da Regulação para o Desenvolvimento Sustentável dos Serviços de Águas", "A importância das Entidades Reguladoras e os Desafios para sua Implementação" e "Parceria Público Privada Modelos de Gestão para o Sector das Águas e Águas Residuais". No encontro é apresentado o Programa Nacional de abastecimento de água e Saneamento Rural e sugerida a forma como devem ser realizadas actividades de âmbito provincial.

O comunicado salienta entre aquelas actividades as inaugurações de serviços de abastecimento integrados no programa "Água para Todos" e a divulgação da declaração alusiva ao Dia Mundial da Água.

O Dia Mundial da Água foi instituído pela ONU em 22 de Março de 1992. Desde então e

promovida anualmente a discussão de temas relacionados com a água.

Um comunicado da ONU salienta que a grande parte das fontes de água (rios, lagos e represas) e degradada pelo homem e que a situação é preocupante por num futuro próximo poder faltar a grande parte da população mundial.

8.10 Governo cria projectos para o Milénio

Jornal de Angola

24 De Março de 2015

Texto Rogério Tuti:

O Ministério da Energia e Águas (MINEA), disse, em comunicado, que cerca de 780 milhões de pessoas no mundo, aproximadamente 18 por cento da população mundial, estão desprovidas de água potável e sem acesso ao saneamento básico.

A informação veiculada pelo Ministério angolano da Energia e Águas cita uma avaliação do acesso global à água e saneamento básico feita pela ONU, em alusão ao Dia Mundial da Água, assinalado no domingo, a qual indica que 1,8 mil milhões de pessoas ainda dependem de fontes de água contaminadas e 2,5 mil milhões não têm acesso ao saneamento básico,

o Ministério da Energia e Águas refere que no período entre 1990 e 2012, 2,6 mil milhões de pessoas conseguiram acesso à água potável, e a mortalidade com origem hídrica, 1,5 milhões de pessoas em 1990, caiu para 600 mil pessoas em 2012.

"Mil milhões de pessoas ainda defecam ao ar livre, centenas de milhões de outras não dispõem de condições dignas de higiene e 12 mil milhões de dólares anuais foi o montante apurado como necessário para melhorar globalmente as condições de acesso à água potável e ao saneamento básico, e para impulsionar o consumo consciente, a adequada gestão e boa governação da água, a escala global", lê-se no comunicado.

O documento realça que as preocupações com a necessidade da preservação da água e do seu uso sustentável constituem elementos essenciais para a garantia da saúde e qualidade de vida, servindo também como base fundamental para o desenvolvimento económico e social de todos os povos e nações. No que se refere a Angola, o comunicado do Ministério da Energia e Águas

(MINEA) diz que se deve considerar como "ainda insatisfatórios" alguns dos indicadores "vinculados ao desempenho dos serviços da água"

O documento, assinado pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, revela que a acção do Executivo no domínio das águas se traduz na "adopção de medidas de política e realizações consubstanciadas na Criação de projectos para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)".

Esses objectivos, adianta o documento, vão garantir a adequada disponibilidade de água para os mais variados fins, tendo em perspectiva um desenvolvimento sustentável, que vai tornar Angola, "climaticamente resiliente, ambientalmente saudável, socialmente justa e economicamente próspera". O Dia Mundial da Água pela ONU, no âmbito da adopção por Angola da "Declaração Universal dos Direitos da Água".

O Dia Mundial da Água constitui uma oportunidade para a discussão e reflexão focadas em diversos temas relacionados com a água. Anualmente, a ONU adopta um lema associado a essa efeméride e para este ano foi escolhido "Água e Desenvolvimento Sustentável".

8.11 Milhares de habitantes Vão beneficiarem de água

Jornal de Angola

24 De Março de 2015

Texto: Carlos Bastos

Mais de 170 mil habitantes da cidade do Sumbe vão beneficiar, dentro dos próximos cinco anos, de abastecimento de água potável, anunciou o director do sector, José Amaro Silva. O Programa Água para Todos vai permitir que sejam feitas 14.160 ligações domiciliárias.

Ao falar no quadro das comemorações do Dia Mundial da Água, assinalado no domingo, José Amaro Silva disse que o projecto começou em Fevereiro de 2010, com o financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Executivo.

Com o final previsto para Outubro, o programa está orçado em 2.900 milhões de kwanzas e obras estão adjudicadas a uma empresa portuguesa.

José Amaro Silva assegurou que a entrada em funcionamento dos sistemas de abastecimento de

água do Sumbe visa a melhoria das condições socio-económicas das populações, por constituir uma mais-valia, visto que no passado recente a população consumia água imprópria

Os bairros das Salinas, Pindo, Carimba e da Pedra vão beneficiar de estações de tratamento de água e da construção de 200 novos chafarizes, para que a água chegue a toda a população com mais qualidade.

O problema do abastecimento de água a cidade do Sumbe tem conhecido melhorias, desde a construção de quatro tanques com capacidade de 15.500 metros cúbicos. Estes projectos terminam, ainda este ano, que vai facilitar a distribuição domiciliar de água, referiu responsável provincial.

O chefe de fiscalização da empresa Consulprojecto, Rui Alves Espanha Freire, sublinhou que o projecto esta num ritmo acelerado e fica concluído em Outubro.

8.12 Melhorado o abastecimento de água

Jornal de Angola

26 De Março de 2015

Texto: Arimanteia Baptista

Os novos equipamentos sociais da comuna do Libongue, município da Chicomba, vão melhorar o abastecimento de água potável e a assistência sanitária.

Os equipamentos, fruto do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, reanimaram a vida da comuna com o funcionamento do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, equipado com uma motobomba eléctrica, painel solar, reservatório e canalização domiciliar.

O novo centro de saúde conta com uma farmácia, duas enfermarias com seis camas, salas de consultas, de vacinação, aconselhamento sobre planeamento familiar e doenças sexualmente transmissíveis.

O director em exercício da Saúde de Chicomba, Miguel Correia, qualificou o novo centro de saúde como um bem importante para os habitantes de Libongue. "O centro de saúde permite que as pessoas se tratem aqui mesmo e as doenças, como paludismo, diarreias agudas, respiratórias, vão ser mais bem controladas."

A entrega de uma ambulância, afirmou, cria condições para a evacuação de pacientes dos grandes centros hospitalares da sede da província, Lubango. Explicou que os casos que resultam em óbito podem agora ser minimizados, por haver transporte para evacuar os pacientes em estado grave. A localidade de Vila Real, nos arredores de Chicotnha, conta com um moderno sistema de captação e distribuição de água potável, orçado em dez milhões de kwanzas. O fontanário é alimentado por um painel solar e está projectado para bombear 2.500 litros por hora.

O director de Energia e Aguas da Huíla, Abel João da Costa, explicou ao *Jornal de Angola* que o sistema de captação erguido é um dos novos modelos instalados a nível da província. Foram instaladas estruturas metálicas e de betão nalgumas localidades de Chicomba, Jamba, Matala e Quipungo. A conservação e manutenção dos novos fontanários são feitas por uma equipa de gestão, composta por membros da comunidade beneficiária do sistema de água.

Preservar o equipamento

O soba Emanuel Jango é uma das autoridades tradicionais satisfeitas com o abastecimento de água do fontanário. "Já temos boa água para beber, por isso estamos a mobilizar e a sensibilizar todos os habitantes para conservar o equipamento e fazer com que o sistema dure mais tempo".

As novas tecnologias de informação e comunicação chegaram à sede do município de Chicomba, há três anos, e já abrangeram um número considerável de crianças e jovens de várias escolas, tendo a maioria aprendido a trabalhar com o computador e Internet na biblioteca municipal.

8.13 A Sustentabilidade da Água

Jornal A Capital

27 De Março de 2015

Texto: Gabriel Baguet

Quando comecei a ocupar-me da questão das alterações climáticas, o que encontrei? A primeira coisa que me chamou a atenção foi a ordem de grandeza dos riscos e os efeitos potencialmente devastadores na vida das pessoas por todo o mundo. Estávamos a jogar o planeta".

A pergunta e a afirmação que cito é da autoria de Nicholas Stern, autor do Relatório Stern sobre a

Economia das Alterações Climáticas, mas também Professor da London School of Economics e Professor Convidado da Universidade de Oxford. No livro *O Desafio Global* de que é autor, o Professor Nicholas Stern lembra que as "alterações climáticas não equitativo: os países ricos são responsáveis pela maior parte das emissões, mas os países pobres são atingidos mais cedo e mais duramente é provável que as alterações climáticas provoquem uma rutura no seu desenvolvimento. Olhando para o futuro, todavia, serão os países que presentemente estão em desenvolvimento que serão responsáveis pela maior parte do crescimento das emissões, Um acordo não pode funcionar se não for verdadeiramente global". Estou plenamente de acordo com esta inquietação e reflexão que o Professor Nicholas Stern faz porque se os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio no ano 2000 trouxeram ao mundo novas esperanças e expectativas em muitos domínios, averiguamos que afinal as Alterações Climáticas estão na ordem do dia. É uma realidade que não pode passar ao lado de quem pensa e decide os destinos da Humanidade. Por isso e quando no passado dia 22 de Março assinalou -se o Dia Mundial da Água, verifica -se que há um longo caminho a percorrer para a preservação de um bem tão fundamental para a sustentabilidade do planeta, mas e também da condição humana em vários planos. De acordo com uma nota da UNESCO recente sobre esta efeméride, "o planeta enfrenta um défice de 40% no abastecimento de água até 2030, a menos que melhorar drasticamente a gestão deste recurso precioso. Esta é a conclusão inevitável alcançada no relatório 2015 das acções Unidas sobre o Desenvolvimento Mundial da Água, "Água para um Mundo Sustentável" , que foi lançado no dia 20 de Março, em Nova Delhi (Índia), a tempo para o Dia Mundial da Água (22 de Março).

O relatório foi publicado pelo Programa de Avaliação Mundial da Água, que é organizada pela UNESCO, em nome da ONU-Água. E salienta o mesmo a necessidade urgente de mudar a maneira como usamos e se gere este recurso vital, como as Nações Unidas se preparam para adotar novas medidas face aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. "Os recursos hídricos são um elemento-chave das políticas de combate à pobreza, mas às vezes são eles próprios ameaçados pelo desenvolvimento. A Água influencia directamente o nosso futuro, por isso precisamos de mudar a nossa forma de avaliar, gerir e utilizar este recurso em face da sempre crescente demanda e da exploração ao longo de nossas reservas de água subterrânea. Este é o apelo feito pela última edição do Relatório de Desenvolvimento Mundial da Água das Nações Unidas. As observações do relatório são oportunas, porque a comunidade de

internacional tem de elaborar um novo programa de desenvolvimento, para assumir a partir das Metas de Desenvolvimento do Milénio ", diz a Diretora Geral da UNESCO, Irina Bokova.

"Já existe um consenso internacional de que a água e o saneamento são essenciais para realização de muitas metas de desenvolvimento sustentável. Estão intrinsecamente ligados às Alterações Climáticas, a agricultura, a segurança alimentar, a saúde, a energia, igualdade, do género e a educação. Agora, temos de olhar para a frente a mensurabilidade, acompanhamento e execução ", diz Michel Jarraud, Presidente da ONU-Água e Secretário-Geral da Organização Meteorológica Mundial. Mas apesar dos avisos, dos números e dos impactos, a realidade continua a ser complexa. Por exemplo em 2000, a Índia tinha quase 19 milhões de poços mecanizados ou tubo, em comparação com menos de um milhão em 1960. Esta revolução tecnológica tem desempenhado um papel importante nos esforços do país para combater a pobreza, mas o desenvolvimento que se seguiu de irrigação tem, por sua vez, resultou no stress hídrico significativo em algumas regiões do país, como Maharashtra e Rajasthan.

Este exemplo sozinho ilustra as complexas relações entre o acesso à Água e ao Desenvolvimento. Enquanto a Água é essencial para o crescimento económico e para a luta contra a pobreza, mas também em si é directamente afetada pelo desenvolvimento económico. Para encontrar uma solução para este enigma, devemos buscar um equilíbrio entre a oferta e demanda de água. Mas estamos longe disso. Apesar do considerável progresso que tem sido feito nos últimos anos, 748 milhões de pessoas ainda não têm acesso a uma fonte melhorada de água potável. E os primeiros afetado pobres, os mais desfavorece mulheres.

É um problema sério e grave. Os desafios globais são mais muitos, mas sem soluções duradouras e vinculativas, os passos a dar são redutores em relação às políticas públicas adoptadas. Para responder às necessidades uma população sempre crescente sectores da agricultura e da têm que continuar a produzir mais. Desde este momento de acordo com os estudos e rios internacionais, a agricultura que consome mais água, tem que produzir 60% mais alimentos a nível mundial e de 100% nos país desenvolvimento. A demar por bens manufacturados também está a aumentar, o que, por sua vez, coloca ainda mais pressão os recursos hídricos caso. Entre 2000 e 2050, a demanda de água pela indústria é esperado aumento de 400%.

Mas enquanto a demanda foguetes de Água - que é esperado um aumento de 55% em 20250- e 20% das fontes de Água subterrânea globais já estão sobre-explorados, a Água ainda não está a ser gerida de forma sustentável. A irrigação de culturas intensivas, a libertação descontrolada de pesticidas e produtos químicos em cursos de Água e a ausência de tratamento de água residuais - que é o caso de 90% das águas residuais em países em desenvolvimento - são toda a prova deste estado de coisas.

São estas assimetrias no desenvolvimento que colocam esta pressão sobre a Água o custo ambiental de práticas como está alta. Isto significa que a poluição da Água em larga escala, constitui um desperdício significativo. Na, planície norte da China, por exemplo, a irrigação intensiva causou a tabela de água a cair por mais de 40 metros. O custo ambiental também é visto em termos de danos, por vezes irreversíveis para muitos ecossistemas em todo o mundo, especialmente zonas húmidas e áreas costeiras. Isso reduz substancialmente a sua capacidade de executar os serviços dos ecossistemas vitais, como purificação a de água e o armazenamento. A mudança climática só contribui para essa pressão. A maior variação na precipitação e temperaturas em elevação leva a uma maior evaporação e transpiração pela vegetação. Enquanto isso, o aumento do nível do mar está a ameaçar as águas subterrâneas em áreas costeiras. Assim como em Calcutá (Índia), Xangai (China) e Dacca (Bangladesh), outras cidades estão a descobrir as suas reservas de águas subterrâneas estão sendo contaminadas por água salgada. O quadro é o mesmo nas ilhas do Pacífico de Tuvalu e Samoa, cujos habitantes dependem cada vez mais de Água importada para satisfazer as suas necessidades, como a sua própria água subterrânea tornou-se muito salgada.

De acordo com os autores do Relatório, este crescente pressão sobre os recursos hídricos é também susceptível de conduzir a uma maior concorrência entre os sectores, bem como entre Regiões e acções.

Por isso, o tempo chegou para nós mudarmos a nossa maneira de avaliar, gerir e utilizar este recurso.

O Relatório aponta falhas no modo como se governa a Água em termos mundiais. A Água é muito barata, em comparação com o seu valor real, e o raramente é levado em conta quando são tomadas as decisões em matéria de energia e da indústria. Em geral, as decisões que determinam como a maior parte da Água é usada são tomadas por um número limitado de elementos (públicos, para públicos e privadas) e

seguem uma lógica ditada por objectivos de curto prazo, em vez de preocupações ambientais sérias e sustentáveis. O Relatório destaca o papel das autoridades públicas em influenciar as escolhas estratégicas que garantam um futuro a duradouro para os nossos recursos hídricos. Em especial, recomenda limitar o desenvolvimento de centrais térmicas que hoje produzem 80% da nossa energia eléctrica e consomem grandes quantidades de Água. Isto poderia ser conseguido, por exemplo, através da concessão de subsídios às energias renováveis, como a eólica e solar, que ainda são relativamente caros. Pode significar também agricultores gratificantes que utilizam métodos de irrigação mais eficientes. Por exemplo, num país árido como o Chipre, subsídios como este levaram a uma grande mudança nas atitudes dos agricultores no sentido de técnicas de irrigação e à imposição de técnicas que consomem menos água. A transição para modelos mais sustentáveis de produção tem um custo, mas como aponta o Relatório, esses investimentos fazem parte de um círculo virtuoso. De fato, estudos mostram que para cada dólar investido para proteger uma área de captação de até US \$ 200 pode ser guardado no tratamento da Água Assim, enquanto 235 mil dólares americanos são necessários anualmente para otimizar o tratamento de resíduos, a fim de manter os pântanos Nakivubo no Uganda ecologicamente intacta, este ecossistema fornece um serviço de purificação de água para Kampala, que é estimado em US \$ 2 milhões por ano. Em Nova York, a gestão das áreas de captação a montante da cidade economiza um valor estimado de US \$ 300 milhões por ano.

Os esforços que alguns países estão a fazer mostram que urna melhor governação e uso mais cuidadoso da Água são possíveis, incluindo nos países em desenvolvimento. As autoridades da Água em Phnom Penh (Cambodja) são um exemplo disso. Esta organização, uma vez acusada de corrupção e à beira da falência conseguiu no espaço de uma década, tornar-se um dos fornecedores de Água mais eficientes do mundo.

Como as Nações Unidas se preparam para adoptar os futuros Objectivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, o Relatório aponta para a necessidade de dedicar uma meta toda a Água. Uma medida inteligente e fundamental para o nosso futuro. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, serão concluídos no Outono de 2015 durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Talvez aí aconteçam mudanças significativas.

O Relatório sobre o desenvolvimento da Água das Nações Unidas Mundial é o resultado da colaboração entre as 31 agências das Nações Unidas e aos 37 parceiros internacionais que compõem ONU- Água.

Ele é produzido pelo Programa Mundial da Água Avaliação (WWAP), organizado pela UNESCO. O Relatório apresenta um relato exaustivo do estado dos recursos hídricos do e, até 2012, foi publicada a três anos. Desde 2014, tornou-se uma publicação anual, dedicado a na específico. Esta publicação está agora programada para coincidir o Dia Mundial da Água, cujo o tema também está alinhada com a do relatório, Como se celebrou recentemente o Dia Mundial da Poesia, talvez se pudesse Olhar para a Água como uma fonte poética para a vida e ânsia humana poupando-se desperdícios.

Uma fonte de água que é protegida contra a contaminação exterior.

8.14 Mais água potável em bairros do Lubango

Jornal de Angola

30 De Março de 2015

Texto: Estanislau Costa

Mais de 30 mil pessoas, nos bairros de Nduva e Nanguluve, no município do Lubango, têm acesso a mais água potável, com a abertura de dois sistemas de captação e abastecimento, equipados com material moderno.

A vice-governadora para o sector Político e Social, Maria João Chipalavela, que inaugurou os fontanários, aconselhou os beneficiários a uma boa organização e conservação dos equipamentos.

A água potável, afirmou, está agora mais próxima das famílias residentes nas zonas periféricas da cidade do Lubango, o que representa um valor acrescido por abranger um número considerável de moradores, facilitar o acesso e prevenir as doenças causadas pelo consumo de água imprópria.

Os dois sistemas de distribuição de água são alimentados por painéis solares e têm reservatórios com capacidade para armazenar mais de dez mil litros e lavandarias acopladas.

O director de Energia e Aguas, Abel João da Costa, explicou ao Jornal de Angola que os sistemas de abastecimento de água inaugurados constam de um total de 67 poços a abrir até finais do mês de Abril, em várias zonas do Lubango, no quadro da materialização do Programa Água para Todos.

O Governo, afirmou, vai investir mais de 125 milhões de kwanzas nas obras de construção de fontanários, aquisição e instalação de equipamentos. "Entre o material moderno que está a ser instalado destacam-se os reservatórios metálicos, que estão a substituir os de PVC". Ao fazer uma retrospectiva do Programa Água para Todos desde 2008, Abel João da Costa considerou positiva a sua execução, por tornar o abastecimento de água potável cada vez mais abrangente nas zonas urbanas e rurais.

Dados estatísticos da Direcção Provincial de Energia e Aguas indicam que já consomem água potável mais de 300 mil habitantes do município do Lubango, com realce para as comunas de Arimba, Huila.

Quilemba e Hoque

O programa, disse Abel João da Costa, permitiu a construção, até ao momento, de 120 pontos de água equipados com reservatórios, painéis solares e lavandarias cujo investimento atingiu 420 milhões de kwanzas.

Os habitantes das povoações do município do Lubango que beneficiaram de novos equipamentos de captação e abastecimento de água potável, enalteceram, em várias mensagens, o Executivo por criar condições que estão a reanimar a vida das comunidades.

"A água boa agora está perto das comunidades das zonas rurais, o que permite cuidar melhor das tarefas nos lares e proporcionar o consumo adequado", afirmou Francisco António, revelando que reduziram as doenças causadas pelo consumo de água imprópria. O Projecto Águas do Lubango, em curso desde 2011, com financiamento de uma linha de crédito alemã, no valor de 90 milhões de euros, está a 90 por cento de execução.

Estão já colocadas duas tubagens paralelas, capazes de levar mais água à população, evitar roturas e outros desperdícios outrora registados.

Estão instalados 57 quilómetros de nova tubagem, construídos seis reservatórios e ligadas 700 casas e empresas. Os novos tanques têm a capacidade para armazenar 60 mil metros cúbicos de água.

Para o director de Energia e Águas, a terceira etapa do programa, com suporte financeiro do Banco Mundial, prevê atingir 27 quilómetros de implantação da nova tubagem e está em fase de preparação.

8.15 Moradores do distrito da Samba em desespero

Jornal de Angola

30 De Março de 2015

Texto: Cristina Da Silva

Os moradores do distrito da Samba vivem momentos de desespero com o aumento do nível das águas, em consequência das chuvas que caem constantemente em Luanda.

Se anteriormente o maior problema da Samba consistia no facto de o bairro se situar numa área freática, agora a situação complica-se.

As águas das chuvas deixam as ruas da Samba Grande totalmente intransitáveis.

A par disso, surge um novo cenário. O lixo e o capim invadem o bairro. Em todas as esquinas e ruas a situação é idêntica.

O mais grave é que as crianças aproveitam as águas das chuvas para brincar, o que constitui um atentado à saúde.

Além de consumirem o asfalto em toda a extensão do bairro, as águas estão a destruir as casas. O pequeno bairro de pescadores perde aos poucos a sua imagem tradicional devido a problemas de saneamento básico.

As ruas do Silêncio, Nova Samba e Augusta há muito deixaram de existir. Circular a pé ou de carro tem sido uma dor e cabeça para quem vive naquela zona. Lixo, águas paradas, buracos e capim ocupam as vias.

O esforço dos moradores do bairro que com alguns materiais tentam minimizar o problema tem sido em vão, já que a solução do problema requer uma intervenção de vulto.

"É uma situação que já vem de há muito tempo", disse um dos moradores, considerando como alternativa a reconstrução do bairro e o realojamento dos moradores em zonas seguras.

Na rua Nova Samba, onde os carros já não circulam há muito tempo, os moradores juntaram-se para tentar reduzir o nível de água das chuvas que entram nas casas.

"Podemos passar aqui toda a tarde a tirar a água, mas se voltar a chover, nada estamos a fazer", conta Ermelinda Lima, residente no bairro há mais de 25 anos. "Da administração do distrito não vemos nada

e agora com as casas a caírem não sabemos como fazer", lamentou. As ruas da Samba Grande são utilizadas por muitos automobilistas para chegar ao centro da cidade e vice-versa.

Devido ao estado de degradação, muitos automobilistas evitam aquelas ruas.

Sem alternativas

Quem antes usava a rua do Silêncio para desembocar na avenida principal da Samba não tem alternativa senão aguentar o congestionamento. Filipe Guimarães, morador do bairro do Futungo, município de Belas, considera a situação caótica e inadmissível.

"É sabido que as ruas terciárias ajudam a descongestionar a avenida principal e por não estarem em condições estruturais, somos obrigados a ficar longas horas no trânsito, porque só temos uma via para quem sobe ou desce", disse.

Defendeu a necessidade de um trabalho profundo na zona para ajudar a circulação automóvel e a vida das populações. Rosalina Napoleão, moradora na rua Samba Mar, lamentou a situação que se vive no bairro.

Em companhia de outras moradoras, procura com meios próprios reduzir a água da rua que se encontra intransitável há mais de 15 anos.

Conta que as campanhas de limpeza de lixo e de retirada de água realizam-se constantemente, "mas isso não soluciona problema que enfrentamos".

Podemos usar electrobombas, mas as águas de outras ruas retiradas com o mesmo meio dificulta o nosso trabalho, concluiu Rosalina Napoleão.

8.16 População Rural Servida Em Angola

Jornal Económia e Finanças
20 de Março de 2015

PROVÍNCIA	POPULAÇÃO TOTAL A SERVIR (1)	POPULAÇÃO A COBERTA 2014 (2)
Cabinda	68.756	49.344
Zaire	95.231	68.693
Uije	654.373	352.161
Bengo	115.587	82.930
Luanda	341.970	86.953
Cuanza Norte	262.291	229.433
Malanje	280.424	134.987
Lunda Norte	137.395	161.734
Lunda Sul	173.929	101.745
Benguela	517.328	367.378
Bié	333.924	245.866
Cunene	231.045	218.324
Huambo	426.963	224.160
Huíla	592.905	386.613
Cuando Cubango	108.493	76.351
Cuanza Sul	353.155	209.401
Moxico	161.608	103.788
Namibe	123.459	76.788
Totais	4.978.836	3.176.066

8.17 Projectos são financiados

Jornal de Angola
30 De Março de 2015

"O Governo de Angola e o Banco Mundial estão, desde o início do ano, a trabalhar num pacote que visa melhorar os sectores das águas, agricultura e saúde, tudo para o bem-estar das populações", frisou.

Relativamente aos projectos da província da Huíla, disse que estão em curso investimentos que visam garantir 150 mil ligações domiciliárias, cujo projecto cinge-se na construção de sistemas de captação e distribuição da água no Lubango.

A delegação do Banco Mundial vai encontrar-se com o governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, assiste a uma apresentação do Plano Provincial de Desenvolvimento, e visita a nascente da fenda da Tundavala.

Projectos são financiados o Banco Mundial (BM) vai financiar, este ano, projectos virados para água, saúde e agricultura, num valor global de um 1,2 mil milhão de dólares norte-americanos, em todo país. A informação foi prestada sábado, no Lubango, pelo chefe de projectos de águas e saneamento do BM em Angola, Luís Tavares, no quadro de uma visita de dois a província da Huíla, para avaliar o andamento de alguns programas financiados por essa instituição.

O financiamento, disse, vai melhorar a qualidade da água potável consumida, bem como no desenvolvimento agro-pecuário em Angola, principalmente no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, levado a cabo pelo Executivo.

8.18 8.34 Resíduos impedem passagem de água

Jornal de Angola
06 De Março de 2015

A acumulação de resíduos na vala de drenagem do Senado da Câmara, no Distrito Urbano do Rangel, em Luanda, está a dificultar o escoamento das águas residuais.

As paredes de protecção da vala foram transformadas em locais de venda de produtos, provocando a acumulação do lixo e dificultando a circulação rodoviária. A vala de drenagem do Senado da Câmara, que tem uma extensão de 3.326 metros, começa no Hospital Américo Boavida, passa pela Rua da Unidade Operativa de Luanda e desagua no mar.

A vala é objecto, há anos, de um trabalho de requalificação, que ficou paralisado na área que separa o Bairro Cassequel do Buraco do Neves Bendinha.

A obra recomeçou há cerca de três meses e fica concluída quando chegar à ponte de Benfica, a poucos metros do mar, onde desemboca a vala do Senado da Câmara, uma das mais antigas da província de Luanda.

No âmbito da requalificação, está a ser erguido um muro de betão armado com quatro metros de largura.

Construção de estradas

Nas laterais da vala estão a ser construídas duas novas estradas e passeios. Feliciano Vungo, um dos responsáveis da obra, disse que vai ser instalado um

colector de plástico para esgotos com 300 milímetros de diâmetro e colocada iluminação pública. Em 2007, o Governo Provincial de Luanda começou a executar um plano de limpeza das principais valas de drenagem de águas residuais, através das empresas Elisal e Encib, para facilitar o escoamento das águas da chuva. O plano permitiu a requalificação de infra-estruturas urbanas dos bairros Nelito Soares e da Maianga, por onde passa o Rio Seco, que recebeu betão armado, com 2.858 metros de comprimento e um colector de esgotos de plástico com 3.150 metros de comprimentos. A obra provocou a transferência de centenas de famílias para o Zango, Panguila e Sapú, no âmbito do programa de realojamento de cidadãos em zonas mais seguras.

8.19 Elisal

Grandes Notícias
6 De Março de 2015

A empresa de recolha de lixo responsável pela garantia do saneamento básico na província de Luanda e a ELISAL, que tem estado a falhar de forma repetitiva nos seus trabalhos. Sabe-se que para a materialização das suas responsabilidades conta com a subcontratação de outras empresas do sector que ajudam a garantir o serviço personalizado, mais também "tudo a toa" nas ruas dos demais municípios e distritos da cidade capital que é a mais populosa do país. Uma tristeza e o facto da recolha de lixo ainda não satisfazer as reais ansiedades do povo, na medida em que ainda é visível o aumento de doenças causadas pelo excesso de resíduos sólidos nas avenidas dos bairros, como é o caso da malária e outras doenças do foro respiratório. Só no distrito do Kilamba Kiaxi, a realidade de lixos é lastimável. Vê-se resíduos nas escolas, hospitais, nas ruas, nas estradas e em outros lugares que deveriam estar prevenidos destes ambientes poluidores. O lixo que temos visto se encontram espalhados ao longo das avenidas desta pobre zona.

8.20 A relação de consumo vai melhorar quando existir um tribunal específico para consumidores

Jornal Expansão
10 De Março de 2015
Texto: André Samuel

Foi recentemente aprovada a alteração da lei geral de energia, e com ela espera-se maior atenção ao consumidor. Qual é o posicionamento da AADIC perante este novo cenário? Primeiro, AADIC parabenizar o Executivo angolano na pessoa do Presidente da República pela elaboração de uma lei específica do consumo de energia eléctrica, Pensamos que a lei irá ajudar a suportar juridicamente os litígios nesta relação de consumo, embora já exista uma lei específica de defesa dos interesses dos consumidores, Lei nº 15/03, de 22 de Julho.

O que espera a AADIC ver contemplado especificamente nesta lei?

Dizer que não fomos consultados nem participamos neste trabalho, embora a Lei nº 15/03, de 22 de Julho, na sua alínea f), diga que as associações têm direito a participar nos processos de regulação de preços de fornecimento de bens e de prestações de serviços essenciais, nomeadamente nos domínios da água, energia, gás, transportes e telecomunicações, e a solicitar os esclarecimentos sobre as tarifas praticadas e a qualidade dos serviços, por forma a poderem pronunciar-se sobre elas. Não nos esqueçamos de que somos uma organização civil que tem como objectiva e objecto social a defesa dos consumidores em geral, em todos os domínios da relação consumista. Agora o contributo que deixamos para os legisladores e que esta lei prima por não respeitar o nº 1 e seguintes do artigo 78º da Constituição da República de Angola que contempla o seguinte: o consumidor tem direito à qualidade dos bens e serviços, a informação e esclarecimento, a qualidade dos seus produtos e a protecção na relação de consumo.

Que reclamações têm recebido relativamente ao consumo eléctricos e como a AADIC as tem resolvido?

As reclamações são variam. Começando pelos cortes constantes de energia eléctrica, acabando nos danos que causam. Muitas das vezes, a energia tem picos acima da potencia normal, o que também danifica os bens. Outras vezes, o consumidor fica semanas sem usufruir daquilo que contratualizou, danificando, inúmeras vezes, os produtos alimentícios que necessitam de ser conservados em frigoríficos e que, por isso, dependem da energia eléctrica. AADIC tem pouco

espaço de manobra nestas situações específicas. Tenho dito que a relação de consumo terá de melhorar qualitativamente quando existir no País um tribunal específico, como acontece noutros países, para dirimir situações de consumidores, porque acredito que muitas vezes os fornecedores agem de má-fé, aproveitam a morosidade da justiça. Um consumidor que esteja perante danos avultados, superiores a 10 mil Kz, terá paciência para aguardar dois a três anos para ver o seu problema resolvido?

Que orientações dão aos consumidores para se precaverem de eventuais dissabores?

Dizemos aos consumidores que os bens e serviços que adquirem devem cumprir os fins a que se destinam e a produzir os efeitos que lhes atribuem, segundo as normas legalmente estabelecidas ou, na ausência delas, de modo adequado as legítimas expectativas do consumidor, como estabelece o artigo 5 da Lei de Defesa do Consumidor. Mas não é isso que temos visto. O Conselho que dou aos consumidores e que continuam a exigir aquilo a que têm direito, e que um direito não se implora, exige-se. Acredito que o mais difícil já passou. O Desenvolvimento socio-económico passa pelo respeito pelos consumidores e pelo respeito pelos direitos consagrados nas leis vigentes em Angola. E assim que outras nações vêm o consumidor, em primeiro lugar respeitando-o. O Respeito pelo consumidor traduz-se em benefícios até financeiros para qualquer instituição comercial.

Em caso de litígios como podem os consumidores provar que os seus bens sofreram danos devido a má prestação do serviço fornecido?

A Lei de Defesa do Consumidor determina que o ónus da prova cabe ao fornecedor. Segundo a alínea e) do artigo 16.0 da lei mencionada, são nulas as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que invertam o ónus da prova, transferindo-o para o consumidor. Então, a lei é

clara, a prova cabe aos fornecedores de bens e serviços.

Em caso de o consumidor registar um aumento Inexplicável na conta de energia e se sentir lesado, deve ou não pagar a factura? A privação do serviço, sem justa causa, constitui razão para processar o fornecedor?

Não deve pagar. O Consumidor tem direito a informação nos termos do artigo 9.0 da LDC:

1. O fornecedor obriga-se a informar de forma clara e adequada o consumidor sobre os diferentes bens e serviços com especificação correcta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

2. Quando se verifique falta de informação, informação insuficiente, ilegível ou ambígua que comprometa a utilização adequada do bem ou do serviço, o consumidor goza do direito de retratação do contrato relativo a sua aquisição ou prestação, no prazo de sete dias úteis a contar da data de recepção do produto ou da data de celebração do contrato de prestação de serviços.

3. O fornecedor de produtos ou de serviços que viole o dever de informar responde pelos danos que causar ao consumidor, sendo solidariamente responsáveis demais intervenientes na cadeia da produção a distribuição que hajam igualmente violado o dever de informação.

4. O dever de informar não pode ser denegado ou condicionado por invocação de segredo de fabrico não tutelado na lei, nem pode prejudicar o regime jurídico das cláusulas contratuais gerais ou outra legislação mais favorável para o consumidor. Neste caso, só por falta de informação atempada o consumidor tem o direito resguardado para não o fazer.

8.21 Luanda precisa de brigadas para manutenção das valas

Jornal de Angola

10 De Março de 2015

Texto: Eduardo Pedro

A ambientalista Maria Aida defendeu, em Luanda, a criação de brigadas de limpeza e manutenção de valas de drenagem, para evitar obstruções do fluxo normal das águas residuais e pluviais.

Maria Aida, que falava sobre a acumulação de lixo na vala do Senado da Câmara, concretamente no trecho

entre a Unidade Operativa e o Cassequel do Buraco, disse ser importante sensibilizar a população para deixar de deitar o lixo de consumo doméstico e outros resíduos sólidos nas valas.

As paredes de protecção da vala de drenagem de Senado da Câmara foram transformadas em local de venda de produtos, provocando a acumulação do lixo e dificultando a circulação rodoviária.

Em 2007, o Governo Provincial de Luanda começou a desenvolver um plano de limpeza das principais valas de drenagem de águas residuais.

A vala de Senado da Câmara começa no Hospital Américo Boavida, passa pela rua da Unidade Operativa de Luanda e desemboca na zona do Golfe I, numa extensão total de 3.326 metros de comprimento.

A infra-estrutura é objecto desde 2007 de um trabalho de Requalificação, que ficou paralisado na área que separa o bairro Cassequel do Buraco do bairro Neves Bendinha.

8.22 Regulador da energia é o guardião dos direitos do consumidor

Jornal Expansão

10 De Março de 2015

Texto: André Samuel

A aprovação da Proposta de Lei de Alteração a Lei Geral de Electricidade vem conferir ao Instituto Regulador do Sector Eléctrico um papel mais activo no garante do direito a indemnizado aos consumidores, sempre que estes forem lesados.

A declaração foi proferida a imprensa pelo titular do pastado Ministério da Energia e Aguas, Joao Baptista Borges, quando apresentava os aspectos gerais da referida proposta aprovada na 2ª sessão ordinária do Conselho de Ministros.

Na ocasião, João Baptista Borges salientou que a lei introduz artigos que defendem os consumidores e obrigam as concessionárias a reparar os prejuízos causados aos clientes. Destacou que, com as alterações, o Instituto Regulador do Sector Eléctrico vai exercer um papel mais activo na aplicação da referida lei e do regulamento.

O documento supracitado, apesar de aprovado pelo Conselho de Ministros, ainda não se encontra disponível, pois será alvo de aprovação pela Assembleia Nacional, e, ao ser aprovado, substituirá a presente lei que vigora há 19 anos, ou seja, desde 1996.

Espera-se que, com a nova legislação, seja reforçado o disposto no artigo terceiro da lei em vigor, que refere que "o exercício da actividade de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica tem como objectivos fundamentais o desenvolvimento económico e o bem-estar dos cidadãos e da comunidade", o que pressupõe a permanente oferta de energia em termos adequados as necessidades dos consumidores e do desenvolvimento nacional.

Para garantir que assim e, o ministro Borges informou que a electrificação rural é uma preocupação, sendo que esta estabelecido, na Política de Segurança Energética, que a taxa de electrificação do País deve ser duplicada até 2025.

Até 2025, espera-se que cerca de 14 milhões de habitantes usufruam do direito ao fornecimento permanente de energia eléctrica face aos actuais 7 milhões que representam 30% da população.

De acordo com o ministro, a Proposta de Lei de Alteração a Lei Geral de Electricidade visa garantir maior participação do sector privado na produção, distribuição e comercializada de energia eléctrica e introduz as energias renováveis.

"A proposta de lei determina que a produção de energia pode ser feita por empresas públicas e privadas", especificou." Dai que promova a deslocação de capitais privados para a produção de energia e defina a forma de atribuição das concessões".

Quanto ao transporte de energia, Joao Baptista Borges informou que a norma sobre a alteração a Lei Geral de Electricidade estabelece o transporte de energia como uma reserva relativa do Estado.

"Essa actividade é exercida por uma empresa pública, cuja concessão é outorgada pelo Titular do Poder Executivo", reforçou, Relativamente ao terceiro segmento, o da distribuição, fez saber que a comercializada estará dividida em dois segmentos, com realce para a concessão de licenças a quem pretender exercer a distribuição ou a comercialização nos sistemas isolados.

Por sua vez, o administrador técnico legal do Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE), José Quarta, garantiu a melhoria do abastecimento de energia eléctrica em todo o País.

O responsável, que falava a margem do 1. O Encontro sobre Qualidade de Serviço no Sistema Eléctrico Público (SEP), realizado na passada sexta-feira num dos hotéis da capital, afirmou que o Executivo tem vindo a fazer um grande esforço no que concerne a Criação de mecanismos e estudos que possam viabilizar a distribuição de energia eléctrica a todos os cidadãos angolanos, com a reabilitação e construção de barragens hidroeléctricas.

José Quarta realçou que a instituição tem boas relações com a Empresa Produtora de Electricidade (Prodel), com a Rede Nacional de Transporte (RNT) e com a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) com vista a melhor servirem os consumidores de energia.

Direito à qualidade do serviço

O secretário de Estado de Energia, Joaquim Ventura, exortou o Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE), enquanto entidade reguladora, a assegurar que as operadoras cumpram como regulamento da qualidade de serviço, para satisfazer o interesse dos consumidores, que é de ter energia com qualidade a qualquer hora do dia.

Joaquim Ventura falava na abertura do referido encontro, em representação do ministro da Energia e Aguas, Joao Baptista Borges, e defendeu que a Produtora de Electricidade (Prodel), a

Rede Nacional de Transporte (RNT) e a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) devem garantir toda a prioridade no planeamento e investimento na operação e manutenção das instalações e treinamento dos técnicos, e ao mesmo tempo melhorar o relacionamento com os clientes e encurtar o tempo de espera de reposição.

Enfatizou que, de forma a não inibir o investimento privado e a diversificação económica, as novas empresas tem a missão de garantir que a energia a ser entregue para o desenvolvimento socio-económico do País deve ter a qualidade devida.

O secretário de Estado reconhece que, a nível da rede de distribuição de electricidade, se verificam muitas interrupções por sobrecarga dos condutores.

"A nível da rede de distribuição de electricidade, verificam-se linhas muito longas que resultam em péssima qualidade da onda de tensão e da frequência nos clientes finais, linhas em mau estado técnico, bem como falta de selectividade das protecções", frisou.

Soluções Online

Para garantir que estas situações venham a ser ultrapassadas, o secretário de Estado disse ainda que o Ministério da Energia e Aguas vai instalar na rede de distribuição um sistema que permite monitorar, em tempo real, a electricidade fornecida a cidade de Luanda.

Com a instalação do sistema, as avarias passam a ser detectadas Online, e a capacidade de resposta é mais rápida. Reconheceu que sem qualidade da energia não há garantia de qualidade de vida da população, nem incentivo ao investimento privado para diversificar a economia.

O sector eléctrico deve crescer, em quantidade e qualidade, para garantir o crescimento social e económico do País e competir com outros países na região austral de Africa. Joaquim Ventura afirmou que foi feito um investimento para a substituição dos condutores e torres de linhas de transporte de energia, que já não obedecem aos parâmetros normais de funcionamento. O Secretário de Estado disse que os investimentos na rede de transporte de energia tem como objectivo dotar este segmento de todos os dispositivos que permitam melhorar cada vez mais a qualidade do serviço.

8.23 Aterro sanitária recebe mais lixo do que previsto (Mulenvos)

Jornal de Angola

10 De Março de 2015

Texto: Eduardo Pedro

O Aterro Sanitário dos Mulenvos, município de Viana, Luanda, recebe diariamente 7.200 toneladas de resíduos sólidos em vez de 2.500. Para as quais foi concebido, disse a Angop o seu gerente operacional.

Yuri Conselvan mencionou como principais causas do aumento dos resíduos sólidos o êxodo rural, expansão urbana e maus hábitos no manuseamento dos detritos e os domésticos, comerciais, hospitalares e de construção civil como os mais depositados no aterro.

O aterro sanitário dos Mulenvos é considerado o maior de África. Tem 270 hectares e sete camadas com sete metros de altura e foi inaugurado em 14 de Dezembro de 2007, pelo Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos. Feito para durar até 2030, emprega 225 pessoas.

8.24 Recolha de Lixo deficiente deixa descontente Moradores da rua dos Kwanzas

Jornal Manchete
13 De Março de 2015
Texto: Moreira Mário

A acumulação de lixo que se verifica ao longo da rua principal dos Kwanzas (7a Avenida), na comuna do Hoji-Ya-Henda, ao Cazenga, resulta dos moradores locais, bem como da existência de cantinas, armazéns, venda ambulante e, sobretudo, do mercado dos Kwanzas.

Nos últimos tempos os moradores desta rua tem se mostrado insatisfeitos com a operadora de limpeza ENGEVIA, responsável pela recolha de lixo na referida via, pelo que acusam a me de falta de prestar mau trabalho.

Já a empresa diz que os moradores e os demais utentes da via, não tem estado a honrar com os locais indicados para a deposição do lixo, estes atiram em qualquer lugar que lhes convêm. Quem circula ao longo desta via, começando dos armazéns da Arosfram, ate as proximidades da Refinaria de Luanda, poderá observar amontoados de lixo a beira da estrada e nos separadores centrais. A zona do mercado dos Kwanzas e a mais critica, devido ao comércio desenfreado que acontece nos arredores do mercado. Outra situação tem a ver com as grandes quantidades de areia que forma na berma da estrada.

De acordo com moradores que falaram ao Manchete, a ENGEVIA tem feito trabalhos "paliativos" na rua principal dos Kwanzas, facto que faz com que não se melhore o seu saneamento básico.

Contentores Lotados e Lixo Espalhado no Chão

Ainda de acordo com os moradores, a ENGEVIA há muito que deixou de proceder a limpeza regular na rua dos Kwanzas, principalmente aos finais de semanas e aos feriados.

"Mesmo durante os dias normais de trabalho a operadora tem registado muitas falhas", afirmam os mesmos, adiantando que a empresa atrasa-se a recolher o lixo e como resultado os poucos contentores instalados ao longo da rua ficam

sobrelotados, fazenda com que as pessoas depositem o lixo no chão.

Defendem que, em virtude do volume de lixo produzido diariamente

Defendem que em virtudes do volume de lixo produzido diariamente na zona do mercado dos Kwanzas, a empresa devia passar a efectuar a recolha duas ou mais vezes por dia e não uma vez ou outra, como tem acontecido. Por isso, apelam a quem de direito no sentido de tomar as respectivas medidas para se reverter o quadro.

O Manchete contactou via telefone um dos responsáveis da ENGEVIA, identificado apenas por Edson, mais o mesmo mostrou-se indisponível, alegando que não se encontrava em Recorde-se que em Dezembro do ano transacto, a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), terá advertido que deveria suspender os contratos de serviço com as operadoras de limpeza que continuam a não honrar os compromissos.

8.25 GPL

Jornal Manchete
13 de Março de 2015

O governador da província de Luanda, Graciano Domingos, solicitou o contributo dos empresários a nível dos municípios e distritos para que participem activamente nas tarefas que visem o melhoramento do saneamento básico na cidade capital do país. De acordo com o governante, estes agentes económicos tern sido os principais beneficiários dos orçamentos do Estado, sendo que, nesta altura, os mesmos devem ajudar o Estado no que toca a melhoria das condições de vida da população.

Graciano Domingos socorreu-se da crise económico, resultante da queda do preço do petróleo no mercado internacional, para pedir o auxílio das empresas privadas para ajudar a suprir as dificuldades registadas em quase todos os bairros dos municípios de Luanda.

Por outro lado, manifestou o sentimento de querer ajudar e exigir as populações para não voltarem a construir em locais de risco, por essas zonas constituírem perigo a vida do cidadão. A iniciativa do governante e louvável e espera-se os seus apelos sejam ouvidos para que tenhamos uma Luanda cada vez melhor.

8.26 Saneamento básico e delinquência entre os problemas mais preocupantes

Semanário Angolense

14 De Março de 2015

Texto: João Silva e Nunes Ambriz

Os moradores do município de Viana reclamam pela quantidade de lixo que se regista na vila sede do município, principalmente nos passeios e bermas da estrada nacional 230, vulgo «estrada de Catete» e ao longo da linha da férrea, com destaque para a entrada da rua Brasileira e da passagem de nível a seguir a estação da vila, locais em que se instalaram mercados ilegais e paragens de viaturas e motos que fazem táxi. Para além das enormes quantidades de lixo diárias, provocam séries engarrafamentos ao trânsito e enormes aos transeuntes e moradores daquelas áreas.

Como se não bastasse, os moradores dos bairros da Caop, A, B e C, cujas ruas se encontram em estado simplesmente lastimável devido aos enormes buracos agora transformados em charcos por causa das últimas enxurradas, situação que degrada de ano para ano por falta de trabalhos de terraplanagem e entulho, estão a depositar o lixo em locais impróprios, sobretudo por cima da linha do caminho-de-ferro. Naqueles bairros não há contentores, porque a recolha era feita, pelas operadoras de porta a porta mas, desde o ano passado, por motivos diversos e também pelo mau estado, já referido, das ruas, a recolha deixou de ser feita, não deixando aos moradores outra alternativa, senão depositar o lixo nas esquinas das ruas, em largos e, como já se referiu, por cima da linha do caminho-de-ferro.

Os moradores alegam que já recorreram as comissões de moradores e a administração comunal, mas nunca foram atendidos. No ano passado, ainda durante a gestão de Zeca Moreno, fizeram uma manifestação pacífica diante da administração municipal e foi-lhes prometido que, tão logo chegasse o tempo seco, se resolveria o problema das ruas daqueles bairros, assim como se melhoraria os acessos e as ruas secundárias. Chegou o tempo seco e acabou e tudo continua na mesma. Mudou-se o administrador mas, ao que tudo indica, a «emenda foi porque o soneto»,

A situação do saneamento, limpeza e recolha de lixo piorou sobre maneira e, agora, com as chuvas fortes que se abatem constantemente no município, a

situação esta a atingir um verdadeiro descalabro. Se as autoridades do Governo Provincial de Luanda ou mesmo do Executivo Central, não tomarem medidas rápidas, a situação naqueles bairros poderá evoluir para um grave problema de saúde pública, como aparecimento de diversas doenças.

Falta de energia acresce delinquência

Acresça-se a tudo isso, os constantes Cortes de energia (alguns cortes demoram semanas) que mais transtornos causam aos populares, mesmo pagando fielmente suas contas de consumo de energia, ou seja, pagam todos os meses o que não consomem.

Esta situação está a ajudar na proliferação da delinquência juvenil e se vai agravando por falta de policiamento, sobretudo durante a noite. «Estarmos entregues a bicharada, ate de dia. Agora somos confrontados com grupos de miúdos armados de garrafas e facas, geralmente drogados, que atacam e assaltam as pessoas em pleno dia na rua. As senhoras e meninas são os alvos preferidos, mas alguns homens, sobretudo os 'roboteiros', também tem sofrido a acção desses delinquentes», informou um cidadão apenas identificado por Félix.

Segundo o mesmo, «a polícia, geralmente de dia, aparece, principalmente na entrada da rua Brasileira e na outra guarda-passagem, mas mesmo diante da situação caótica que encontram, não repõem a ordem; limitam-se a dinheiro aos taxistas, prendem motos, ameaçam qualquer um, tudo por dinheiro. Quando já tem os bolsos cheios vão-se embora e deixam tudo numa grande confusão. Hoje a nossa policia não se faz respeitar e ninguém respeita, pode cometer que tudo se resolve por meia dúzia de Kwanzas», declarou o cidadão.

Na opinião de algumas pessoas, agastadas com a situação, toda a responsabilidade cabe a administração municipal de Viana, cujo trabalho não e visto, nem sentido pela população local, «senão quando se trata de demolições sem prévio aviso ou trapaças com as vendas ilegais de terrenos», ironizaram os cidadãos.

Os mesmos sustentam que a própria vila de Viana, tornou-se numa grande praça a céu aberto, inclusive diante da própria administração. Vendedores ambulantes de tudo espalhara-se por toda a parte, principalmente diante de estabelecimentos comerciais administrativos, nas passagens aéreas, passeios, etc, causando enormes transtornos aos peões e ao transito em si, sem que as autoridades tomem medidas, que devem ser drásticas, porque há uma grande falta de autoridade naquele município, a pontos de já não se saber quem e quem.

Os moradores acrescentam que o administrador municipal nem conhece o interior dos bairros, não visita as localidades para constatar in loco, a verdadeira situação a que estão votados os moradores daqueles bairros. A continuar assim, a vila sede de Viana e os bairros circunvizinhos, que já foram dos mais limpos e pacatos de Luanda, serão em breve dos mais podres. Os bairros da Caop já estão nessa qualidade. Os moradores apelam questionando: «Quem salva Viana?».

Na administração de Viana só se fala a «Rádio Viana». Quanto aos demais órgãos, sobretudo jornais, alega-se que só se pode falar com «autorização superior», depois de enviar uma carta explicando os motivos da entrevista. Esta atitude, num país que se quer democrático, não colhe e apenas as especulações.

8.27 Distrito em alerta para o combate a doenças graves

Jornal de Angola

15 De Março de 2015

O problema das cheias é antigo. As marés "vivas" alagam tudo. Até agora pouco se fez para melhorar o cenário. Os técnicos, desde os anos 60 que deram o seu veredicto: e preciso demolir tudo, porque zonas pantanosas só são boas para morrer. Os bairros mais críticos, onde o saneamento básico e cada vez mais precário, são os da Corimba, Camuxiba, Samba Pequena e Samba Grande. Os moradores pedem uma atenção especial ao distrito por parte das autoridades.

O grito de socorro dos municípios tem sido ignorado. Quando chove, a situação agrava-se. A água invade as casas. Todos os dias e por meios próprios tentam minimizar o problema das cheias nos quintais e dentro das casas. Há dias em que não conseguem entrar em casa porque tem um lençol de água a porta. Com as chuvas, renovam-se as frustrações de velhos tempos e a esperança de uma solução esmorece.

Na Samba, existem muitas casas, terrenos e estabelecimento fechados e abandonados por causa das águas que permanecem sem escoamento. Para piorar a situação, valas e esgotos estão entupidos com lixo e todo o tipo de destroços, Os esgotos correm a céu aberto e mesmo a porta dos moradores.

Os bairros desta zona da Samba nasceram tortos, com casas clandestinas, nos anos 60. Cresceram tortos. E os moradores estão sujeitos a todo o tipo de

doenças próprias de quem não tem saneamento básico e vive em cima de pântanos.

E preciso ter estômago forte para respirar o ambiente poluído das ruas da Samba, que cada vez mais se afundam na podridão. Portas e janelas estão sempre fechadas, para atenuar o mau cheiro que vem dos esgotos. Em alguns bairros da Samba, nunca ninguém sentiu "uma lufada de ar puro". Só existem ruas com grandes crateras, lamaçais e pequenas lagoas formadas com as águas podres das valas e esgotos entupidos. Para piorar ainda mais a situação, há quase uma semana que falha a recolha do lixo.

"Muitas famílias fugiram e deixaram as suas casas para atrás", disse um morador da Rua Augusta, que contou os esforços que as pessoas fazem todos os dias, com meios próprios, para retirar as águas dos quintais e das ruas inundadas.

Os que resistem as dificuldades esperam dias melhores. Mas muitos já desistiram. As pessoas convivem com o lixo. "Isso não é viver, nos apenas sobrevivemos. É muito duro", disse uma moradora.

O quintal da casa de Bruno Rodrigues esta sempre inundado. Não há nada a fazer, apenas dormir e acordar no meio da água". Mesmo assim, abandonar o bairro não é opção da família: "não temos para onde ir".

Requalificação dos bairros

Todas as reclamações recaem na Administração Distrital que pouco pode fazer diante de um problema que carece de uma intervenção com profundidade, disse o administrador Adão Malungo ao Jornal de Angola. "Solucionar os problemas das valas de drenagem, recolha do lixo, esgotos entupidos, buracos e lamaçais ainda não é da competência das administrações municipais ou distritais", sublinhou. Os meios de que a Administração dispõe são para intervir em pequenas calamidades em tempo de chuva, como disponibilizarem carros "secular" que também são insuficientes para acudir o distrito todo. As acções são paliativas, admitiu o administrador, defendendo que o problema do saneamento básico só pode ser resolvido com a Requalificação completa do distrito. "Todos os anos, a Samba tem problemas de inundações. As águas nascem nos quintais das casas e nas ruas. Apesar dos graves problemas, ainda aparecem muitas construções anárquicas", acrescentou.

Adão Malungo diz que a Solução passa por encontrar zonas seguras para o realojamento das famílias, demolir as casas e requalificar os bairros mais críticos.

"Nos bairros do Samba, algumas casas são antigas, com mais de 60 anos de existência, e para piorar estão permanentemente com as paredes húmidas", disse.

Uma luz verde

Para uma vida sadia e digna dos munícipes, a Requalificação da Samba e vista como prioridade pela Administração Distrital, que tem exposto o problema aos órgãos da administração central. "o que acontece nos distritos do Sambizanga e Cazenga, em termos de Requalificação, e de invejar", disse.

O administrador, Adão Malungo falou da construção da futura marginal sudoeste que numa primeira fase vai cobrir uma extensão da orla marítima que vai do Zamba II a Corimba. Os bairros adjacentes podem beneficiar de uma Requalificação, como o caso da Samba Grande, Samba Pequena, Camuxiba e Corimba. Nada há de concreto, mas o administrador acredita que as zonas adjacentes vão merecer alguma atenção em função da construção da marginal, informação obtida depois de uma reunião com técnicos, que fazem estudos e levantamentos. Afinal de nada vale ter uma marginal com todo o requinte, quando ao lado existem bairros mergulhados na podridão,

Alerta permanente

A Repartição de Saúde da Samba está em alerta permanente. Desde 2010, não se registam casos de cólera no distrito. Tem apostado, desde sempre, na sensibilização dos moradores, com campanhas de prevenção contra as doenças resultantes da falta de saneamento.

O chefe da repartição, Miguel Maiandi, disse que existem equipas de educadores nas comunidades que informam as medidas de higiene, que passam por lavar as mãos antes de comer, depois de usar as latrinas, tratar a água com gotas de lixívia.

O trabalho tem dado bons resultados. Miguel Maiandi apelou a administração distrital, para continuar a trabalhar em campanhas de limpeza das valas e na recolha de lixo, que são as maiores preocupações e ameaças a saúde pública.

Todos os dias, informou Miguel Maiandi, são feitos levantamentos nas áreas mais criticam do distrito. Em tempo de chuva, são intensificadas as campanhas de prevenção das doenças e distribuída lixívia para desinfectar a água.

O aconselhamento e dirigidas as mães. Todas devem evitar que as crianças brinquem nas águas sujas, para evitarem doenças. No âmbito do programa de

prevenção da cólera, a Camuxiba e um dos bairros privilegiados do distrito, com a construção de chafarizes, que mesmo assim, são insuficientes.

O administrador do Distrito da Samba, Adão Malungo assegurou que os esforços vão continuar junto da Empresa Publica de Aguas de Luanda para a melhoria no abastecimento de água canalizada. Tem havido, também por parte da administração distrital, a distribuição de água potável com camiões cisternas em varios bairros.

8.28 Fortalecida luta às doenças negligenciadas

Jornal de Angola

16 De Março de 2015

Texto: Tatiana Marta

Um projecto de água, saneamento, higiene e educação, denominado WASHE, foi apresentado na província do Huambo, a fim de melhorar a qualidade higiénica nas Instituições escolares e com bater as doenças negligenciadas, que proliferam nas zonas rurais.

A coordenadora do projecto, Elena Catalan, informou que o programa tem a duração de dois anos e é implementado pela Organização Não-governamental "The Mentor" em 1.089 escolas do ensino primário nos municípios que tern registado mais casos da chamada doença dos rios (shistosomiase).

A iniciativa vai permitir dar melhor seguimento ao projecto de saneamento básico nas escolas e identificar os problemas nas comunidades com maior prevalência de doenças infecciosas negligenciadas, que afectam crianças e adultos, bem como a formação dos professores que vão actuar na promoção dos cuidados primarias e técnicos de saude, Helena Catalan referiu ainda que a partir do próximo mes começam a ser formados os técnicos de saude para a fase de execução do projecto nas escolas seleccionadas. "Vamos trabalhar na melhoria do saneamento básico e da água para consumo nas comunidades, higiene e educação das populações", disse, acrescentando que tudo isso passa pela sensibilização no sentido de se evitar a contaminação das nascentes dos rios, numa altura em que o Governo esta a trabalhar no alargamento da rede de distribuição de água potável, com abertura de furos e montagem de novos sistemas nas comunidades.

O director provincial da Saúde no Huambo, Carlos Juliana, defendeu a extensão do projecto a todas as instituições escolares da província, para permitir divulgar as formas de contágio e de prevenção contra as doenças negligenciadas. Carlos Juliana disse que as acções que visam combater as doenças tropicais negligenciadas são intensificadas, para impedir que mais crianças sejam infectadas pelas mesmas.

"Devido a essas doenças, muitas crianças têm fraco aproveitamento escolar, além de retardarem o crescimento físico e motor dos menores de idade", disse o director. O combate a essas doenças, que matam de forma silenciosa, não deve ser apenas responsabilidade do Governo, através da direcção da Saúde, mas sem participação por todas as torças vivas da sociedade, evitando a contaminação das águas dos rios e das cacimbas onde a população retira água para consumo.

A coordenadora do programa das doenças Tropicais Negligenciadas, Lurdes Maieca Garcia, disse na apresentação dos resultados do mapeamento epidemiológico e da campanha de desparasitação maciça que em 2014 a direcção da Saúde desparasitou 353.765 alunos com idades entre cinco e 18 anos contra a doença dos rios, de um total de 473.855 previstos, em parceria com a Organização Não-governamental "The Mentor".

Lurdes Maieca informou que foram abrangidas 1.056 escolas, nos 11 municípios da província. A shistosomiase e uma doença infecciosa, não provoca morte imediata e a fraca investigação está na base da sua propagação.

Um dos sintomas da doença é a presença de sangue na urina e nas fezes e provoca, nos alunos, fraco aproveitamento escolar, retarda o desenvolvimento cognitivo, o crescimento físico e motor.

A shistosomiase surge devido à falta de higiene e ao consumo de água contaminada de rios. A província do Huambo tem uma prevalência epidemiológica da doença na ordem de 23,4 por cento, tanto da shistosomiase urogenital como intestinal, sendo os municípios da Caála, Chinjenje e Ucuma os mais afectados.

8.29 Cada habitante produz meio quilo de resíduos sólidos

Jornal de Angola

16 De Março de 2015

Texto: João Gomes

Cada pessoa em Angola produz por dia 0,46 quilos de resíduos sólidos, informou a Angop o director do Gabinete Jurídico da Agência Nacional de Resíduos. Normandia Cruz disse que anualmente são produzidos 3,5 milhões de toneladas de lixo que apresenta, na sua composição, elevado volume de areia e matéria orgânica.

Luanda é a província que mais lixo produz, uma realidade que é constatada nas áreas de maior concentração populacional, onde há dificuldade de acesso e a ineficácia das operadoras de limpeza.

"O Executivo, devido a situação alarmante dos resíduos, provou o ano passado, a Agência Nacional de Resíduos pelo Decreto Presidencial 85/14 de 24 de Julho, para o tratamento do lixo", acentuou Normandia Cruz.

Com a Criação da Agência, torna-se mais fácil tratar adequadamente da gestão de resíduos potencialmente recuperáveis pela via da reutilização.

8.30 Empresas desarticuladas e desemprego à vista

Jornal Agora

27 De Março de 2015

Texto: Miguel Daniel

Conforme o gestor, o pagamento regular seria a medida mais adequada e urgente para as empresas se manterem no mercado da recolha de lixo.

"As operadoras estão a atravessar uma fase difícil porque as verbas recebidas da Elisal são tão reduzidas

que nem sequer são suficientes para cobrir a despesa dos salários dos trabalhadores", protestou, dizendo que, há aproximadamente 10 anos no mercado, a EnviroBac já mais terá passado por crises orçamentais como as de hoje.

Quanto à qualidade de resíduos transportados, o responsável indicou não ser da responsabilidade das operadoras, sendo que, se elas levassem apenas lixo doméstico, elementos como frigoríficos, fogões, máquinas de lavar a roupa e louça, camas, colchões, móveis e até carcaças de motorizadas e automóveis continuariam na rua.

"Nós recolhemos todos estes 'monomonstros', mas por vezes, com graves consequências para os sistemas de compactação dos nossos camiões", salientou.

Para ele, a forma como as populações colocam o lixo nos pontos de recolha cria graves problemas na recolha dos resíduos, bem como na imagem negativa para o transeunte.

"Não se trata de uma questão de recolha atempada e sistemática, mas sim da falta de educação", apontando o exemplo de entulhos de construção deixados na via pública, o que cria sérias dificuldades ao trabalho.

O gestor vai mais longe e diz que 70% da frota e equipamentos em uso pela EnviroBac foi adquirido em Fevereiro de 2012, dos quais 80% da mesma já devia ser repostos, atendendo ao desgaste acelerado ao qual os camiões são submetidos diariamente.

Segundo Manuel. Olneira, cada camião regista uma média mensal de 500 horas de funcionamento, o que reduz o seu tempo útil para apenas 30 meses, aumentando assim o risco de avarias cada vez mais graves.

A EnviroBac pretende pôr em prática decisões estratégicas de curto, médio e longos prazos que passam pela aquisição de nova frota de camiões e equipamentos de limpeza de vias públicas, dos mais sofisticados existentes em países desenvolvidos.

Em seu entender, com o pagamento atempado da dívida, "estamos certos de que podemos não só continuar a aumentar o valor da recolha de resíduos, como também, caso seja necessário, assegurar a recolha noutras áreas da cidade de Luanda".

Actualmente, a empresa conta com 700 trabalhadores, com os quais tem o dever social de pagar salários em tempo útil, para que possam cumprir com as suas responsabilidades junto das suas famílias.

"A direcção da EnviroBac lamenta, profundamente, o facto de não poder pagar os salários dos trabalhadores, e as consequências daí resultantes não são nada benéficas", admitiu o gestor.

Diz que o acesso ao crédito não tem sido fácil, sobretudo por causa da incapacidade de liquidez, até porque as contas correntes caucionadas também chegaram ao seu limite, esperando que a Elisal pague "para cumprirmos com as nossas obrigações contratuais".

Manuel Oliveira observou, igualmente, que a EnviroBac "não tem tido grandes dificuldades na recolha de lixo", excepto nas zonas de difícil acesso e com falta de iluminação pública.

Mas, o Agora soube, nesta quarta-feira, junto da Elisal, que, por iniciativa própria, a EnviroBac rescindiu o contrato de prestação de serviço, resultando daí, obviamente, se não forem tomadas medidas, um exército de desempregados.

A direcção da EnviroBac assumiu haver falhas técnicas com os equipamentos que devem ir à manutenção; mas reafirmou que vão manter os trabalhos apenas na Avenida 21 de Janeiro, ficando a zona do A1valade fora do seu circuito.

SOPROENGE SAI DO 'NOVA VIDA'. A empresa de recolha de lixo Soproenge, que exercia este trabalho naquele distrito, suspendeu as actividades em Dezembro último, por falta de cumprimento de algumas cláusulas contratuais por parte da Elisal. "São empresas que, mesmo sem eficiência dos serviços, foram ganhando concursos", diz fonte do Agora.

A rua Machado Saldanha, no bairro Neves Bendinha, é outra apontada inúmeras vezes por mau estado e amontoados de lixo, principalmente na entrada da Unidade da Força Aérea Nacional.

Segundo o Plano Estratégico do Ministério do Ambiente, até 2025, Luanda vai aumentar os níveis de produção de lixo na ordem dos 146%, como resultado da expansão da cidade, bem como o aumento do índice populacional.

O Plano Estratégico para a Gestão de Recursos Urbanos (PESGRU) prevê, igualmente, a criação de aterros sanitários em todas as capitais provinciais, num prazo de dois anos, e as sedes municipais só teriam os seus aterros oito anos depois, perfazendo cerca de 173 até 2020.

CÓLERA À VISTA. A 25.3 fase de acção preventiva de combate à cólera acontece no próximo dia 1 de Abril, adiantou ao Agora a chefe de repartição da

Saúde do município de Luanda, Vitória Cambuanda, Há cerca de dois anos que não se registam casos de cólera na capital, graças às campanhas de prevenção desta doença mortífera.

A responsável disse, igualmente, que, no mês de Março, foram realizadas 176 palestras a nível dos seis distritos, distribuídas 13.252 soluções 'Mãe' (hipoclorito de cálcio para desinfectar a água, foram ainda sensibilizadas 13.304 famílias sobre os cuidados com a água e o meio ambiente, bem como desinfectados 212 tanques ou reservatórios de água.

A responsável notou que Luanda comporta os distritos mais endémicos no que ao saneamento básico diz respeito.

Lembrou que, desde 2013 em que se registaram os últimos casos de cólera, a população tem aderido em massa às palestras, pelo que, nesta 25^a fase, se decidiu a inovar o programa, "Vamos fazer palestras nos mercados, por serem locais propensos na contaminação de alimentos. Sabemos que a cólera é uma doença do fórum hídrico e, nesta época, todo cuidado é pouco", alertou.

As palestras, de acordo com a médica, têm por objectivo sensibilizar os pais e encarregados de educação para envolverem os filhos nas medidas de prevenção contra a cólera "Aconselhamos ainda que os tanques de água sejam limpos, a cada três meses, para evitar que se transformem numa fonte de doenças", salientou.

A província de Luanda registou o último surto de cólera em 2002, quando a doença infectou, numa semana, 32 pessoas, seis das quais morreram. A maioria dos casos verificou-se no Bairro da Boavista, no distrito da Ingombota, e cerca de metade era de crianças com menos de cinco anos.

Os resultados das investigações epidemiológicas efectuadas e das amostras de água recolhidas levaram à declaração de uma epidemia de cólera em Luanda, naquela altura.

REGRAS DE PREVENÇÃO. As autoridades lançaram, inclusive, um apelo à população, para que cumpra com um conjunto de regras básicas de prevenção, que incluem a lavagem das mãos com água e sabão antes de tocarmos em alimentos e a desinfecção da água com lixívia.

A população foi ainda aconselhada a não comer alimentos crus ou mal cozinhados, a desinfectar os ingredientes de saladas e a 'não utilizar águas acumuladas em reservatórios para beber, cozinhar e lavar louça ou roupa.

A cólera é uma infecção intestinal aguda que se contrai através da água, de alimentos contaminados ou do contacto directo com as fezes de pessoas doentes, infectadas com a bactéria *vibrio cholerae*.

A doença manifesta-se por vômitos e diarreia abundante, sem dor, que pode levar a uma desidratação grave e à morte em poucas horas, se não for devidamente tratada. A cólera tem um curto período de incubação, que pode ir de menos de um dia a cinco.

8.31 Novo modelo de pagamento afugenta operadoras

Jornal Agora

27 De Março de 2015

Texto: Miguel Daniel

Diariamente, a cidade capital produz mais de sete mil toneladas de lixo, que até então eram recolhidas por 21 operadoras subcontratadas pela concessionária Elisal, mas que, por incapacidade técnica e financeira, muitas delas estão suspensas, enquanto outras desistiram por iniciativa própria.

O chefe de fiscalização da Elisal disse ao Agora que, por falta de capacidade de manobra, outras instituições com o mesmo fim acabam por manchar o bom-nome do Governo Provincial de Luanda (GPL), que é sempre acusado de não honrar com os pagamentos, quando "uma empresa deve ter um fundo para se manter pelo menos por seis meses" e não depender apenas das dotações do Estado.

"Hoje mesmo, a EnviroBac mandou-nos uma carta a solicitar a rescisão, porque já não vai trabalhar connosco. Neste caso, somos obrigados a colocar meios e homens na zona que antes era consignada a esta empresa", adiantou.

Segundo o responsável, com a desistência de muitas operadoras, a Elisal viu-se obrigada a comprar novos meios e a entrar em acção, o que configura que venha a monopolizar o sector da limpeza urbana e suburbana da capital.

Isidro Bandeira desafiou que a referida empresa vai reverter o actual cenário da urbe, caracterizado por contentores abarrotados de lixo, através de um plano de emergência que vai envolver máquinas pesadas e camiões basculantes.

DÍVIDA. Quanto à dívida com as operadoras, o responsável adiantou que o Executivo já está a tratar do caso, depois de uma visita de inspecção efectuada

à Elisal por técnicos da Casa Civil da Presidência da República "Eles levaram a preocupação".

De acordo com Isidro Bandeira, as modalidades contratuais são previamente definidas nos cadernos de encargos, pelo que cada operadora ao aceitar um contrato saberá, desde logo, qual é a quantidade média de lixo produzido naquele circuito, mas acabam por não honrar com os compromissos por incapacidade técnica.

"A outra questão que nos preocupa, são as vias de acesso no interior dos bairros e até mesmo para chegar ao único aterro sanitários que temos nos Mulenvos. Por outro lado, as chuvas que têm caído nos últimos tempos agudizam a já calamitosa situação de acondicionamento dos resíduos", referiu, acrescentando que a Elisal está a trabalhar com a Empresa Nacional de Infra-estruturas Básicas (ENCIB) e com o Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEIA) para a questão das vias de acesso.

Babandeira lembrou, igualmente, que a Elisal, actualmente, está a operar no município de Viana, no distrito do Kilamba Kiaxi, da Maianga e no Nova Vida, sendo obrigada a controlar também a zona do Alvalade, antes sob responsabilidade da EnviroBac.

O executivo da referida empresa não adiantou o valor pago por cada circuito consignado a determinada operadora, mas revelou que o actual sistema penaliza todos que não prestam serviços com eficiência, através do corte nas verbas acordadas.

"Temos um sistema de monitoramento via GPS que faz o rastreio até dos camiões e máquinas das operadoras que nos permite aferir se o mesmo está ou não a operar", sublinhou, afirmando que existem ainda os fiscais da Elisal, distribuídos por todos os circuitos para confrontarem os dados.

MODALIDADES DE RECOLHA. O responsável disse, ao mesmo tempo, que não é oportuno falar em recolha selectiva, quando nem mesmo a mista se faz com perfeição.

A recolha selectiva exige, além de meios adequados, uma população devidamente educada e uma indústria de reciclagem em pleno funcionamento para absorver os resíduos.

"Apenas as garrafas são recicladas actualmente pela Vidrul, mas também não são recolhidas pelas operadoras", completa.

Como disse, os estabelecimentos comerciais considerados como maiores produtores de lixo já são obrigados a pagar uma taxa de limpeza, o que ainda não é possível fazer com as populações.

"A cidade limpa não é aquela que mais se limpa, mas aquela que menos se suja", assegurou.

Note-se que 21 operadoras e 17 micro-operadoras trabalham na recolha de resíduos sólidos, envolvendo mais de 12 mil trabalhadores.

Como se pode constatar, a paralisação das empresas pode provocar o aumento de desempregados.

A Elisal conta, actualmente, com 1.600 trabalhadores, 30 camiões compactadores, 14 basculantes, três gruas, igual número de pás carregadoras, cinco escavadoras e igual número de tractores, sete damperes, oito carros de sucussão de águas residuais e pluviais, mais 12 novos camiões compactadores que devem entrar em acção.

Implementado no início deste ano, o novo modelo de limpeza de Luanda prevê o pagamento às operadoras de acordo com a extensão da área limpa. No antigo modelo, eram pagas consoante a tonelagem do lixo recolhido.

O vice-governador provincial para a área técnica, Agostinho da Silva, disse, recentemente, que, com esta estratégia, se pretendem "reduzir os custos financeiros e melhorar o nível de limpeza na cidade capital".

Na altura, revelou que Luanda gasta, por ano, cerca de 225 milhões de dólares na recolha de resíduos sólidos, agregando que a urbe tem uma produção calculada em 1,3 milhões de toneladas de lixo urbano ao ano, o que perfaz em média diária cerca de quatro quilos de lixo por pessoa.

O Agora percorreu por algumas artérias da cidade e constatou a existência de grandes focos de lixo associado aos charcos provocados pelas últimas enxurradas.

CAZENGA. Por seu turno, o administrador do Cazenga, Nataniel de Oliveira Guilherme Narciso, alertou as operadoras do seu município a redobrem esforços, no sentido de se devolver a salubridade local, sob pena de as mesmas serem suspensas.

A crer nele, a recolha do lixo é feita ao meio do dia e termina à noite, por isso o município fica sujo durante muitas horas.

Nataniel Narciso admitiu ser difícil educar a população sobre o horário e local próprio para a deposição dos resíduos sólidos na municipalidade, sublinhando que deve haver penalizações para as empresas que não cumpram com o estabelecido, assim como a fiscalização tem de ser ágil na actuação.

O administrador adiantou que os carros de recolha devem passar a tempo e horas, para que os municípios se preocupem com o horário estabelecido.

As empresas com mau desempenho já começaram por ser afastadas, e outras estão a abandonar o município, por causa da pressão dos serviços de fiscalização. Apontou ainda os casos da Solizac e a Solion que podem, igualmente, deixar de operar, já que o seu trabalho deixa muito a desejar.

Disse ser urgente reanalisar as formas de contratação de empresas de recolha de lixo no Cazenga, porque muitas não têm meios e capacidade para cumprir com os pressupostos estabelecidos.

Augusto Joaquim, residente na rua Porto Santo, também conhecida por rua da Siga, concorda com a anunciada medida do administrador municipal, apontando o amontoado de lixo que se regista naquela urbe, bem como 'o mau estado da referida rua que, segundo ele, dificulta o acesso dos camiões.

UM PROJECTO FALHADO. O projecto 'Luanda Limpa', que se dispunha a comprar o lixo nas comunidades, cujo arranque havia ocorrido no município do Cazenga, ao que parece fracassou.

Para a sua execução, o GPL, ainda sob alçada do então governador Bento Bento, criou alguns pontos de transferência, nos quais os municípios deveriam depositar o lixo, para, posteriormente, ser transferido para o aterro sanitário.

Segundo o gestor do Ponto de Transferência (PT) do Kalawenda, no Cazenga, António Kiosa, o projecto havia começado bem, mas por questões alheias à sua vontade está tudo estagnado.

Orlando Bravo é outro morador de Viana que, no seu entender, o problema do lixo deve merecer a atenção de toda a sociedade, uma vez que, nos últimos dias, tem constatado que a quantidade de resíduos aumentou significativamente desde o Grafanil até à vila de Viana.

O município recorda que a responsabilidade de limpar o município mais populoso de Luanda foi da Triambiente.

"Esse é um problema de saúde pública e, se não se der a devida importância, toda a comunidade vai viver as consequências da negligência que se regista neste sector", considerou, não descartando a proliferação de doenças como paludismo e cólera.

No Cazenga, operam perto de três empresas, das quais a Solisac está em vias de extinção, por falta de meios técnicos e financeiros.

Fonte de uma operadora adiantou que poucas instituições sobreviverão com a nova medida adoptada pelo GPL, em virtude de boa parte delas não operar com capital próprio. Aliás, muitas delas apenas terão sido criadas na 'febre' de ganhar dinheiro sem antes medir as consequências da falta de equipamentos e gestão.

8.32 Rua da Mama Tita esta esburacada e lamacenta

Jornal de Angola

27 De Março de 2015

Texto: Nilza Massango

A Rua Tipografia da Mama Tita, Ingombota, esta esburacada e lamacenta, há quase duas semanas. Se o problema permanecer, qualquer fica Intransitável. As equipas da Elisal cavaram o chão para desentupir os esgotos e não repuseram o asfalto.

Os moradores e trabalhadores disseram que a rua tinha os esgotos entupidos. "Demorou, nas chegaram", disse um morador, afirmando que os técnicos da Empresa de Limpeza e saneamento de Luanda (Elisal) apareceram com maquinas cavaram o asfalto da rua.

O problema dos esgotos entupidos na Rua Tipografia da Mara Tita foi resolvido, mas deixaram o trabalho pela metade. Cavaram o chão e taparam o buraco com entulho, areia e pedras. Com a água das chuvas, a rua fica lamacenta e aos poucos aparecem os buracos, que cada vez mais ganham espaço.

As obras foram até ao começo da Rua Samuel Bernardo, onde havia também um esgoto entupido. A promessa dos técnicos da Elisal era regressarem repor o asfalto. Mas já lá vão quase duas semanas desde que s obras terminaram e nada de máquinas para repor o asfalto.

A rua permanece esburacada e lamacenta. Antunes Canhala, da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda, disse ao Jornal de Angola, que as obras foram feitas para resolver o problema dos esgotos entupidos e que nos próximos dias, a rua volta a ser asfaltada para melhor circulação de todos.

A Rua Tipografia da Mama Tita, mesmo com os problemas de esgotos, estava asfaltada e as pessoas e viaturas circulavam normalmente.

Os moradores querem a rua asfaltada como antes. Devolvam o asfalto que levaram! Na Rua Pedro Félix Machado, junto também existia um buraco na via. Os empreiteiros da obra ao lado, taparam-no com entulho e cimento. Mas com as chuvas, o problema regressou e os carros circulam com muita dificuldade por ser uma via muito estreita. Um segurança do Arquivo Histórico Nacional disse que o buraco foi deixado pela Elisal, depois de resolver o problema do esgoto. Em Luanda, existem obras inacabadas, buracos por tapar, ruas por asfaltar e passeios por colocar. E há os que estragam o que esta razoável. Como os passeios da Rua Rainha Njinga, que estavam bem e agora estão péssimos, porque a obra ficou a meio.

8.33 Rua da Mama Tita esta esburacada e lamacenta Graciano “afogado” por São Pedro

Jornal A Capital

28 De Março de 2015

Texto: José Dos Santos

Se há algo que as figuras chamadas a governar Luanda mais abominam, esta é certamente a chuva. Numa altura como esta, em que a capital do país é fortemente fustigada por enxurradas que, uma vez mais, vêm destapar as já fétidas feridas da 'sala de visitas' de Angola, Graciano Domingos estará certamente a observar alguns períodos de insónia.

Mas isso não é propriamente algo que o edil de Luanda desconhecerá, uma vez que se trata de alguém que conhece os quatro cantos da casa e sabe de antemão o quanto ela gasta.

Ao mesmo tempo sabe que tem sido mais ou menos em tempos como os que se vivem actualmente (o INAMET prevê ainda a ocorrência de chuvas mais fortes nos próximos dias) que os homens chamados a governar acabam por ver as suas cabeças a prémios. Por isso, Domingos estará, se não tanto, entre o martelo e a bigorna. Em boa verdade, o homem estará nesses dias a sentir os efeitos do mesmo veneno tragados pelos seus antecessores.

O homem que entrara com o rótulo de uma espécie de messias, começa agora a aperceber-se que mais do que uma ascensão, Luanda representa mais uma queda. É que quando se fez à porta principal do Palácio da Mutamba na pele de substituto de Bento Bento, GD sabia automaticamente ao que ia, de tal

forma que prometera por altura do seu empossamento colocar cobro à desordem.

"Notamos que Luanda é um pouco afectada por alguma desordem e que é necessário encontrar, colectivamente, soluções entre a administração da cidade e os cidadãos", disse à imprensa, mais palavra menos palavra o homem que começa agora a dar sinais claros de estar com as cargas das pilhas que trazia de início totalmente em baixa.

É que não sendo propriamente "duracell", as pilhas de Graciano nem ao sol parecem recarregar-se. Como se não bastasse o seu poder reduzido de que está provido, por conta de um novo desenho administrativo, o governador que praticamente funciona mediante um "controlo remoto" se acha distante da sede do GPL, de forma a evitar uma colisão frontal entre o poder central e o local.

Na verdade, pensava-se que o actual 'número um' de Luanda teria a vida bastante facilitada com o novo modelo de administração local diferenciado, além da desconcentração administrativa, com vista a garantir eficiência e a criação das melhores soluções para a futura administração autárquica.

Mas não é o que tem acontecido na plenitude: Graciano Domingos não esperava, por exemplo, que já no primeiro ano do seu consulado fosse "baptizado" com este furioso 'mau humor' de São Pedro. E pior ainda: no momento que mais precisa sequer vê a cara dos seus coadjuvantes (administradores), que parecem esticar o dedo do meio das mãos ao superior hierárquico. Isto é, supunha-se que os administradores viessem em socorro do chefe com recursos e meios suficientes para o merecido apoio.

Por isso vê-se com as mãos completamente atadas, sem saber o que fazer de concreto, se ri ou se, no entanto, chora ante as impiedosas águas que se abatem sobre a capital angolana.

Ademais, como aconteceu com os colegas de governo que o antecederam, ele também, o governador, arrisca-se a "morrer" da mesma poção envenenada: as gigantescas lixeiras que, vezes sem conta, se apoderam de Luanda de forma ameaçadora por razões que a própria razão teima em desconhecer.

E porque Luanda é um oceano de muitos e periclitantes problemas, a popularidade de Domingos (se é que alguma a teve em alta) revela-se bastante baixa. E não é para menos: além dos intermináveis congestionamentos no trânsito automóvel, que sufoca automobilistas e a cidade no seu todo, a

cidade é 'ornamentada' por profundos buracos que se revelam autênticas armadilhas em época chuvosa.

Acometido certamente de uma melindrosa disfunção arterial provocado por tantos problemas, o governador está a dar sinais evidentes de falta de fôlego. Esta semana (quinta-feira) reuniu-se com responsáveis de algumas empresas para clamar por ajuda, pois percebeu em tempo que sozinho acabará também arrastado pela mesma lama produzida pela chuva.

Ao fazer drapejar a bandeira branca aos munícipes, o inquilino do GPL está seriamente a procurar ganhar alguma carga que possibilite continuar a trabalhar, mesmo com a capital a revelar-se cada vez mais um caso endémico, onde todos os ensaios redundam em fracasso.

De resto, desde a última visita do Presidente da República ao Palácio da Mutamba, pouco ou nada mudou em Luanda, que não seja a saída de Bento Bento e a entrada bastante mediatizada do actual Graciano Domingos. O resto mantém-se como antes.

8.34 Há operadoras que Ludibriam

Semanário Angolense

28 De Março de 2015-04-24

Texto: João Silva

Os cidadãos estão preocupados com o mau trabalho prestado pela Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), afecta ao governo provincial, acusando-a de não estar a fazer a sua parte, nem de controlar as empresas operadoras de recolha do lixo que só reclamam da falta pagamentos, mas ignoram, de certa forma, a invasão do lixo que esta a tomar conta das ruas e bairros da cidade e suas periferias.

A reportagem do *Semanário Angolense* foi até ao aterro sanitário dos Mulenvos, localizado no município de Viana, onde se constatou algumas cenas um tanto caricatas, tendo visto, por exemplo, um camião de uma determinada operadora, carregado com troncos de árvores, dirigindo-se a balança para ser pesado. Nessa altura, a nossa equipa de reportagem aguardava para falar com um responsável local, tendo sido recebida pelo gerente técnico, Alberto Percoli, que, todavia, não aceitou tecer quaisquer considerações sem «ordens superiores» da direcção da Elisal.

Instado sobre a espécie de carga que as operadoras levam para o aterro, como no caso daquele camião que, com tanto lixo espalhado pelas ruas, transportava troncos de árvore para obter um peso maior e, assim, facturar muito mais, insistiu na sua tese de que não podia falar sem «autorização superior».

Contudo, a saída, já no exterior do aterro, um funcionário seu, que pediu anonimato, revelou que tem havido muitos casos em que as operadoras, sempre preocupadas com o dinheiro, ludibriam a Elisal e, conseqüentemente, o Estado, porque ao invés de estarem preocupados em recolher primeiro o lixo como tal nas ruas, preferem carregar resíduos de algumas empresas privadas e até de pessoas singulares, que pagam pelo serviço na hora. Geralmente esses lixos são constituídos por sucatas de automóveis, restos de construção e árvores que pesam muito mais que os resíduos domésticos, tal como o camião que fora vis to na balança.

Segundo o funcionário, que disse estar aborrecido com a direcção da sua empresa, acusando-a de não se preocupar com as necessidades dos seus trabalhadores, nem de resolver os salários em atraso, muitos dos seus colegas no aterro sanitário estão a pensar em abandonar as suas actividades ali, por falta de condições laborais ideais.

Muito lixo, pouco empenho

Estima-se que a cidade de Luanda produza mais de três mil toneladas de lixo por dia, quantidade acima do que é recolhido pelos serviços de limpeza. Esta situação faz com que sejam comuns os montes de lixo em varios locais, especialmente nas preferias.

Neste sentido, os problemas na recolha do lixo e a falta de sanitários públicos ainda são deficiências claras e visíveis, não só na urbe de Luanda, mas em toda a província. A cidade, que já conta 439 cacimbos, dos quais, 40 anos como a capital de um país independente, continua a debater-se com a gestão do lixo, sendo este um problema que já se arrasta por anos a fio.

Nas ultimas semanas, tem havido morosidade excessiva no processo de remoção e recolha do lixo, situação que se torna mais preocupante por se registar numa altura em que esta a chover muito.

Enquanto o problema se alastra assustadoramente, sendo que os amontoados de lixo já estão a chegar as zonas mais nobres da cidade, os governantes, destoando completamente com a

realidade, garantem que varios esforços estão a ser feitos no sentido de melhorar a situação.

Alguns deles dizem que há avanços na gestão do lixo em Luanda, embora não se esteja já a cem por cento. «Mas o objectivo é melhorar», afirmam.

«Uma administração municipal não pode limpar sozinha o lixo que é produzido por milhões de pessoas, se os cidadãos não participarem na limpeza», diz uma das nossas fontes, que é funcionário da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda. «O Problema é de dados», remata.

8.35 Luanda está transformada numa «gigantesca lixeira»

Semanário Angolense

28 De Março de 2015

Texto: Kim Alves

Luanda cresceu muito mas, em grande parte, de forma desordenada. O desordenamento urbanístico, visível em diversos locais da cidade, com destaque para os bairros anárquicos que vão surgindo da noite para o dia, representa encargos acrescidos para as operadoras encarregadas de recolherem e tratarem do lixo que ela produz em quantidades mais que industriais.

Convenha-se, entretanto, que nem sempre o trabalho das operadoras de Limpeza, acompanhadas ou não de uma devida supervisão da Elisal, satisfaz as expectativas do governo, por um lado, e das populações, por outro.

Um dos maiores desafios de Luanda é sem dúvida a recolha, gestão e tratamento dos resíduos sólidos. Por isso, esta tarefa, que concorre para a garantia de uma boa qualidade de vida dos cidadãos e a higiene da própria cidade, é prioridade indispensável.

Falta de pagamento

Algumas operadoras alegam estar agastadas com a Elisal, porque a empresa contratadora, ao longo dos tempos, tem deixado muito a desejar quando chega a hora de honrar os seus compromissos financeiros.

Há constantes atrasos nos pagamentos de facturas por serviços já prestados, alegam os responsáveis das operadoras, o que os obriga também a atrasar os

salários dos seus funcionários, que, por sua vez, vão abandonando os seus postos de trabalho. Neste sentido, elas se sentem sem meios suficientes para a prestação de um serviço eficaz, como disse o responsável de uma delas em Viana.

O actual estado das ruas por onde circulam, assim como o acesso ao aterro sanitário, obriga a um grande desgaste material e operacional. Não havendo pagamento, é impossível recuperar máquinas que se degradam constantemente, assim como manter a força de trabalho humana sem oscilações de vulto. «Só o pagamento atempado e sem constrangimentos pode melhorar a situação», disse a nossa fonte, que pediu anonimato.

Para ele, os problemas que as operadoras vivem são do conhecimento da própria direcção-geral da Elisal, que, por faltar ao cumprimento da sua parte no contrato, faz com que aquelas não consigam trabalhar a contento. «A falta de recolha de lixo está ligada a falta de meios para a operacionalidade do programa, assim como a falta de investimento nos últimos meses, que gerou uma situação de ruptura. A insatisfação das populações é absolutamente compreensível», esclareceu a fonte.

Um funcionário de uma outra empresa reitera o mesmo: «Os principais problemas na recolha de lixo resultam sobretudo da falta de trabalhadores e das avarias constantes dos camiões de recolha, por causa do mau estado das vias por onde se circula, tanto para a recolha do lixo, como para se chegar ao aterro sanitário», Ele diz que desde 2014 que o sector da recolha dos resíduos, na sua empresa, perdeu cerca de 40 trabalhadores, uma redução de quase 14%. «E a saída desses trabalhadores não foi devidamente compensada», frisou.

Ele diz ainda que é lamentável que numa cidade que deve ser o espelho de toda a nação, que alberga as mais altas instâncias do país, tenha que se viver situações destas. «Mas, quando o Estado não paga, as empresas não trabalham. o Resultado dessa combinação é dramático. A continuar assim, o lixo pode vir a inviabilizar a sociedade, pelo menos tal como a conhecemos», advertiu.

Em sua opinião, a gestão de alguns municípios não é das melhores e diz-se insatisfeito, porque esperava outro tipo de tratamento do Executivo para com a província onde esta situada a capital. «Não é isso o que se vê: até parece que não há interesse em cuidar de Luanda. Por onde se passa só se vê buracos, águas paradas e muito lixo, o que significa desleixo e falta de cuidado para com o povo», afirmou a fonte.

«Já que a Elisal não consegue fazer face ao lixo e melhorar o saneamento básico, o Ministério da Saúde terá que aumentar o seu efectivo, porque a actual situação do lixo vai causar uma série de doenças aos cidadãos», disse a nossa fonte, com uma pontinha de ironia.

9. GENERO E VIOLENCIA

9.1 Empoderamento económico

Novo Jornal

6 De Março de 2015

Texto: Sérgio Calundungo

TODA GENTE RECONHECE que o desenvolvimento económico local passa também pelo aumento das opções económicas das mulheres, mas a realidade em Angola, mostra que na prática as mulheres estão muito atrás dos homens nas oportunidades de acesso à terra, crédito emprego decente, etc.

Mesmo que dão um grande contributo para a economia, seja em negócios, nos mercados informais, como empresárias, empregadas domésticas, ou desempenhando outros trabalhos não remunerados, as mulheres são as mais afectadas pela pobreza discriminação e exploração.

Fala-se cada vez mais da existência de políticas macroeconómicas e do estabelecimento de políticas públicas que impulsionem à igualdade de género, mas persistem as múltiplas barreiras que fazem com que as mulheres muitas vezes acabam em empregos precários, com baixos salários, e sejam muito pouco presentes nas posições de chefia.

Fala-se muito de projectos e iniciativas que visam promover a capacitação económica das mulheres, a igualdade de género, a erradicação da pobreza e o crescimento económico inclusivo, mas as restrições ao acesso das mulheres a bens económicos, as limitações a sua participação na definição das políticas económicas e sociais, estão muito longe de ser superadas na nossa realidade.

Em Angola, vários projetos de diversificação económica não são implementáveis devido à fragilidade, da rede eléctrica e da sua irmã" água. Mas vivemos o resto do tempo como se nos tivéssemos esquecido de que são este tipo de responsabilidades justamente que fazem com que estas tenham pouco tempo para buscar outras oportunidades económicas.

Apesar do aumento dos discursos em favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres, temos de admitir que na prática esta igualdade ainda não se vê reflectida no quotidiano. Sinto que para responder

a este desafio, é fundamental passar das palavras para as acções.

E uma das acções bem concretas que se poderia fazer é a produção de evidências sobre a forma como ao nível do nosso OGE os recursos relacionados ao cuidado (infra-estrutura e protecção social), e outros que têm o potencial de aumentar a autonomia das mulheres e promover uma melhor distribuição de responsabilidades entre mulheres e homens estão a ser aplicados.

É tempo para informar aos tomadores de decisão de que qualquer decisão sobre o uso de recursos económicos para erradicação da pobreza, deve ser precedida de um debate sério que inclua a perspectiva de género e garanta oportunidades iguais para homens e mulheres. De outra forma como vamos chegar lá?

9.2 Violencia contra a mulher

Novo Jornal

6 De Março de 2015

"05 NÚMEROS de violência contra a mulher não diminuíram nos últimos anos. Antes pelo contrário: Há uma tendência que faz com que as autoridades façam tocar o sino para despertar a sociedade de que é preciso que a mulher não se confine ao silêncio diante das autoridades de violência", defendeu a socióloga Beatriz Armando.

Recentemente, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros veio a público reconhecer que "a violência doméstica em Angola continua preocupante e exige das instituições de direito, dos parceiros e da sociedade em geral maior engajamento no reforço dos mecanismos de defesa dos direitos dos cidadãos".

A violência contra a mulher permite, de acordo com Beatriz Armando, aferir sobre o estágio em que se encontra a luta que se deve travar em favor das mulheres, "a partir de premissas que devem permitir a que a mulher saia do seu casulo e possa ser ela mesma um elemento dissuador da agressão de que é alvo". "Somam-se e seguem as cenas que envolvem mulheres que são vítimas de agressão. Inclusive envolvendo agentes da ordem pública. A violência para com a mulher zungueira é um pouco reflexo disso e é preciso ter coragem de abordar esse assunto publicamente", salientou.

Alexandra Simeão disse ainda olhar com tremenda preocupação para a violência contra a mulher. "Não obstante o Estado ter criado a Lei Contra a Violência Doméstica, que foi um enorme passo em frente, não se preocupou com o "day after". Quer isto dizer que as mulheres denunciam, mas a maioria tem que regressar à casa onde permanece o violador. E é esta ausência de regulamentação de ordem prática que inibe a denúncia: Quem agride devia ser penalizado de forma célere e a protecção à vítima deve ser uma prioridade", afirmou. Cenas de violência contra a mulher fizeram algum furor na rede social Facebook nas últimas semanas. O Novo Jornal não conseguiu, no entanto, apurar sobre o local e em que data é que os mesmos foram gravados. Nos vídeos é possível ver supostos agentes da polícia a agredirem duas senhoras numa das artérias do país.

Testemunhas Oculares apenas assistem, indiferentes ante a atitude de intimidação de um dos agentes, procurando evitar que as pessoas se aproximassem deles, quando uma das mulheres reage alegadamente também com uma agressão à forma como estava a ser abordada. O Novo Jornal tentou contactar a Polícia Nacional mas sem êxito. Ficámos sem saber ao certo que tratamento foi dado ao assunto e se o vídeo é do conhecimento da Polícia Nacional.

9.3 Luanda lidera casos de violência doméstica

Jornal de Angola

20 De Março de 2015

Texto: Albino Sampaio

O ministro da saúde afirmou, esta semana, que os casos de violência doméstica, continuam a aumentar a cada dia que passa, com maior realce para a capital do país.

José Vieira Dias Van-Dúnem, que se manifestou preocupado com a situação, prestou estas declarações quando falava à imprensa, à margem do workshop realizado nesta terça-feira, 17, no Instituto Médio Técnico de Saúde, em Luanda, pelo seu pelouro em pareceria com o Ministério da Família e Promoção da Mulher.

De acordo com o governante, o encontro em causa, serviu para potenciar os profissionais do pelouro, estudantes do curso de Saúde e cidadãos interessados na matéria, com conhecimentos que visam melhorar o nível de socialização e irmandade entre as pessoas. José Van-Dúnem informou que a actividade se enquadra na responsabilidade do Plano do Executivo de Combate à Violência Doméstica, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 26/13 de 8 de Maio, que tem

como objectivo melhorar a condição de vida das famílias e das mulheres, em particular, através das políticas e programas gizados, cuja prioridade visa combater o fenómeno e moralizar a sociedade.

Adiantou que, a instituição que dirige pretende potenciar a sociedade, com medidas que incentivem à denúncia das pessoas que praticam o crime contra os próprios membros da família.

Em seu entender, esta iniciativa vai permitir às instituições policiais e judiciais estarem ao corrente dos casos do género, que têm passado despercebidos, muitos deles envolvendo cônjuges e os progenitores.

Ainda de acordo com o ministro, em muitos dos casos, são as próprias vítimas que saem em defesa dos seus agressores, tendo citado o exemplo de uma senhora que era constantemente violentada pelo marido e que, depois de ter dado queixa à Polícia e esta ter batido no homem com dois porretes, saiu gritando "deixem o meu marido ele não fez nada, nós estamos bem".

Por seu lado, a Secretária de Estado para Família e Promoção da Mulher, Ana Paula Sacramento, advogou que os cidadãos devem interessar-se, cada vez mais, sobre os seus direitos e deveres.

Recordou que a Constituição da República de Angola consagra os direitos e liberdades fundamentais que estabelecem o direito à integridade pessoal, no seu artigo 31, e o direito à liberdade física e segurança pessoal, no artigo 36.

Ana Paula Sacramento sustentou ainda que a expressão legislativa dos direitos e liberdades fundamentais, que são invocados podem ser consultados através do Código da Família, aprovado pela Lei nº 1/88 de 20 de Fevereiro, que reprime energeticamente a violência doméstica.

A governante lembrou que o país condena de forma punitiva as pessoas que praticam a violência doméstica.

Acrescentou, referindo que a violência doméstica é todo o comportamento violento, físico ou psicológico, que ocorre em ambiente familiar.

Para si embora este tipo de violência seja, maioritariamente, exercidos sobre as mulheres, atingem também homens e directa ou indirectamente às crianças.

9.4 Mulheres cristãs lutam pelos seus direitos

Jornal de Angola

20 De Março de 2025

Texto: Albino Sampaio

A Directora Nacional do Departamento da Mulher do Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA), Diavava Putuilu Jaquelina, chamou atenção as mulheres para que sejam as principais interessadas com a sua própria formação académica e profissional com vista a lutar contra a desigualdade imposta pelo homem.

A responsável, falou ao Manchete, à margem da conferência da mulher que visou saudar o mês da classe em acto decorrido na capela da igreja evangélica Baptista em Angola, localizada no bairro Capolo II, distrito urbano do Kilamba Kiaxi, em Luanda.

Diavava Putuilu jaquelina informou ser vontade da organização que dirige, lutar contra o estigma que a mulher.

"A mulher se tomou um instrumento do homem, em vez de companheira, eles batem, usam-nas como seu ganha-pão e ainda engravidam sem no entanto assumirem os filhos isto é bastante preocupante", sublinhou, acrescentando que, é importante potencia-la, com vista a conhecer os seus deveres e direitos dentro do lar.

A líder do CICA, pediu maior enquadramento das senhoras em quase todas as esferas da vida, sejam estas no ramo cristão, social, político, económico e financeiro, no sentido de mostrar que o lugar da mulher é contribuir para o crescimento do país.

Diavava Putuilu Jaquelina, considerou que sendo o conhecimento um poder, a mulher deve, saber usa-lo no sentido de contra pôr todas as investidas malélicas que o homem coloca em frente para o seu caminho.

Por outro lado, exortou as autoridades Angolanas, no sentido de absterem-se das demolições das casas dos cidadão, construí das com muito sacrifício e ainda algumas destas casas são erguidas por mulher determinadas, frutos da comercialização de produtos na zunga.

Para si, é necessário que o governo indica as áreas onde os populares devem construir no sentido de se evitar as questões que tem a ver com as transgressões administrativas.

Por sua vez, a secretária da mesa de conferência do CICA, Isabel Garcia Kumba Augusto, realçou que "para banir certos mal que enferma a figura da mulher, é necessário que haja uma certa aposta sobretudo no domínio da alfabetização, formação académica e profissional do género feminino".

De acordo com a responsável, a mulher não deve ser vista como um mero objecto, que deve servir e aturar os caprichos do homem mas pelo contrário deve ser considerada como sendo uma parceira digna que o homem tem para o seu desenvolvimento.

Lembrou que a mulher possui vários atributos por esta razão é ser encarada como " mãe, esposa, educadora da família, irmã, amiga e líder".

Isabel Kumba sublinhou que os homens têm se revelados bastante violentos com relação as suas parceiras.

Segundo informou, no seu departamento apenas no presente ano já recebeu mais de 10 notificações de violência doméstica cometidas por maridos contra as próprias mulheres.

Para terminar, lembrou aos participantes para que sejam imbuídos de espírito solidário com as famílias vítimas das cheias no Lobito, que cuja calamidade vitimou mais de setenta cidadãos deste país.

9.5 O líder que poderia ter sido rei

Jornal Agora

27 De Março de 2015-04-28

Texto: Benjamim MBakassy

A marca de um líder não é o seu tempo de reinado, mas o legado do mesmo.

Numa era em que a democracia parlamentar é o padrão, ainda existem monarquias e monarcas que, de forma mais ou menos actuante, são, de facto, os detentores dos recordes em termos de 'prazos' de governação.

Ao morrer um rei, como se vê com o recente caso de Ricardo III em Inglaterra, não morre o seu reinado, a sua história, o seu carisma e, principalmente, o seu significado simbólico para a sua nação.

Poucos são, porém, os líderes estadistas que têm o privilégio, que coube a Lee Kuan Yew, de deixar um legado que ultrapassa a sua própria governação e abrange o que por ele foi alcançado para o seu povo e território.

Um líder pode, portanto, dentro do modelo democrático actual, expandir a ideia de tempo, desde de que o faça de forma autêntica e quiçá real; real não tendo em conta a realidade, mas uma dimensão quase que mística do potencial da sua própria existência e do seu povo.

Foi a isso que se dispôs Lee Kuan Yew, que transformou Singapura numa potência económica, industrial e tecnológica, sem que nada o fizesse prever.

Lee é um exemplo de como líderes conscientes da sua cultura local, regional e global podem ser inovadores, transformadores e, por vezes, incompreendidos. A sua argumentação, postura e decisões estratégicas eram, na sua maioria, inovadoras, principalmente por nunca terem sido aplicadas no contexto específico de uma Singapura independente, na qual os locais possuíam o direito de traçar o seu futuro baseados na sua visão, no seu trabalho, na sua dedicação e disciplina.

Não esquecendo a sua postura inflexível e, por vezes, polémica, poucos serão os que, olhando para Singapura, pensarão que estamos a falar de um país do terceiro mundo que se tornou independente há menos de meio século.

De entre as suas lições, talvez a maior seja seu objectivo de fazer do singapurense o recurso mais valioso à face da terra e nas suas palavras. Isso seria alcançado transformando os seus recursos humanos nos homens e mulheres mais bem formados e educados do mundo.

Tenho a esperança de que um dia Angola terá também, na educação e nos seus recursos humanos, a sua verdadeira potência, e que os nossos reis viverão para sempre.

Nada como um exemplo do que é possível fazer para que possamos continuar acreditar.

A directora nacional para os direitos da mulher do Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) manifestou-se, no princípio desta semana, preocupada pelo aumento dos casos de violência sexual que têm estado a crescer um pouco por todo o país.

De acordo com Maria Augusto, MINFAMU vê com grande preocupação, de um modo geral, a incidência do fenómeno, daí a criação da Comissão Multisectorial de Combate à Violência Doméstica, onde estão integrados vários ministérios e todos com a incumbência de trabalhar em conjunto na diminuição das ocorrências.

Segundo a responsável, o MINFAMU sente muita inquietação em relação à violência sexual, na medida em que, muitas das vezes, dão origem a mortes e, "quando não, acabam com a auto-estima da vítima".

Entre os casos mais frequentes de violência doméstica, está o abandono no lar. "Sabe que é normal que este seja dos mais relevantes por estar ligado à fuga à paternidade e, naturalmente, tem a ver com a fuga da prestação de alimentos", especificou a responsável.

O Centro de Aconselhamento do MINFAMU atendeu, no ano passado, a 6.351 casos, destes mais de 1500 referem-se à fuga à paternidade.

DESIGUALDADES DO GÉNERO EM PALESTRA NO HUAMBO. Por outro lado, a jurista Junju de Oliveira revelou ontem, nesta cidade, que a diminuição das desigualdades no género é uma das metas a serem atingidas por todos os países, visando o combate a preconceitos e discriminação entre sexos, quanto ao acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho.

Falando numa mesa redonda sobre o género, numa iniciativa da direcção local da Família e Promoção da Mulher, defendeu que mais do que educar é necessário incentivar a equidade social, valorizando o respeito pelas diferenças e promover a garantia dos direitos, a partir das especificidades de cada cidadão, mulher ou homem.

Junju de Oliveira afirmou que Angola está no 37.2 lugar da classificação mundial de igualdade de género, por possuir oito ministras no Governo e 85 deputadas na Assembleia Nacional, mas acrescentou que muito trabalho há por fazer.

No caso da província do Huambo, a jurista informou que a situação é razoável, já que 21 mulheres ocupam cargos de responsabilidades, sendo três directoras, uma administradora municipal sete administradoras adjuntas, em contrapartida lamentou a pouca presença das mesmas em vários cargos electivos e nos principais postos dos poderes executivo e judiciário.

Junju de Oliveira assumiu que o país tem registado avanços muito significativos no sector da Educação, em termos de paridade entre homens e mulheres, já que o Governo continua apostar bastante no aumento de estabelecimentos escolares e na gratuitidade do ensino primário aumentando o número de vagas, sem distinção de homens ou mulheres.

Participaram da mesa redonda duas cidadãs da República das Honduras e do Brasil, residentes na

província do Huambo, que explicaram a situação da igualdade de género nos seus países. A actividade marcou o encerramento da jornada 'Março-Mulher', aberta em finais de Fevereiro.

9.6 Reminiscências da guerra civil indicam necessidade de catarse

Semanário Angolense
07 De Fevereiro de 2015
Texto: Lucas de Sousa

As cenas ocorridas há duas semanas na comuna do Luremo, município do Kuango, na Lunda Norte, onde uma caravana de militantes da UNITA foi atacada por presumíveis correligionários do MPLA, conhece agora o outro lado da moeda, uma versão que nos foi contada por um morador da localidade onde tudo aconteceu.

Não deixando de ser um episódio de intolerância política, as escaramuças, afinal, têm raízes bem mais profundas. De acordo com nosso interlocutor, que preferiu anonimato, a acção teve um carácter de retaliação a um episódio muito macabro ocorrido há duas décadas, indicando assim a necessidade de uma catarse nacional, no sentido de se exorcizar os fantasmas que ainda persistem, mas que têm de ser eliminados, em nome da harmonia e da reconciliação nacional. E esta exorcização pode ser feita por via de uma espécie de «comissão da verdade», à semelhança do que fez a África do Sul e anda bem recentemente o Brasil também promoveu. E isso tem de ser feito, para se enterrar o machado da guerra também a nível psicológico.

A história do trágico acontecimento, que aqui trazemos, já como um passo naquele sentido, conta-se em poucas linhas.

Após a eclosão da guerra pós-eleitoral, em 1992, quando a determinado momento o Galo Negro chegou a deter quase 70 % do país, Luremo era então uma das comunas sob seu domínio.

Nessa comuna, as forças militares da UNITA ficaram entre 1992 e 1997, ano em que seriam expulsas pelas FAA. Nesse ínterim, cometeram diversas atrocidades, mas uma marcou especialmente os residentes da localidade. Segundo a nossa fonte, o então comandante da UNITA na área, General Bock, mandou prender mais de 50 jovens. Como acontece em circunstância como aquelas, de

guerra, nenhum dos presos tinha culpa formada. Acto contínuo, foram colocados no interior de um contentor de 20 pés.

E, apesar dos apelos angustiantes de mães e outros parentes, os "detidos" não foram soltos e acabaram morrendo asfixiados, numa espécie de câmara de gás, a imitar práticas nazistas de má memória.

Os nativos choraram amargamente os seus parentes, mortos em circunstâncias que podiam ser evitadas, uma vez que não se tratava de uma frente de combate. Para as gentes do Luremo, o que havia acontecido era algo hediondo e incompreensível, quanto mais não fosse por tratar-se da terra de onde a UNITA tirava diamantes para sustentar a si e a sua guerra.

Passaram-se anos, muitos anos, mas as feridas não sararam completamente. É que a forma bárbara como a vida foi ceifada àqueles jovens deixou marcas profundas nas gentes da terra, daí que até seja compreensível a sua aversão à presença do Galo Negro por lá.

Foi, aliás, por esta razão que, ao receber a solicitação para uma excursão de representantes da UNITA pela província o governador Ernesto Muangala desaconselhou sua a passar pelo Luremo, uma vez que entendia não estarem ainda cicatrizadas as chagas abertas por aquela irreflectida acção do já falecido General Bock.

Julgando-se, entretanto, cerceada pelas autoridades no exercício dos seus direitos políticos, a caravana da UNITA decidiu ignorar os conselhos do governador para não chegar ao Luremo, onde, como já se previa, o risco era, naturalmente, enorme. E o resultado foi o que já se sabe. Pancadaria, arruaça, ferimentos e só por milagre não houve mortes. Tudo isto por uma teimosia cega

Obviamente que ninguém tem direito de fazer justiça por mão próprias, uma prerrogativa exclusiva do Estado por via dos tribunais. Mas também não é menos verdade que, em casos dessa natureza, as emoções podem «falar» mais alto que a razão, além de que a UNITA podia bem ter acatado o conselho do governador. Afinal, em política, recuar nem sempre é sinónimo de fraqueza. Na verdade, em várias ocasiões, é sinónimo de inteligência. E foi apenas e sobretudo isso que faltou.

Portanto, é caso, pois, para dizer que de tão brutal e estupidificante que foi a guerra em Angola, as feridas ainda não sararam totalmente e de quando em vez as cicatrizes abrem-se em revolta de desespero, o que não é nada bom para a pacificação. De resto, não foi

gratuitamente que, no seu último «Estado da Nação», em Outubro último, na Assembleia Nacional em finais do ano passado, o presidente da República dedicou especial atenção ao tema.

Em jeito de remate, reiteramos a necessidade de um processo inclusivo e abrangente que nos possa levar à exorcização de todos os fantasmas criados pela guerra civil que ainda persistem. Acreditamos que só depois disto é que chegaremos «lá»: à paz de espírito e à harmonia. Afinal, estamos todos condenados a viver juntos!

9.7 Amnistia Internacional acusa Polícia Nacional de homicídios

Jornal Grandes Notícias
6 De Março de 2015

Organização diz que autoridades continuam a desfrutar de impunidade e que liberdades são reprimidas

A Amnistia Internacional acusou recentemente, a Polícia Nacional no seu relatório anual sobre a situação dos direitos humanos a escala global, a organização afirma que em Angola a liberdade de associação e de reunião continua a ser suprimida e que milhares de famílias perderam as suas casas em remoções forçadas. O documento relata incidentes de violações dos Direitos Humanos em Angola sem fazer qualquer comentário sobre os mesmos.

Por exemplo, no que diz respeito as remoções forçadas, a Amnistia Internacional relata como 4.000 famílias tiveram as suas casas demolidas e foram removidas a força e que pelo menos 700 dessas famílias não receberam uma "moradia adequada".

O documento diz que "as forças policiais e de segurança utilizaram a força ou ameaça de força, bem como detenções arbitrárias para reprimir manifestações pacíficas" e fez notar que em diversos incidentes a polícia deteve e espancou manifestantes.

A organização acusa a polícia e as forças de segurança de continuarem a desfrutarem de impunidade em alguns casos de homicídios ilegais.

Esses homicídios ilegais, diz a Amnistia internacional, ocorreram em diversas províncias como Luanda, Malanje, Lunda Sul e Lunda Norte, fornecendo exemplos de diversos desses casos.

Segundo a Amnistia Internacional, continua a ocorrer em Angola "desaparecimentos forçados" e as

autoridades reprimem a liberdade de expressão com processos em tribunal contra jornalistas por difamação de personalidades do Governo ou qualquer autoridade. A polícia, diz o documento, espancou e prendeu jornalistas que denunciaram violações de direitos humanos.

O relatório anual da Amnistia Internacional faz no entanto notar que Angola aceitou 192 das 226 recomendações feitas na revisão periódica da ONU sobre os direitos humanos em Angola. Outras 34 recomendações, incluindo algumas relacionadas com a liberdade de expressão, associação e reunião, foram aceites, mas para "maior análise".

9.8 Violência contra a mulher

Novo Jornal
6 De Março de 2015

"05 NÚMEROS de violência contra a mulher não diminuíram nos últimos anos. Antes pelo contrário: Há uma tendência que faz com que as autoridades façam tocar o sino para despertar a sociedade de que é preciso que a mulher não se confine ao silêncio diante das autoridades de violência", defendeu a sociólogo Beatriz Armando.

Recentemente, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros veio a público reconhecer que "a violência doméstica em Angola continua preocupante e exige das instituições de direito, dos parceiros e da sociedade em geral maior engajamento no reforço dos mecanismos de defesa dos direitos dos cidadãos".

A violência contra a mulher permite, de acordo com Beatriz Armando, aferir sobre o estágio em que se encontra a luta que se deve travar em favor das mulheres, "a partir de premissas que devem permitir a que a mulher saia do seu casulo e possa ser ela mesma um elemento dissuasor da agressão de que é alvo". "Somam-se e seguem as cenas que envolvem mulheres que são vítimas de agressão. Inclusive envolvendo agentes da ordem pública. A violência para com a mulher zungueira é um pouco reflexo disso e é preciso ter coragem de abordar esse assunto publicamente", salientou.

Alexandra Simeão disse ainda olhar com tremenda preocupação para a violência contra a mulher. "Não obstante o Estado ter criado a Lei Contra a Violência Doméstica, que foi um enorme passo em frente, não se preocupou com o "day after". Quer isto dizer que as mulheres denunciam, mas a maioria tem que regressar à casa onde permanece oviola dor. E é esta

ausência de regulamentação de ordem prática que inibe a denúncia: Quem agride devia ser penalizado de forma célere e a protecção à vítima deve ser uma prioridade", afirmou. Cenas de violência contra a mulher fizeram algum furor na rede social Facebook nas últimas semanas. O Novo Jornal não conseguiu, no entanto, apurar sobre o local e em que data é que os mesmos foram gravados. Nos vídeos é possível ver supostos agentes da polícia a agredirem duas senhoras numa das artérias do país.

Testemunhas Oculares apenas assistem, indiferentes ante a atitude de intimidação de um dos agentes, procurando evitar que as pessoas se aproximassem deles, quando uma das mulheres reage alegadamente também com uma agressão à forma como estava a ser abordada. O Novo Jornal tentou contactar a Polícia Nacional mas sem êxito. Ficámos sem saber ao certo que tratamento foi dado ao assunto e se o vídeo é do conhecimento da Polícia Nacional.

9.9 Polícia aposta na acção pedagógica

Jornal A Capital

07 De Março de 2015

Texto: João Feliciano

No Kilamba Kiaxi, o comandante da Divisão de Polícia daquele município, superintendente Alberto da Silva Mutunga Paulo, conhecido nas lides policiais por 'comandante Bala', que reuniu na última quarta-feira, 04, na esquadra policial da urbanização Nova Vida, com encarregados de educação de alguns detidos, disse que o combate ao crime é uma acção que deve valer o esforço de todos. A começar pelos pais, as escolas, igrejas, a polícia e, por fim, a própria sociedade.

"Só assim alcançaremos os objectivos desejados", explicou, classificando posteriormente o crime como um fenómeno social que atinge todas as idades e níveis sociais. Por este facto, entende que para o seu combate, é necessário que se inaugure uma nova fase no tratamento de acções que visam a redução da criminalidade, tendo como premissas a reeducação e reintegração de todos quanto se encontram envolvidos naquele que denomina "universo criminal".

"Não pode existir apenas medidas punitivas. É preciso reeducar o recluso e procurar formas de reintegrá-lo na sociedade", afirmou, acrescentando que para tal é necessária a contribuição de todos.

"Vamos trabalhar com os familiares dos jovens que se encontram detidos nas unidades do Kilamba Kiaxi", afirmou o superintendente Alberto Paulo, lembrando que vão contar, para o efeito, com o apoio das autoridades tradicionais, psicólogos, juristas e outros agentes sociais do município.

Ademais, recorda, a medida surge de uma orientação do Comandante Provincial de Luanda que, segundo conta, mostra-se bastante preocupado com o índice de criminalidade na cidade capital. "Os pais devem ter a noção de onde é que os seus filhos passam o dia, com quem convivem e, sobretudo, o que se faz nesses círculos de convivência", explicou.

No encontro desta quarta-feira, os participantes à reunião com o comandante da Divisão do Kilamba Kiaxi, foram unânimes em louvar a acção e pediram que o mesmo não se limite apenas no seu município, mas que se estenda em toda extensão da província de Luanda.

"Estou muito grato por ter participado deste encontro", disse o ancião Kimudiaku Simão, de 61 anos, que tem o seu neto, Kimudiaku Ukaka Simão, de 22 anos, conhecido nas lides do crime como 'Limosine', encarcerado numa das unidades do bairro Palanca, sob acusação de violação a uma senhora grávida com o agravante de porte e uso ilegal de arma de fogo.

"Foi bom porque conhecemos os nossos filhos de uma forma em casa, ao passo que na rua comportam-se de outra forma", sublinhou o ancião, acrescentando que a medida vai permitir também maior cooperação entre a Polícia e as comunidades.

Por seu turno, a senhora Francisca Manuel, 42, cujo filho de apenas 15 anos, detido sob acusação de agressão física e porte ilegal de arma de fogo, a medida é bem-vinda, pois ajudará a tomar conhecimento das identidades que os filhos assumem enquanto andam fora do seu controlo.

Para ela, tudo o que ouviu no encontro era novidade. "Nunca pensei que ele (Joaquim António Kissanto), fosse integrante de grupos marginais", comentou a senhora, assegurando, desde já, a sua participação de todas acções criminais que ocorrem na sua zona de residência, mesmo quando o acusado seja o seu filho.

Em jeito de conclusão, o 'comandante Bala', fez saber aos presentes que estas acções permitiram, desde Dezembro do ano passado, o desmantelamento de 10 grupos de malfeitores e a detenção de um total de 58 indivíduos envolvidos em crimes diversos.

"Portanto, alguns destes detidos, temos aqui os seus familiares, auscultando-os para ter mais ou menos a

noção do que os seus filhos fazem e desta forma ajudar no seu enquadramento em acções de boas práticas", concluiu.

9.10 Desmantelado grupo de marginais

Jornal de Angola

11 De Março de 2015

Um grupo de supostos marginais que se dedicava ao furto e roubo de bens no Município do Soyo, Província do Zaire, foi desmantelado pelo comando local da Polícia Nacional.

De acordo com o porta-voz da Polícia, superintendente Gomes Zombo, o grupo, auto-denominado "gerais", era composto por 14 elementos e actuava nos bairros periféricos da cidade.

Durante a acção policial foram apreendidos diversos bens que se encontravam em posse dos meliantes, com realce para 45 quilogramas de medicamentos, cinco telemóveis e aparelhagens de som.

Zombo, informou que, nos últimos sete dias, a corporação tomou conhecimento de sete crimes de natureza diversa, menos cinco em relação à semana passada, tendo sido esclarecidos seis, o que corresponde a uma operatividade na ordem dos 86 por cento.

Foram detidos sete supostos delinquentes indiciados por ofensas corporais, furto e roubo.

Quanto à sinistralidade rodoviária, a fonte policial informou o registo de quatro acidentes de viação, menos dois do que no período anterior, tendo causado duas mortes, três feridos e danos materiais avaliados em mais de 900 mil kwanzas.

O Comando da Polícia Nacional na província da Huíla registou, no fim-de-semana prolongado, 17 acidentes de viação que resultaram em um morto e sete feridos, segundo o porta-voz da corporação, superintendente-chefe Paiva Tomás.

O responsável observou ter havido uma diminuição de sete acidentes de viação, igual número de feridos e o aumento de dois mortos em relação ao igual período anterior.

Paiva Tomás referiu, na ocasião, que os desastres que ocorreram durante o período em referência foram resultado de 12 colisões entre veículos automóveis e

motociclos, dois despistes, igual número de choques contra obstáculos fixos e um atropelamento.

Morte no Cuanza Sul

Uma pessoa morreu e duas ficaram feridas durante o fim-de-semana prolongado na Província do Cuanza Sul, em consequência de três acidentes de viação, mais um em relação a igual período anterior.

Os acidentes ocorreram nos municípios do Sumbe, Conda e Amboim. No mesmo período, foram registados sete crimes de natureza diversa, menos dois em relação a igual período da semana passada. Dos crimes registados três foram esclarecidos com três detidos, o que representa uma operatividade na ordem dos 43 por cento.

9.11 Polícia Limpeza Bairros De Luanda

Jornal A Capital

14 De Março de 2015

Texto: Diniz Kapalel

Dados apurados por este jornal fazem menção que estas operações policiais consistem no combate à criminalidade, com busca dirigida e capturas de marginais, incluindo aqueles considerados altamente perigosos, com vista a garantia da tranquilidade e segurança dos cidadãos de Luanda e dos seus bens.

Nesta senda, muitos são os jovens que acabam capturados e passam a ver o sol aos quadradinhos em função das escolhas, nada, verdade seja dita, abonatórias para a sã convivência com os demais integrantes da sociedade luandense.

O realce, pelo menos nestas duas últimas semanas, a que o A Capital esteve, na Unidade Operativa de Luanda, onde, de resto, decorre todas as segunda-feira de cada semana, a apresentação dos meliantes detidos por diversos crimes praticados em Luanda, recai para o desmantelamento de grupos marginais que se dedicam à prática de roubos e furtos em residências, instituições bancárias, superfícies comerciais e também na via pública.

José Fernando Ganga, também conhecido nas lides criminais por 'JS', Mauro Agostinho Martins, ou simplesmente 'Mauro de Best' e Delton Lourenço' Vicente, mais conhecido por 'Beijo Molhado', com idades a rondar dos 16 aos 18 anos, são um exemplo disso mesmo.

O trio, pertencente ao grupo marginal 'Os Namora' do município do Cazenga foi detido durante a operação em flagrante delicto.

.De acordo com 'Mauro de Best', o líder do grupo e reincidente em detenções, disse que acabaram detidos em função de terem recebido bens furtados a alguns marginais com os quais se depararam numa noite enquanto o grupo saía de uma festa.

"Encontramos os jovens a arrombarem uma lanchonete na nossa rua. Ao ver aquilo, demos corrida aos jovens e nos apoderamos dos meios que eles roubaram", explicou, realçando que alguns dias depois foram surpreendidos pela polícia e foram detidos.

Ao que disse, o crime ocorreu no Curtume, algures no município do Cazenga. Em relação à sua primeira detenção, disse que fez três meses preso também pelo crime de roubo. "Mas desta vez, o que me fez cometer foi a força do álcool e da liamba", sustentou, para depois dizer que eles eram apenas três, mas conseguiram pôr em debandada cinco meliantes que estavam a assaltar na sua rua.

Assaltante azarado

Pedra Manuel da Silva, conhecido nas lides marginais como 'zé Botão', de 24 anos é o único detido de uma quadrilha sem denominação, que actuava no município de Cacuaco onde foi capturado pela polícia em função dos mais variados roubos que efectuaram.

Segundo contou, está detido por roubo de valores durante cinco assaltos. "Os roubos ocorreram em Cacuaco e Viana. Assaltamos duas residências e dois armazéns", contou o jovem detido, detalhando posteriormente como foi no último assalto, no município de Viana, que um dos seus comparsas perdeu a vida.

"Entramos no armazém, numa altura que o guarda estava desarmado. Rendemo-lo e o obrigamos a mandar o gerente abrir a porta", sublinhou.

Tão logo abriu, "o meu amigo que estava armado entrou e retirou o dinheiro das vendas daquele dia que se encontrava numa caixa de papelão e saímos sem tranca-los ou amarra-los lá dentro", sustentou, para depois dizer que por estarem armados, o grupo pensou que, tanto o guarda como o gerente nada fariam para tentar impedir o assalto, e assim pensaram, enganaram-se redondamente. Pois, ao que disse, ao vê-los a retirarem-se, o guarda correu para a guarita, onde normalmente tem guardada a arma ao longo do dia, e de lá saiu a disparar para impedir os meliantes de levarem consigo os valores roubados.

"Com os disparos, o nosso motorista abandonou o carro e meteu-se em fuga. Sem solução, tivemos que fugir dispersos", referiu, acrescentando

posteriormente que como estavam à beira da estrada, apanharam um táxi para encetar a fuga.

"Mas quando o guarda apercebeu-se que tínhamos apanhado um táxi, subiu numa motorizada e perseguiu-nos. Alguns metros depois, na altura que estávamos a descer do táxi, o segurança pôs-se a disparar contra nós, tendo o meu amigo sido baleado", sustentou, para depois referir que era o tal meliante, apenas identificado por Cláudio que se encontrava com a caixa do dinheiro.

"O 'Maió', o 'Zé Braga' e o 'Santelé' puseram-se em fuga, estando apenas eu detido", sublinhou o jovem detido, para depois dizer que durante os assaltos usavam uma pistola de marca Star, cuja proveniência desconhece.

Contudo, no último roubo efectuado pela quadrilha, tinham em sua posse quatro pistolas do mesmo tipo, "e foi o 'Maió' quem as trouxe ao grupo. Não sei onde é que ele tirou as pistolas".

Posse ilegal de arma de fogo

'Man Bé', de seu nome próprio Bernardo Domingos António, e Armando Eduardo de Sousa, também conhecido por 'Armandinho', de 17 e 22 anos, respectivamente, encontravam-se entre onáipes de detidos daquela manhã de segunda-feira. Acusados de porte e uso ilegal de arma de fogo, os jovens contaram, cada qual as suas versões.

O primeiro, disse que adquiriu a arma ao preço de 14 mil kwanzas, tendo acrescido mais um telemóvel de marca Motorola que possuía.

"Comprei-a para fazer assaltos e já fizemos dois assaltos", explicou.

Os roubos, segundo fez saber, decorreram na via pública, no bairro dos Pescadores, algures em Cacuaco, onde tem a sua área de residência. "Ali, roubamos telefones e dinheiro de quem por ali passava", sublinhou, acrescentando posteriormente que do grupo composto por três pessoas, ele foi o único que está a ver o sol aos quadrados.

"A polícia ainda não apanhou o 'Malamba' e o 'Cai Cai'. Eles fugiram do bairro e estão em parte incerta", sustentou.

'Armandinho', por sua vez, disse que roubou a arma de um guarda enquanto este dormia num armazém na comuna do Hoji-ya-Henda, ao Cazenga.

"O objectivo era levar a arma em Benguela para usá-la na caça", explicou para depois salientar que na altura do incidente estava embriagado.

Proveniente de Benguela para tentar a sorte em Luanda, o jovem roboteiro disse que não chegou a protagonizar nenhum assalto com a referida arma de fogo, no caso, urna arma do tipo AKM.

9.12 Para combater o crime

Jornal A Capital

14 De Março de 2015

Texto: Dinis Kapapel

Dados apurados par este jornal fazem menção que estas operações policiais consistem no combate a criminalidade, com busca dirigida e capturas de marginais, incluindo aqueles considerados altamente perigosos, com vista a garantia da tranquilidade e segurança dos cidadãos de Luanda e dos seus bens,

Nesta senda, muitos são os jovens que acabam capturados e passam a ver o sol aos quadradinhos em função das escolhas, nada, verdade seja dita, abonatórias para a sã convivência com os demais integrantes da sociedade luandense, o realce, pelo menos nestas duas ultimas semanas, a que o A Capital esteve, na Unidade Operativa de Luanda, onde, de resto, decorre todas as segunda-feira de cada semana, a apresentação dos meliantes detidos por diversos crimes praticados em Luanda, recai para o desmantelamento de grupos que se dedicam a pratica de e furtos em residências, instituições bancárias, superfícies comerciais e também na via publica.

José Fernando Ganga, também conhecido nas! Ides criminais por 'JS', Mauro Agostinho Martins, ou simplesmente 'Mauro de Best' e Delton Lourenço Vicente, mais conhecido por 'Beijo Molhado, com idades a rondar dos 16 aos 18 anos, são urn exemplo disso mesmo.

O trio, pertencente ao grupo marginal 'Os Namora do município do Cazenga foi detido durante a operação em flagrante delito.

De acordo com 'Mauro de Best', o líder do grupo e reincidente em detenções, disse que acabaram

Detidos em função de terem recebido bens furtados a alguns marginais com os quais se depararam numa noite enquanto o grupo saia de uma festa.

"Encontramos os jovens a arrombarem uma lanchonete na nossa rua. Ao ver aquilo, demos corrida aos jovens e nos apoderamos dos meios que eles roubaram", explicou, realçando que alguns dias depois foram surpreendidos pela Polícia e foram detidos.

Ao que disse, o crime ocorreu no Curtume, algures no município do Cazenga. Em relação a sua primeira detenção, disse que fez três meses preso também pelo crime de roubo. "Mas desta vez, o que me fez cometer foi a forca do álcool e da liamba", sustentou, para depois dizer que eles eram apenas três, mas conseguiram por em debandada cinco meliantes que estavam a assaltar na sua rua.

Assaltante azarado

Pedro Manuel da Silva, conhecido nas lides marginais como Zé Botão, de 24 anos e o único detido de uma quadrilha sem denominação, que actuava no município de Cacuaco onde foi capturado pela Polícia em função dos mais variados roubos que efectuaram.

Segundo contou, este detido por roubo de valores durante cinco assaltos. "Os roubos ocorreram em Cacuaco e Viana. Assaltamos duas residências e dois armazéns", contou o jovem detido, detalhando posteriormente como foi no ultimo assalto, no município de Viana, que um dos seus comparsas perdeu a vida.

"Entramos no armazém, numa altura que o guarda estava desarmado. Rendemo-lo e o obrigamos a mandar o gerente abrir a porta", sublinhou.

Tão logo abriu, "o meu amigo que estava armado entrou e retirou o dinheiro das vendas daquele dia que se encontrava numa caixa de papelão e saímos sem tranca-los ou amarra-los lei dentro", sustentou, para depois dizer que par estarem armados, o grupo pensou que, tanto o guarda como o gerente nada fariam para tentar impedir o assalto.

Se assim pensaram, enganaram-se redondamente. Pois, ao que disse, ao vê-los a retirarem-se, o guarda correu para a guarita, onde normalmente tern guardada a arma ao longo do dia, e de lei saiu a disparar para impedir os meliantes de levarem consigo os valores roubados.

"Com os disparos, o nosso motorista abandonou o carro e meteu-se em fuga. Sem Solução, tivemos que fugir dispersos", referiu, acrescentando posteriormente que como estavam a beira da estrada, apanharam urn táxi para encetar a fuga.

"Mas quando o guarda apercebeu-se que tínhamos apanhado urn táxi, subiu numa motorizada e perseguiu-nos, Alguns metros depois, na altura que estávamos a descer do táxi, o segurança pôs-se a disparar contra nos, tendo o meu amigo sido baleado", sustentou, para depois referir que era o tal meliante, apenas identificado por Cláudio que se encontrava com a caixa do dinheiro.

"O 'Maio', o 'Zé Braga' e o 'Santelé' puseram-se em fuga, estando apenas eu detido", sublinhou o jovem detido, para depois dizer que durante os assaltos usavam uma pistola de marca Star, cuja proveniência desconhece. Contudo, no último roubo efectuado pela quadrilha, tinham em sua posse quatro pistolas do mesmo tipo, "e foi o 'Maio' quem as trouxe ao grupo. Não sei onde e que ele tirou as pistolas".

Posse ilegal de arma de fogo

'Man Bé', de seu nome próprio Bernardo Domingos António, e Armando Eduardo de Sousa, também conhecido por 'Armandinho', de 17 e 22 anos, respectivamente, encontravam-se entre o naipes de detidos daquela manhã de segunda-feira. Acusados de porte e uso ilegal de arma de fogo, os jovens contaram, cada qual as suas versões,

O primeiro, disse que adquiriu a arma ao preço de 14 mil kwanzas, tendo acrescido mais um telemóvel de marca Motorola que possuía.

"Comprei-a para fazer assaltos e já fizemos dois assaltos", explicou.

Os roubos, segundo fez saber, decorreram na via pública, no bairro dos Pescadores, algures em Cacucaco, onde tem a sua área de residência. "Ali roubamos telefones e dinheiro de quem por ali passava", sublinhou, acrescentando posteriormente que do grupo composto por três pessoas, ele foi o único que esta haver o sol aos quadrados.

"A Polícia ainda não apanhou o 'Malamba' e o 'Cai Cai'. Eles fugiram do bairro e estão em parte incertas", sustentou.

'Armandinho', por sua vez, disse que roubou a arma de um guarda enquanto este dormia num armazém na comuna do Hoji-Ya-Henda, ao Cazenga.

"O objectivo era levar a arma em Benguela para usá-la na caca", explicou, para depois salientar que na altura do incidente estava embriagado.

Proveniente de Benguela para tentar a sorte em Luanda, o jovem roboteiro disse que não chegou a protagonizar nenhum assalto com a referida arma de fogo, no caso, uma arma do tipo AKM.

9.13 Polícia Nacional prende marginais

Jornal de Angola

17 De Março de 2015

Texto: André Costa

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional apresentou ontem, na Unidade Operativa, 80 indivíduos supostamente implicados em crimes de roubo de viaturas, assaltos em residências, violações, disparos com armas de fogo e estupro.

O subinspector Euler Matari, do Gabinete de Comunicação e Imagem do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, afirmou que foi detido o homem de 36 anos que na semana passada estuprou uma menor de seis anos no distrito urbano do Sambizanga.

Euler Matari explicou que foram desmantelados cinco grupos de marginais que roubavam viaturas e telemóveis com recurso a armas de fogo.

A Polícia Nacional apresentou dois jovens que participaram no assassinato com arma de fogo de um guarda de uma padaria no Bairro Rocha Pinto, em Luanda. Segundo a Polícia, o homicídio ocorreu há um mês quando o guarda se encontrava a dormir no interior de uma viatura e foi surpreendido pelos meliantes que lhe retiraram a arma e dispararam mortalmente sobre ele.

Com a arma do crime, segundo refere a Polícia, os meliantes cometeram outros crimes no interior do Bairro Rocha Pinto, sendo detidos e encaminhados para uma esquadra local da polícia.

A Polícia Nacional em Luanda, segundo Euler Matari, registou numa semana 55 crimes de fórum comum e esclareceu sete crimes de homicídio voluntário, igual número de violações, um de estupro, dois de roubo, um de burla e outro de danos materiais.

Durante a operação das forças policiais foram apreendidas 23 armas de fogo de diversos calibres, 54 gramas de cocaína, cinco quilos de liamba, 13 viaturas de marcas diversas e sete motorizadas.

9.14 Criminalidade em alta

Jornal O Crime

21 De Março de 2015

O Comando Provincial da Polícia Nacional (CPPN) na Huíla registou entre 8 e 15 de Março deste ano, 102 crimes de natureza diversa, mais quatro em relação a igual período anterior, com destaque para 49 delitos contra propriedade.

O porta-voz da corporação no Lubango, superintendente-chefe Paiva Tomás, destacou ainda 39 crimes contra pessoas, 8 de natureza económica e 6 contra a ordem e a tranquilidade públicas.

As ofensas corporais graves, homicídio voluntário, tentativa de homicídio, ameaças, violação, tentativa de violação, rapto de menores, cárcer privado, furtos, roubos, burla, fogo posto, uso e posse de canábis, injúria contra autoridade, posse ilegal de arma de fogo e especulação constam da lista de crimes notificados neste período.

O oficial fez saber que 83 dos delitos foram notificados mediante denúncias de populares, no quadro do policiamento de proximidade e outros 19 por operação de enfrentamento.

Paiva Tomás disse que houve uma média diária de 14.5 crimes, contra 14 do igual período anterior, sendo que 93 conheceram os seus autores, tendo sido obtido o grau de operatividade na ordem de 91.1 por cento.

No mesmo período, a Polícia deteve 75 cidadãos nacionais implicados na prática destes mesmos crimes.

9.15 Polícia regista 80 crimes de natureza diversa

Jornal O Crime

21 De Março de 2015

Oitenta crimes de natureza diversa foram registados, na província do Bié, pelo Comando Provincial da Polícia Nacional de 8 a 15 de Março deste ano, mais 6 em relação ao mesmo período anterior.

A informação foi veiculada na cidade do Cuito pelo director em exercício do Gabinete de Comunicação e Imagem do Comando Provincial da Polícia Nacional,

inspector-chefe Profílio Evambi, quando fazia o balanço da situação delituosa na região.

Profílio Evambi sublinhou que os crimes praticados são contra a ordem e tranquilidade públicas, uso e posse de estupefacientes, posse ilegal de armas de fogo e engenhos explosivos, homicídios voluntários simples, homicídios com culpas graves, entre outros.

Dos casos em causa, segundo a fonte, resultou na detenção de 66 indivíduos supostamente implicados no cometimento dos crimes, entre os quais 63 do sexo masculino e três do sexo feminino. As principais causas dos delitos, disse aquele oficial, fazem parte do uso excessivo de bebidas alcoólicas e outras drogas, divergências nos lares, ganância pelo lucro fácil, pobreza, falta de iluminação pública nos principais centros suburbanos e a inobservância às regras de trânsito.

Assegurou que as forças da ordem e tranquilidade públicas continuam a desenvolver acções que visam reduzir, cada vez mais, a criminalidade no seio das comunidades, com a intensificação das operações de patrulhas e policiamento de proximidade ao cidadão.

9.16 Detidos imigrantes ilegais congolezes

Jornal De Angola

31 De Março de 2015

O Serviço de Migração e Estrangeiros no Zaire interpelou 204 cidadãos da Republica Democrática do Congo (ROC) nos últimos sete dias, por entrada e permanência ilegal em território nacional.

Um comunicado de imprensa do Comando Provincial da Polícia Nacional no Zaire esclarece que os cidadãos foram interpelados e detidos no quadro das acções de busca e recolha de estrangeiros em situação migratória ilegal.

No domínio do controlo fronteiriço, acrescenta o comunicado, foram abortadas quatro tentativas de transposição ilegal do perímetro fronteiriço entre a província angolana do Zaire e a região do Baixo Congo (ROC), menos cinco em comparação a semana passada.

Em função das infracções, foram detidos quatro cidadãos da RDC, que já se encontram sob custódia do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) para o devido tratamento.

10. AMBIENTE

10.1 Chuvas provocam caos em Luanda

Jornal República

06 De Março de 2015

Texto: Moreira Mário

Luanda não está preparada para receber chuvas. É nestes termos que os cidadãos se pronunciam, para mencionar os constrangimentos que as enxurradas têm causado à cidade capital, o cenário que se repete sempre que chove.

Com efeito, basta cárem alguns chuviscos é suficiente para deixar Luanda em apuros, como foi o exemplo nas manhãs de segunda-feira, 3 e terça-feira, 4. Os resultados foram quase nefastos, tendo sido mais visível na periferia onde várias ruas a nível dos bairros ficaram intransitáveis, devido a lama e as águas paradas o que também tomou salientes pequenos focos de lixo um pouco por todos os cantos.

Já nas principais vias, em muitas delas abriram-se os buracos provocando sérios transtornos à circulação do tráfico rodoviário.

Na avenida Hojia Ya Henda, Rua do Comandos, Rua gola Kiluanje, Rua da Brigada, Rua Cónego Manuel das Neves, entre outras, os congestionamentos no trânsito automóvel fez sentir durante todo dia. O grande sobressalto veio mesmo dos candongueiros (taxistas) sobre aqueles que dependem desses meios para as suas deslocações. Os homens das viaturas azul e branco passaram a encurtar as rotas ou aumentar o preço da corrida, a pretexto do mau estado das vias, O que provocou grandes enchentes nas paragens. Muita gente foi obrigada a chegar atrasada no local de trabalho e em suas casa na hora do regresso. O mais caricato é que nesses dias os agentes reguladores de trânsito, se fizeram ausente em muitos locais onde habitualmente são vistos a ordenar o trânsito.

Fruto disto, na Rua dos Comandos, concretamente na zona da Frescangol, instalou-se uma confusão enorme entre os automobilistas, tudo, porque os mais apressados ao procurarem alternativas para fugir dos engarrafamentos, no final acabavam por criar afunilamento na via.

10.2 Falta de chuvas compromete as colheitas

Jornal de Angola

06 De Março de 2015

Texto: Elautério Siupuleni

A falta de chuvas que se regista nos últimos meses está a comprometer a colheita de milho, massango, massambala, feijão e outros cereais no município da Cahama, a 202 quilómetros da cidade de Ondjiva, situação que preocupa a administração municipal e os camponeses da circunscrição, constatou o Jornal de Angola.

Camponeses do Município da Cahama disseram que nas lavras familiares as plantações estão a secar. Para o administrador municipal da Cahama, Lopo Bravo da Costa "Chachado", caso persista a situação, a colheita dos cereais vai estar comprometida e a crise alimentar pode voltar a assolar a população.

O administrador acrescentou que os homens do campo lançaram as sementes em tempo oportuno, mas as condições climáticas estão a impedir o desenvolvimento das culturas.

Lopo Bravo da Costa adiantou que a falta de chuvas pode comprometer a campanha agrícola 2014-2015, visto que as sementes já foram lançadas à terra. "Estamos esperançados em que a qualquer momento possa começar a chover com regularidade, mas a colheita não é a desejada pelos camponeses do município", acrescentou.

Para o administrador, a situação começa a preocupar as autoridades, porque caso não chova nos próximos dias todas as culturas correm o risco de se perder, o que pode causar o surgimento da fome como nos anos anteriores. A previsão de colheita para a campanha agrícola 2014-2015 no município é de mais de 300 mil toneladas de produtos diversos. No Município da Cahama, além de massango, massambala, milho e feijão, os camponeses dedicam-se também à produção de batata, abóbora, mandioca e hortícolas.

10.3 Famílias desalojadas pelas chuvas

Jornal de Angola

11 De Março de 2015

Texto: Cristina Da Silva

Centenas de famílias estão desabrigadas em consequência da chuva que caiu sobre Luanda. Muitas ruas e residências ficaram inundadas nos bairros da cidade capital. A nossa reportagem apurou que 4250 casas foram inundadas, 177 desabaram o que levou 800 famílias a ficarem desabrigadas.

O vice-governador de Luanda, Agostinho da Silva, disse ao *Jornal de Angola* que as famílias afectadas estão a receber todo o apoio "e em breve vamos distribuir chapas e materiais de construção para refazerem as suas casas".

No que diz respeito às ruas e estradas inundadas e com o piso afectado, Agostinho da Silva informou que "já estão em acção máquinas para escoar a água e reparação dos pavimentos". O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Francisco Minguengi, fez um balanço dos prejuízos causados pela chuva e informou que os municípios de Viana, Caculo e Belas foram os mais afectados, com ruas e estradas completamente intransitáveis, residências inundadas, bens materiais deteriorados pela água e moradores isolados. Por esse facto, um posto de comando dos serviços de protecção civil foi instalado no Zango I, coordenado pelo vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica, Agostinho da Silva, e pelo comandante provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, José Caculo.

"A comissão que foi criada está a analisar as formas mais viáveis de se dar assistência rápida aos mais afectados e, paulatina e sequencialmente, apoiar outras", disse Francisco Minguengi. A obstrução da passagem das águas com inertes e detritos está na base das inundações de algumas residências, ruas e muitas estradas. No Cazenga, o quadro provocado pela chuva era ontem desolador. Casas inundadas, ruas cobertas de lama impedem a movimentação automóvel. As áreas mais afectadas foram as do Cazenga Popular, junto ao mercado Asa Branca, Catumbela, Terra Vermelha, Mabululo, Velho Kimbundu, Vila Flor, Cah Wenda, Quinta, Sexta e Sétima Avenida.

10.4 Ó chuva por favor, não nos castigues mais

Jornal Agora

13 De Março de 2015

Texto: Ramiro Aleixo

O país está de luto. As buscas ainda não terminaram, mas tudo aponta que as chuvas torrenciais que se abateram na madrugada da passada quinta-feira sobre o litoral de Benguela causaram a morte de 64 compatriotas e de entre as vítimas, 25 são crianças.

O momento é de profunda consternação, particularmente porque, de acordo alguns relatos que nos foram chegando, nalguns casos pareceram famílias inteiras.

E, deste canto, até porque nos ligam laços de afectividade a essa pitoresca localidade, este colectivo apresenta às famílias enlutadas os seus sentimentos de profundo pesar. Do mesmo modo, coloca-se à disposição das autoridades lobitangas e não só, para o que julgarem necessário, por fazermos parte dessa onda de solidariedade que vai crescendo e que é necessária, para que se possa acudir e confortar as centenas de vítimas das enxurradas. Todos devemos fazer a nossa parte, no que for possível, uma vez que, há inúmeros desabrigados e tudo o que for possível para a satisfação de tantas necessidades, entendemos que será bem recebido por quem perdeu quase tudo (ou tudo).

Se é verdade que os efeitos da chuva podem, nalguns casos, ser minimizados, não há como travar a força da natureza. E dizem os mais-velhos que há cerca de 43 anos que não chovia assim, ou seja, desde 1972. Por isso, é desnecessário, tendo em conta alguns comentários que lemos e ouvimos, tentar encontrar culpa- dos, porque não há Nem mesmo a própria natureza ao descarregar a sua força sobre quem já não tem nada deve ser considerada culpada, visto que ela própria é a expressão da liberdade que procuramos, mas que, nalguns casos, lhe foi retirada pelo próprio homem, por necessidade, por negligência ou por

apetite exagerado, ou de luta pela sobrevivência, desde os tempos mais remotos. Esses estragos fazem parte de ciclos que se repetem a cada cinco anos, a 10 ou SO. Chega sempre o dia E foi o que aconteceu. Somente isso. Contudo, não deixa de ser perceptível ainda certa indiferença de uma boa parte de nós mesmos para com o infortúnio que se abate sobre várias famílias.

E não é só neste caso. Tem sido patente também em acidentes de viação que ceifam dezenas de vidas. Durante algum tempo até falamos nele, procura-se fazer a correção de erros, mas logo de seguida voltamos à rotina como se não tivesse ocorrido nada. Quem sabe-se a natureza não está a castigar-nos para que possamos abrir as nossas cabeças e perceber que, com o que fazemos de mal, podemos na mesma dimensão fazer o bem, começando em primeiro lugar por proteger o que é mais sagrado: a vida. Até mesmo o domador de leões sabe que envolve grande risco, por vezes incontável, colocar a cabeça na boca da fera. Isso para dizer que, independentemente das razões que servem de pretexto para a satisfação de necessidades primárias como ter residência própria, isso não tem ser feito até no meio de um rio só, porque está seco.

Essa consciência e esse espírito têm de ser passados com frequência para o cidadão e com exercício de autoridade, porque não será amanhã que todos os pobres ou necessitados terão essa questão resolvida. Há demasiados factores que interferem, mas, também, reconheçamos, o Governo não é detentor de nenhuma varinha mágica que dia para a noite transformará o que é feito em belo.

Logo, tudo começa pelo nível de consciência e de conhecimento do próprio cidadão. Elevá-la em primeiro lugar é que deve sim, estar entre as prioridades de quem governa. E oxalá, para o bem de todos a bendita chuva não castigue mais. Senão, afundamos!

10.5 A chuva miúda que se agigantou

13 De Maio de 2015

Jornal O PAÍS

Em pouco mais de três horas as águas provocaram o desabamento de casas e arrastaram e mataram mais de 60 pessoas. Alguns corpos foram encontrados a três quilómetros das suas residências.

Tudo começou às 20h30 do dia 11, nada faria pensar que aquela chuva, aparentemente miúda, aumentaria de intensidade e deixaria muitas famílias enlutadas entre os moradores do Atra, Wakongo e de outras áreas da zona alta do Lobito. Mas a tragédia aconteceu, com pessoas assistirem, impotentes, os seus ente-queridos a serem arrastados pela correnteza da água. A maior parte das pessoas demorou muito tempo até perceber a situação por que passavam, no fim, consumada a tragédia, nada mais restava que a lamentação pelas perdas irreparáveis. A O PAÍS, outras pessoas contavam assustadas: "No Wakongo, há muitos mortos, tem muita água e muita lama".

Um outro jovem, testemunha do que acontecera naquela noite, disse: "ontem transportámos 17 mortos, os bombeiros vieram mais tarde, depois de nós termos recolhido os cadáveres até às 5h"

O soba Paulo Penda confirmou à imprensa que a chuva só começou a diminuir de intensidade às zero horas. Na qualidade de autoridade tradicional andou de um lado para outro a fim de se inteirar dos danos que as águas causaram aos moradores e, para seu espanto, deu de caras com corpos espalhados no chão, provenientes da zona alta do Lobito. "Esses corpos foram recuperados, uns encontramos aqui no Kero, a volta das 3 às 4 horas da madrugada e até às 5h conseguimos recuperar o resto das pessoas. Há ainda pessoas desaparecidas, porque ainda não encontramos o lugar onde se encontram as crianças que desapareceram" disse.

Segundo o administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo, que falou à imprensa a meio da manhã, no termo da reunião da Equipa Técnica Avançada a que presidiu o vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas, Victor Moita, as quedas pluviométricas causaram, pelo menos, 47 vidas humanas, dentre as quais 24 crianças e 23 adultos, além de 28 residências destruídas (números que à noite subiriam para 63 mortos). A tragédia deveu-se, de acordo com Amaro Ricardo, à sensibilidade das zona do Senhor Pedro da Quileva, a zona alta, por ter "Uma geografia complexa com montes e vales, e, infelizmente, por razões de contexto. Ainda temos muitas casas construídas nessas linhas de água.

Os corpos até agora recolhidos foram encontrados a 2 ou 3 quilómetros da área em que habitavam, repare-se que muitos corpos foram recolhidos aqui na Estrada Nacional nº 100" pontualizou. Ao longo do dia, a principal atenção da administração local continuava virada para os mortos e na busca de pessoas desaparecidas. Sem avançar a data dos

funerais, o administrador garantiu todo apoio do Governo às famílias, a fim de "executar com dignidade o enterro das pessoas mortas, nomeadamente na logística, alimentação e urnas". A maior parte das mortes ocorreram do Morro da rádio, no bairro do Vikungo, tendo sido encontrados os corpos no bairro da Santa Cruz, no campo desportivo do Buraco.

Até ao fecho desta edição, este jornal soube de fontes da protecção Civil no Lobito que o número de vítimas mortais poderia chegar às 72, com a possibilidade de registar ainda mais, por haver muita gente desaparecida e os bombeiros debatiam-se com a falta meios para as localizar.

Para Amaro Ricardo, olhando para as causas da tragédia, por um lado existe a construção em zonas consideradas de risco e, por outro, há o chamado sistema de macro drenagem; com vários canais de escoamento das águas pluviais para a Baía do Lobito e para a contra costa da Restinga, inseridos no projecto integrado de infra-estruturas de Benguela que, todavia, "pelas razões conhecidas, o mesmo não tem estado a ser desenvolvidos na velocidade requerida e os canais não estão operacionais". "Os canais não provocaram mortos, mas provocaram muitos constrangimentos e algumas inundações, nomeadamente nos bairros mais baixos: Luz e 4 de Fevereiro, onde houve inundações".

Morgue abarrotada

A morgue do hospital do Lobito revelou-se pequena para a quantidade de corpos que chegavam. Nesta Quinta-feira assistia-se a um entra e sai bastante frenético e pouco habitual naquela área hospitalar. De acordo com o chefe da secção municipal do Lobito, Zeferino Joaquim, nas duas morgues havia 32 mortos expostos, para permitir que os familiares os identificassem e consequente serem passadas as certidões de óbito.

A meio da manhã de Quinta-feira Zeferino Joaquim admitiu a hipóteses de alguns cadáveres serem transferidos para outras localidades. "Há essa orientação de, se por acaso as morgues não suportarem, transportar corpos para outras cidades do litoral". O profissional de saúde teme que corpos não encontrados possam pôr em perigo a saúde pública, pelo que defendeu a necessidade "urgente" de se redobram os esforços no sentido de localizá-los. "Há uma orientação e neste momento, estamos a solicitar apoio das morgues da Catumbela e de Benguela.

10.6 Chuva coloca em estado de sítio moradores do Km9-A em Viana

Jornal Manchete

13 De Março de 2015

Texto: Francisco Cabila

Os moradores do bairro Km 9- A, em Viana, Luanda, ficaram sitiados no último fim-de-semana, até esta quarta-feira, 11, na sequência das chuvas que se abateram por toda Luanda.

Segundo apurou o Manchete, no local, enquanto o vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica, Agostinho da Silva, tinha montado o seu "Quartel General" no Zango, onde com os elementos dos Serviços de Protecção e Bombeiros faziam a avaliação dos danos causados pelas enxurradas, os moradores do Km 9-A clamavam por socorro, não tendo as suas vozes sido ouvidas. De acordo com as vítimas, trata-se da quarta época consecutiva que os residentes ficam sitiados, sempre que chove.

Contaram, adiante, que o assunto há muito que é do conhecimento das autoridades governamentais, tendo estas, por várias ocasiões, prometido dar solução, o que não aconteceu até agora. "O Governo Provincial de Luanda e a Administração Municipal de Viana quando postos ao corrente deste cenário calamitoso, haviam dito que as coisas deveriam ser resolvidas o mais rápido possível, pois, segundo estas instituições, haviam todas as condições criadas para o efeito mas, até agora, nem um passo foi dado neste sentido", denunciaram os moradores que, disseram, de seguida, terem já identificado o problema e a respectiva solução, faltando lhes apenas meios técnicos para a sua resolução. "A água senta nesta zona por falta de valas, mas, basta colocarem ao nosso dispor uma máquina Ríper para aprofundar em, pelo menos 40 centímetros as rua e tudo volta ao normal", advogaram.

Por outro lado, questionaram-se sobre o destino dado aos meios/equipamentos que haviam sido entregues a Administração Municipal de Viana, à semelhança dos outros municípios e distritos de Luanda, com vista à resolução de problemas do género.

Outra grande preocupação dos moradores prende-se com as crianças, que estão impossibilitadas de ir à escola. "Se nós os pais não conseguimos sair de casa, o que será das crianças?", questionou um residente, acrescentando que "desde ontem (Domingo) que entrei em casa, não consigo sair".

Para si, esta situação poderá ter contornos alarmantes, sobretudo, no que à saúde pública diz respeito. "Estamos expostos a várias doenças, com realce para as diarreicas e paludismo. A situação é de facto calamitosa e pedimos as autoridades no sentido de cumprirem com as promessas feitas para a resolução do problema".

O Manchete apurou, por outro lado que, um dos engenheiros da área técnica da Administração Municipal de Viana havia sido convidado para visitar a zona, no sentido de constatar "in loco" a veracidade dos factos, tendo este prometido solução, cuja promessa não passou disto mesmo. Recorda-se que o bairro km 9-A, está localizado depois da Zona dos Quartéis, ao lado direito quem sai de Luanda.

10.7 Chuva mata no lobito

Jornal O PAÍS

13 De Março de 2015

Texto: Zuleide de Carvalho

O país está de luto. Benguela é uma cidade em que pouco se vê de cargas pluviométricas, contudo, quando ocorrem, os seus efeitos são devastadores. a noite de 11 de Março, fortíssimas descargas de chuva inundaram o município do Lobito, causaram múltiplas mortes e infundáveis danos materiais, tornando a localidade completa e totalmente irreconhecível, não só pelo elevado nível de destruição que se constata em cada bairro, em cada casa, em cada esquina, mas, principalmente, pela tristeza, angústia, dor, desespero, sofrimento e desolação que são encontrados nos rostos e almas dos parentes das vítimas, que ficaram em vida.

A chuva começou a meio da noite e fez-se acompanhar de vigorosas rajadas de vento demolidor, essa combinação de factores resultou numa catástrofe natural que é já parte da história da província de Benguela. A configuração geográfica da cidade do Labito não joga em seu favor quando de massas chuvosas se trata, foi o que se verificou na noite da passada Quarta-feira, em que os destroços das casas derrubadas foram arrastados encosta abaixo, levando vidas, habitações e outros bens.

Por isso, o país hoje veste-se de luto!

As autoridades regionais cedo se aperceberam do desastre demolidor que assolou o município do Lobito, dentre eles, o Administrador Municipal do Labito. Amara Ricardo encontrava -se na sede da

Administração que rege às 2h da madrugada, aguardando que os demais elementos da sua gestão administrativa se lhe juntassem, o que sucedeu às 5h da manhã, para que as medidas de intervenção fossem estrategicamente elaboradas e accionadas.

Uma comissão que partiu do Governo Provincial de Benguela, dirigida por Victor Sardinha Moita, Vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas, ocupando também o cargo de Governador interino, uma vez que o Sr. Governador Provincial se encontra ausente, foi composta por diversos dirigentes, representantes das múltiplas direcções provinciais, a fim de assentarem instalações provisórias na Administração Municipal do Labito, de forma a cooperar com a equipa regional, gerida por Amara Ricardo. Postos no local, foram subdivididos em três pequenas subcomissões, uma, regida pelo Director Municipal dos Assuntos Sociais, Alberto Ngongo, encarregada de prestar apoio alimentar e material às famílias dos sinistrados, adquirir as urnas e cuidar dos demais procedimentos para possibilitar a realização dos actos fúnebres com a maior brevidade, conferindo alguma paz de espírito aos familiares arruinados; a outra, dirigida pela chefe dos Espaços Verdes, Graciosa Sequeira, foi incumbida de devolver um aspecto são à cidade, cuidando da recolha dos resíduos espalhados por toda a parte; à restante comitativa, relativa aos serviços de saúde, administrada por Dr. Zeferino, foi confiada a responsabilidade de dar o adequado e respeitoso tratamento aos cadáveres, e cuidar dos eventuais feridos.

Na morgue do Hospital Geral do Labito foi possível ter acesso à informações concretas sobre o número de vitimados mortalmente, 64, e, até ao momento, foi atendido no hospital apenas um ferido sem gravidade.

Registou-se uma larga onda de colaboração entre as administrações dos diversos bairros e a Administração Municipal, para que as primeiras se ocupassem com o registo estatístico dos dados levantados localmente, para que os remetessem à última, de forma a permitir a elaboração de um índice estatístico global dos danos sofridos em todos os bairros do município do Labito.

Segundo Eugénio Laborinho, Secretário de Estado para os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, até à data, foram contabilizadas 119 casas derrubadas, 46 casas sofreram a remoção dos tectos, por acção dos ventos fortes e quedas de água, 8 escolas foram totalmente inundadas e 1 igreja foi destruída.

No município de Benguela, no acesso para a praia da Caotinha, uma ponte desabou e os escombros arrastaram automóveis, fazendo mais do que uma

vítima mortal. No bairro Acongo, uma família inteira foi dizimada, um casal e os seus dois filhos não foram apupados pela força da chuva! Já bairro do Lira, onde se registou a morte de uma gestante de 6 meses e dos 4 filhos que com ela viviam, tendo sido derrubadas 3 casas, constatou-se alguma revolta por parte dos populares para com a nula intervenção da Administração Municipal, uma vez que é de opinião geral que os habitantes se dedicaram à limpeza da zona por conta própria, não só das suas casas, como das vias, pois, segundo constou, um dos residentes contratou os serviços prestados por dois tractores e um camião para desimpedir as vias da região, pois a acção do Governo, segundo os populares, não se fez sentir naquela zona.

10.8 Chuva tira sono às autoridades

Novo Jornal

13 De Março de 2015

A CIDADE DE LUANDA vai continuar a enfrentar os problemas de inundações enquanto chover. Admitiu, esta semana, o vice-governador para o sector técnico da Província, Agostinho Silva quando fazia balanço das últimas enxurradas que se abateram pela cidade capital.

Quatro mil e 250 residências inundadas, 137 residências desabadas, 417 famílias desalojadas e ainda a confirmação de duas mortes, são os danos provocados pelas chuvas que caíram sobre a capital do país, Segunda-Feira passada, dia 9. Os municípios de Viana Cacuaco e Belas, são as áreas mais críticas, de acordo com balanço da Comissão Provincial de Protecção Civil de Luanda.

O Vice-governador para o sector técnico, Agostinho da Silva, promete que depois das chuvas, a Comissão, dará solução definitiva aos factores que provocam tais consequências. " Queremos dar solução definitiva aos problemas, quer da construção de passagem hidráulica. Quer de desassoreamento que será feito em grande dimensão. Isto será atacado futuramente, depois das chuvas", afirmou o governante.

Agostinho da Silva disse ainda que das visitas efectuadas, após as quedas pluviométricas, a comissão de Protecção Civil de Luanda, constatou-se que as zonas mais críticas são aquelas que apresentam "grandes bacias de água e que por sua vez transbordaram.

"Estamos a falar de bacias que estão assoreadas e precisam de ser desassoreadas. Há muitas construções informais em zonas que não há acesso, onde até não possível passar as máquinas para dar resolução de limpeza a essas valas. Então, o grande objectivo da Comissão de Protecção a nível da província, com todos organismos é de criar condições para podermos resolver o problema das populações", disse o responsável.

A requalificação de bairros e municípios que capital beneficia é para o responsável do gabinete técnico provincial, uma das amostras para a melhoria da urbe Luandina.

"Os nossos municípios são canteiros de muitas obras. Vários bairros estão em requalificação, a Terra Nova, o Palanca, estamos a falar das infra-estruturas integradas de toda extensão de Viana sede. Estamos a falar do município da Quiçama. Portanto, estamos a falar de várias obras quer no domínio mani-viário, quer no domínio da construção de passagem hidráulica. Isto quer seja na periferia e não só", afirmou Agostinho da Silva.

Enquanto isso, as ruas da periferia de Luanda, apresentam-se inundadas, com casa submersas em consequência das últimas chuvas. O cenário que se repete todos anos, apesar de se assistir varias mudança na governação do palácio da Mutamba, está a deixar aborrecidos os populares aflitos.

Dona Rita moradora de Cacuaco disse estar desolada com a situação. "A minha rua está mal, está cheia de água. A pessoa não consegue ir trabalhar por causa da água, nem na escola nem nada. Toda mobília estragou", desabafou.

Para Joel Augusto do mesmo município, a situação é crítica, uma vez que "as coisas repetem-se sempre. Isto, não é de hoje, vem acontecendo sempre. Tantas inundações, os moradores estão aflitos que já não sabem, o que fazer", lamentou.

Por fim, Joana Armando, do município de Viana pelou ao governo, a dar solução "ao velho problema" das consequências das chuvas. "Estou a falar da vala de drenagem para escoar a águas das chuvas", atirou, a cidadã visivelmente aborrecida.

Soluções pontuais

Enquanto a população aguarda pela solução imediata dos problemas em época chuvosa, as administrações municipais, minimizam o sofrimento da população sinistrada com "soluções pontuais".

O administrador de Cacuaco Carlos Cavukila disse que a sua administração, esta acudir as populações com bens alimentares e promete, nos próximos dias,

distribuir lotes de terra aos populares que vivem em zonas de risco.

"Vamos conceder lotes as populações, e em acto contínuo terá de ser partir aquelas casas. Vamos dar os lotes e não vamos dar mais nada porque as pessoas sabiam que estavam a construir em zonas erradas", avisou o administrador.

Já no município de Viana, onde um total de 800 residências ficou inundada, a administração esta apoiar as famílias desalojadas com chapas, e bens alimentares, segundo revelou a imprensa, o director da unidade técnica comunitária do município, Fernando Binge que reclama da falta de meios para acudir a situação.

"Temos perto de 800 casas inundadas em vários bairros. A situação é bastante crítica. Os meios que temos são escassos. Temos uma moto-bomba - potente, temos dois tractores de sucção, o que é bastante reduzido para acudir o elevado número de inundações de casas registadas", finalizou. A.P

10.9 Chuvas semeiam' destruição e dor no Lobito

Jornal Agora

13 De Março de 2015

Texto: Ramiro Aleixo

Vão hoje a enterrar as 64 vítimas já encontradas que morreram na sequência das fortes chuvas que deixaram igualmente centenas de casas e empreendimentos inundados e destruídos. Segundo a comissão multisectorial organizada para tomar conta da situação, no período da manhã, decorrerão as exéquias das 25 crianças e, no da tarde, as dos adultos.

De acordo com informações que nos chegaram até ao fecho desta edição, os esforços para encontrar outros corpos prosseguirão hoje e nos próximos dias, já que há ainda inúmeras pessoas que não encontram nem sabem do paradeiro dos seus familiares, muitos dos quais foram arrastados nos deslizos das águas misturadas com objectos de vários tipos, particularmente lixo, que acabou por bloquear os canais de escoamento que conduzem para mar.

Conforme relatos, a maioria das vítimas mortais residia na Zona Alta da cidade do Lobito, onde a chuva deixou um rai de destruição sem precedentes, principalmente nos bairros Alto Acongo, Vicongo, Bela Vista e Novo, atingindo, nalguns casos, os três metros de altura, inundando e destruindo residências.

Em contrapartida, o administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo, deu ontem conta que, por enquanto, os dados são provisórios, já que, no lamaçal, existem pessoas eventualmente mortas e soterradas, o que poderá ainda aumentar o número de vítimas nas próximas horas.

O administrador salientou que a comissão criada pelo Governo de Benguela, que integra a Protecção Civil, Região Naval Sul das FAA, está a trabalhar no sentido de identificar, o mais rápido possível, não só as pessoas que eventualmente estejam desaparecidas, mas também as casas desabadas.

Reconheceu ser prioridade identificar cidadãos que, eventualmente, estejam mortos e soterrados num conjunto de lixo e lama que vieram da parte alta da cidade para a baixa.

"Este trabalho requer paciência", como explicou Amaro Ricardo, para quem o número de casas ainda é indeterminado, e, à medida que o tempo passa, outras irão desabar.

Amaro Ricardo considerou, igualmente, que a questão de saúde pública ocupa lugar de primazia no plano da comissão de intervenção, de modo a atender rápido ao enterro digno das vítimas.

Avançou que a quantidade de cadáveres está aquém da capacidade do Lobito, por isso os corpos foram distribuídos por outras morgues dos municípios vizinhos: Benguela e Catumbela.

Os bairros mais afectados são Liro, Santa Cruz, Canata, Zona Comercial, Bairro Novo, Lixeira e Alto Acongo.

As informações que nos chegam dão, igualmente, conta que ocorreram outras situações na província de Benguela. No município-sede, a chuva provocou um morto e igual número em Caimbambo, neste último, por descarga eléctrica enquanto chovia.

Recordamos que os Serviços de Protecção Civil instalaram, há cerca de quatro anos, nas duas principais cidades do litoral benguelense, sistemas modernos de alerta, que não terá funcionado neste caso.

O Agora soube também que as FM já começaram por movimentar meios da Base Naval Sul e do

Comando da Região Militar, para auxiliar no que for possível.

Numa comunicação chegada ontem ao fim da manhã à nossa redacção, quando não se tinha realizado ainda a última reunião de balanço da comissão multisectorial, a Casa Civil do Presidente da República dá conta que "José Eduardo dos Santos tomou conhecimento com bastante preocupação e tristeza da situação ocorrida na província de Benguela, em virtude das fortes chuvas" que provocaram inúmeros mortos e avultados danos materiais.

De acordo com a nota, "o Presidente da de Benguela, no sentido de adoptar medidas consentâneas com este momento difícil, principalmente de apoio material e moral às famílias desalojadas e afectadas pelo desaparecimento dos seus entes queridos, e também de protecção civil, de forma a minimizar os prejuízos sofridos".

A terminar, a nota refere que "o Presidente da República se solidariza com todas as famílias enlutadas, às quais apresenta as mais sentidas condolências".

Onda de solidariedade. Em contrapartida um pouco por todo o lado vai crescendo a onda de solidariedade para com as vítimas das chuvas de Benguela. Há já várias iniciativas de empresas e de pessoas singulares, solicitando contribuições de bens alimentares, roupas e utensílios de primeira necessidade, que se juntam aos esforços do Governo Central e local.

Um dos meios utilizados para disseminar a informação tem sido o Facebook. Alguns dos contactos fornecidos pelos promotores são: 9232214849 - 923654545 -923794479 e 924070709, e deixam claro que não "aceitam valores monetários.

Noutra nota chegada ao nosso conhecimento, a ministra do Ambiente, Fátima Jardim apela para o espírito de solidariedade empresários, da sociedade, em geral, e países desenvolvidos, no sentido de juntar, esforços para minimizar os danos causal às famílias enlutadas.

A cidade do Lobito está situada a 30 quilómetros do Noroeste de Benguela, sede provincial, e tem nove zonas administrativas além das comunas da Canjala e do Egij Praia, localizadas no interior.

10.10 Enxurrada vitima três pessoas em Luanda

Jornal O PAÍS

13 De Março de 2015

Texto: Afrodite Zumba

Os destroços de chapas entre os blocos espalha-os pelo chão lembram a tragédia que assolou a noite de Segunda-feira, o bairro dos "Bois" em Kalatomana, no município de Cacucaco.

A chuva que caiu, horas a fio, em Luanda, devastou os muros que cercavam o casebre de chapa, que servia de abrigo para a família da pequena Cristina Makandala.

A mãe, Benvinda Teresa, de 26 anos, residente na zona há mais de dois anos, em declarações a O PAÍS, narrou com tristeza os minutos que antecederam ao desastre.

Segundo explicou, a precipitação teve início às 17 horas, período em que se encontrava no interior da sua casa de chapas, vulgo "bate-chapa", situada por de trás da residência de blocos do seu sogro.

A nossa entrevistada disse que no momento, fazia-se acompanhar dos seus cinco filhos, Lúcia de 10 anos, Michele de seis anos, a pequena Mica de quatro anos, Márcia de dois anos e oito meses bem como a vítima de três meses.

Acrescentou dizendo que estava a embalar o iogurte que a mesma confecciona para comercializar e garantir os 1500 kwanzas que ganha diariamente para o auxílio do rendimento da sua família, tendo a pequena ao colo.

Disse ainda que ao se aperceber que a mesma adormecera, colocou-a na cama, de modo a dar sequência às actividades com mais dinamismo, uma vez que os outros filhos também já se encontravam acomodados.

"Baixei para contar os iogurtes já embalados, quando de repente, senti algo que caiu por cima de mim. Perdi os sentidos por alguns minutos, tão logo despertei, gritei por socorro", lembrou.

Salientou também que prontamente os seus familiares e vizinhos atenderam o seu pedido, removeram os destroços para efectuarem o resgate dos mesmos, visto que estavam presos sem ter como saírem.

A progenitora realçou que pelas circunstâncias, não acreditava que os seus filhos pudessem sobreviver ao desabamento, mas surpreendeu-se ao ver os quatro pequenos salvos, apesar de a recém-nascida ter perdido a vida no momento.

De acordo com Benvinda Teresa, as vizinhas ao fazerem o resgate de Cristina Makandala, logo constataram que a mesma já havia falecido. " Com a precipitação, sem transporte pessoal, não tivemos como sair de casa para levá-la ao hospital bem como às autoridades competentes, para os devidos procedimentos".

O chefe de família Luvumbo Mateus, de 35 anos, funcionário da empresa de segurança privada não se fazia presente em casa, pois passara à noite prestando serviços, tal como fez saber a sua esposa.

A mãe frisou também que por falta de electricidade no bairro já há dois dias, o seu companheiro não se fazia acompanhar do telemóvel e por conseguinte ficou privado de comunicações.

Proseguiu dizendo que na manhã de terça-feira, 10, levaram o corpo da sua filha à morgue de Caxito, alegando ser a mais próximo de casa, uma vez que a chuva deixara as ruas intransitáveis.

Benvinda Teresa esclareceu também que os representantes da Direcção Nacional de Investigação Criminal, DNIC repreenderam a atitude da família, pois que não deram a conhecer às autoridades o infortúnio em questão, levando o corpo da menor sem prévia autorização.

"Foi a DNIC que fez a transferência do cadáver da morgue de Caxito para a gaveta cinco do hospital Josina Machel", destacou.

Por sua vez, Lúcia Makandala de 10 anos, estudante do ensino primário, ao confirmar os relatos de sua mãe, acrescentou que "a estante caiu por cima da sua irmã Cristina Makandala".

O Porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, SPCB, Faustino Miguens, em depoimentos a O PAÍS disse que o organismo que representa registou também a morte de uma criança de 10 anos no município da Kissama e de um indivíduo do sexo masculino, de 35 anos no município de Viana.

E as roupas dos meus filhos. Graças a Deus estamos vivos. Neste momento não tenho lágrimas para chorar. Estou a depender da ajuda dos meus vizinhos que trouxeram-nos um colchão onde dormimos", lamentou.

10.11 GPL e SPCB saem em socorro

Jornal Manchete

13 De Março de 2015

Sobre as consequências das últimas chuvas que caíram em Luanda, não nos devemos apegar apenas ao bairro Km9-A uma vez que dados oficiais, dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, dão conta de que 425 residências foram inundadas, 177 desabaram, obrigando ao desalojamento de 800 famílias. Os municípios de Viana, Cazenga, Cacuco e Belas foram os mais afectados, com ruas e estradas completamente intransitáveis, residências inundadas, bens materiais deteriorados pela água e moradores impossibilitados de se deslocar.

Preocupadas com a situação reinante, as autoridades governamentais, através do GPL e os SPCB deslocaram nesta quarta-feira, 11, ao Zango I, onde está montado o "Quartel-General" para acolher as vítimas, tendo distribuído bens materiais e alimentares.

A delegação governamental foi encabeçada pelo secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho.

Na terça-feira, no entanto, a comissão criada para o efeito começou por analisar as formas mais viáveis de se dar assistência rápida aos mais afectados e paulatina e sequencialmente apoiarem outras.

Entrevistado pelo Jornal de Angola, o vice-governador de Luanda para a Área Técnica, Agostinho da Silva, disse que as ruas e estradas inundadas, estão já a beneficiar de trabalhos que visam o escoamento das águas, bem como à reparação dos pavimentos.

10.12 PR orienta "medidas consentâneas"

Novo Jornal

13 De Março de 2015

O CHEFE DO EXECUTIVO angolano, José

Eduardo dos Santos, orientou ontem, em Luanda, o governo da província de Benguela, para "tomar medidas consentâneas", em consequência das fortes chuvas que causaram a morte de 63 pessoas.

José Eduardo dos Santos recomendou a criação de condições para o apoio material e moral às famílias desalojadas e afectadas pelo desaparecimento dos seus entes queridos.

As medidas consentâneas, de acordo com a nota da Presidência da República, devem ser extensivas à

protecção civil, por forma a minimizar os prejuízos sofridos.

O Presidente da República solidariza-se com todas as famílias enlutadas, às quais endereçou as mais sentidas condolências.

Várias pessoas ainda estão desaparecidas e muitas ficaram sem abrigo, na sequência dessas chuvas.

Na quarta-feira, pelo menos 47 morreram de acordo com o balanço provisório de fortes chuvas sobre o município do Lobito, província de Benguela.

Segundo o governador em exercício da província de Benguela, Vítor Moita, a chuva que começou por volta das 21 horas de quarta-feira, matou 24 crianças e 23 adultos, no município do Lobito.

Vítor Moita informou ainda que também em Benguela uma pessoa morreu em consequência da chuva e igual número no município de Caimbambo, o que perfaz um total de 49 mortos devido às fortes enxurradas.

O responsável adiantou que continuam as operações no terreno para o levantamento dos estragos, o que já permitiu o registo da destruição de 28 residências.

O governante angolano adiantou ainda que o incidente ocorreu numa zona de risco onde as populações construíram as suas residências, causando a tragédia.

Vítor Moita referiu que há mais de dez anos o governo provincial de Benguela leva a cabo um plano de retirada da população das zonas de risco para áreas de maior segurança.

"Este ano fizemos a entrega no Lobito de seis mil lotes em áreas seguras para a construção de casas", disse o responsável em declarações à rádio estatal angolana.

Por sua vez, o Secretário de Estado para área de Protecção Civil e Bombeiros do Ministério do Interior de Angola, Eugénio Laborinho, disse que a situação está a ser acompanhada a nível central.

"Estamos a monitorizar à distância.

Temos no nosso controlo 47 mortos, continua o balanço e há tendência a subir", referiu o governante.

De acordo com Eugénio Laborinho, a intervenção ainda é local, mas foram já mobilizados meios alimentares e não alimentares para fazer face à situação.

"A comissão provincial já reuniu, já mobilizaram os parceiros, empresas privadas para a obtenção de basculantes, retroscavadoras para fazer a intervenção nas áreas e também o apoio psicossocial às famílias, o fornecimento de urnas e alimentação", disse.

A partir de Luanda, a comissão nacional do serviço de protecção civil e bombeiros já mobilizou algumas toneladas de arroz, óleo, caixas de sardinha, toneladas de farinha de milho, feijão, 2.000 chapas, tendas, cobertores e quites de sobrevivência.

"Estamos a acompanhar a situação e estamos a preparar condições para um grupo técnico, chefiado por mim, para avançar para Benguela, para melhor verificar a situação e tomar medidas", frisou Eugénio Laborinho.

10.13 Chuvas em Luanda impedem travessia

Jornal de Angola
14 de Março de 2015

O chefe da unidade técnica do Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda, Júlio Raimundo, pediu aos munícipes para evitarem a travessia nas pontes do Balumuka e Catinton em período chuvoso.

Júlio Raimundo explicou que devido às grandes correntezas que se registam no local durante as chuvas, torna-se muito perigosa a travessia nessas pontes, devido ao transbordo da água.

Disse que a ponte do Balumuka encontra-se parcialmente destruída há algum tempo, tendo os moradores dos arredores do Cassequel e do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi colocado algumas chapas com vista a facilitar a sua circulação.

10.14 Chuva inunda lobito de aflição

Jornal A Capital
14 De Março de 2015
Texto: Marcos António

Texto: Santa Cruz, um dos bairros encravados entre Lobito e Catumbela, funcionou, quinta-feira última, 12, como uma paragem obrigatória para quem deixava Benguela em direcção à cidade portuária,

assolada pela tragédia que resultou em mais de 63 mortos, entre os quais inúmeras crianças.

Para lá, bem nas imediações do estádio do Buraco, acorriam centenas de cidadãos preocupados com os estragos provocados pelas chuvas que caíram um dia antes, tal como documentam as imagens que exibimos. Até chegar ao local de convergência, a nossa reportagem foi, se quisermos, avisada para o cenário que encontraria, ao testemunhar o rasto de destruição patente nos cerca de 25 quilómetros percorridos.

À saída de Benguela, ainda antes de ter constatado as infra-estruturas parcialmente quebradas, sobretudo no perímetro do Pólo Industrial da Catumbela, e muito lixo na via pública, tomava conhecimento da morte de uma cidadã na Caota, arredores das Acácias Rubras, e da destruição da passagem hidráulica que ligava a pequena localidade à capital da província.

Era, sem dúvida, o prenúncio de um cenário bem mais desolador, traduzido, como se sabe, na morte de dezenas de pessoas arrastadas das chamadas zonas de risco do Lobito para a parte baixa. As chuvas destroçaram a zona alta do Lobito, provocando centenas de desalojados, agora à espera de alternativas à destruição das suas moradias.

Perante a dor de familiares das vítimas, o soba do Wacongo, Pedro Penda, dizia a efectivos dos Serviços de Protecção Civil que tinha participado em buscas que permitiram remover cerca de trinta corpos até às primeiras horas da manhã. O senhor Penda preferia não acreditar, daí os constantes solavancos no seu discurso, mas não teve como fugir da real.

Afinal, tinha acabado de participar numa operação de quase cinco horas, que teve início à meia-noite, com as fortes chuvas transformadas já em pequenas pingas. As pessoas foram arrastadas do Alto Esperança, do Bairro Novo e do Wacanga para valas e para junto de uma escola primária e do super mercado Kero, que teve as portas fechadas devido à calamidade.

"Existem ainda muitas pessoas desaparecidas. A chuva, senhores jornalistas, começou a cair por volta das 21 horas, tendo normalizado no início da madrugada", contou o soba, pouco antes de ter avançado para a procura de duas crianças. Dirigente do Wacongo, Paulo Penda disse que o espírito' de irmandade e de liderança determinou a sua 'aventura', realizada nas vestes de pai e de ser humano.

Enquanto nos preparávamos para uma viagem em direcção a outros pontos críticos, ouvíamos a revolta de jovens ali concentrados, muitos deles empenhados

na recolha de cadáveres, motivada por uma pretensa passividade de oficiais do Copo de e Bombeiros.

Depois de terem retirado um total de 17 cadáveres, eles lamentavam o facto de não se ter verificado efectivos em zonas onde se supunha existir perigo. Daí que, O ironicamente, foram reclamando emprego no Serviço de Protecção Civil, uma vez que funcionários deste organismo, pagos para missões de salvamento, pouco ou nada faziam para justificar a remuneração que recebiam.

Apesar do convite, os efectivos presentes no bairro Santa Cruz não quiseram prestar declarações ao nosso jornal.

Casa mortuária rebenta pelas costuras

A meio da manhã, com o sol a dar o ar da sua graça, chegávamos à casa mortuária do Hospital Regional do Lobito, vencida que estava a batalha do engarrafamento que naquela altura ia tomando conta da cidade.

Gritos de dor, lágrimas e desespero eram, sem surpresa nenhuma, mais do que evidentes. Todos queriam identificar familiares desaparecidos. Apesar do corre-corre, o chefe da Secção Municipal de Saúde, Dr. Zeferino Joaquim, teve tempo para explicar que existiam já 32 cadáveres, que sobrelotavam as 17 morgues existentes. "A situação torna-se bem mais preocupante porque o número deve aumentar a qualquer momento", salientava o responsável, que tratou de apelar à celeridade na hora da identificação de cadáveres para a emissão de certidões de óbito.

De acordo com Zeferino Joaquim, o quadro do momento, verificado quando se estava muito longe dos 62 mortos anunciados na altura em que fechávamos esta edição, condicionava a conservação dos corpos.

Rendido às evidências, disse que seria necessária a trasladação de corpos para as morgues da Catumbela, da Graça e de Benguela.

"Pedimos que os familiares localizem as vítimas", reafirmou, ciente de que o Hospital deveria se manter o contacto com as equipas que trabalhavam no terreno. 'Há casas sobre linhas de água', diz administrador na hora do anúncio da criação de uma comissão governamental para a gestão da crise, logo à saída de uma reunião com o vice-governador Vítor Sardinha Moita, o administrador do Lobito falava em 28 casas destruídas, com as pessoas desalojadas à espera da mão caridosa das autoridades.

Os números, sabendo-se que é preciso rezar aí para que os próximos dias sejam de trégua, parecem irrelevantes quando analisado o cerne do discurso de Amaro Ricardo Segunda.

O administrador assinala que toda a zona alta, bastante sensível, tem uma geografia complexa, com montes e valas. "Temos casas construídas sobre linhas de água", reforça o dirigente, que recorda a 'viagem' de 2 ou 3 quilómetros - feita pelos corpos até à estrada nacional nº 100, entre a Catumbela e o Lobito.

Acrescentou que existem centenas de casas em linhas de água localizadas na Santa Cruz, onde teve início a nossa incursão, e advertiu que estes acidentes geográficos são rios secos que parecem seguros enquanto não chove.

Lançados estes elementos, o administrador municipal fez saber que o momento é de preocupação face aos desaparecidos, provavelmente soterrados pela lama, e garantiu que a equipa do Governo vai providenciar a logística (alimentação, transporte e umas) para a realização das exéquias fúnebres.

Governo submerso numa 'chuva de críticas'

O administrador do Lobito colocou o acento tónico no que considera ser a problemática da construção em zonas de risco, num pronunciamento feito já depois de alguns analistas, entre os quais o jurista Branco Lima e o jornalista Jaime Azuly, terem questionado a fiscalização do Governo ao longo de vários anos.

Analisando as coisas por este prisma, não há como ignorar as advertências que vinham sendo feitas pelo arquitecto Felisberto Amado, que voltou, em declarações ao A Capital, a tecer críticas à actuação das autoridades.

Com as cidades do Lobito e de Benguela no centro das atenções, o professor universitário foi peremptório em afirmar que a fiscalização tem vindo a falhar. Mais do que isto, e numa perspectiva mais política, lembrou que um determinado povo dá o voto de confiança a dirigentes que julgam capazes de satisfazer os seus anseios. Ao transferir esta máxima para o assunto em causa, afirmou, também de forma contundente, que as autoridades perderam o desafio da criação de infra-estruturas que possam resistir a intempéries.

Na óptica de Felisberto Amado, insistir na questão de construções em linhas de água é, como se diz, 'sacudir 'a água do capote'.

Situações ocorridas há poucos anos levam o académico a acreditar num Executivo passivo daqui a algum tempo, ignorando a necessidade de uma forte aposta na criação de urbanizações com equipamentos que garantam segurança e comodidade.

Amado, antigo quadro das Obras Públicas, considera haver uma nítida impressão de que os responsáveis das Administrações Municipais trabalham para satisfazer quem os nomeia, passando ao lado dos problemas do povo.

"Tudo isto porque ainda não temos as autarquias, não existem dúvidas. Os administradores devem começar a ser eleitos", sustentou, para mais adiante, em jeito de remate, realçar que a população deve rezar para não chover.

Marcha-atrás na história calamitosa

Diz quem sabe, salvaguardando as devidas diferenças, que esta tragédia, a maior dos últimos anos, pode ser equiparada a uma outra, ocorrida em 1972, quando o governo colonial proibiu a construção em zonas onde se pode, hoje, verificar centenas de moradias.

Este dado, muito evocado durante as discussões sobre o assunto actual, serve de mote para, em jeito de memórias, recuarmos até aos maiores estragos que a acção das chuvas já provocou em Angola.

Ao que tudo indica, este caso de Lobito, na província de Benguela, corresponde ao maior número de mortes como consequência de fortes chuvas registadas em Angola do pós-independência. A Terra das Acácias Rubras é, habitualmente, confrontada com algumas enchentes, tendo como caso mais conhecido a do rio Cuporolo, resultando em milhares de desalojados, sem que, todavia, houvesse um rasto tão grande de mortos.

Tão pouco as enchentes do rio Kwanza, na província do Kwanza Norte, na vila do Dondo fizeram semelhante número de vítimas. Mais próximo da tragédia actual, foi a de 2007, na província de Luanda, quando as fortes chuvas que se abateram sobre a capital do país fizeram 34 mortos, tratando-se de populares que residiam em zonas de risco no município de Cacuaco.

Em 2011, a chuva voltou a ser letal em Luanda, levando a morte a 11 pessoas em várias partes da cidade. Em 2014, foi a vez da província do Moxico sofrer com as enxurradas que mataram seis pessoas e deixaram outras 400 desalojadas.

Do Huambo, surgiam informações que apontavam

para cinco mortos, mais de 1100 casas destruídas e 8500 desalojados, em Abril do recuado ano de 2013.

Executivo em Benguela

Sob o fecho da presente edição, o semanário A Capital soube que os ministros da Administração do Território, Bornito de Sousa, e da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumwa, deslocaram-se sexta-feira, 13, a Benguela, para constatar o grau de destruição e traçar estratégia para minimizar os respectivos efeitos.

Soube-se, por outro lado, que a Casa Civil informou que o Presidente José Eduardo dos Santos tomou conhecimento com bastante preocupação e tristeza da situação ocorrida na província de Benguela, em virtude das fortes chuvas que provocaram dezenas de mortos e avultados danos materiais. Várias pessoas ainda estão desaparecidas e muitas ficaram sem abrigo.

O Presidente da República instruiu Governo Provincial de Benguela no sentido de adoptar medidas consentâneas com esse momento difícil, principalmente de apoio material e moral às famílias desalojadas e afectadas pelo desaparecimento dos seus ente queridos, e também de protecção civil, por forma a minimizar os prejuízos sofridos.

O Presidente da República, segundo a nota, solidariza-se com todas as famílias enlutadas, às quais apresenta as mais sentidas condolências.

10.15 Chuvas causam quase 70 mortos

Semanário Angolense
14 De Março de 2015

Um balanço provisório obtido à hora do fecho desta edição, na noite de quinta-feira, 12, apontava para sessenta mortos e mais de uma centena de feridos como resultado das enxurradas registadas na véspera na cidade portuária do Lobito.

Uma fonte afecta ao Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) revelou que o número de vítimas mortais podia ascender a mais de uma centena, já que muitos cadáveres se encontravam soterrados na lama ou sob os escombros das casas destruídas pelas fortes correntes das águas pluviais.

«À medida que o tempo vai passando, temos estado a encontrar mais cadáveres, sobretudo de crianças. Há um número considerável de desaparecidos»,

adicionou a fonte do SA, que falava ao telefone, com a voz embargada.

Circulavam notícias de que alguns corpos teriam sido arrastados pela força das águas em direcção ao mar.

Este jornal apurou que muitos dos corpos encontrados sem vida estavam a ser levados para as morgues da cidade de Benguela e da Catumbela devido às limitações de conservação de cadáveres no Lobito.

Os bairros São João, Alto Acongo, Lixeira, Canata e Novo tinham sido os mais fustigados pelas águas chuvas, que, à sua passagem, foram destruindo casas, levando pessoas, e animais domésticos e lixo.

Na quinta-feira, o administrador municipal Lobito, Amaro Ricardo admitiu num contacto com a imprensa que muitas pessoas se encontravam ainda no lamaçal. «Há pessoas eventualmente, mortas e soterradas, o que poderá ainda aumentar o número de vítimas nas próximas horas», revelou.

Deu a conhecer a existência de uma comissão que tinha sido criada pelo governo de Benguela, e que integrava elementos de Protecção Civil e Bombeiros e da Região Naval Sul das FAA.

Segundo o edil municipal, a comissão está a «trabalhar no sentido de identificar o mais rápido possível não só as pessoas que, eventualmente, estejam desaparecidas, mas também as casas desabadas».

«Este trabalho requer alguma paciência», como explicou Amaro Ricardo, para quem o número de casas ainda é indeterminado e à medida que o tempo passa outras irão desabar.

Segundo ele, a comissão deve agir com alguma celeridade em relação aos cadáveres espalhados pelas ruas, de forma a evitar a emergência de surtos epidémicos.

10.16 Chuvas da desgraça

Semanário Angolense
14 De Março de 2015

Luanda voltou a mergulhar no caos em consequência das últimas enxurradas que se abateram sobre a cidade capital, e que, segundo dados oficiais disponíveis, causaram dois mortos, destruíram milhares de residências e tornaram centenas de ruas e avenidas intransitáveis.

As imagens de casas em escombros, de populares atirados ao relento, montanhas de lixo a céu aberto, árvores vergadas à força das águas; bairros e ruas completamente inundados, viaturas imobilizadas em águas imundas e na lama remeteram os luandenses para um passado recente de triste memória.

As enxurradas trouxeram novamente à superfície as debilidades das infra-estruturas de uma cidade que quase se desfaz como se de um castelo de cartas se tratasse, à mínima chuva, e que necessita urgentemente de encontrar soluções para minimizar os efeitos dessas calamidades naturais.

Apesar de alguns esforços do Executivo, no sentido de inverter a situação, com a construção de valas de drenagem e esgotos, os resultados tardam a aparecer e o calvário parece não ter um fim à vista, pelo menos, a curto ou médio prazo.

Uma das causas que têm contribuído para o agravamento da situação deve-se, em grande parte, ao atraso crónico que se regista na conclusão de algumas obras públicas destinadas ao escoamento das águas, assim como de algumas vias de circulação e esgotos que já deveriam estar prontas há «séculos».

As culpas pelo estado calamitoso da cidade não devem, no entanto, ser assacadas apenas ao Executivo, mas também à sua população, que, por falta de civismo e urbanidade, transformou os canais de escoamento em depósitos de resíduos sólidos, a ponto de impedir o livre curso das águas pluviais e residuais.

As últimas enxurradas colocaram a descoberto as vulnerabilidades de algumas vias executadas às pressas, mais concretamente as estradas do Camama, do Lar do Patriota e da «ponte molhada», cujas obras foram feitas no âmbito do Campeonato Africano das Nações (CAN), que Angola acolhera em 2010.

Como resultado de políticas mal concebidas ou de decisões tomadas em cima do joelho, milhares de luandenses, que residem nos municípios de Belas, Viana e Cacuaco, tiveram de enfrentar engarrafamentos infernais, para chegar ao centro da cidade ou casa, em sentido inverso, nestes vaivéns.

Diante do cenário dramático que Luanda viveu, foi notória a ausência ou a deficiente intervenção das administrações municipais e comunais, no sentido de resolver questões básicas dos aflitos, tais como a sucção de água ou de terraplanagem das vias danificadas pelas chuvas.

Durante as várias horas que as chuvas caíram sobre a cidade, não se verificou a presença nas ruas de efectivos e de meios do corpo do Serviço de

Protecção Civil e Bombeiros para acudir aos sinistrados, como se eles estivessem em cima do muro à espera para, depois aparecerem a fim de contar os cadáveres...

Daí que soa ao ridículo, os conselhos que esta instituição dirigiu aos cidadãos nos dias subsequentes às enxurradas, ou seja, depois de as «águas serenarem» para que eles evitassem abrigar-se debaixo das árvores, postes de energia eléctrica ou falarem ao telefone.

O cenário dramático que se viveu nestes dias poderá constituir um sério aviso à navegação, um sinal de que a situação poderá agravar-se dentro das próximas semanas, tendo em conta que Abril é considerado como o mês das «chuvas mil». Há que fazer qualquer coisa, antes que seja tarde.

10.17 Lições a extrair da tragédia do Lobito

Semanário Angolense
14 De Março de 2015

Corno várias pessoas na diáspora angolana, o meu pensamento está nas famílias em Benguela abaladas pela tragédia das chuvas, que, ao momento que estou a escrever, já resultou na morte de 60 pessoas, uma boa parte delas crianças. As fotos que nos chegam de lá são horríveis. Os momentos de tragédia e dor são também oportunos para uma profunda introspecção.

O Lobito figura fugazmente nas memórias da minha infância. A minha falecida irmã, Fernanda Chimbili, e o seu esposo, o Mano Justo, ainda no tempo colonial, viviam no Alto Liro. Lembro-me da viagem do Huambo ao Lobito, num comboio do CFB, com a minha mãe. Quando chegamos à Catumbela, o comboio foi invadido pelo cheiro da cana-de-açúcar que estava a ser queimada numa plantação. Lembro-me que da nossa casa se via os barcos no porto. A minha irmã e o seu marido tinham uma vida social muito activa. Lembro-me de ter ido com eles para a famosa Igreja Evangélica da Canata. Nas minhas memórias do Lobito figuram também várias festas e casamentos.

Na Zâmbia, onde passei parte da minha infância, havia os manos do Lobito que falavam da sua cidade como se fosse uma Hollywood. Lembro-me tão bem dos manos a falarem do bairro Compão, onde vivia a elite que trabalhava no CFB, que produzia, segundo eles, as mulheres mais lindas no mundo. O Mano

Lito então fechava os olhos, beijava os dedos e lançava o beijo a Oeste em direcção ao Lobito. Havia até um mano que gostava muito de fado da música fado e dos Lusíadas; ele recitava versos e cantava o fado com o Lobito na sua mente. Sempre houve, em mim, uma parte que viu o Lobito como uma cidade muito romântica, cheia de mistérios.

Durante as eleições de 2008, surgiu por lá o Dr. Jorge Valentim, cujas efusões contra a UNITA eram emitidas ao vivo, pela RNA, a partir da casa onde ele nasceu, na Canata. Então, ele dizia que a UNITA não iria ter nenhum voto. Foi da Canata, nos anos cinquenta, que muitos nacionalistas partiram para o exterior. Lembro-me de um almoço na capital da Costa do Marfim, Abidjan, em que o falecido [João Marques Kakumba, o grande diplomata da UNITA, que era nativo da Catumbela, nos falava do Lobito da sua infância; dos barcos que lá escalavam e do intercâmbio entre os indígenas e marinheiros vindos de outras partes do mundo. O Lobito foi sempre, para mim, um local com uma história riquíssima.

No Lobito da minha infância, a miséria e o desespero já estavam patentes. Em frente da nossa casa, havia bairros com casas construídas precariamente na encosta.

Para alguém habituado à vastidão do Planalto Central, onde andávamos de bicicleta e jogávamos ao futebol, havia partes que pareciam ser terreno fraco e cheíssima de gente. Ultimamente, a situação deve ter piorado. Por causa da guerra, muitos cidadãos do interior refugiaram-se no litoral; Benguela, Catumbela e Lobito devem figurar hoje na lista de localidades angolanas com um número de habitantes elevado.

Infelizmente, há uns tempos, não tive a oportunidade de conhecer bem a região em questão. Porém, há na YouTube vários cliques sobre Lobito e Benguela onde se vê a arquitectura, bastante arrojada, do tempo colonial. Muitos destes cliques são obviamente de gente que vê o Lobito e Benguela do tempo colonial com um certo saudosismo, como os manos com quem cresci na Zâmbia. Mas há também outros cliques que mostram as novas construções - algumas delas parecendo caixas autênticas, num sinal de que os seus construtores darão pouca importância à estética.

Segundo os cliques na YouTube, a vida nos bairros da periferia do Lobito é péssima. Nestes cliques, vemos estradas, agora sem alcatrão, cheias de buracos que ajudam na drenagem da água vinda das casas. Vê-se, nos cliques, que o sistema de saneamento básico em muitas áreas já não funciona. Aí não há árvores, jardins ou campos de jogos para as crianças. Os kupapatas parecem estar em todo lado. Não é nada

surpreendente que as" chuvas tenham resultado na morte de tanta gente.

Uma pergunta chave que deve se fazer é se as autoridades locais estavam preparadas para enfrentar este desastre. E será que as autoridades em várias outras cidades angolanas se preparam para enfrentar com firmeza calamidades do género?

Uma das coisas que deveríamos aprender dos americanos, em cujo país ocorrem muitas catástrofes naturais, é a importância que eles dão a isso é a prontidão com que mitigam os seus efeitos. Até hoje, aqui nos Estados Unidos, o debate sobre a forma muito inapta como a administração de George Bush reagiu ao furacão Katrina está a ser analisada seriamente. A falta de coordenação entre as várias entidades e órgãos que deviam assistir os habitantes de Nova Orleans é citada como uma das razões que prejudicou o processo de ajuda. Qual será a lição que as autoridades angolanas vão retirar desta tragédia no Lobito?

Depois há mesmo a questão de ajudar as vítimas da catástrofe. Será que os nossos enfermeiros estão mesmo a altura? A chuva arrastou consigo lama e muitas outras coisas -- incluindo corpos humanos. Temos aqui uma questão de saúde pública. Muita gente ficou sem abrigo. Lembro-me que depois do terramoto no Haiti em 2010, se construiu campos de acolhimento que tiveram consequências inesperadas - abuso sexual a senhoras. Bandos de criminosos começaram a retirar vantagem da anarquia instalada para abusarem dos mais fracos. Até a comida que vinha de fora acabava no mercado negro local.

Como já disse, esta tragédia no Lobito deveria nos fazer reflectir. Todos ficamos animados com a chegada do comboio do CFB ao Luau. Agora, o Porto do Lobito, um dos melhores no continente africano, poderá entrar seriamente em acção. Isto vai gerar muito emprego. Na gestão de calamidades, a última parte tem sempre sido a normalização da vida das vítimas. Não será esta uma oportunidade para descongestionar o Lobito? O CFB não poderá, por exemplo, transferir certas operações para o Huambo, Cuito e Luena?

E no plano do próprio desenvolvimento de Benguela, não deveria o governo promover seriamente o turismo? Benguela e Lobito possuem ainda lindíssimas praias. Deveríamos também ter uma outra atitude em relação à herança lusa. Maputo é muitas vezes apresentada ao mundo como o local onde as culturas do Leste da Europa se misturaram para produzir a grande culinária que atrai muitos turistas. Como está o hotel Polana do Lobito ou Benguela?

Geridas com seriedade, vejo no Lobito e Benguela localidades de referência no continente africano. Há na Zâmbia e no Congo gente com dólares para gastar que gostariam de viajar e sonhar. Lobito e Benguela poderiam prosperar na venda destes sonhos. Mas para isto se concretizar, vamos ter que aprender seriamente as lições do passado incluído desta tragédia que entristeceu muito boa gente.

10.18 Lições a extrair da tragédia do Lobito

Semanário Angolense
14 De Março de 2015

Corno várias pessoas na diáspora angolana, o meu pensamento está nas famílias em Benguela abaladas pela tragédia das chuvas, que, ao momento que estou a escrever, já resultou na morte de 60 pessoas, uma boa parte delas crianças. As fotos que nos chegam de lá são horríveis. Os momentos de tragédia e dor são também oportunos para uma profunda introspecção.

O Lobito figura fugazmente nas memórias da minha infância. A minha falecida irmã, Fernanda Chimbili, e o seu esposo, o Mano Justo, ainda no tempo colonial, viviam no Alto Liro. Lembro-me da viagem do Huambo ao Lobito, num comboio do CFB, com a minha mãe. Quando chegamos à Catumbela, o comboio foi invadido pelo cheiro da cana-de-açúcar que estava a ser queimada numa plantação. Lembro-me que da nossa casa se via os barcos no porto. A minha irmã e o seu marido tinham uma vida social muito activa. Lembro-me de ter ido com eles para a famosa Igreja Evangélica da Canata. Nas minhas memórias do Lobito figuram também várias festas e casamentos.

Na Zâmbia, onde passei parte da minha infância, havia os manos do Lobito que falavam da sua cidade como se fosse uma Hollywood. Lembro-me tão bem dos manos a falarem do bairro Compão, onde vivia a elite que trabalhava no CFB, que produzia, segundo eles, as mulheres mais lindas no mundo. O Mano Lito então fechava os olhos, beijava os dedos e lançava o beijo a Oeste em direcção ao Lobito. Havia até um mano que gostava muito de fado da música fado e dos Lusíadas; ele recitava versos e cantava o fado com o Lobito na sua mente. Sempre houve, em mim, uma parte que viu o Lobito como uma cidade muito romântica, cheia de mistérios.

Durante as eleições de 2008, surgiu por lá o Dr. Jorge Valentim, cujas efusões contra a UNITA eram emitidas ao vivo, pela RNA, a partir da casa onde ele

nasceu, na Canata. Então, ele dizia que a UNITA não iria ter nenhum voto.

Foi da Canata, nos anos cinquenta, que muitos nacionalistas partiram para o exterior. Lembro-me de um almoço na capital da Costa do Marfim, Abidjan, em que o falecido [João Marques Kakumba, o grande diplomata da UNITA, que era nativo da Catumbela, nos falava do Lobito da sua infância; dos barcos que lá escalavam e do intercâmbio entre os indígenas e marinheiros vindos de outras partes do mundo. O Lobito foi sempre, para mim, um local com uma história riquíssima.

No Lobito da minha infância, a miséria e o desespero já estavam patentes. Em frente da nossa casa, havia bairros com casas construídas precariamente na encosta.

Para alguém habituado à vastidão do Planalto Central, onde andávamos de bicicleta e jogávamos ao futebol, havia partes que pareciam ser terreno fraco e cheíssima de gente. Ultimamente, a situação deve ter piorado. Por causa da guerra, muitos cidadãos do interior refugiaram-se no litoral; Benguela, Catumbela e Lobito devem figurar hoje na lista de localidades angolanas com um número de habitantes elevado.

Infelizmente, há uns tempos, não tive a oportunidade de conhecer bem a região em questão. Porém, há na YouTube vários cliques sobre Lobito e Benguela onde se vê a arquitectura, bastante arrojada, do tempo colonial. Muitos destes cliques são obviamente de gente que vê o Lobito e Benguela do tempo colonial com um certo saudosismo, como os manos com quem cresci na Zâmbia. Mas há também outros cliques que mostram as novas construções - algumas delas parecendo caixas autênticas, num sinal de que os seus construtores darão pouca importância à estética.

Segundo os cliques na YouTube, a vida nos bairros da periferia do Lobito é péssima. Nestes cliques, vemos estradas, agora sem alcatrão, cheias de buracos que ajudam na drenagem da água vinda das casas. Vê-se, nos cliques, que o sistema de saneamento básico em muitas áreas já não funciona. Aí não há árvores, jardins ou campos de jogos para as crianças. Os kupapatas parecem estar em todo lado. Não é nada surpreendente que as" chuvas tenham resultado na morte de tanta gente.

Uma pergunta chave que deve se fazer é se as autoridades locais estavam preparadas para enfrentar este desastre. E será que as autoridades em várias outras cidades angolanas se preparam para enfrentar com firmeza calamidades do género?

Uma das coisas que deveríamos aprender dos americanos, em cujo país ocorrem muitas catástrofes naturais, é a importância que eles dão a isso é a prontidão com que mitigam os seus efeitos. Até hoje, aqui nos Estados Unidos, o debate sobre a forma muito inapta como a administração de George Bush reagiu ao furacão Katrina está a ser analisada seriamente. A falta de coordenação entre as várias entidades e órgãos que deviam assistir os habitantes de Nova Orleans é citada como uma das razões que prejudicou o processo de ajuda. Qual será a lição que as autoridades angolanas vão retirar desta tragédia no Lobito?

Depois há mesmo a questão de ajudar as vítimas da catástrofe. Será que os nossos enfermeiros estão mesmo a altura? A chuva arrastou consigo lama e muitas outras coisas -- incluindo corpos humanos. Temos aqui uma questão de saúde pública. Muita gente ficou sem abrigo. Lembro-me que depois do terramoto no Haiti em 2010, se construiu campos de acolhimento que tiveram consequências inesperadas - abuso sexual a senhoras. Bandos de criminosos começaram a retirar vantagem da anarquia instalada para abusarem dos mais fracos. Até a comida que vinha de fora acabava no mercado negro local.

Como já disse, esta tragédia no Lobito deveria nos fazer reflectir. Todos ficamos animados com a chegada do comboio do CFB ao Luau. Agora, o Porto do Lobito, um dos melhores no continente africano, poderá entrar seriamente em acção. Isto vai gerar muito emprego. Na gestão de calamidades, a última parte tem sempre sido a normalização da vida das vítimas. Não será esta uma oportunidade para descongestionar o Lobito? O CFB não poderá, por exemplo, transferir certas operações para o Huambo, Cuito e Luenha?

E no plano do próprio desenvolvimento de Benguela, não deveria o governo promover seriamente o turismo? Benguela e Lobito possuem ainda lindíssimas praias. Deveríamos também ter uma outra atitude em relação à herança lusa. Maputo é muitas vezes apresentada ao mundo como o local onde as culturas do Leste da Europa se misturaram para produzir a grande culinária que atrai muitos turistas. Como está o hotel Polana do Lobito ou Benguela?

Geridas com seriedade, vejo no Lobito e Benguela localidades de referência no continente africano. Há na Zâmbia e no Congo gente com dólares para gastar que gostariam de viajar e sonhar. Lobito e Benguela poderiam prosperar na venda destes sonhos. Mas para isto se concretizar, vamos ter que aprender seriamente as lições do passado incluído desta tragédia que entristeceu muito boa gente.

10.19 Luanda continua na mesma

Jornal A Capital

14 De Março de 2015

Texto: Lutock Matokisa e Manuel

Alberto

Quando empossado no papel pelo Presidente da República, (PR), José Eduardo dos Santos, o novo governador provincial, Graciano Francisco Domingos, afirmou nas suas primeiras declarações que um dos objectivos da sua administração seria acabar com o que chamou de "desordem" na capital.

"Notamos que Luanda é um pouco afectada por alguma desordem e que é necessário encontrar, colectivamente, soluções entre a Administração da cidade e os cidadãos", disse aos jornalistas, após assumir oficialmente as funções.

Definiu, igualmente, como áreas prioritárias de actuação, a saúde pública, o saneamento básico e a recolha de lixo, para além da mobilidade, face ao caos diário vivido no trânsito automóvel. O que é facto, porém, é que de lá para cá pouco ou nada se vê, pelo menos de concreto, que não seja muita falácia.

Só foi chegar o já conhecido "fiscal" sincero da governação de Luanda, "São Pedro", para destapar a dantesca realidade sobre aquilo que nunca se tentou fazer. A chuva que se abateu com copiosa intensidade sobre a província, deixou um rasto de estragos, que se fossem antes tomadas medidas cautelares, talvez não tivessem lugar.

Ruas e residências ficaram inundadas. Dados oficiais apontam para quatro mil, 250 casas inundadas, 177 desabadas, deixando 800 famílias sem abrigo. Os municípios de Viana, Cacucaco e Belas foram, de acordo com fonte dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, os mais afectados, apresentando-se com estradas completamente intransitáveis, residências inundadas, bens materiais estragados e moradores isolados.

No Cazenga o quadro não foi diferente. Casas inundadas, ruas cobertas de lama, inviabilizando qualquer possibilidade de trânsito automóvel. As áreas mais afectadas foram as do Cazenga Popular, junto ao mercado Asa Branca, Catumbela, Terra Vermelha, Mabalulo, Velho Kimbundu, Vila Flor e CalaWenda.

O crónico problema das Quinta, Sexta e Sétima avenidas, no Cazenga, voltou a evidenciar-se para o desagrado dos moradores, que não percebem a razão

pela qual as autoridades provinciais, sai Governo vem outro, não tomam medidas profiláticas para impedir a repetição dos males, preferindo, ao contrário, remediar, invariavelmente, já em cima da catástrofe, quando tudo é na prática impossível de solucionar.

10.20 Vitimas das enxurradas foram a enterrar no Lobito

Jornal de Angola

14 De Março de 2015

Texto: Jesus Silva e Maximiano Filipe

As 66 vítimas mortais das chuvas de quarta-feira, na cidade do Lobito, foram ontem a enterrar nos cemitérios do Luongo e do Campo de Ténis, numa cerimónia testemunhada por uma comissão Interministerial, encabeçada pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, em representação do Presidente da República.

O Executivo disponibilizou cem milhões de kwanzas para acudir às vítimas das enxurradas na província de Benguela, anunciou ontem o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa.

O ministro chefia uma delegação que se deslocou à província de Benguela, para constatar e avaliar a situação humanitária causada pelas calamidades no Lobito, Catumbela e Caimbambo.

Bornito de Sousa afirmou que o Presidente da República, através da Casa Civil, disponibilizou recursos para acudir às situações mais prementes.

A equipa governamental instruiu o Governo Provincial de Benguela a dar início ao registo das populações que vivem em zonas de risco e proceder ao loteamento para novas áreas, com vista ao alojamento das famílias afectadas, que receberem, numa primeira fase, tendas. A comissão ministerial integra os ministros do Interior, Construção, Reinserção Social, Educação e da Saúde, avaliou na cidade do Lobito os danos provocados pelas chuvas, nas zonas mais afectadas: Lobito Velho, Canata, Liro e Bela vista.

O administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo, informou que os enterros das vítimas foram feitos em condições condignas e em cemitérios propostos pelos familiares.

Neste momento, a maior preocupação da comissão, tem a ver com a continuidade das acções de limpeza do entulho, para a localização de desaparecidos.

Depois da limpeza das valas e de pontos onde se concentraram toneladas de terra, ainda podem ser encontrados corpos.

O secretário de Estado da Protecção Civil e Bombeiro, Eugénio Laborinho, que coordena os trabalhos, referiu que os dados divulgados ainda são provisórios' uma vez que ainda há pessoas desaparecidas nos municípios do Lobito e da Catumbela, onde também se registaram enxurradas.

Os últimos dados oficiais dão conta de 66 mortos, 119 casas desabadas, 46 sem tecto, uma igreja destruída e oito escolas inundadas. O administrador assegurou que "toda a Nação está solidária com a cidade do Lobito", daí chegarem vários às vítimas de todos os pontos do país.

Um dos exemplos vem da Associação dos Jovens Angolanos Provenientes da Zâmbia, que procedeu ainda ontem à entrega de géneros alimentícios e dinheiro.

O presidente da associação, Bento Raimundo, revelou que a associação disponibilizou urnas para a realização dos funerais e entregou 30 mil kwanzas a cada família enlutada. O músico Matias Damásio, natural da província de Benguela, também efectuou ontem a entrega de um donativo. Além destes apoios, as empresas de vários ramos que operam na província também se associaram à campanha de solidariedade.

Outra corrente de solidariedade está igualmente a ser promovida pela Associação Acácias Rubras, envolvendo entidades de carácter filantrópico, no sentido de prestarem o seu apoio às famílias das vítimas.

Buscas continuam

A equipa técnica dos Serviços de Protecção Civil continua a percorrer todas as zonas críticas da região, para a identificação de mais vítimas, com realce para os bairros da Luz, 4 de Fevereiro e Aloco. Na manhã de ontem, além do enterro das crianças, decorreu um encontro na Administração Municipal do Lobito, dirigido pelo governador de Benguela, Isaac dos Anjos, que estava acompanhado do secretário de Estado Eugénio Laborinho e outros representantes ministeriais, onde foi avaliada a situação actual.

No termo da reunião, Eugénio Laborinho informou que o Executivo está a fazer uma intervenção pontual junto das famílias das vítimas e, depois, vai desenvolver acções de sensibilização para desencorajar as pessoas a enveredarem pela construção de casas em zonas de risco. O administrador municipal do Lobito revelou que existem 450 novos espaços, para realojar a população

sinistrada. Amaro Ricardo disse ainda que, no âmbito do Plano de Ordenamento do Território, estão garantidos espaços para construção de habitações, tendo a Administração do Lobito procedido à entrega de 2.500 lotes urbanizados, uma acção que decorre em todo território da província de Benguela.

Mensagens de condolências

O Ministério do Ambiente manifestou a sua solidariedade para com as vítimas. "Ao tomar conhecimento do momento difícil ocorrido em Benguela, provocado pelas fortes chuvas, a ministra do Ambiente, "manifesta a sua solidariedade pela forma corajosa e proactiva como esta drástica situação tem sido solucionada", lê-se no documento assinado pela titular da pasta.

Fátima Jardim encoraja todo o esforço empreendido pelo Executivo. A ministra do Ambiente apela às populações para se absterem de construções em áreas de risco e alerta os Governos Provinciais, para intensificarem os seus esforços de fiscalização.

A OMA, através do seu secretariado executivo nacional, também manifestou "profundo sentimento de pesar pelas vítimas mortais", em consequências das chuvas e inundações no Lobito.

A OMA exorta a sociedade a desenvolver todos os esforços para ajudar as vítimas da catástrofe natural, que tem provocado um elevado número de vítimas e avultados prejuízos materiais.

O presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, expressou igualmente, na cidade do Huambo, a sua solidariedade para com as famílias das vítimas das intensas chuvas de quarta-feira, na cidade do Lobito, que causaram a morte de 66 cidadãos, entre crianças e adultos.

O líder do maior partido da oposição considerou triste a tragédia em Benguela e, em especial no município do Lobito, daí ter exprimido os seus pêsames às famílias a partido FNLA, num documento assinado pelo seu presidente, Lucas Benghy Ngonda, também se juntou à dor da população de Benguela, manifestando a sua consternação pelo luto que a chuva causou.

A FNLA apela para os angolanos demonstrarem o seu lado patriótico e, na medida das suas possibilidades, prestarem apoio multiforme aos sinistrados.

A Associação de Apoio aos Combatentes das FAPLA solidariza-se com as famílias enlutadas e junta-se aos esforços do Executivo e do Governo Provincial de Benguela.

10.21 Distrito em alerta para o combate as doenças graves

Jornal de Angola

15 De Março de 2015

Texto: Nilza Massango

A Samba é um distrito de Luanda com graves problemas de saneamento básico. Tem um lençol de água subterrâneo, muito próximo da superfície o que torna "pantanosas" as áreas ribeirinhas. Por Isso, não precisa de chuva para ter casas, escolas, estabelecimentos comerciais e ruas Inundadas.

O problema das cheias é antigo. As marés "vivas" alagam tudo. Até agora pouco se fez para melhorar o cenário. Os técnicos, desde os anos 60 que deram o seu veredicto: é preciso demolir tudo, porque zonas pantanosas só são boas para morrer. Os bairros mais críticos, onde o saneamento básico é cada vez mais precário, são os da Corimba, Camuxiba, Samba Pequena e Samba Grande. Os moradores pedem uma atenção especial ao distrito por parte das autoridades.

O grito de socorro dos munícipes tem sido ignorado. Quando chove, a situação agrava-se. A água invade as casas. Todos os dias e por meios próprios tentam minimizar o problema das cheias nos quintais e dentro das casas. Há dias em que não conseguem entrar em casa porque têm um lençol de água à porta. Com as chuvas, renovam-se as frustrações de velhos tempos e a esperança de uma solução esmorece.

Na Samba, existem muitas casas, terrenos e estabelecimentos fechados e abandonados por causa das águas que permanecem sem escoamento. Para piorar a situação, valas e esgotos estão entupidos com lixo e todo o tipo de destroços. Os esgotos correm a céu aberto e mesmo à porta dos moradores.

Os bairros desta zona da Samba nasceram tortos, com casas clandestinas, nos anos 60. Cresceram tortos. E os moradores estão sujeitos a todo o tipo de doenças próprias de quem não tem saneamento básico e vive em cima de pântanos.

E preciso ter estômago forte para respirar o ambiente poluído das ruas da Samba, que cada vez mais se afundam na podridão. Portas e janelas estão sempre fechadas, para atenuar o mau cheiro que vem dos esgotos. Em alguns bairros da Samba, nunca ninguém sentiu "uma lufada de ar puro". Só existem ruas com grandes crateras, lamaçais e pequenas lagoas formadas com as águas podres das valas e esgotos entupidos. Para piorar ainda mais a situação, há quase uma semana que falha a recolha do lixo.

"Muitas famílias fugiram e deixaram as suas casas para atrás", disse um morador da Rua Augusta, que contou os esforços que as pessoas fazem todos os dias, com meios próprios, para retirar as águas dos quintais e das ruas inundadas.

Os que resistem às dificuldades esperam dias melhores. Mas muitos já desistiram. As pessoas convivem com o lixo. "Isso não é viver; nós apenas sobrevivemos. E muito duro", disse uma moradora.

O quintal da casa de Bruno Rodrigues está sempre inundado. Não há nada a fazer, apenas dormir e acordar no meio da água". Mesmo assim, abandonar o bairro não é opção da família: "não temos para onde ir".

Requalificação dos bairros

Todas as reclamações recaem na Administração Distrital que pouco pode fazer diante de um problema que carece de uma intervenção com profundidade, disse o administrador Adão Malungo ao Jornal de Angola. "Solucionar os problemas das valas de drenagem, recolha do lixo, esgotos entupidos, buracos e lamaçais ainda não é da competência das administrações municipais ou distritais", sublinhou.

Os meios de que a Administração dispõe são para intervir em pequenas calamidades em tempo de chuva, como disponibilizar carros "sucula" que também são insuficientes para acudir o distrito todo. As acções são paliativas, admitiu o administrador, defendendo que o problema do saneamento básico só pode ser resolvido com a requalificação completa do distrito. "Todos os anos, a Samba tem problemas de inundações.

As águas nascem nos quintais das casas e nas ruas. Apesar dos graves problemas, ainda aparecem muitas construções anárquicas", acrescentou.

Adão Malungo diz que a solução passa por encontrar zonas seguras para o realojamento das famílias, demolir as casas e requalificar os bairros mais críticos. "Nos bairros do Samba, algumas casas são antigas, com mais de 60 anos de existência, e para piorar estão permanentemente com as paredes húmidas", disse.

Uma luz verde

Para uma vida sadia e digna dos munícipes, a requalificação da Samba é vista como prioridade pela Administração Distrital, que tem exposto o problema aos órgãos da administração central. "O que acontece

nos distritos do Sambizanga e Cazenga, em termos de requalificação, é de invejar", disse.

O administrador, Adão Malungo falou da construção da futura marginal sudoeste que numa primeira fase vai cobrir uma extensão da orla marítima que vai do Zamba 11 à Corimba. Os bairros adjacentes podem beneficiar de uma requalificação, como o caso da Samba Grande, Samba Pequena, Camuxiba e Corimba. Nada há de concreto, mas o administrador acredita que as zonas adjacentes vão merecer alguma atenção em função da construção da marginal, informação obtida depois de uma reunião com técnicos, que fazem estudos e levantamentos. Afinal de nada vale ter uma marginal com todo o requinte, quando ao lado existem bairros mergulhados na podridão.

Alerta permanente

A Repartição de Saúde da Samba está em alerta permanente. Desde 2010, não se registam casos de cólera no distrito.

Tem apostado, desde sempre, na sensibilização dos moradores, com campanhas de prevenção contra as doenças resultantes da falta de saneamento.

O chefe da repartição, Miguel Maiandi, disse que existem equipas de educadores nas comunidades que informam as medidas de higiene, que passam por lavar as mãos antes de comer; depois de usar as latrinas, tratar a água com gotas de lixívia.

O trabalho tem dado bons resultados. Miguel Maiandi apelou à administração distrital, para continuar a trabalhar em campanhas de limpeza das valas e na recolha de lixo, que são as maiores preocupações e ameaças à saúde pública.

Todos os dias, informou Miguel Maiandi, são feitos levantamentos nas áreas mais críticas do distrito. Em tempo de chuva, são intensificadas as campanhas de prevenção das doenças e distribuída lixívia para desinfectar a água.

O aconselhamento é dirigido às mães. Todas devem evitar que as crianças brinquem nas águas sujas, para evitarem doenças. No âmbito do programa de prevenção da cólera, a Camuxiba é um dos bairros privilegiados do distrito, com a construção de chafarizes, que mesmo assim, são insuficientes.

O administrador do Distrito da Samba, Adão Malungo assegurou que os esforços vão continuar junto da Empresa Pública de Águas de Luanda para a melhoria no abastecimento de água canalizada. Tem havido, também por parte da administração distrital,

a distribuição de água potável com camiões cisternas em vários bairros.

10.22 Executivo trabalha para realojar as vítimas

Jornal de Angola

15 De Março de 2015

A comissão ministerial criada pelo Presidente da República para apoiar as vítimas das enxurradas das cidades do Lobito e da Catumbela trabalha no realojamento e na avaliação de outras ajudas que lhes minimizem o sofrimento.

Coordenada pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, e integrada pelos titulares das pastas do Interior, Construção, Reinserção Social e da Saúde, a comissão visitou as zonas mais afectadas, Lobito Velho, Canata, Liro e Bela Vista.

Após o encontro com o governador Isaac dos Anjos, o ministro da Construção, Waldemar Pires Alexandre, colocou à disposição do Governo Provincial técnicos para trabalharem no realojamento. Neste trabalho participam igualmente técnicos do Ministério da Reinserção Social e de outros departamentos do Estado. O ministro da Construção anunciou a intensificação do trabalho de saneamento básico e das campanhas de sensibilização que permita proporcionar as mínimas condições de habitabilidade às vítimas e prometeu em colaboração com outras instituições tentar impedir que as zonas de risco voltem a ser habitadas.

Evitar doenças

Técnicos do Ministério da Saúde estão empenhados em água potável em quantidade e qualidade, bem como uma alimentação equilibrada, para evitar casos de má nutrição e o possível surgimento de um surto de cólera.

José Van-Dúnem alertou para perigo de se construir em zonas de linha de água e ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, referiu que o Executivo disponibilizou cem milhões de kwanzas para apoiar as famílias afectadas.

"O Presidente da República expressou as condolências aos familiares e disponibilizou, imediatamente recursos na ordem dos cem milhões de kwanzas para acudir às situações mais prementes", disse e sublinhou que o Executivo tomou medidas preventivas para garantir o realojamento das famílias

afectadas e das que continuam a viver em zonas de risco.

Ao Jornal de Angola continuam a chegar mensagens de condolências pelas vítimas das chuvas que se abateram sobre a província de Benguela, O Ministério do Interior expressa num comunicado, em nome de todo o efectivo, "as mais sentidas e profundas condolências" às famílias enlutadas, a quem manifesta total solidariedade, bem como aos que perderam tudo. O Ministério do Interior lembra que fez deslocar a Benguela uma equipa de intervenção especializada em situações calamitosas coordenada pelo secretário de Estado Eugénio Laborinho.

MPLA solidário

O Secretariado do bureau político do comité central do MPLA manifesta, igualmente em comunicado, tristeza pela tragédia e exorta as autoridades provincial de Benguela e a sociedade civil a prestarem apoio material e moral às famílias afectadas pelo sinistro, proporcionando funerais dignos e criando condições que evitem efeitos negativos que situações idênticas possam vir a causar à população.

O MPLA pede a todos que tenham um comportamento de acordo com as orientações da Administração Pública e não construam casas ou outras estruturas físicas em zonas de risco e em linhas de escoamento de águas.

O Conselho Nacional de Juventude (CNJ) considera ser uma tragédia para todo o povo angolano os danos causados pelas fortes chuvas e associa-se às famílias enlutadas, bem como a todos os afectados, nesse "momento difícil", que "deve servir para mobilizar todas as forças vivas da nação de modo a ultrapassar -se este desafio que é de todos os angolanos".

O Conselho Nacional de Juventude encoraja as autoridades a prosseguirem o apoio que está a ser prestado aos sinistrados e com "o árduo trabalho" para encontrar os desaparecidos. O Governo Provincial da Lunda Norte também se manifestou solidário com todas as vítimas das enxurradas de Benguela.

Em todo o país, mobilizam-se os apoios em alimentos e bens materiais para as vítimas. Em Luanda, várias pessoas acorreram ontem ao campo Manuel Berenguel, na Rádio Nacional de Angola, para entregar donativos. Noutros pontos da cidade, também foram instalados centros de recolha.

10.23 Reunião técnica sobre calamidades em Mbanza Congo

Jornal Angola

15 De Março de 2015

Texto: Victor Mayala

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) promoveu, em Mbanza Congo, em parceria com a Comissão Nacional de Protecção Civil, um seminário sobre coordenação e gestão de centros de acolhimento de vítimas de calamidades.

A coordenadora de projectos da OIM, Suzete Ferreira, referiu que a organização vai realizar acções do género noutras províncias, onde haja vítimas das chuvas.

No seminário foram analisados assuntos relacionados com a introdução à gestão dos centros de acolhimento, bem como as funções e responsabilidades que têm.

O vice-governador para o sector Económico, Alberto Sabino, realçou a pertinência dos temas tratados no seminário, pois a província regista com frequência inundações, que provocam deslocações de pessoas à procura de zonas seguras.

No seminário participaram elementos da Comissão Provincial da Protecção Civil e responsáveis de instituições religiosas e de organizações da sociedade civil.

10.24 Uma lição dramática no Lobito

Jornal de Angola

15 De Março de 2015

O país está de luto com a tragédia do Lobito. As intensas chuvas que caíram sobre a cidade na noite de quarta-feira, 11.03, resultaram na morte de 69 pessoas, 120 casas desabadas, 46 sem tecto, uma igreja destruída e oito escolas inundadas.

A pouco menos de uma semana e meia de o Parlamento angolano ter realizado o debate sobre o tema "Demolições, Direito à Habitação e à Qualidade de Vida", a tragédia do Lobito encarregou-se de, de modo dramático, alertar para a problemática das construções precárias e desordenadas em todo o país e, por conseguinte, para a premência de se cumprir um plano de assentamento populacional devidamente orientado,

em terrenos previamente infra-estruturados. Paralelamente a isso, deve-se dar prosseguimento às demolições de habitações erguidas em áreas de risco, porque é preciso salvaguardar a vida das pessoas, que é o bem maior que está em causa.

Sabemos de antemão que alguns partidos da oposição vão procurar fazer campanha política contra essas demolições.

Sabemos ainda que nesse jogo vão procurar arrastar certas organizações que se reclamam da "sociedade civil" e envolver a media, para ganhar projecção e tirar dividendos políticos.

Mas são esses partidos e essas organizações que incitam as populações a construir ali onde não é permitido, por razões que os especialistas previamente identificaram e as autoridades tratam de transmitir aos cidadãos. Não é nova a postura de contrariar as acções do Executivo no sentido de colocar em local seguro populações em risco. Quando populares das barrocas da Boavista, no Miramar, começaram a ser transferidos para a zona do Zango, devido às frequentes tragédias que ocorriam no tempo das chuvas e levavam várias famílias a perderem os seus ente queridos e diversos bens, certas organizações que aparentavam estar a agir de boa-fé insurgiram-se e concitavam os cidadãos a desobedecerem às autoridades.

O objectivo era impedir que o Governo materializasse o seu plano de dar melhores condições de vida a esses cidadãos, por um lado, e, por outro, procurarem continuar a ter visibilidade política à custa dessas tragédias.

O tempo passou e acabou por dar plena razão ao Executivo. Prova provada é que desde que existem os bairros Zango nunca se ouviu falar de novas tragédias como as que, em tempo de chuvas, ocorriam nas barrocas da Boavista e noutras zonas de onde os populares foram providencialmente retirados.

A tragédia do Lobito obriga-nos a retomar uma afirmação de um deputado da UNITA, feita no debate no Parlamento, segundo a qual "não se pode culpabilizar a população pelas construções em zonas de risco", e que neste mesmo espaço refutamos e dissemos que esse tipo de pensamento "é uma forma de pactuar com a irresponsabilidade e a negligência, que estão na base do surgimento de catástrofes que, sobretudo no tempo de chuva, têm vitimado várias famílias angolanas e resultado em prejuízos humanos e materiais".

Portanto a UNITA é moralmente responsável quando essas tragédias ocorrem, porque está precisamente a aconselhar mal as populações, a dizer-

lhes que podem construir ali onde o Executivo já estabeleceu que é proibido. É má política aconselhar os populares a cometerem erros para depois, na hora do infortúnio, fingir que se está solidário com eles.

O que aconteceu no Lobito, que todos de boa-fé lamentam com sinceridade, tem também a força de alertar as populações, da forma que menos gostaríamos, porque houve perda de vidas humanas e elevados danos, para a necessidade de observarem e cumprirem as orientações das autoridades.

Sabendo também que a nossa capacidade de construção de fogos habitacionais é inferior ao crescimento da população, os governos provinciais devem esmerar-se em trabalhar para a identificação de novas áreas de assentamento na perspectiva da sua evolução em termos de qualidade de vida. Isso requer, como é óbvio, que equipas multisectoriais laborem em projectos que devem ser contemplados nos planos directores que vão nortear o desenvolvimento integrado da província, de tal sorte que o natural evoluir da sua execução vai se encarregar de, no final, consumir a sua plena inserção no todo.

O que se passou no Lobito pode bem repetir-se noutra província qualquer do país. Esperemos que os partidos da oposição saibam tirar desta tragédia as lições que se impõem, e deixar de fazer da problemática da habitação um terreno para campanhas políticas destinadas a atacar de forma gratuita o Executivo.

10.25 Árvores no Bié são dizimadas

Jornal de Angola
16 De Março 2015

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Bié está preocupado com o abate ilegal de árvores, sobretudo em Camacupa, Andulo e Chitembo para produção de carvão, disse o chefe de departamento provincial.

Rosário Teixeira afirmou, na ocasião, que há árvores, como o ombango, ossesse e omanda, usadas para a produção de madeira e carvão, que estão em vias de extinção.

Para alterar a situação, referiu, foi reforçada a fiscalização das florestas, decorre uma campanha de sensibilização sobre a importância das árvores no eco

sistema e outra de plantação de pinheiros, cedros, eucaliptos, acácias, ombangoss, ossesse e omandas.

10.26 Evitar ou proibir

Jornal de Angola
16 de Março de 2015

As autoridades provinciais, municipais e comunais têm responsabilidades directas em cada casebre que é construído numa zona de risco. Não é preciso ser perito em nada, para saber onde corremos perigo de morte. Nas encostas íngremes, junto a pequenos riachos que no tempo da chuva ficam rios caudalosos, ou nas margens das valas de drenagem que transbordam, quando a água é muita ou o lixo provoca "barragens" facilmente arrastadas pela força das águas, quando chove mais do que o costume.

Por isso, quando ouvimos dizer que as pessoas devem "evitar" construir em zonas de risco vem-nos logo à memória a tragédia do Lobito que enlutou Angola. Hoje estamos a chorar dezenas de vidas estupidamente desaparecidas porque viviam em casas erguidas na encosta de um morro junto a uma vala de drenagem e no leito de riachos ocasionais. Um administrador comunal ou municipal, um governador ou ministro não podem dizer que é preciso "evitar" construir em zonas de risco. Têm de afirmar, sem medo, que é proibido. E exige-se muito mais de todos os que têm responsabilidades nesta área: que castiguem exemplarmente quem "levantar" casas onde os moradores correm perigo de vida. A tragédia do Lobito tem de servir de ponto final nas construções em zonas perigosas.

10.27 Administração trava a exploração ilegal

Jornal de Angola
17 De Março de 2015

As autoridades da Banga, no Cuanza Norte, estão a tentar conter a exploração ilegal de madeira que provoca danos económicos e ambientais, informou o responsável dos serviços económicos da região.

Domingos Gomes afirmou que madeireiros estão a operar sem pagar os impostos devidos ao Estado, que recebe frequentes denúncias de populares que vêm

desconhecidos a abater árvores de forma indiscriminada para transformar em madeira e carvão, sem autorização prévia da administração local e do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

O abate ilegal ocorre principalmente nas comunas da Aldeia-Nova, Cariamba e Caculo Cabaça, apontou o responsável da Banga, que anunciou a criação de uma comissão encarregue de formular programas de intervenção, levantamento das áreas visadas e o reforço da fiscalização para conter a exploração ilegal de madeira.

Disse que a Administração Municipal vai contar o apoio da Polícia Nacional na interpelação de viaturas que transportem madeira, sobretudo no período noturno, para fugirem da fiscalização.

Produção em Quiculungo

Os camponeses de Quiculungo solicitaram à Administração Municipal uma unidade do Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários (AAPAGRO) na região, com o objectivo de escoar a produção para os principais centros de consumo e protegê-los nas questões relativas aos preços e a conservação.

A informação foi prestada, ontem, pelo administrador municipal de Quiculungo, Gaspar João António, que informou que o município regista actualmente níveis elevados de produção agrícola, que necessitam de escoamento para os principais centros de consumo.

Gaspar João António apontou o novo mercado da sede municipal, com capacidade para 150 vendedores e dotado de quatro armazéns e outras estruturas de apoio, como o local apropriado para receber parte da produção. Mas, advertiu Gaspar João António, o mercado de Quiculungo é limitado em dimensão e número de consumidores, uma vez que a população local é geralmente composta por agricultores, cada um dos quais possui a sua própria produção para consumo.

Além da inexistência do Programa de Aquisição de Produtos Agro-Pecuários, Gaspar António apontou o mau estado das vias de acesso como impedimento para o escoamento da produção local, o que se reflecte em baixos rendimentos para a população e na incapacidade de pagar o crédito de campanha.

10.28 Governador Denuncia “falência administrativa”

Jornal de Angola

17 de Março de 2015

Texto: António Gonçalves - Benguela

As centenas de pessoas desalojadas pelas chuvas no Lobito, Catumbela e Calmbambo começaram a ser alojadas em acampamentos montados em zonas seguras, onde permanecem durante quatro meses, anunciou o governador Isaac dos Anjos que responsabilizou serviços da administração e operacionais pela tragédia.

O governador provincial de Benguela realçou que as famílias desalojadas pelas chuvas, que já provocaram 74 mortes, segundo dados provisórios divulgados até domingo pelos Serviços de Protecção Civil, são alojados na zona das Antenas e de Bango Bango, no município do Lobito. Posteriormente, referiu o governador, as famílias vão beneficiar de lotes de terreno em áreas seguras, para erguerem definitivamente as suas casas, logo que recebam os materiais de construção.

Isaac dos Anjos, que visitava os locais para o acolhimento temporário dos sinistrados no Lobito, disse que outras 50 famílias da Catumbela vão ser igualmente realojadas, no bairro do Alto Niva

Em termos de prejuízos, o governador provincial de Benguela informou que a avaliação ainda não está concluída. A preocupação das autoridades, neste momento, é trabalhar na localização e identificação de cadáveres, alojamento dos sobreviventes, contabilizar as pessoas em zonas de risco e criar condições para desalojamento e alojamento em locais mais seguros.

Isaac dos Anjos apontou "a falência administrativa e operacional", falta de limpeza e de manutenção dos canais das águas pluviais como os factores que estiveram na base das enxurradas, principalmente nos bairros do Liro e da Luz, na cidade do Lobito. "Temos que assumir a responsabilidade por estes males e intervir no sentido de corrigir e monitorar de modo diferente", afirmou o governador, para quem "os bairros periféricos são tão importantes quanto a

zona asfaltada, daí que não podem ser esquecidas", refere.

Quanto às escolas que continuam inoperantes, por causa das inundações, o governador de Benguela referiu que "carecem de uma intervenção urgente". Os alunos destas escolas vão ser transferidos para outros estabelecimentos de ensino. O Governo Provincial de Benguela manifestou a sua consternação pelas vítimas das trovoadas na Ganda e em Caimbambo. Sobre esta questão, Isaac dos Anjos afirmou que existe um Decreto Presidencial e uma circular do Ministro do Interior, que obrigam à colocação dos para raios, principalmente nos estabelecimentos públicos.

Solidariedade

O "SOS Benguela Solidária" recolheu 120 toneladas de alimentos para apoiar as vítimas da tragédia provocada pelas chuvas nos municípios do Lobito, Catumbela e Caimbambo. A campanha decorreu até domingo e a população entregou os seus donativos nos postos de recolha montados na RNA, TPA, Praça 10 de Maio, Largo de África, Administração Municipal, bem como em bairros do município de Benguela onde foram recolhidos por várias carrinhas.

O coordenador do "SOS Benguela Solidária", Helende Rasgado, disse que entre os donativos constam bens alimentares, roupa usada e material de construção. O coordenador do projecto "TPA Solidária", jornalista Álvaro Abel, louvou o espírito de solidariedade da população benguelense que está a aderir às acções de socorro dos sobreviventes das enxurradas.

O Ministério dos Assuntos Exteriores e da Cooperação de Espanha lamentou "profundamente" as consequências trágicas provocadas pela chuva sobre o Lobito, cidade com "intensos vínculos" com a Espanha e que provocou dezenas de mortos e danos materiais.

O Governo de Espanha, em comunicado, "apresenta o seu profundo-pesar às famílias das vítimas, a todo o povo e às autoridades angolanas e faz votos de um rápido restabelecimento do Município do Lobito e de toda a área circundante",

A Fundação Sagrada Esperança manifestou, em comunicado, o seu "profundo pesar" para com o povo e autoridades da Província de Benguela pela tragédia provocada pelas chuvas do dia 11 deste mês, que causaram mais de 70 mortos no Município do Lobito. O conselho de administração da Fundação Sagrada Esperança apresenta a todas as famílias enlutadas as mais sentidas condolências.

As Organizações Kabuscorp vão levar 400 toneladas de bens alimentares à Província de Benguela para apoiar as famílias sinistradas pelas chuvas, que fizeram mais de 70 mortes na madrugada de quinta-feira, no Município do Lobito. O presidente do Kabuscorp, Bento Kangamba, disse que a sua organização vai solidarizar-se com as famílias afectadas e apelou às demais associações que ajudem com o que puderem para acudir física e psicologicamente às vítimas das chuvas.

10.29 Tragédia do Lobito une angolanos de todo o país

Jornal de Angola
17 de Março de 2015

A sociedade reagiu em uníssono à tragédia provocada pelas chuvas no Lobito, Catumbela e Calmbambo. Campanhas de solidariedade promovidas por órgãos de Comunicação Social estão a angariar centenas de toneladas de donativos, que vão complementar a verba de cem milhões de kwanzas disponibilizada pelo Executivo para acudir aos sinistrados.

As chuvas que se abateram sobre a cidade do Lobito e bairros periféricos deixaram um cenário de destruição, com 74 mortos confirmados, o desabamento de 119 casas e a inundação de uma dezena de escolas.

As autoridades centrais e da província reagiram de imediato com um plano de socorro às vítimas. A sociedade civil, entidades religiosas, figuras públicas e cidadãos anónimos mobilizaram-se para ajudar a minorar o sofrimento dos que perderam tudo com as enxurradas.

As redes sociais foram usadas por milhares de angolanos para expressarem solidariedade para com a população do Lobito e passar a informação sobre as campanhas de recolha de donativos.

A população da cidade de Benguela lançou uma campanha "USOS" que já permitiu recolher, só nos dois primeiros dias, 120 toneladas de bens alimentares, roupa e material de construção civil. Postos de recolha de donativos foram criados na delegação da TPA, Praça 10 de Maio, Largo de África e Administração Municipal. Carrinhas circulavam pelos bairros a receber as ofertas.

Em Luanda, a Televisão Pública de Angola recolheu até ontem 400 toneladas de donativos. A campanha

"TPA Solidária", que mobilizou um grande número de profissionais, criou centros de recepção na sede e no centro de produção do Camama.

Ernesto Bartolomeu, o principal rosto da campanha, disse ao JA que o primeiro carregamento segue hoje para o Lobito nos camiões disponibilizados por várias empresas públicas e privadas, sob coordenação dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros. A campanha prossegue até amanhã e o segundo carregamento deve seguir entre sexta e sábado. O jornalista agradeceu a grande disponibilidade do empresariado nacional e citou o exemplo da Ango-Real, que doou 200 toneladas de produtos diversos.

A campanha da TPA, que também criou centros de recepção de donativos nas delegações provinciais em todo o país, angariou roupa nova e usada, utensílios domésticos, calçado, materiais de construção, com realce para o cimento, e até mobiliário. As doações vieram de pessoas singulares, mas também de grandes grupos empresariais.

Momentos de comoção

As campanhas em todo o país estão a ser marcadas por momentos de comoção e demonstrações de profundo sentimento de solidariedade dos angolanos. Políticos' intelectuais, militares, artistas, desportistas e jornalistas juntaram-se ao movimento. Nas redes sociais, centenas de cidadãos cobriram a foto de identificação com uma tarja de luto, enquanto partilhavam as mensagens de apoio aos sinistrados do Lobito e incentivavam os internautas a levarem donativos aos postos de recolha. No Facebook, um apelo à solidariedade do humorista Gilmário Vemba, do grupo Os Tuneza, teve mais de 2.100 partilhas. No sábado, a Rádio Cinco deu eco à campanha encabeçada pelo antigo capitão dos Palancas Negras Fabrice Maieco "Akwá". Entre as várias manifestações de solidariedade, calou fundo o apelo de um cidadão ao telefone: "Sou paralítico. Vivo na Cidade do Kilamba. Gostava que viessem buscar a minha modesta contribuição para os nossos irmãos do Lobito".

Um morador do Cazenga, bairro de Luanda onde a chuva também provocou estragos há uma semana, levou para doação quatro pacotes de massa alimentar e livros escolares.

O presidente do Kabuscorp, Bento Kangamba, anunciou o envio, nos próximos dias, de 400 toneladas de produtos para o Lobito, além de uma caravana de músicos para aquela cidade, onde vão participar num espetáculo de angariação de fundos. O artista Cirineu Bastos anunciou também a ida de músicos para a realização de um espetáculo de

solidariedade no próximo sábado no Lobito. "Continuamos a mobilizar os nossos companheiros e acredito que vamos lá estar em peso", frisou. O valor arrecadado com as entradas no show reverte a favor das vítimas das cheias.

Com forte ligação ao mundo artístico e desportivo, o Movimento Nacional Espontâneo também se juntou à onda de solidariedade. António Fiel "Didi", um dos responsáveis da associação' disse terem sido mobilizados todos os membros e reunido "grandes quantidades de bens alimentares, roupas, material escolar e outros meios para fazermos entrega aos sobreviventes das enxurradas do Lobito, levamos ao colo os mais pequenos e abraçamos os sobreviventes".

Na campanha "TPA Solidária", Ernesto Bartolomeu mostrou-se sensibilizado por um caso em particular. O de um jovem paraplégico, que amarrou à cadeira de rodas vários sacos com produtos para doar. "Isso marcou-me profundamente. Foi um gesto de que nunca me vou esquecer", disse.

Unidos na dor e alegria.

Os apelos para ajudas foram uma constante nas cerimónias religiosas das mais diversas congregações durante o último fim-de-semana por todo o país. Em Benguela, o vigário da Diocese local, Eduardo Alexandre, apelou aos fiéis a abraçarem esta causa solidária em todas as paróquias. Em Luanda, o cônego Apolónio Graciano, filho da cidade do Lobito, disse que mesmo distante, continua a rezar pelas famílias enlutadas. "Desde que tomei conhecimento desta notícia, estou com a minha Bíblia aberta pedindo a Deus pelo nosso município, pela nossa gente, mesmo distante, estou unido na dor e na alegria. Tenho esperança que vamos ultrapassar este momento difícil", disse. A resposta aos apelos continua a ser pronta. As entradas nos jogos da quinta e sexta jornada do Girabola vão ser pagos em géneros.

A Federação Angolana de Futebol decidiu que todos quantos se dirigirem aos estádios devem levar produtos alimentares não perecíveis, incluindo água engarrafada, como donativos para os sinistrados do Lobito.

A água é das principais preocupações em situações de emergência, como ocorreu no Lobito. O ministro da Saúde, José Van-Dúnem, que integra a comissão interministerial de emergência criada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, disse haver toda a necessidade de criar condições de salubridade para evitar o alastramento de doenças causadas pelo consumo de água imprópria para consumo. "Em

situações de emergência e de catástrofe, há que garantir, pelo menos, água potável em quantidade suficiente, que é no momento a nossa maior preocupação. Depois, uma alimentação equilibrada, para evitar casos de má nutrição, mas, fundamentalmente, criar condições para que se evite um surto de cólera", afirmou o ministro da Saúde.

Defensores de tragédias

No eixo Lobito-Catumbela-Benguela-Baía Farta milhares de pessoas dão tudo o que podem para minorar o sofrimento das famílias que perderam tudo com as enxurradas. Aqueles que perderam os seus entes queridos são confortados pelos vizinhos, amigos e povo anónimo.

Uma mulher da Catumbela não esconde a sua tristeza mas também não esquece que "os deputados da UNITA criticaram as demolições dos casebres. São a favor das ocupações selvagens. Mas até agora nenhum dirigente veio aqui dar-nos conforto. Muitos dos que ficaram sem nada, foram instigados pelos ativistas da UNITA a fazerem as suas casas nos lugares de risco. Agora venham dar a cara".

Mas na hora da desgraça, ninguém aparece. Olhamos para o Liro e para o Morro da Catumbela. Lá estão centenas de casas precárias que podem ser levadas nas enxurradas a qualquer momento. Quem for contra as demolições desses "caixões" que troque as suas casas confortáveis pelos casebres. A partir de agora é preciso acabar com todos os casebres erguidos em zonas de risco. Os angolanos não podem chorar mais tragédias que podem ser evitáveis.

10.30 Repovoamento florestal sem programa

Jornal de Angola

17 De Março de 2015

Afonso Belo e Sérgio V. Dias

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), no Bié, manifestou-se preocupado com a falta de programas para o repovoamento florestal por parte das administrações municipais e de moradores das novas centralidades naquela província.

Rosário Jacinto referiu que, em função da época chuvosa, o director do Instituto de Desenvolvimento Florestal criou vários viveiros com diferentes espécies, entre cedros, eucaliptos e acácias, para serem plantados em cinco hectares por cada um dos

nove municípios da província. O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal frisou que a iniciativa do organismo não teve o respaldo das administrações municipais, para a efectivação do referido programa.

Apenas o Cuito apresentou um programa de plantação de árvores nas proximidades do mercado do Tchissindo, dos cemitérios monumento e municipal e em algumas das artérias da sua cidade. Rosário Jacinto informou que no município do Cuito, os projectos de âmbito ambiental foram concretizados em cooperação com as associações juvenis, como os escuteiros, Conselho Provincial da Juventude e a JMPLA.

O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal lamentou a falta de colaboração dos moradores das novas centralidade construídas nos municípios do interior, salientando que estes também nunca apresentam programas para a plantação de árvores em forma de cortinas de vento.

Abate de árvores

Outra situação que preocupa director do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Bié tem a ver com o abate em grande escala de árvores pela população, para a produção de lenha de carvão, comercializado na localidade e serve se sustento das várias famílias.

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal adianta que uma das consequências do abate desordenado de árvores é o surgimento de estiagens, além de ventos fortes que acarretam prejuízos avultados para as comunidades.

Rosário Jacinto aconselha, no entanto, que para cada árvore cortada devia ser obrigatória a plantação de outras cinco. Deste modo, estava garantida a conservação dos ecos sistema.

10.31 Danos da chuva foram avaliados

Jornal de Angola

19 De Março de 2015

A chuva e o vento forte de sábado em Luanda, destruiu 12 casas na localidade de Salão, Icolo e Bengo, cujos moradores perderam igualmente todos os outros haveres, disse à Angop o administrador municipal.

Adriano Mendes de Carvalho, que visitou a localidade, ordenou a realização do levantamento das

casas destruídas e do número de famílias que ficaram sem tecto para a serem transferidas para local seguro.

O administrador municipal referiu que a ponte que "durante muitos anos permitiu a ligação da zona com outras localidades do município" ficou submersa devido às constantes enchentes da lagoa.

A localidade de Salão, a três quilómetros da sede de Caculo Cahango, é ladeada pelas aldeias de Mutamba, Cajú, Quarta Divisão e Holongo. A população dedica-se à agricultura, pesca e criação de animais.

10.32 Governo entrega bens às vítimas do Lobito

Jornal de Angola

19 De Março de 2015

Texto: Manuel Fontoura e João Salvo

O Governo da Província do Cuanza Norte entregou bens de primeira necessidade para as vítimas das chuvas do município do Lobito, Província de Benguela, na portaria da Televisão Pública de Angola-TPA, em Ndalatando, no âmbito da campanha solidária que a estação televisiva pública leva a efeito desde a semana passada em todo o território nacional.

O secretário do Governo Provincial do Cuanza Norte, Manuel da Silva Jacinto, que representou na cerimônia o governador provincial Henrique André Júnior, considerou que todos são poucos para ajudar as famílias afectadas do Lobito e Catumbela, daí a participação das autoridades locais para minimizar os efeitos das chuvas.

A JMPIA está igualmente a desenvolver uma corrente de solidariedade junto das instituições de ensino médio e universitário, no sentido de angariar donativos que, em seguida, vão ser canalizados para as vítimas do município do Lobito.

Os interessados em aderir à campanha da JMPIA podem entregar os donativos no secretariado provincial da JMPIA, comité municipal do MPIA do Cazengo e nas igrejas.

Lundas apoiam vítimas

Os governos provinciais da Lunda Sul e da Lunda Norte procederam à entrega de um donativo composto por cerca de 80 toneladas de produtos diversos, para as vítimas das chuvas de Benguela.

A entrega dos donativos decorreu no Aeroporto Internacional de Catumbela, numa cerimónia testemunhada pelo governador provincial de Benguela, Isaac dos Anjos, e dos seus homólogos da Lunda Sul, Cândida Narciso, e da Lunda Norte, Ernesto Muangala.

Durante a entrega do donativo, a governadora provincial da Lunda Sul, Cândida Narciso, considerou que o gesto representa uma demonstração de que "os valores morais e éticos deixados pelos nossos antepassados ainda continuam bem firmes, para acudir a população em todos os momentos em que surgirem calamidades naturais".

Acrescentou que a intenção da deslocação governamental a Benguela foi levar carinho, alento e solidariedade às famílias que perderam os seus entes queridos na tragédia.

O governador provincial da Lunda Norte, Ernesto Muangala, disse que a província que dirige contribuiu com mais de 20 toneladas de produtos diversos para apoiar as famílias afectadas.

Encorajou a população a ser determinada e a ajudar o Governo de Benguela a solucionar os problemas deixados pelas enxurradas.

Outra entidade que também contribuiu para minimizar as carências da população afectada pelas chuvas de Lobito foi a Empresa Nacional de Diamantes (ENDIAMA), que disponibilizou um valor de 180 milhões de kwanzas e três camiões com meios de construção e roupa.

A Empresa Nacional de Diamantes mobilizou ainda meios e técnicos da sua clínica Sagrada Esperança para ajudar o Governo Provincial de Benguela.

10.33 Governo trava construção de casas em zonas de risco

Jornal de Angola

19 De Março de 2015

O governador provincial do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, apelou terça-feira às populações da província para evitar construir em zonas de risco, por isso constituir um perigo para vida humana.

Falando à imprensa no final do acto de entrega de um donativo para as vítimas das chuvas no Lobito, Eusébio de Brito Teixeira aconselhou à tomada de consciência do perigo da construção em zonas de risco.

O governador provincial informou que a cidade do Sumbe tem características idênticas às do Lobito e os seus moradores devem evitar essa prática de construção que causou a morte de 74 pessoas no Lobito no dia 11 de Março.

Na cidade do Sumbe, desde Dezembro, o Governo do Cuanza Sul está a realizar um programa de loteamento da área da Pomba, a fim de retirar as famílias de zonas de risco. Daí o governador ter apelado às administrações municipais para serem actuautes e fiscalizadoras, por forma a evitar que muitos oportunistas, com objectivo do lucro fácil, comercializem terrenos em locais de passagem das águas pluviais.

O director provincial da Energia e Aguas, José Luís Antunes Amaro e Silva, garantiu entretanto uma melhoria no tratamento e distribuição de água à cidade do Sumbe.

O responsável informou que estão a ser montadas novas condutas domiciliaries na cidade e bairros periféricos e construída uma nova central de captação e bombagem, com capacidade de bombeamento de 15 mil metros cúbicos de água.

"Estão a ser executados trabalhos destinados à melhoria do fornecimento de água à população", garantiu o director provincial, reconhecendo haver problemas na periferia da cidade do Sumbe, porque a conduta é muito antiga e há necessidade de a substituir de forma urgente.

10.34 A chuva é obra da natureza, mas os impactos humanos e económicos não

Novo Jornal

20 De Março de 2015

COM AS CHUVAS intensas que se abatem por vários pontos do país, não é somente o número de pessoas vulneráveis (especialmente em áreas urbanas) que aumentou, mas também a frequência e gravidade dos

desastres relacionados ao clima, e a incapacidade das instituições públicas para promover a segurança e desenvolvimento das zonas urbanas.

Discordo das ideias segundo a qual, tudo que ocorreu no Lobito e Catumbela, são apenas consequências de um fenómeno natural que ficou agravado porque determinadas pessoas optaram por erguer as suas habitações em zonas de risco.

Esta é a ideia que subjaz em muitos dos discursos, apelos e notícias que temos estado a acompanhar. De nada vale tentar esconder as demais causas da tragédia, sobretudo aquelas que estão relacionadas com as capacidades institucionais dos governos provinciais, administrações municipais, e tantos outros.

Mesmo que as chuvas tenham sido torrenciais e os ventos ciclónicos como tive oportunidade de ler na imprensa, isto não justifica a morte de cerca de 74 pessoas entre adultos e crianças, o desabamento de mais de 119 casas, a inundação de 8 escolas, o desalojamento de mais de 100 famílias, sem falar das perdas para economia que raramente são contabilizadas.

Até onde eu sei por mais intensas que as chuvas possam ser, as inundações ou enchentes ocorrem se as águas das chuvas não forem suficientemente absorvidas pelo solo ou outras formas de escoamento. É no Lobito a situação não poderia ter sido diferente.

Em fenómenos naturais como o que aconteceu no Lobito. o número de vítimas e a extensão dos danos materiais, económicos e sociais daí resultantes depende também das capacidades pré-existentes para prevenir e reagir ao desastre e suas consequências, e não apenas da severidade ou intensidade do fenómeno.

Dado o perfil climático do país é muito normal a ocorrência de chuvas', o que não é normal é que se tenham feito poucos investimentos para se reduzir os riscos, evitar os danos e mitigar os impactos negativos das chuvas.

Sabem os Angolanos e as Angolanas que a mitigação ou redução do impacto dos desastres dá-se através de medidas de cunho correctivo, como as obras de engenharia, medidas de carácter preventivo, adequada gestão urbana e municipal, dentre outras.

Entendendo que as medidas estruturais por si só são caras, paliativas, e podem ocasionar impactos ambientais, sociais não desejados, se deveria também investir em medidas educativas, já que estas tendem a ser muito mais baratas.

Avaliar esta tragédia apenas pelo número de vítimas, e pelos extensos danos humanos, ambientais, económicos e sociais que o desastre provocou é tão importante como assumir as responsabilidades e as consequências que dele advém.

A tragédia do Lobito nos ensina que por mais intensa

que possa ser, a chuva se torna um grave problema quando o perigo se encontra com a vulnerabilidade socioeconómica de muitas das suas vítimas. Pois se a chuva é obra da natureza as vítimas e os danos causados por esta são de responsabilidade humana.

10.35 Entrevista

Novo Jornal

20 De Março de 2015

Ainda sobre a sua publicação no Facebook afirma o seguinte: "Espero mesmo que a tragédia do Lobito nos tenha dado lições sobre a necessidade da promoção do 'bem fazer', em detrimento da nossa cultura de buscar os fracos aos quais a culpa deve caber como uma luva retirada de um "balão de fardo?". Quer falar sobre o destinatário do recado deixado?"

Os destinatários somos todos nós na nossa condição de cidadão, eleitor, contribuinte e detentor de direitos. Compete ao cidadão participar nos programas de governo e também fiscalizar a acção do governo. Agora, há vozes que se fazem ouvir "aqui e ali", identificando os culpados pelos resultados da tragédia. E sabemos que o elo mais fraco neste momento são aqueles moradores da região do infortúnio, mas esquecem-se os promotores deste discurso que ao imputarem os cidadãos como culpados, imputam também culpa ao Estado pela sua inépcia em regular a acção dos cidadãos.

Acha que os especialistas da área de ordenamento do território, arquitectura, etc. etc., não têm sido ouvidos ou estes mesmos não têm feito soar a sua voz?

Existem órgãos do governo e ordens profissionais da área. Acredito que em algum momento eles têm participado ou apresentado junto do governo as suas ideias. Contudo, desconhecemos o grau de assimilação destas ideias pelos programas do governo. Há um 'déficit' de informação sobre a questão.

Quem deveria assumir a responsabilidade numa altura como esta em que teve lugar a tragédia do Lobito?

Definitivamente, a responsabilidade é do Estado, mas isso não o converte em actor solitário no processo.

Voltando à publicação que serviu de mote para esta conversa. Quando afirma que "o princípio que leva o Estado a organizar campanhas de vacinação para salvar as pessoas das doenças e de uma eventual morte é o mesmo que deve ser aplicado com a prática das construções em zonas de risco", não estará a miniaturizar demasiadamente o problema, já que parece que estamos perante um gigantesco problema que transcende, às vezes, as fronteiras do bom senso do cidadão, uma vez que algumas famílias se encontram há mais de 20 anos nessas zonas? Não há aqui um problema estruturante da situação?

Apresentado desta maneira, a comparação parece mesmo desproporcional, mas o que queríamos demonstrar com o exemplo é a natureza da responsabilidade 'ex ante facto' do Estado. Ele concebe prognósticos, previsões sobre o resultado das suas acções ou das dos seus cidadãos. Quando essas acções denunciarem eventuais danos à condição humana e/ou atentado à vida, compete ao Estado desenvolver acções preventivas. Reconhecemos que a situação é gigantesca, também reconhecemos que é um problema estruturante, contudo nunca deve o Estado demitir-se das suas responsabilidades seja em que circunstâncias ele se encontre. Temos consciência de como as políticas de governo foram prejudicadas pela conjuntura política do país ao longo dos anos que durou a guerra civil. Sabemos também que a reversão do cenário requer tempo e recursos que não estão disponíveis nas quantidades e qualidades que satisfaçam as expectativas da sociedade. Por isso, o discurso que se espera do Estado é o de convocar sinergias para abordar o fenómeno sem ferir a justiça social, e os seus deveres na sua relação com os cidadãos.

O primeiro secretário do MPLA em Luanda, Bento Bento, "solicitou e alertou para a retirada imediata de todos os cidadãos em Luanda que vivem em zona de risco", Estes apelos têm maior força quando advêm de entidades políticas do que propriamente da sociedade civil, por exemplo?

Sim, porque a base de governo assenta essencialmente nos políticos; é neles que está concentrado o poder e o controlo dos mecanismos de distribuição dos privilégios conferidos pelo Estado. Agora, sobre o pronunciamento, o mesmo, se acatado, pode prejudicar mais a situação desses cidadãos do que os beneficiar. Para onde iriam esses cidadãos? O que os levou a construir nessas zonas de risco? E qual foi a experiência do senhor secretário sobre a gestão desta questão enquanto governou Luanda?

Como tem acompanhado a onda de solidariedade em relação aos sinistrados do Lobito? Acha que este movimento poderia estender-se igualmente às pessoas que se encontram ainda em zonas de risco, no sentido de se perceber até as motivações que as levaram a construir nesses lugares?

Há muito que não testemunhava um movimento de solidariedade como este em Angola. Temos tido exemplos dignos, como o dos Gambos, Cunene..., mas este talvez - também pela mediatização e pelo aparato da mobilização, a dimensão das "dores" - tenha unido mais os Angolanos. São situações como estas que me fazem sentir orgulho na nossa gente. Sobre o estender do movimento, é preciso compreender que a questão não se resume ao acto de construir em zonas de riscos, é necessário compreender as razões desta prática, até porque essas zonas não são constituídas por condomínios de luxo, ao contrário, por construções precárias. É crença minha que o foco deve primeiro assentar na compreensão das origens do fenómeno para depois se pensar em soluções que não firam a justiça social e os direitos dos cidadãos.

10.36 Isaac dos Anjos culpa administração do Lobito pela tragédia

Jornal República
20 De Março de 2015

O governador provincial de Benguela realçou que as famílias desalojadas pelas chuvas, que já provocaram 74 mortes, segundo dados provisórios divulgados até domingo pelos Serviços de Protecção Civil, são alojados na zona das Antenas e de Bango, no município do Lobito.

Posteriormente, referiu o governador, as famílias vão beneficiar de lotes de terreno em áreas seguras, para erguerem definitivamente as suas casas, logo que recebam os materiais de construção.

Isaac dos Anjos, que visitava os locais para o acolhimento temporário dos sinistrados no Lobito, disse que outras 50 famílias da Catumbela vão ser igualmente realojadas, no bairro do Alto Niva. Em termos de prejuízos, o governador provincial de Benguela informou que a avaliação ainda não está concluída.

A preocupação das autoridades, neste momento, é trabalhar na localização e identificação de cadáveres, alojamento dos sobreviventes, contabilizar as pessoas

em zonas de risco e criar condições para desalojamento e alojamento em locais mais seguros.

Isaac dos Anjos apontou "a falência administrativa e operacional", falta de limpeza e de manutenção dos canais das águas pluviais como os factores que estiveram na base das enxurradas, principalmente nos bairros do Liro e da Luz, na cidade do Lobito. "Temos que assumir a responsabilidade por estes males e intervir no sentido de corrigir e monitorar de modo diferente", afirmou o governador, para quem "os bairros periféricos são tão importantes quanto a zona asfaltada, daí que não podem ser esquecidas", refere.

Quanto às escolas que continuam inoperantes, por causa das inundações, o governador de Benguela referiu que "carecem de uma intervenção urgente". Os alunos destas escolas vão ser transferidos para outros estabelecimentos de ensino.

O Governo Provincial de Benguela manifestou a sua consternação pelas vítimas das trovoadas na Ganda e em Caimbambo. Sobre esta questão, Isaac dos Anjos afirmou que existe um Decreto Presidencial e uma circular do Ministro do Interior, que obrigam à colocação dos pára-raios, principalmente nos estabelecimentos públicos.

10.37 Isaac e Amaro divergem

Novo Jornal
20 De Março de 2015

A TRAGÉDIA da semana passada em Benguela que vitimou 74 pessoas, dados que são provisórios, em consequência das chuvas que se abateram sobre a província reacendeu mais uma vez o clima tenso entre o governador provincial Isaac dos Anjos e o administrador do Lobito, Amaro Ricardo.

Tudo terá acontecido devido ao pronunciamento de Isaac dos Anjos que sem receios culpou a administração do Lobito pelo sinistro.

De acordo com o responsável máximo da província "a falência administrativa e operacional", do município do Lobito resultou na falta de limpeza e manutenção dos canais de drenagem, contribuindo assim para a morte dos cidadãos daquela zona.

O pronunciamento que não agradou o administrador do Lobito, por entender que a situação vivida começa na base e termina em estruturas mais competentes para resolverem os problemas dos canais de drenagem.

"Este é um assunto muito complexo que foge e ultrapassa as competências municipais. É muito maior que isso. Há um projecto integrado de infra-estruturas de Benguela que prevê reabilitar todos os canais de drenagem e a macro drenagem. Este projecto começou e não foi concluído. Existe um conjunto de estruturas e entidades que estão neste processo e no meu entender há uma co-responsabilidade muito ampla", disse Amaro Ricardo.

De acordo com o administrador municipal do Lobito, a sua localidade não reúne, por si só, condições para ultrapassar os problemas dos canais, situação que deve ser abordada com alguma sensatez.

"Municípios como o nosso, com uma dimensão e complexidade infra-estrutural enorme, estão muito longe de ter recursos à sua disposição para cuidar e gerir estruturas complexas como são os canais de drenagem do Lobito", explicou Amaro Ricardo, que concluiu negando a ideia de que os moradores do Lobito morreram nos canais de drenagem.

"Infelizmente os nossos sinistrados não perderam as vidas nos canais de macro drenagem. Perderam as suas vidas nas zonas residenciais, na parte dos morros, e os corpos vieram parar à zona baixa do Lobito pela força das águas", concluiu.

10.38 O dilúvio no Lobito

Jornal República

20 De Março de 2015

Texto: Francisco Rasgado

Somos todos culpados pela actual crise nacional? Era o que faltava!

Assistimos diariamente à prepotência, o desprezo, a negligência e o populismo com que os políticos e governantes ditam as regras que mexem no erário público, com justificações ridículas, que visam equilibrar uma instabilidade criada pelas más políticas, que há vários anos tem sido a sua base de intervenção. A preocupação dos governantes angolanos é sustentar uma infinidade de serviços, projectos e programas, muitos deles sem qualquer utilidade pública, mas que a seu bel-prazer promovem carreiras e fortunas aos amigos. Sabemos que para alguns políticos, as verdades nunca são absolutas e mudam consoante as necessidades. O povo, que constitui o rebanho os eleitores, são apenas figurantes de que os políticos se servem para atingir os seus projectos pessoais. Como faz falta a

Angola uma entidade de consenso e acima de qualquer suspeita que, atribua responsabilidades aos seus governantes e, os, a pagar pela situação por eles criada no país.

Não digam que a população de Angola não tem o direito de saber onde são gastos os dinheiros da maior fonte de rendimento do país e as contribuições obrigatórias.

Nas outras latitudes, a população tem acesso a todos os gastos do Estado e, podem consultar as despesas de ministros e assessores. Porém, desafio o poder central para que faça o mesmo em Angola. A isto sim, chamaria "coragem política". Mais do que nunca é hora de sermos audazes e reprovamos a política de gestão do país, que não poupa nem atenua a miséria e o sofrimento deste espezinhado povo, da situação da qual está submetida. O que fina no que muda.

A enxurrada caí dos murros, zonas consideradas de risco, que abalou o mundo, Angola e em particular Benguela.

O povo de Benguela e em particular do Lobito quer a cabeça de Amaro Segunda, administrador do município do Lobito e acusa-o de assassino, potencial responsável pela grande tragédia que se abateu sobre o Lobito, funda mentalmente nas zonas de risco. A ganância exagerada pelo dinheiro (venda de terrenos) levou-o conscientemente a ignorar, permitindo que os vasos comunicantes das valas de drenagens do P.D.I.C - Projecto de Desenvolvimento Industrial da Catumbela e outras, fossem obstruídos para facilitar o assentamento de novos inquilinos. A preocupação com os terrenos que dão muito bom dinheiro tem sido tão grande que o projecto 1000 m2 para cada cidadão para fins habitacionais de Isaac dos Anjos, tem sido de certa maneira ignorado ou implementado de animo leve. Isaac dos Anjos, governador da Província de Benguela, há um tempo a esta parte, orientou expressamente o administrador do Lobito para a necessidade urgente de retirar toda a população das zonas de risco. O que não aconteceu. Pois as preocupações para este administrador, de momento, são outras. E os resultados estão aqui bem visíveis como resultante de uma ausência gritante de poder.

No entanto, importa aqui salientar que, transferir os moradores das zonas de risco para áreas longínquas, distantes do seu mercado de trabalho, sem saneamento básico, água e luz, com apenas meia dúzia de chapas e tijolos, não é nada político e constitui um autêntico atentado a dignidade humana. Na verdade, os espaços dignos são reservados para negociatas e negócios deles. Como é óbvio os

moradores voltarão a precedência ou ocupar outros espaços com semelhantes riscos.

Onde estão as centralidades, nada dignificantes para os moradores de baixa renda? Mais uma vez, o lema é baralhar e voltar a dar aos mesmos. A população de Angola só quer actos de e com responsabilidades e respeito pela sua dignidade como tal, - angolana, cidadã e eleitoral.

Benguela, na quarta-feira, dia 11 de Março de 2015, foi arrancada à normalidade e colocada perante a morte. A morte individual e a morte de tudo: "parecia o fim do mundo".

"Dezenas de pessoas foram levadas pela água. Júlio, no meio da torrencial chuvada que abateu sobre o Lobito disse à mulher e aos filhos para saírem do carro - foram arrastados e até o momento, não sabe deles. Kudy viu passar casas inteiras, carros e frigoríficos nas enxurradas".

Uma situação como as dos dias 11 e 12 no Lobito poderá ocorrer uma vez mais nós próximos tempos. Mas a situação excepcional de chuvas foi agravada pela ocupação irregular do terreno e pelo solo tomado permeável pela de florestação e aterros anárquicos dos mangais, ti numa febre louca de acumulação primitiva de capital, levada a cabo por figuras com responsabilidades acrescidas. As ribeiras dos bairros Lira, Alto Liro, Acongo, 4 de Abril, São João, toda zona e, da Santa-Cruz, Belavista e Boavista, nascem nos morros que dominam o Lobito e, por conseguinte, levaram com todas as cargas de água.

A mistura de rochas, lama e água a alta velocidade, fê-las transbordar, rebentar os canais que as contêm e inundar a baixa do Lobito.

Nos últimos anos, no mandato de Amaro Segunda tem havido muitas críticas ao ordenamento do município do Lobito e ao licenciamento de construções próximas do leito das ribeiras e aos aterros abusivos dos mangais impedindo a livre circulação da sua água.

Amaro Segunda administrador do município do Lobito, não obstante, recusar responsabilidades, manifestou estar preocupado com a imagem do Lobito no mundo, pois está com a cabeça a prémio. Foi uma grande tragédia que deixaria um incalculável número de desalojados e teria matado, segundo dados oficiais, mais de 72 pessoas, das quais 40 crianças e muitos danos materiais. No entanto, ainda há muitos corpos por recolher e encontrar no Lobito. Todavia, os lobitangas do morro, atingidos por está

grande tragédia só têm uma terra. Só têm uma casa. Só têm um lar.

Ninguém sugere que se forje uma "unidade Nacional" forçada, ou que se branqueiem escândalos do momento. O que é preciso é que a Protecção Civil e Bombeiros se equipe, e faça formação para funções de intervenção em catástrofe, ou ajuda num ambiente de risco. O governo central e os seus ministros presentes, e o governo da província de Benguela, que se mobilizem perante o desafio, mostrando que, perante a presente calamidade pública, conseguiram minimizar perdas e danos. Será? Houve sim, muita palhaçada, muito aproveitamento e, como se não bastasse, dos políticos, dos governantes, de supostas organizações sociais, das empresas e entidades individuais descapitalizadas pela crise imposta por eles. Onde está o Fundo Soberano? criado para colmatar as eventuais crises financeiras e calamidades? A oligarquia fez a festa. Porém, ainda há gente "graúda" que encima da tragédia vai "comer".

Sem obras que duraram anos a fazer, sem planeamento que tomou décadas, podíamos hoje ter muito mais mortos, a razia da economia local, o fim do Lobito e o regresso aos mangais. Mas enquanto o mundo não acaba, temos de recomeçar. Desde logo, porque haverá mais, e pode ser pior.

10.39 Sambizanga “castigado” por São Pedro

Jornal Grandes Notícias
20 De Março de 2015

O calendário, na sua missão de contagem do tempo, marca ainda o mês de Março, consagrado às mulheres, e, segundo as previsões metrológicas, de chuvas moderadas. Mas, na realidade, São Pedro, o fiscal inatingível dos maus-olhados dos homens, não está com meias medidas contra a cidade da Kianda. Nos últimos, os cidadãos da urbe capital têm vivido praticamente ilhados, em que as ruas se transformam em autênticas piscinas ao ar livre.

Há zonas em que a força da água arrastou tudo que encontrou pela frente. Há pessoas que não saem de casa com o receio da chuva apanhá-los no caminho e ficando, com isto, sem possibilidade de entrar pelo bairro.

Na quinta-feira, numa "missão impossível": de reportagem, o nosso repórter fotográfico, Nzila NZambi, calcorreou, por algumas horas, em zonas "sinistras" do bairro Sambizanga, como nos

Cadeeiros, largo da Frescura, Santo Rosa e na rua onde funciona o Centro Mário Santiago.

O cicerone, conhecedor das vielas, ruelas, becos e ruas do Sambizanga, não parava de falar, a cada "flash" do fotógrafo, lamentando à falta de acutilância da administradora do distrito, Mara Regina Baptista, asseverando que, "ela não conhece bem o bairro. Da rua de Benguela e arredores não passa", atirada.

Mas o objectivo do GN, nesta incursão ao "coração" do Sambizanga, foi de "auscultar fotograficamente": como tem sido estes tempos de chuva para as pessoas que vivem para além do asfalto, os nossos musseques.

O quadro é degradante. De água estagnada, nas principais ruas do distrito, e "habitar" quintais adentro. O acenou na captação das melhores imagens, para serem publicadas, a fim de chegar ao conhecimento das entidades afins, vinha de todas as partes onde, onde a nossa reportagem percorreu. Nesta edição, eis a primeira parte do trabalho de consulta dos efeitos provocado, à escala planetária, pelo melhor fiscal: a chuva... Sambizanga está submersa: cuidado!

10.40 Senhor governador, vêm aí as chuvas

Jornal República
20 De Março de 2015

Com o aproximar do período chuvoso, é relevante realizar-se os devidos trabalhos de profilaxia, antecipação e de protecção do possível temporal chuvoso que pode assolar a província de Luanda, isto é, criando enchentes ao longo do percurso das valas de drenagem que até hoje estão por se construir.

É visivelmente notório a quantidade de lixo que existe nas valas de drenagem entre a zona da Calemba, Catinton até ao Rio Cambamba, aproximadamente na zona do Benfica.

Nesta zona, não existem contentores de lixo expostos, nem muito menos contentores grandes para resíduos (entulhos de obras), fazendo-se as descargas do lixo das obras de construção no decurso das valas de drenagem e obstruindo todo o percurso das possíveis águas pluviais.

Esta situação pode causar enchentes ao longo da trajectória da cova devido ao desaguar das águas da

chuva para o percurso da vala de drenagem ainda não construída. Se não se executar as limpezas e a escavações para tomar possibilidade dos fluxos do caudal, ou as correntes das águas das chuvas possíveis sem obstruções por causa do lixo, possivelmente teremos, mais uma vez, enchentes nas zonas ribeirinhas ao longo do percurso das valas de drenagem ainda não construídas.

Este trabalho deve ser executado com alguma celeridade, para evitar danos maiores que acontecem praticamente todos os anos, ou seja, provocando inundações, destruindo habitações, mortes por afogamento, etc.

Estas pequenas obras de manutenção e de precaução devem ser realizadas com um custo mínimo sem nenhum aproveitamento económico, de maneira a tomar o custo da obra exactamente real e justo. Uma máquina buldózer e 5 camiões podem executar a obra normalmente, sem nenhum custo adicional ao longo de todo o percurso das valas de drenagem ainda por se construir.

É importante que se governe Luanda demonstrando de facto a capacidade e audácia que todos os luandenses esperam da nova governação provincial.

10.41 Lobito uma tragédia há muito anunciada

Jornal A Capital
21 De Março de 2015

Os homens, pela sua, razão de existência, pelas experiências há milhares de anos, têm de compreender que a vida humana e o seu "habitat" terá de estar conformado com o meio natural, respeitando-o e principalmente sabendo de que ao longo de milhões de anos, a dinâmica da vida sempre se adaptou à força inquebrantável da natureza que de "per si" alinha o "serpentear" e a cadência do seu próprio "sembar".

Quando, ido de Luanda no último fim-de-semana, me desloquei ao Lobito e deparei-me com a tragédia de quase uma centena de mortos, tentei compreender que tufão, ou tempestade teria passado por esta cidade mítica.

É que nas contrariedades dos anos que lá vão, o Lobito era falado pelo seu Carnaval, Caminho de Ferro, Porto; que encantava pelas suas gentes

resplandecentes com uma personalidade muito própria.

Desta vez, infelizmente, é destacado por uma trágica notícia. Tentei compreender a urbanidade da sua população e os fenómenos que se foram seguindo depois da triste enxurrada do início dos anos 70 que também a história registou como negra, com um número elevado de mortos.

Os registos, nessa altura, não eram muito fiáveis, por deliberadamente a administração colonial ter omitido sob sua responsabilidade os reais mortos, para evitar, eventualmente, outros dissabores pela evidente condenação internacional, não bastasse apenas a colonização e a subjacente discriminação racial e as más condições de vida.

Os factos à época referidos, Já intencionalmente indiciavam a precariedade das estruturas de gestão urbana que levariam o Lobito na mais ensobrada noite, que no seu latejar, arrastava sem dó nem piedade dezenas de crianças, mães e outros que impavidamente sentiram-se impotentes ante à força da natureza verdadeiramente arrasadora.

Dizia-me a tia Chiquita, Camutangre de pura gema, também ela até há bem pouco tempo administradora de uma das zonas mais emblemáticas do Lobito, que as estruturas do Governo tentaram e lutaram para que as populações não construíssem nas valas de drenagem, feitas propositadamente no tempo colonial sob a direcção do famoso Engenheiro Falcão. "É que nós destruíamos e dias depois lá estava a população a construir. O mais grave ainda é que o partido na oposição, a Unita, ataçava os populares para que construíssem nessas valas, dizendo que o colono já foi embora e que nós temos de fazer o que queremos". (...) O mais triste é que depois do que aconteceu, a Unita desapareceu e nem deu um pio, porque sabem que foram eles que foram ataçando a população para construir em zonas de risco". Infelizmente essa foi a situação", rematou...

Temos de reconhecer que há muito não via a sociedade angolana tão mobilizada e a responder firmemente aos apelos para a solidariedade com as populações que ficaram sem alojamento, com parentes mortos e desaparecidos. Literalmente, uma resposta enérgica e de elevado valor altruísta.

Mas, quem vive no Lobito sabe que as fortes chuvas que foram caindo não são próprias de cidades do litoral. No interior talvez sim. Mas quando vêm ciclicamente, com rajadas de vento à mistura, para os que vivem nos morros o perigo anda à espreita e construir nas valas de passagem de água é como que construíssemos numa estrada onde os blindados

irremediavelmente teriam de passar arrasando tudo e todos.

O "velho" Cristiano Almeida. já bem perto das casa dos oitenta, um dos filhos nascidos no Luau e que fez do Lobito a sua terra natal, comentava há pouco tempo aquando da inauguração das infra-estruturas ferroviárias naquele município do Moxico, que contou com a bênção de uma grande chuvada, que se a mesma caísse no Lobito, as consequências seriam desastrosas. -

Dito e feito! A voz da experiência rogava apenas para que a natureza fosse benevolente. Mas, infelizmente, nada disso aconteceu. Na verdade, o que se passou nessa cidade tem de nos servir de exemplo para que no futuro não voltemos a ter a visão opaca do que é teórica e realisticamente previsível.

É esse o Lobito, com gentes de muita referência pelo estatuto que já gozavam nos anos idos, como a família Paixão Franco, do Compão, Rosa e Silva, actual ministra da Cultura, da Caponte ou o velho Jorge Valentim, da Canata, que saberão provavelmente explicar com vivência, o que levou efectivamente ao extremo,

É que não se pode gerir cidades com muito populismo, deixando que todos façam o que querem, onde querem e da maneira que mais lhe convir, mel" mo que choque com todos os valores de urbanidade.

A dureza nestes casos exige-se sob pena de casos como este virem a acontecer permanentemente, É o que se passa com os mercados nas estradas. Só estamos a espera que um dia desses venha um camião sem travões e ... mais uma catástrofe. Aí, surgirão naturalmente os arautos defensores das violações das regras urbanas, hoje vestidos de pele de cordeiro, pedindo para que se coloque uma tranca na porta depois da casa arrombada.

São os defensores do populismo que, quando acontecem esses acidentes, enterram as suas cabeças como a avestruz e, num silêncio sepulcral, como se nada tivesse acontecido, fingem a boa maneira "samaritana" eximindo-se de qualquer responsabilidade.

Sabemos e temos conhecimento que a nossa oposição, no caso específico da Unita, tem ataçado a população para vender nas ruas, construir em zonas proibidas, pretendendo com isso criar o caos urbano e a ingovernabilidade das grandes cidades. Só que, esta questão também é estratégica. E nessas matérias, para quem luta para governar exige-se um sentido de profunda responsabilidade de forma a credibilizar as suas acções com sentido de Estado e visão futurista.

Vejamos ainda o caso do Lobito. Quem entra nessa cidade vindo de Luanda encontra milhares de pessoas nas bermas da entrada na Bela Vista, no chamado Mercado do Contente, e cá mais abaixo na Rotunda do Africano, transformando estes lugares num verdadeiro "Roque Santeiro", colocando uma das cidades que até bem pouco tempo era o "ex libris" em Angola e um exemplo de urbanidade, na lista "negra".

Há aqui certamente alguma "indigestão" dos munícipes cujos seus nobres expoentes provavelmente pouco ou nada contribuem nas ideias, num eventual Conselho de Concertação Social que, a priori, deveria assumir linhas fortes de organização administrativa. Fico sem entender, até porque o Engenheiro Isaac dos Anjos, o governador de Benguela, é daqueles que "mata a cobra e mostra o pau" e O seu Administrador do Lobito, o Dr. Amare Ricardo também tem tido, ao que se diz, uma governação moderna. Então o que tem faltado? Punho duro? Ideias?

10.42 Morros da Boa Vista, Luz e Samba só esperam desabamento

Jornal A Capital
21 De Março de 2015

Nestes locais, não poucas vezes reportados pelo A Capital, a situação afigura-se mais preocupante. Alguns moradores explicaram que são obrigados a se refugiar no topo do morro prevenindo-se de uma possível derrocada.

"Quando surgem as tempestades ficamos sem saber o que fazer. Se olhamos para a casa que pode desabar, se retiramos as águas que inundam o interior das mesmas ou se corremos com os nossos filhos para o topo do morro", que, alegadamente, oferece alguma segurança.

"O perigo é iminente. Só tem Deus para nos ajudar", rezo Moradora do Morro da Luz, Ângela Trigão explicou que parte da si casa desabou recentemente em consequência das chuvas, o que a forçou refugiar-se em casa de familiares.

"Não temos onde morar, mas também, não podemos ficar para sempre em casa dos parentes", matou.

Grande parte das famílias que vem nestas circunstâncias são provenientes de algumas

províncias dopaís, provavelmente, à procura de melhores condições de vida.

10.43 O dia que lobito parou

Jornal O Crime
21 De Março de 2015
Texto: Marcos António

Santa Cruz, um dos bairros encravados entre Lobito e Catumbela, funcionou, quinta-feira última, 2, como uma paragem obrigatória para quem deixava Benguela em direcção à cidade portuária, assolada pela tragédia que resultou em mais de sessenta mortos, entre os quais inúmeras crianças. Para lá, bem nas imediações do estádio do Buraco, acorriam centenas de cidadãos preocupados com os estragos provocados pelas chuvas que caíram um dia antes, tal como documentam as imagens que exibimos. Até chegar ao local de convergência, a nossa reportagem foi, se quisermos, avisada para cenário que encontraria, ao testemunhar o rasto de destruição patente nos cerca de 25 quilómetros percorridos.

À saída de Benguela, ainda antes de ter constatado infra-estruturas parcialmente quebradas, sobretudo no perímetro do Pólo Industrial da Catumbela, e muito lixo na via pública, tomava conhecimento da morte de uma cidadã na Caota, arredores das Acácias Rubras, e da destruição da passagem hidráulica que ligava a pequena localidade à capital da província. Era, sem dúvida, o prenúncio de um cenário bem mais desolador, traduzido, como se sabe, na morte de dezenas de pessoas arrastadas das chamadas zonas de risco do Lobito para a parte baixa.

As chuvas destroçaram a zona alta do Lobito, provocando centenas de desalojados, agora à espera de alternativas à destruição das suas moradias. Perante a dor de familiares das vítimas, o soba do Wacongo, Pedro Penda, dizia a efectivos dos Serviços de Protecção Civil que tinha participado em buscas que permitiram remover cerca de trinta corpos até às primeiras horas da manhã. O senhor Penda preferia não acreditar, daí os constantes solavancos no seu discurso, mas não teve como fugir da real. Afinal, tinha acabado de participar numa operação de quase cinco horas, que teve início à meia-noite, com as fortes chuvas transformadas já em pequenas pingas. As pessoas foram arrastadas do Alto Esperança, do Bairro Novo e do Wacanga para valas e para junto de uma escola primária e do super mercado Kero, que teve as portas fechadas devido à calamidade.

"Existem ainda muitas pessoas desaparecidas. A chuva, senhores jornalistas, começou a cair por volta das 2) horas, tendo normalizado no início da madrugada", contou o soba, pouco antes de ter avançado para a procura de duas crianças. Dirigente do Wacongo, Paulo Penda disse que o espírito de irmandade e de liderança determinou a sua "aventura", realizada nas vestes de pai e de ser humano.

Enquanto nos preparávamos para uma viagem em direcção a outros pontos críticos, ouvíamos a revolta de jovens ali concentrados, muitos deles empenhados na recolha de cadáveres, motivada por uma pretensa passividade de oficiais do Copo de Bombeiros. Depois de terem retirado um total de dezassete cadáveres, eles lamentavam o facto de não se ter verificado efectivos em zonas onde se supunha existir perigo. Daí que, ironicamente, foram reclamando emprego no Serviço de Protecção Civil, uma vez que funcionários deste organismo, pagos para missões de salvamento, pouco ou nada faziam para justificar a remuneração. Apesar do convite, os efectivos presentes no bairro Santa Cruz não quiseram prestar declarações ao nosso jornal.

O choro da madrugada

A meio da manhã, com o sol a dar o ar da sua graça, chegávamos à casa mortuária do Hospital Regional do Lobito, vencida que estava a batalha do engarrafamento ia tomando conta da cidade. Gritos de dor, lágrimas e desespero eram, sem surpresa nenhuma, mais do que evidentes. Todos queriam identificar familiares desaparecidos.

Apesar do corre-corre, o chefe da Secção Municipal de Saúde, Dr. Zeferino Joaquim, teve tempo para explicar que existiam já 32 cadáveres, que sobrelotavam as 17 morgues existentes. "A situação torna-se bem mais preocupante porque o número deve aumentar a qualquer momento", salientava o responsável, que tratou de apelar à celeridade na hora da identificação de cadáveres para a emissão de certidões de óbito.

De acordo com Zeferino Joaquim, quadro do momento, verificado quando se estava muito longe dos 62 mortos anunciados na altura em que fechávamos esta edição, condicionava a conservação dos corpos.

Rendido às evidências, disse que seria necessária a trasladação de corpos para as morgues da Catumbela, da Graça e de Benguela. "Pedimos que os familiares localizem as vítimas", reafirmou, ciente de que o Hospital deveria manter o contacto com as equipas que trabalhavam no terreno.

Administrador apela por intervenção divina

“É preciso rezarmos”

Na hora do anúncio da criação de uma comissão governamental para a gestão da crise, logo à saída de uma reunião com o vice-governador Vítor Sardinha Moita, o administrador do Lobito falava em 28 casas destruídas, com as pessoas desalojadas à espera da mão caridosa das autoridades.

Os números, sabendo-se que é preciso rezar para que os próximos dias sejam de trégua, parecem irrelevantes quando analisado o cerne do discurso de Amaro Ricardo Segunda.

O administrador assinala que toda a zona alta, bastante sensível, tem uma geografia complexa, com montes e valores. “temos casas construídas sobre linhas de água”, reforça o dirigente, que recorda a “viagem” - de 2 ou 3 quilómetros - feita pelos corpos até à estrada nacional n° 100, entre a Catumbela e o Lobito.

Acrescentou que existem centenas de casas em linhas de água localizadas na Santa Cruz, onde teve início a nossa incursão, e advertiu que estes acidentes geográficos são rios secos que parecem seguros enquanto não chove. Lançados estes elementos, o administrador municipal fez saber que o momento é de preocupação face aos desaparecidos, provavelmente soterrados pela lama, e garantiu que a equipa do Governo vai providenciar a logística (alimentação, transporte e urnas) para a realização das exéquias fúnebres.

Governo apanhado em contra mão

O administrador do Lobito colocou o acento tónico no que considera ser a problemática da construção em zonas de risco, num pronunciamento feito já depois de alguns analistas, entre os quais o jurista Branco Lima e o jornalista Jaime Azulay, terem questionado a fiscalização do Governo ao longo de vários anos.

Analisando as coisas por este prisma, não há como ignorar as advertências que vinham sendo feitas pelo arquitecto Felisberto Amado, que voltou, em declarações ao A Capital, a tecer críticas à actuação das autoridades.

Com as cidades do Lobito e de Benguela no centro das atenções, o professor universitário foi peremptório em afirmar que a fiscalização tem vindo a falhar.

Mais do que isto, e numa perspectiva mais política, lembrou que um determinado povo dá o voto de

confiança a dirigentes que julgam capazes de satisfazer os seus anseios. Ao transferir esta máxima para o assunto em causa, afirmou, também de forma contundente, que as autoridades perderam o desafio da criação de infra-estruturas que possam resistir a intempéries. Na óptica de Felisberto Amado, insistir na questão de construções em linhas de água é, como se diz, "sacudir a água do capote".

Situações ocorridas há poucos anos levam o académico a acreditar num Executivo passivo daqui a algum tempo, ignorando a necessidade de uma forte aposta na criação de urbanizações com equipamentos que garantam segurança e comodidade.

Amado, antigo quadro das Obras Públicas, considera haver uma nítida impressão de que os responsáveis das Administrações Municipais trabalham para satisfazer quem os nomeia, passando ao lado dos problemas do povo. "Tudo isto porque ainda não temos as autarquias, não existem dúvidas, os administradores devem começar a ser eleitos", sustentou, para mais adiante, em jeito de remate, realçar que a população deve rezar para não chover.

10.44 Os cacós da tragédia do Lobito

Jornal A Capital

21 De Março de 2015

Texto: Marcos António

Cidade traída por acidentes geográficos como montanhas e valas, de onde foi retirada a maior parte das mais de setenta vítimas da tragédia, Lobito não merecia um alarme tão estrondoso para dar início ao árduo trabalho tendente a identificar áreas para o realojamento de famílias em zonas de risco, transferi das para as tendas que o Governo de Benguela instalou em pontos seguros.

Admite-se que o momento não seja para uma operação de "caça culpados", como sugere o administrador municipal, mas não há como fugir de um elemento consensual, até mesmo entre governantes, agora debaixo da crítica de especialistas que conhecem as características da cidade como as palmas das suas próprias mãos.

A este respeito, o governador Isaac Maria dos Anjos refere que o seu posicionamento será conhecido só quando a assistência estiver concluída, uma vez que o quadro actual é propenso a "aproveitamentos políticos". Foi, sem dúvida, a demonstração de que a responsabilização e a identificação de culpados são

contas para outros rosários, pelo menos nas hostes do seu Executivo. Para já, percebe-se, a prioridade consiste em distribuir à população sinistrada a assistência que chega de vários quadrantes. Hoje, 21, deve ser concluída a operação de limpeza da cidade, para a qual foram chamados cerca de trezentos efectivos das Forças Armadas Angolanas, após as queixas relativas a um pretenso atraso na entrega do apoio.

No passado domingo, quatro dias depois, eram várias as famílias que viviam em casas parcialmente destruídas, queixando-se de falta de comida e de vestuário. Mais do que isso, os populares solicitavam celeridade na estratégia para a sua acomodação, dando mostras de que o importante era, se é que havia margem para tal, proporcionar alguma dignidade a quem perdeu a casa e os seus haveres. A 'quem perdeu, acima de tudo, o orgulho e a esperança num amanhã diferente, mesmo com as inúmeras mensagens de consolo, acompanhadas de promessas das autoridades.

Até quarta-feira, ainda antes do início da transferência de populares para as tendas, haviam duzentas e cinquenta famílias em zonas perigosas, categorizadas, conforme os riscos, em níveis vermelho, amarelo e laranja.

A acompanhar o rumo dos acontecimentos, o arquitecto Felisberto Amado volta a falar das características geológicas do Lobito, uma cidade muito acidentada, para reafirmar a tese de que a administração moderna exige um instrumento de gestão do território. Amado, antigo quadro das Obras Públicas, refere-se a planos directores de drenagem urbana, a partir dos quais se pode identificar áreas de risco. Convicto de que "as autoridades falharam", assinalou que estas medidas impediriam as construções ao lado de linhas de água e em outras zonas de risco. "É necessário limpar as valas", observa, para mais adiante, relativamente a pontos perigosos, indicar a zona alta, com bastante declive, e a parte baixa da cidade (litoral), susceptível a calemas. "As pessoas foram construindo com muito sacrifício, subindo morros com cimento, blocos, água e tijolos, às vezes com o consentimento da Administração", notou o técnico, professor da Universidade Católica.

Sobre esta e outras matérias, Amaro Ricardo lembra que a periferia, não tendo sido criada há dez ou quinze anos, é consequência do passado, quando as pessoas, saídas do Bocoio, Balombo e até do Huambo, construam nas linhas de água. "Vieram ao encontro de estabilidade e de oportunidades económicas. Devo recordar, a título elucidativo, que a Administração do Huambo funcionou aqui neste edifício", defendeu-se.

Centralidades, coincidências e infractores

Estão em zonas de risco duzentas e cinquenta famílias, mais ou menos o número de casas sociais prontas na centralidade do Lobito. Os sinistrados sairão das tendas daqui a 4 meses, trinta dias antes do início do processo de inscrições para o acesso às centralidades, conforme estipulou a Imogestin. Estas coincidências podem parecer descontextualizadas, pelo menos à primeira vista, mas representam mais do que um balão de ensaio para o debate sobre o processo de realojamento, com o mote a ser dado pelo jurista Francisco Viena.

O secretário provincial da CASA-CE, que visitou o local definido para o realojamento em companhia de Abel Chivukuvuku, afirmou que os mais de duzentos fogos disponíveis são a solução imediata para o problema. "O mais importante é proporcionar tecto a estas pessoas", reafirma o político, para quem o reassentamento em tendas representa um atentado à cidadania.

Francisco Viena acrescenta que existe dinheiro para uma assistência social condigna, uma vez que o país foi acumulando divisas ao longo de vários anos. Alguns dos sinistrados, que se encontravam a observar os preparativos para a sua nova morada, diziam ter condições para ir pagando as casas. "Somos funcionários públicos, temos capacidade para pagar as mensalidades. Aqui, distante dos locais de serviço, sem condições, a nossa vida vai regredir", lamentou uma cidadã. Houve quem, alheio às modalidades para o acesso às centralidades, insistisse no apoio do Estado para a autoconstrução dirigida, com realce para o cimento, a areia e os blocos. Um antigo combatente lembrou que as pessoas foram parar a zonas de risco justamente porque não tinham condições para fazer melhor. "Em quatro meses, o tempo que ficaremos aqui até à entrega de lotes nas novas urbanizações, são insuficientes para amealhar dinheiro. Ninguém constrói uma casa em quatro meses", sustentou.

Confrontado com o cerne da polémica, o administrador do Lobito limitou-se a referir que as centralidades, de um modo geral, têm um modelo de gestão próprio. "Não cabe, a nível das minhas competências, tecer qualquer consideração sobre este assunto", salientou.

Já o governador provincial, Isaac dos Anjos, considera que distribuir as casas aos sinistrados seria como que "beneficiar os infractores". A posição do governante foi transmitida ao líder da CASA-CE, Abel Chivukuvuku, que preferiu não acreditar no que tinha acabado de ouvir. Contundente, afirmou que o Governo começou a falhar a partir do momento em

que não criou infra-estruturas adequadas, forçando a população a acorrer para as zonas em causa. Agora, salienta o político, não consegue mecanismos para fazer chegar a ajuda, deixando as pessoas numa situação miserável.

Governo arruma a casa

A cerca de vinte quilómetros da cidade do Lobito, para quem segue em direcção às comunas do Culango e da Canjala, estão treze hectares de terra para as primeiras 120 famílias, as que fazem parte da linha vermelha, completamente arrasadas pelas enxurradas. Cada tenda, para não mais de seis pessoas, tem uma dimensão de 12 metros quadrados. Na hora da apresentação da parte técnica, o director provincial do Urbanismo e Ambiente, Elmano Inácio, disse que estava garantida a água e a iluminação pública. "Hoje (quarta-feira), quando recebermos as primeiras pessoas, já este acampamento terá água, luz e outros serviços", notou, acenando para os postes de iluminação, tanques e estiramentos para as condutas de água.

Elmano Inácio revelou que as condições mínimas de saneamento implicam latrinas, zonas de banho e uma fossa para receber toda a água.

As demais famílias, numa situação menos embaraçosa, deverão receber lotes para a autoconstrução dirigida. O director do Urbanismo e Ambiente, que esteve a dar explicações a uma representante das Nações Unidas para questões ambientais, lembrou que a província de Benguela conseguiu preparar 40 mil hectares em pouco mais de um ano. "Estas pessoas serão abrangidas no quadro do trabalho que temos vindo a desenvolver", reforçou.

Por seu turno, a directora da Reinserção Social, Marinela Sendala, assegurou que não faltarão bens como alimentação, vestuário e colchões até daqui a cento e vinte dias, tendo em conta as doações que chegam de vários quadrantes e dos meios da Comissão provincial de Protecção Civil. Segundo Marinela Sendala, seis quilos de arroz, igual número em relação à fuga e um litro de arroz serão distribuídos a cada pessoa. "Analisaremos, posteriormente, o número de membros das famílias. Devo dizer que foi tudo acautelado", frisou.

Depois da visita, a representante da ONU para questões ambientais, Cecília Kinuthia-Njenga, enalteceu o esforço do Governo de Benguela, particularizando a criação de escola e de um posto de saúde no local de reassentamento. A diplomata refere que é necessária mais assistência social, mas destaca a existência do mais importante em casos do género,

nomeadamente o abrigo, a água, a luz e o saneamento. "Está-se a fazer um bom trabalho", resumiu Cecília Njenga, que teve a companhia de José Sacó, assessora da ministra do Ambiente, também "impressionada" com o que observou em matéria de realojamento.

Quem andou a enganar o país?

Principal beneficiário do Programa Integrado de Infra-estruturas de Benguela (PIIB), o bairro da Luz, à entrada da cidade do Lobito para quem sai do município sede da província, é a amostra fiel do muito propalado espírito de deixa andar que faz morada entre os decisores. Constitui também, numa perspectiva mais reprovável, uma demonstração do que é descrito por falta de rigor na gestão das contas públicas.

Inundado, cheio de lama e com focos de lixo em tudo quanto é canto, o bairro acolheu, há seis anos, a cerimónia de lançamento do PIIB, da qual surgiram garantias de que cenários como estes não mais voltariam a acontecer. Uma enorme equipa da Direcção Nacional de Infra-estruturas Públicas, liderada pelo agora governador do Zaire, Joannes André, gabava-se diante de dezenas de observadores atentos, entre os quais jornalistas, com discursos que envolviam o Presidente da República enquanto "mentor de todas as transformações".

Fonte ligada ao círculo governamental, que falava na sequência das declarações do administrador, confidenciou que o trabalho não foi concluído devido a actos de má gestão, insignificantes, se calhar, para um país que via o petróleo em alta a cada amanhecer. "Ninguém pensou, como é óbvio, que estas chuvas fossem descortinar as debilidades que vemos", sustentou, pouco antes de ter avançado em direcção ao Lobito, numa das várias delegações que tratam da assistência aos sinistrados.

Na verdade, quem ouviu o discurso politicamente correcto, na altura do extinto Ministério das Obras Públicas, que teve como empreiteiro a construtora brasileira Odebrecht, fica com a sensação de que as conquistas, aparentes, acabam diluídas com a chegada do senhor fiscal, sendo necessário voltar à estaca zero e, como é óbvio, gastar outros milhões de dólares.

Ao administrador Amaro Ricardo, que nada tem a ver com os programas de subordinação central, coube dizer, em suma, que o Lobito, detentor de 40 ou 50 quilómetros de canais de drenagem, tem um sistema complexo, cuja gestão está ao alcance somente de Luanda.

De acordo com o responsável, foram reparados 842 metros de um canal de drenagem com 3,5 quilómetros de extensão, que começa no bairro Santa Cruz e termina no mar, na zona da Cabaia. "Em consequência do trabalho incompleto, as águas ficaram presas nos 842 metros cimentados. Colocou-se apenas uma rede de drenagem de águas fluviais, asfalto, passeios e lancis", pontualizou.

10.45 Populares no zango IV

Jornal A Capital

21 De Março de 2015

Depois de desalojados do local onde crescem actualmente imponentes prédios, que deram lugar ao Complexo Gika, os antigos inquilinos viveram durante seis anos nos arredores do cemitério municipal de Viana. Hoje, continuam a viver em pleno separador físico da estrada.

A chuva não é um dos factores que mais apoquentam aqueles moradores, porque têm telheiros de residências ou barracas para se refugiarem. Já os mosquitos, doenças respiratórias, abandono e estigmatização social, são os principais inimigos.

Isto foi, pelo menos, o que contou a anciã llondina Pupi.

"O Governo tirou-nos das nossas casas, levou-nos para a zona da «Terra perdida», em Viana, com a promessa de nos darem residências. Ficamos lá durante seis anos. Depois que veio um projecto de construção de um banco dos chineses, mandaram-nos retirar", relatou.

Lembra-se de que era numa quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2012, quando lhes foi feita a promessa de serem retirados da rua em dois dias, o que nunca mais viria a acontecer.

"Quando chegamos aqui não havia casas acabadas nem moradores. Encontramos mata. Não havia água nem electricidade", recordou, insatisfeita com o facto de, aos seus olhos, já lá vão quase três anos, assistem as casas a serem ocupadas por pessoas de outros pontos de Luanda.

Os casebres por si improvisados são de aproximadamente um metro quadrado e meio.

"As crianças não estudam. Volta e meia são atropeladas, porque não tendo um quintal para brincar, fazem da via pública, parque infantil", ilustrou a anciã, lamentando que o modo de vida que levam, faz com que "as pessoas que passam por cá nos vejam como mendigos, quando, na verdade, tínhamos casas antes de sermos desalojados".

10.46 Vidas esquecidas no ermo

Jornal A Capital

21 De Março de 2015

Texto: Osvaldo de Nascimento

Numa altura em que o país vive momentos de consternação pelas vítimas perecidas na cidade do Lobito, em Benguela, eis que muitas almas, em Luanda, já nem mais acenam a quem de direito para uma intervenção urgente, pois, há bastante tempo clamam, sem que lhes dêem ouvidos.

"Eles regressam sempre que são alojados noutras zonas". Este é o argumento das entidades administrativas, para justificar a situação. Mas, a verdade é que o mal continua, pondo em evidência a velha máxima. "Não será que vale a pena prevenir para não remediar amanhã?". A grande questão.

No município da Quissama, 126 quilómetros de Luanda, pouco mais de 100 famílias vivem em casebres de chapas, num local sem condições de habitabilidade. Num morro, famílias levadas da Chicala 2 e do Kilombo (Ilha de Luanda) esperam impacientes por alojamento em moradias.

Entre aqueles populares está Mateus Marcelo, 35 anos. Diz estar há um ano e três meses na Quissama com a vida empitada. Segundo ele, não consegue fazer nada para sustentar a família tudo, porque aquilo em que se especializou, há muito tempo lhe foi retirado.

"Sou pescador e sempre vivi da pesca. Quando nos trouxeram para aqui ainda pensei que podia uma ou outra vez regressar à Ilha, pescar e depois vender o peixe", contudo, viu suas pretensões goradas, uma vez que, a distância é grande.

"Só consegui ir por duas vezes, mas tive que dormir dois dias ao relento por falta de dinheiro para o regresso", disse.

A reportagem A Capital encontrou acampamento quase despovoado, facto justificado pelos presentes

devido a precariedade da vida no local, o que forçou a que muita gente abandonasse o bairro.

"Estamos a passar fome. Toda hora a comer katato e grilos, é difícil. Graças a igreja que nos tem apoiado. Recebemos um "cartão kikuia" com um saldo de 10 mil kwanzas. Porém, as compras equivalem a quase sete mil kwanzas", queixou-se, notando que por isso e por muito mais, grande número de famílias preferiu ir para junto de familiares, na cidade.

Ao que podemos constatar, as casas foram construídas pelos próprios populares, depois de receberem das autoridades kites de 30 chapas, seis barrotes e oito ripas.

Há um gerador de grande porte para iluminar o local, contudo, faz uma semana que deixou de trabalhar por suposta falta de combustível.

10.47 Projecções meteorológicas são credíveis

Jornal de Angola

24 De Março de 2015

Texto: Cristina Da Silva

O director nacional da Sociedade de Informação e Meteorologia, Miguel Cazevo, garantiu "serem confiáveis" as projecções meteorológicas divulgadas pelos especialistas nacionais.

Miguel Cazevo, que falava no acto que marcou o Dia Mundial da Meteorologia, explicou que os conhecimentos meteorológicos permitem que as pessoas reduzam os riscos sobre as mudanças climáticas. "Hoje, a sociedade, os decisores políticos e os governos precisam de conhecimentos sobre o clima para a tomada de decisões", frisou.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2012-2017 prevê a realização de estudos e projectos necessários para o desenvolvimento dos serviços de comunicações e de meteorologia e geofísica, o reforço da capacidade do Instituto Nacional de Meteorologia (INAME1) na área da previsão sazonal e previsão climática com a criação do Projecto Precis, a modernização e desenvolvimento estratégico do Instituto Nacional de Meteorologia (INAME1), bem como a construção, reabilitação e apetrechamento dos centros provinciais meteorológicos. Miguel Cazevo considerou positivas as acções do Instituto Nacional de Meteorologia (INAME1) nas tarefas de monitorização e previsão

do tempo, proporcionando a protecção humana e de propriedades a nível nacional e regional. "As acções desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INAME1) ao longo dos anos têm contribuído para a redução da perda de vidas humanas, bem como ajuda na tomada de decisões no sector agrícola e pecuário".

O director do Instituto Nacional de Meteorologia (INAME1), Domingos do Nascimento, disse que os desastres provocados pelas chuvas "aumentam o grau de responsabilidade da instituição na tarefa da previsão do tempo".

10.48 Angola têm radares meteorológicos

Jornal de Angola

26 De Março de 2015

Texto: Walter António

Angola vai Instalar até 2017, dois radares meteorológicos para obter previsões do tempo em menos de 24 horas, anunciou o director do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

Em declarações ao Jornal de Angola, Domingos do Nascimento assegurou que actualmente o país tem informação sobre a previsão do tempo das dezoito províncias, com meios modernos, em 24 horas, e com a instalação de radares a previsão do tempo é a curto prazo, três em três horas.

Quando os radares entrarem em funcionamento, o grau de acerto na previsão do tempo passa dos actuais 65 para 90 por cento.

Os radares vão servir também para melhorar o grau de acerto das previsões do tempo e quantificar os elementos meteorológicos, a intensidade e quantidade das chuvas para uma região.

Garantiu que o projecto do Executivo prevê a instalação, até 2025, de um total de nove radares. O projecto foi aprovado no ano passado pelo Conselho de Ministros e está enquadrado no Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) do INAMET, afecto ao Ministério das Telecomunicações e Tecnologia de Informação, com o objectivo de modernizar os serviços de meteorologia no país.

Domingos do Nascimento disse que a direcção do INAMET espera que tão logo o país consiga superar tragédia do Lobito possa começar a ter algum financiamento para arrancar com o mega projecto de instalação dos radares. O INAMET controla o país

com base nas estações meteorológicas automáticas convencionais e no sistema de captação de tempo.

Vantagens dos radares

Domingos do Nascimento disse que com a entrada em funcionamento de radares, os utilizadores vão beneficiar mais da informação do INAMET, já que a mesma é transversal e abrange a saúde, construção civil, agricultura, navegação marítima, prevenção rodoviária e uma série de utilizadores. O director esclareceu que os dados do tempo nos telefones nem sempre são fiáveis, "porque a previsão é feita com base nos modelos globais e não locais". Domingos do Nascimento apelou aos órgãos de comunicação para informarem mais a população sobre a previsão do tempo e levar a informação às zonas recônditas.

Ao mesmo tempo apelou à população para construir em lugares seguro, para se evitar tragédias como a que aconteceu no Lobito, a 11 de Março.

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, segundo o seu director, está trabalhar em micro projectos e formou, recentemente, quatro jovens em Portugal, para trabalhar nos modelos WRF (que tem a ver com a previsão do tempo) e Wave Watch III (previsão marítima). "Esses modelos são mais uma ferramenta para suportar os serviços de previsão de tempo", disse Domingos nascimento.

No passado, a previsão do tempo, segundo o director, fazia-se com base no sistema MDD-PDUS e actualmente utiliza-se o sistema Messir. Angola é membro da Organização Mundial de Meteorologia (OMM) e tem acesso ao satélite meteorológico (Meteosat) com base no sistema de captação de imagem de satélite. Deste modo, tem acesso a vários canais mundiais de 15 em 15 minutos que fornecem imagens da atmosfera em tempo real.

10.49 Famílias vítimas das chuvas recebem casas nas Mabubas

Jornal de Angola

26 De Março de 2015

Texto: Alfredo Ferreira

As 73 famílias que viviam em tendas após terem sido desalojadas pela chuva, em Dezembro de 2013, na localidade de Mifuma, município do Dande, receberam já as novas moradias na zona das Mabubas.

O governador provincial do Bengo, João Bernardo de Miranda, fez a entrega simbólica das residências de tipo T2 às famílias sinistradas.

“A grande preocupação do governo era tirar as famílias das tendas para coloca-las em melhores condições de habitabilidade”, disse o governador provincial do Bengo.

A par das casas, o governador provincial João Bernardo de Miranda assegurou que as 54 crianças sinistradas vão estudar este ano, uma vez que as autoridades criaram salas improvisadas em quatro residências.

As chuvas destruíram casas nos bairros Quitonhi, Quimaria, Mubungo, Mifuma, Quijoão Mendes, Riceno, Quitogola, Quingombe e Cauango, deixando dezenas de famílias ao relento.

10.110 A noite em que a água Chegou

Jornal O PAÍS

27 De Março de 2015

Texto: Carlos Gonçalves e José

Kaliengue

Pouco depois das oito horas da noite três jornalistas, um da Rádio Mais e dois de O PAÍS, faziam-se a Benguela pela entrada Sul, como quem vem do Lubango. Subitamente o carro começa a "tropeçar" em objectos debaixo da água (chovia havia cerca de uma hora). Seriam pedras vindas não se via de onde, dado que o entorno estava completamente escuro. Mas sabia-se haver um bairro mais acima, à direita.

Avançava-se com cuidado, procurando adivinhar os lancis dos passeios que delimitavam a estrada. A corrente da água era cada vez mais forte. E foi quando se viu que as luzes dos automóveis antecedentes passaram do vermelho dos travões e reflectores para o branco da marcha atrás. Caminho impedido. Toda agente a recuar. Dizia-se que lá de cima tinha vindo um carro preto, trazido pelas águas. E eram tanques de plástico e um sem número de objectos, entre os quais electrodomésticos.

Os carros acumulavam-se. Havia os que não acreditavam que não pudessem passar, tentavam, avançavam e recuavam. A corrente era demasiado forte. Mas havia mais: troncos de árvores atravessados. Coisas monstruosas.

Não havia como passar naquela via com duas faixas de rodagem em cada sentido. Houve que esperar até que voluntários, bombeiros e agentes da Polícia

conseguissem, depois de a chuva ter cessado e o caudal do novo rio ter baixado, abrir uma passagem estreita para dar vazão ao tráfego.

Depois foi seguir para a cidade e ver que aqui e acolá ruas estavam completamente inundadas. Na manhã seguinte alguns operadores comerciais faziam contas sobre prejuízos.

Seguiu-se o Lobito, passando pela ponte sobre o rio Cavaco que mereceria depois uma paragem mais demorada.

No Lobito um polícia diria aos jornalistas que "desta vez fomos poupados, a desgraça coube à Benguela", o mote para uma quase desmobilização. Mas havia que dar uma volta ao Chapanguel, ao menos. De facto, o Lobito não parecia todo ele em estado de sítio. O regresso a Benguela impunha-se a primeira rotunda da cidade, logo depois da ponte sobre o rio Cavaco, centenas, senão milhares de pessoas com os rostos destroçados agarravam-se a dois únicos bens: a vida e uma trocha contendo o que puderam salvar.

O bairro Calomburaco, diziam, estava todo submerso. A água do rio tinha subido, havia casas destruídas. Tratou-se de uma fuga em massa como não se via desde o tempo da guerra, crianças ao relento, pais sem nada. Velhos com os olhos cansados de perdas incontáveis. Os jornalistas aventuraram-se, o carro foi até onde pôde.

O cenário era desolador. O flash da máquina fotográfica recebia como reacções desde insultos ao virar do rosto de quem se envergonha da pobreza súbita (momentânea, espera-se). Houve quem visse no clarão uma muleta para expressar desabafos e palavras de protesto. Houve quem visse também uma janela para comunicar com as autoridades. "Mostrem mesmo que precisamos de ajuda, estamos a sofrer e nem sabemos se amanhã teremos mais casa".

Havia quem se dissesse abandonado pelas autoridades, mas havia também quem afirmasse que os bombeiros tinham evacuado quase toda a gente mal se percebeu que o nível da água do rio estava a subir. "Só queremos que a Cruz Vermelha venha nos ajudar", disse um homem que tinha ao colo um menino de dois anos com tronco nu e que tossia".

Jaime Joaquim, o soba da área, disse ter alertado as autoridades sobre a eventualidade desta ocorrência mal viu que se estava a obstruir uma passagem da água perto do rio Cavaco:

"Eu avisei, não me quiseram ouvir e agora é isto o que temos". Não distante de si chorava uma mulher já velha, Rosalina Chipembe. Está doente, não sabe

se se cura ou se a sua vida vai com tudo que acabara de perder, dizia.

Passavam de mil as pessoas cá fora, no asfalto. Longe das suas casas, tentando sobreviver. Quem tinha familiares perto já tinha abalado com a sua trouxa à cabeça. Quando finalmente o sol raiou os jornalistas perceberam haver uma única história naquele lugar, um drama comum a milhares de pessoas cuja narração apenas as imagens podem contar com toda a fidelidade.

Horas depois chegavam os números oficiais a dar corpos às suspeitas e queixumes de muita gente: havia desaparecidos. Haveria mortos.

10.50 A propósito da tragédia do Lobito

Novo Jornal

27 De Março de 2015

A TRAGÉDIA DO LOBITO merece uma reflexão séria sobre alguns assuntos que têm a ver com a vida das pessoas, mas também sobre o modo como as pessoas vivem.

Como de hábito, certas vozes não perderam tempo e vieram a terreiro acusar aqueles que "teimam" em construir casebres em zonas de risco, pondo-se ajeito para serem vítimas da força destruidora das águas. Como se tais pessoas procurassem o seu próprio mal ou desejassem morrer. E de esquebra, responsabilizam quem defende tais pessoas dos males que acontecem, pois o Estado, esse, confundido com o Governo, tem feito "tudo" para que a vida desses cidadãos seja a melhor possível.

Impõe-se pois, uma reflexão mais profunda sobre o assunto, não sem antes confessar a minha profunda desilusão pelo modo como o MPLA, outrora assumido defensor dos segmentos sociais historicamente mais injustiçados, se está a transformar num agrupamento cínico, cada vez menos preocupado com a sorte desse tipo de cidadãos, e mesmo quando se esboçam algumas acções de solidariedade, estas são de uma timidez confrangedora e visam, sobretudo, a propaganda e o aproveitamento político. Um exemplo? O que se tem passado com as vítimas das irregularidades climáticas nas províncias do sul nos últimos anos.

Se queremos encontrar verdadeiramente as razões para estas situações, e pondo de lado a guerra de que nunca me esqueço e cujo peso é já suficientemente conhecido - começemos por analisar as políticas seguidas pelo Executivo em vários sectores económicos e sociais desde 2003, que fizeram com que a população rural esteja a protagonizar uma migração para os centros urbanos que um dia será encarada como um estudo de caso de referência mundial. Os dados do Censo de 2014 estão aí a comprovar. A falta de referência à palavra "camponês", outrora venerada, nos documentos oficiais do Executivo e do partido governante, é confrangedora. As cooperativas e associações de camponeses, salvo algumas excepções, são uma ficção. Não me alongo mais, pois este tema tem vindo a ser abordado por mim de modo insistente e mesmo assim não vejo respostas adequadas aos meus alertas, "e la nave và", como diria Fellíni.

Esta migração para as cidades teria de ser encarada de modo mais sério pelas autoridades urbanas - e isto traz à colação, como é moda dizer, um segundo elemento de análise. Todos sabemos como vivem as pessoas nas periferias. A falta de habitação é apenas um elemento, entre muitos, que os grupos migrantes procuram resolver pelos seus próprios meios, pois ninguém se preocupa verdadeiramente com os seus problemas, de emprego, de cuidados de saúde, de acesso à escola e a água potável enfim, com a sua sobrevivência. Na realidade, este tipo de pessoas só merece atenção quando há más notícias, quando atrapalham, por algum motivo, a acção governativa, ou quando há eleições ou algum acto de propaganda política.

Estes fenómenos devem ser enquadrados nas políticas públicas a nível urbano, que explicam o quase ausente planeamento, a deficiente gestão e o conseqüente crescimento desordenado e mesmo caótico. Há anos que ouvimos falar de planos directores que nunca são concluídos ou materializados - e as cidades e vilas crescem praticamente à toa.

A construção de habitações no âmbito do programa das "200 casas" em todos os municípios que não são sede de província, com algumas excepções que mostram que as coisas poderiam ser feitas de outro modo, constitui um bom exemplo de pouca competência e de falta de criatividade em matéria de planeamento e gestão urbana. Quando surgiu a febre das reservas fundiárias, constatei numa cidade do interior que havia 35 mil pedidos de terrenos para auto construção acumulados desde 2004, sem qualquer resposta, e as autoridades estavam preocupadas com as ditas novas reservas que na

maioria dos casos estão sem qualquer aproveitamento.

Assim, como se pode aceitar que nas análises ao que aconteceu no Lobito, como noutras situações idênticas, se apresse a apontar o dedo aos cidadãos teimosos e incumpridores que insistem em desafiar as autoridades? Porque os fiscais das Administrações não agem de imediato quando os casebres são construídos em zonas de risco? Porque, pelo menos, nos meses de Janeiro e Fevereiro de cada ano não se tomam medidas, como desentupir valas de drenagem, para prevenir os efeitos das chuvas de Março e Abril? As respostas só podem ser encontradas na fragilidade das instituições, que não me canso de denunciar perante a passividade de quem faz e aprova os sucessivos OGE, mas também na incúria como se tratam os cidadãos hoje designados como "desfavorecidos". Designação que poderá ser acertada se encaramos a questão sob o prisma do "favor" que o Executivo faz quando decide resolver algum problema concreto desse segmento do povo.

Um terceiro elemento de análise é a política habitacional. Apesar de alguns - sim, alguns, pois estatisticamente representam muito pouco sucessos pontuais, essa política tem de ser considerada não satisfatória.

Quando soube da meta de um milhão de casas, apesar do meu cepticismo, tentei encarar a situação pelo lado positivo: impulso da indústria de materiais de construção e uma enorme oportunidade de criação de emprego. Infelizmente, as famosas centralidades foram ou têm sido construídas com recurso a material, digamos, pré-fabricado importado da China.

Por outro lado, não posso concordar com o modelo de construção das habitações. Desde logo, porque a opção por edifícios, que ainda se podem aceitar para o caso de Luanda, são descabidos para o Dundo e outras cidades de menor dimensão. Também pela "arrumação" das já aludidas "200 casas", na maior parte dos casos fora das vilas, sem infra-estruturas e sem enquadramento urbanístico, amontoadas em espaços reduzidos que inviabilizam os pretendidos quintais, numa incrível manifestação de falta de senso e de bom gosto.

O caos reinante no modo de gestão do acesso às casas é outro aspecto desolador. O desastre provocado pela introdução da Sonangol num assunto que não lhe dizia respeito foi apenas um caso entre muitos, que poderá ser corrigido com a passagem da responsabilidade para outra empresa. Mas isso não muda o figurino. Afinal, percebe-se, por exemplo, a

vandalização que ocorreu há semanas nas "200" de Cacuso, em Malanje. E por quase todo o lado as "200" permanecem desabitadas, sem infra-estruturas e sem critérios para a sua utilização.

Parece que começam finalmente a surgir outras ideias, que apontam para uma solução que deveria ter sido encarada desde o início - a venda ou atribuição de lotes de terreno para a auto-construção. Mas só acreditarei nelas quando, de facto, for encarada de modo sério a construção de infra-estruturas básicas.

Entre as possíveis conclusões desta análise, saliento duas. Primeiro, o Executivo tem de arrear caminho com urgência relativamente ao modo de governar, fazer mais consulta (como mandam as regras), ser mais competente e criativo e envolver pessoas e instituições com outras ideias. A outra é que as instituições públicas têm sérios problemas a nível de autoridade. Falo de autoridade para fazer cumprir as suas decisões e a lei, não apenas em relação aos cidadãos em geral, mas também, e em primeiro lugar, no interior delas próprias. A que tem saído a público sobre o possível envolvimento de pessoas ligadas à Polícia, às Forças Armadas, às Administrações e ao partido no poder na ocupação anárquica de terrenos é muito preocupante.

PS. Porque a Presidente Dilma só decidiu lançar medidas contra a corrupção depois das manifestações, que ela reconheceu legítimas em democracia, que ameaçaram a sua destituição?

10.51 Administração tem mais meios

Jornal de Angola

27 De Março de 2015

Os problemas causados pela chuva no Cazenga passam a ser em parte resolvidos com recurso a uma retroescavadora, moto niveladora, pá carregadora, dois camiões basculantes e dois camiões cisterna, disse o administrador municipal à Angop.

O administrador do Cazenga Nataniel Narciso afirmou que a aquisição daqueles meios permite à Administração Municipal ser autónoma na resolução dos problemas causados pela chuva.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, informou recentemente, que a chuva que se abateu sobre Luanda nos últimos dias foi acompanhada de vento forte e trovoadas, o que provocou a morte de dois

menores nos municípios do Cazenga e Sambizanga respectivamente, com inundações de 15 residências em Cacaco.

10.52 Benguela entre lágrimas e água

Jornal O PAÍS

27 De Março de 2015

Texto: Constantino Eduardo

O balanço provisório falava em 12 mortos nesta Quinta - feira, mas havia ainda crianças desaparecidas. A linha de fibra óptica ficou danificada e impediu a comunicação com Katengue, bairros ficaram inacessíveis e o asfalto destruído em algumas áreas: isto era Benguela na manhã desta Quinta - feira, 26, depois da chuva da noite anterior. O Largo da peça, em Benguela, tornou-se subitamente, na noite desta Quarta - feira, no lugar de recolhimento de centenas de famílias de bairros ao redor, nomeadamente o Kalomanga, Fronteira, Caponte Citi, Kalombutão, que ficaram ficarem complementarmente inundados.

O ambiente era de desespero, se uns procuravam abrigo, outros lançavam-se na corrente de água, sobretudo no Coringe, na tentativa de reaver os seus bens arrastados, pondo em risco as suas próprias vidas. Mas que abrigo, o que se buscava era ficar longe da enchente, muitas pessoas pernoitaram nas estradas, linha do caminho-de-ferro, além de um cidadão que perdeu a sua casa e única alternativa imediata para ele foi o cimo de uma árvore.

A Administração Municipal de Benguela definiu alguns mercados como zonas de acolhimento da população sinistrada, todavia, o processo de entrega de terrenos vai continuar, com particular destaque aos que vivem em zonas consideradas de risco. Leopoldo Muhongo, administrador de Benguela, garantiu nesta Quinta-feira que foram de imediato accionados os mecanismos de apoio logístico sinistrados e para os funerais das vítimas mortais.

Muhongo revelou, em conferência de imprensa no salão nobre da Administração, que as enxurradas causaram a morte a 5 pessoas, fundamentalmente na zona D, onde, na tentativa de fazer a travessia do rio Huchi, três viaturas foram arrastadas pela corrente de água. Porém, segundo o administrador, ainda não era possível avançar dados mais efectivos nesta Quinta-feira, sobre as casas que poderão ter sido arrasadas pela força da água, um pouco por todas as zonas do

município. "Como temos ainda o caudal ligeiramente alto, e a água continua a vir do interior, entendemos que devemos continuar, com os Serviços de protecção Civil e Bombeiro' a trabalhar na perspectiva de que tão logo exista algum abaixamento do caudal da água, possamos ir contabilizando efectivamente aquilo que são os números de casas inundadas, arrasadas pela força da água e, eventualmente' termos um registo dos danos materiais".

As chuvas provocaram danos nalgumas vias do município. Destaca-se a cedência do asfalto sobre as passagens hidráulicas no Mercado da Paz, Bela Vista e Caota, o que em dificuldades na circulação entre Benguela e o município vizinho da Baía Farta ao longo da noite de Quarta-feira e manhã de Quinta - feira, 26. "Também registámos um défice no acesso ao bairro da Kapelongo, onde a passagem cedeu e registamos o arrastão de contentores que nesta altura obstruem a circulação", adiantou Muhongo.

Solidários

Benguela mobiliza-se toda. No Largo da Peça, por exemplo, empresas e cidadãos anónimos foram na manhã de Quinta-feira servir o pequeno-almoço (pão, chá e sopa) aos desabrigados. Apesar dessa sensibilidade, os sinistrados clamam por outras ajudas, à semelhança das vítimas da tragédia do vizinho Lobito há duas semanas.

" Neste momento há pessoas do Wasseque à procura de ajuda, nós viemos de lá, está mesmo mal. Nós não temos nada, estamos a precisar de ajuda, só ficamos com a roupa do corpo.

Estamos mal. A população passou praticamente a noite aqui" lamentou a moradora do Kalomburaco Ngueve Joana. Por sua vez, Júlia Malumba, outra desabrigada diz ter perdido tudo. "Não aproveitamos nada".

Famílias há que perderam quase tudo e foram obrigadas a pernoitar ao relento. Estima-se que cinco mil pessoas estejam nesta situação. "Nós perdemos quase tudo, só queremos que as pessoas nos ajudem. As nossas coisas foram com a água, são arcas, televisores, geleira que vimos a ir com a água. Algumas obras que fizeram próximo do rio Cavaco taparam a passagem da água e a água agora já não tem passagem e foi nas nossas casas. Perdemos tudo!" contou uma senhora.

Algumas escolas de Benguela, foram encerradas na Quinta-feira por causa da água que as invadiu. Lito Garcia, o estudante da escola do Gaiato, disse a O PAÍS que ele e os seus colegas não conseguiram

chegar à escola porque a zona que estava completamente inundada.

Por outro lado, há relatos de que um dique do rio Cavaco não foi poupado e muitas culturas encontram-se submersas, causando enormes prejuízos financeiros a alguns agricultores daquele perímetro irrigado. O presidente da cooperativa agrícola local, Nelito Monteiro, apelou à intervenção urgente do Ministério das Obras Públicas e da construtora ODEBRECHT.

Litoral afectado

As cidades da Baía Farta e do Lobito, dois municípios do litoral, também tiveram danos materiais causados pela chuva. A Baía Farta viu-se privada de fornecimento de água potável por a sala de operações do principal do seu reservatório (R4), que abastece também a Baía Azul e a Caota ter ficado inundada. No Lobito, depois da enxurrada que matou 72 pessoas há duas semanas, voltou a registar a morte de 2 pessoa e avultados danos materiais.

10.53 Dique do rio Lengue cedeu a água arrasou tudo

Jornal de Angola

27 De Março de 2015

Texto: Jaime Azulay

As autoridades confirmam cinco mortos nas inundações de ontem em Benguela. Buscas prosseguem para encontrar pessoas desaparecidas. Equipas técnicas trabalham para a reposição do dique do rio Lengue, que cedeu à pressão da água e originou a enxurrada que alagou as margens do Cavaco. As chuvas vão prosseguir nos próximos dias, informa o Instituto Nacional de Meteorologia.

As primeiras horas de ontem, começava a desenhar-se uma nova tragédia na província de Benguela: milhares de pessoas iniciavam uma fuga desesperada das áreas inundadas da periferia da cidade, na sequência de uma chuva torrencial que castigava teimosamente o litoral centro desde o final da tarde do dia anterior.

Era gente e mais gente a correr do bairro do Calomburaco e Pecuária com as parcas imbambas que podiam transportar à cabeça e nas mãos. Procuravam refúgio e abrigo em zonas altas, ao longo do tabuleiro da ponte sobre o rio Cavaco, no morro da igreja de Nossa Senhora da Graça e no Largo da

Peça. Todos fugiam da fúria das águas provenientes das montanhas, na zona do Capelongo.

Por volta das quatro da manhã, no meio do desespero dos pais que procuravam pelos filhos, os gritos de mulheres chorando os maridos desaparecidos, a nossa reportagem conseguiu chegar à ponte sobre o rio Cavaco. No meio do caos causado pelo formigueiro humano, era difícil trabalhar. Apenas ouvíamos gritos de desespero, clamando por socorro. Todas as pessoas falavam numa enxurrada que arrastava tudo no seu caminho e estava agora a aproximar-se da cidade.

Com a experiência dos acontecimentos ocorridos há 15 dias no Lobito, onde morreram mais de 70 pessoas durante as inundações, os responsáveis de diversos sectores de bairros situados nas duas margens do rio Cavaco, ordenaram a evacuação dos habitantes para o morro da Nossa Senhora da Graça, Estádio de Ombaka e a ponte sobre o rio, Cavaco. Ali ficaram a salvo. "As duas horas da manhã fomos avisados, começámos a sair das casas e a andar, foi isso que evitou que morresse muita gente, mas alguns teimosos não quiseram deixar os bens", desabafou Nacita, que encontrámos no meio da multidão acampada na relva da Rotunda da Ponte. As pessoas lamentavam ter deixado todos os seus haveres, porque "não houve tempo para mais nada", acrescentou Nacita.

O colapso do dique

Só mais tarde a dimensão do desastre foi anunciada na Rádio Benguela na voz do presidente das Cooperativas Agrícolas, Manuel Monteiro: rompeu-se o dique do rio Lengue, que em princípio devia canalizar as águas para o leito do Cavaco. O Lengue é um rio sazonal e apenas na época das chuvas recebe as águas de diversos cursos irregulares que se localizam entre Catengue e Uche. No Lengue foi construída uma represa para reter as águas pluviais, com o fim de aproveitá-las para irrigação do Vale do Cavaco.

O dique não foi suficientemente forte para suportar a pressão gerada por horas consecutivas de chuva torrencial. Assim começou o dilúvio que atingiu o seu ponto alto a meio da manhã de ontem. Toda a zona da cintura verde de Benguela tinha ficado submersa, destruindo milhares de hectares de culturas, habitações, cemitérios, árvores, tudo. Nada era capaz de fazer parar a torrente de água e destroços, que atravessou a cidade de Benguela, ao ponto de inundar alguns sectores do Hospital Provincial, próximo à

praia do Quioche. Os prejuízos são imensos e só dentro de dias podem ser contabilizados.

Uma desgraça nunca vem só, diz a sabedoria popular. As más notícias espalham-se rapidamente. Um cemitério semi-clandestino, no bairro Capululu acabava de ser varrido pela enxurrada e as sepulturas destruídas. "Existem caixões a serem arrastados pelas águas e até corpos em decomposição", disse Didi Chilumbu aos microfones da Rádio Benguela, que durante os acontecimentos manteve uma emissão ininterrupta com informações de grande utilidade para os benguelenses.

Estrada cortada

Com os primeiros raios da manhã, a chuva tinha cessado completamente, após horas seguidas a cair. A nossa reportagem rumou para a zona Sul da cidade, uma área constituída por aglomerados populacionais recentes, de onde chegavam notícias preocupantes do transbordo do rio Uche. Havia notícias do desmoronamento de uma passagem hidráulica, instalada numa rede de estradas recentemente asfaltadas e que constituem o principal eixo de mobilidade de milhares de pessoas que habitam os novos bairros de Benguela Sul. Muitas viaturas estavam paradas nas bermas e as pessoas olhavam incrédulas para a destruição ocorrida de madrugada. Todos se queixam do prejuízo que adivinham para os próximos dias. Chegar aos postos de trabalho no centro da cidade e no Lobito é mais difícil, se não houver uma intervenção pronta, a fim de se restabelecer a circulação nesta faixa.

Ao circularmos pela via rápida de acesso à estrada nacional que liga às províncias da Huila e do Huambo, o cenário revelava a destruição causada pelo impacto das águas que arrastaram todo tipo de detritos. No meio da via e nas bermas vários troncos de árvores, chapas e lixo. Estávamos a aproximar-nos do Bairro Miramar.

Com água pelos joelhos, um homem apontou-nos um automóvel que tinha sido arrastado pela corrente até ficar pendurado no meio da vegetação. Foi neste local que nos deparámos com um grande corte na estrada que impedia a passagem de qualquer veículo, nem sequer as motorizadas dos conhecidos kupapatas.

"A causa dessa desgraça são as árvores grandes que existem no leito do rio. Aqui podem passar cinco anos sem chover, mas quando chove, a água arrasta as árvores que destroem tudo pelo caminho", disse à nossa reportagem Fernando Correia, um industrial de camionagem.

Pela sua experiência, disse que as árvores deviam ser

retiradas e o leito do rio ser desassoreado com regularidade para impedir que durante a época chuvosa a água transborde.

Pelo cenário que encontrámos na passarela que liga as zonas populosas do Miramar e Calombutão, pareceu-nos ser elementar a explicação. A força da água arrancou as árvores e arremessou-as contra as manilhas da passarela, obstruindo-as, o que fez aumentar a pressão da água até ao seu rompimento. Até aqui não tínhamos tido notícias de nenhuma morte confirmada. Várias famílias procuravam desaparecidos que não tinham chegado a casa durante a noite. As pessoas vasculhavam os entulhos de terra e vegetação.

No sector do Asseque do Bairro "17 de Setembro" encontrámos o primeiro óbito. Uma estudante de 16 anos, de nome Glória Chafunda, saiu de casa para a escola na tarde anterior. No regresso, foi surpreendida pela chuva torrencial e não conseguiu mais chegar a casa.

Amigos e voluntários tinham conseguido resgatar o corpo da menina no meio dos destroços. O pai, Avelino Palanca, estava inconsolável. "Passámos toda a noite a ligar para o telemóvel dela mas não atendia, temos azar na família, ainda na semana passada enterrámos a minha tia no Cubal", disse o pai entre soluços.

Nada se podia fazer pela infeliz menina de 16 anos que estudava no Colégio Dom Bosco do Casseque e que sonhou um dia ser alguém. A força destruidora da natureza não permitiu que concretizasse o seu sonho de menina.

Cinco mortos

"Confirmamos cinco mortes das inundações em Benguela", disse o administrador Leopoldo Muhongo, durante um encontro com os jornalistas, ao início da tarde de ontem.

"As vítimas são pessoas que tentaram atravessar o rio Uche, no período em que se registou a cheia". Acrescentou que as operações de resgate prosseguem.

Leopoldo Muhongo revelou que a grande prioridade é a reparação do dique do rio Lengue, para que "na eventualidade de mais chuvas a água seja canalizada para o rio Cavaco e não em direcção à cidade".

O Instituto de Meteorologia e Geofísica anunciou a previsão de chuvas fortes em praticamente todo o país.

10.54 Lobito sem sossego

Jornal O PAÍS

27 De Março de 2015

Texto: Luís Fernando

Quando se chega ao bairro de Acongo, um emaranhado de casas maioritariamente levantadas com adobe argiloso num perímetro de geografia improvável, tem-se a sensação de se entrar para um imenso campo que testemunhou uma batalha guerreira com pouquíssimos sobreviventes. O forasteiro fica sem saber se retém a mensagem da vida que não se esgotou e recobra pujança no meio dos escombros ou se se condói com a paisagem lunar, dominada por pedregulhos e destroços de carpintaria, já livre dos cadáveres é certo mas presa ainda, sem esquivas, aos sussurros dos seus fantasmas inquietos.

Este bairro da periferia da linda e rica cidade do Lobito, que com régua e esquadro não empírico teria sido um portento de arquitectura vanguardista devido à singularidade do terreno que ocupa, será lembrado agora e sempre pela sua estatística macabra: dos setenta habitantes que a chuva matou na noite de li de Março, a grande maioria era ali que residia.

É um lugar pobre, arrojado, de visível desenrasque em tempos de calamidade ou de paz diária. Numa rápida e severa sentença: só se instala num sítio como aquele - na verdade uma imensa linha de água delimitado por dois morros colossais - quem, acossado pelo premente desafio da sobrevivência, não tem tempo nem estofo vital para pensar se a morte também pesa nas escolhas.

Joaquina Nassapalo Quarta Upite é uma mulher nova, com uma pele e textura de cabelo que lhe denunciam os estragos de uma vida sofrida, de limitações, marcada pela dureza de lutas diárias sob sol inclemente. Como é apanágio dos microcosmos modestos, arrasta inúmeros sonhos por materializar, pesem as rezas e as súplicas. A soma dos tormentos, é a soma falseada dos anos que lhe presenteou com uma aparência que não alinha com o tempo.

Olha-se para ela e é uma adolescente disfarçada de anciã que se descobre!

Ao repórter, que ela mesma tem a iniciativa de abordar oferecendo-se como entrevistada voluntária de uma hora de queixas e lamúrias, confessa que tem um foco, uma meta, que aspira a uma condição de vida melhor. Talvez tenha elegido Acongo apenas

como um bairro de passagem, de transição, até reunir melhores condições e sonhar com uma habitação decente e segura longe dali. Ela e o marido ergueram as paredes e o tecto possíveis uns quantos metros para lá das traseiras do estádio do Buraco, a toca do mais tradicional clube de futebol do Lobito, a Académica. No melhora-condições não-melhora, entre chuvas mansas e cacimbos de poeira intensa por obra dos solos argilosos, lá nasceram quatro filhos. Muitos, poderia pensar-se, se a lógica de Joaquina e seu companheiro fosse a dos homens e mulheres de melhor condição social, que vivem fora dali, sem os riscos de um dia a casa ruir, como ruiu a deles.

"A nossa casa tinha três quartos, onde vivia toda a minha família: o meu esposo e os nossos quatro filhos", relata sem que qualquer pergunta prévia lhe fosse colocada, uma demonstração de que o desespero do pós-tragédia que tomou conta do lugar é, na verdade, uma manifestação cruel de síndrome colectivo. Toda a gente que passa e vê o repórter de colete e câmara fotográfica em riste, tem recados para a governação. "Ajudem-nos, precisamos mesmo muito, não estar-nos a receber apoios".

A noite do pesadelo

"Eu estava a regressar da escola, à noite, e quando abri a porta, reparei que a minha casa estava cheia de água que me chegava ao peito. Só foi tirar a correr os miúdos com a ajuda dos vizinhos e fugimos para a montanha. Nem vimos quando a casa caiu", recorda à reportagem de O PAÍS uma mulher de futuro destruído, que mesmo assim louva a Deus por poder olhar, feliz, para a sua família completa. "Somos seis e graças ao Deus Pai estamos todos bem".

Queixa-se, contudo, da demora nos apoios. Dorme com o resto da família no quintal de outra família que se mostrou solidária, à cautela na parte mais alta do perímetro (bairro Alto Liro) e só se queixa dos vazios de cada dia:

"Nos ajuda só. Não estamos a receber nada de ajuda. Com as crianças, fome é fome. Só estamos a ouvir falar de ajuda, talvez estão a dar noutras pessoas que não foram afectadas".

Sem sairmos do local, conversámos com outra habitante de Acongo, Victorina Domingas. Por coincidência, é a mãe de Joaquina Nassapalo Quarta Upite, a primeira entrevistada. Não tem, como toda a gente ali, nenhuma história de conforto a relatar, a não ser o facto milagroso de ter sobrevivido ao colossal volume de água que fez as casas do bairro caírem como fichas de um jogo de dominó.

"O meu negócio foi todo com a água. Eu vendia perfumes, cremes e material escolar, cadernos, lápis, lapiseiras, borrachas... essas coisas", lamenta-se. Com o dedo, aponta para uma cratera a poucos metros da vala aberta pela Natureza desde sempre para escape das águas pluviométricas. "Ali era a casa da minha tia, a água levou". Claro que nem adiantava referir -lhe que tinha sido ousadia a mais da tia, entretanto salva por um milagre (andava por outras paragens na noite fatídica), construir justamente ali a habitação que hoje lhe falta.

Liro: o bairro incólume

O Alto Liro, bairro Icónico da cidade que fazia dançar nas décadas de sessenta e setenta o mais garboso e exuberante carnaval do mundo, é um caso nítido de sobrevivência colectiva. Não registou qualquer perda de vidas nessa catástrofe que Benguela não esquece, mais a mais com a persistência das chuvas que, duas semanas depois da noite de luto, voltaram a matar (vide estatísticas noutra página desta edição)

É ali que vive Fernando Agostinho, mais um dos milhares de cidadãos da circunscrição do Lobito que viram o futuro atrapalhado na sequência da chuva intensa que enlutou a terra dos flamingos. Funcionário da SONAMET, um dos mais valiosos activos da pujante indústria do município, salvou-se por uma dessas intuições que dificilmente se explicam. Conta que quando se apercebeu das primeiras bâtegas, abandonou a casa e decidiu ir dar uma volta de carro. Depois... foi o que já se sabe: "A vala transbordou, a água que vinha da montanha fez crescer o caudal muito rapidamente; viu-se perfeitamente que a água não tinha por onde escoar. As águas tinham tanta força que levaram o contentor que estava entre a minha casa e a escola. A casa foi invadida por água e lodo. O muro da unidade da polícia cedeu, a viatura de patrulha foi arrastada. Pouco sobrou em minha casa".

Elogia o apoio que recebeu da empresa onde dá o melhor do seu saber e dedicação, a SONAMET: "deram-me um apoio de 100 mil Kwanzas para tentar reaver algumas coisas essenciais' dispensaram-me também um tractor que ajudou muito na limpeza da rua que leva até à minha casa. Só estou preocupado com a demora nos outros apoios. O soba, três dias depois da tragédia, pediu que nos cadastrássemos, fizemos isso, mas nada recebemos até hoje, estar-nos entregues à nossa sorte".

De Fernando Agostinho, o homem da SONAMET que gaba a condição estrutural da sua casa ("construção definitiva' bem feita, aguenta-se bem em situações destas"), veio também um reparo positivo

ao modo como o governador Isaac dos Anjos diligenciou o restabelecimento do inadiável no Lira.

"Domingo passado o senhor governador veio ao terreno e logo depois pegaram na vala, para a limparem".

Travados pela chuva...

A reportagem de O PAÍS não foi, como o desejou ardentemente, a todos os ângulos do prisma. Tinha tudo para se deslocar até Kamulungue, o ponto onde as autoridades criaram soluções emergências para que os sinistrados do Lobito tenham onde refazer, nos termos possíveis, as suas vidas. Uma mão cheia de indagações seriam ali feitas, nomeadamente confirmar (ou não) a tese que nos pareceu provável de que estarão ali concentradas as ajudas que em torrentes volumosas chegaram de toda Angola, num gigantesco movimento de solidariedade. Se mais pessoas iriam para as tendas; de que modo o fruto das campanhas que mobilizaram Angola acodem quem precisa; o que ali existe, água, energia, saneamento básico; enfim, como é sair dos destroços físicos e espirituais, esquecer o luto e recuperar-se para o amanhã de luta.

Uma brutal chuvada caiu sobre Lobito quinta-feira à tarde, deixando a meio o palmilhar da rota do luto e da vida que nos poderia ter proporcionado um conjunto de informações valiosas. Como se a Natureza se quisesse insinuar para a mudança de desígnios que reservara para a província de Benguela, que fomos todos viver horas depois. É o êxodo dos novos sinistrados, numa épica reportagem de outra equipa deste jornal liderada pelo seu director, José Kaliengue.

10.55 Os "Lobitos" de Luanda

Novo Jornal

17 De Março de 2015

Texto: António Paulo

HÁ MUITO QUE O Executivo angolano projecta a transferência dos moradores destas áreas para zonas mais seguras. Infelizmente, o "nó não ata e nem desata". Enquanto isso, o INAMET prevê mais chuvas para a presente temporada e os habitantes das zonas em perigo receiam um episódio semelhante ao do Lobito, que vitimou mais de 70 pessoas e destruiu acima de 100 moradias.

O Novo Jornal andou por alguns bairros onde constatou o perigo que enfrentam aquelas populações que há muitos anos aguardam pela falada transferência. Um dos exemplos é a Samba Pequena, um bairro erguido na montanha, onde o risco está sempre à espreita. A transferência dos moradores para outras zonas ainda é incerta. Por enquanto, só há a "velha promessa" do governo provincial de Luanda.

O bairro está erguido numa gigantesca montanha bem à entrada do distrito da Samba, localizado a norte de Luanda. Reza a história que a urbe começou a ser habitada no início da década de 70 por condenados moçambicanos que cumpriam as suas penas em Angola.

O cogumelo habitacional cresceu e dispersa-se por todo o tipo de residências, desde casebres a edifícios. O bairro possui apenas duas escolas públicas, sendo uma primária, uma outra secundária e uns poucos colégios privados. O único centro de saúde foi recentemente reabilitado, dando assim alguma satisfação aos moradores.

Ladeado por três estradas principais - a via principal da Samba, na parte frontal, a estrada comandante Arguelles, na parte lateral, e a rua Heróis do Kangamba, na parte traseira, O bairro é fechado e quase sem ruas, sendo constituído maioritariamente por becos em toda a sua extensão, devido às construções desordenadas.

Logo à entrada da comuna, é possível observar a subida das construções Casas ergui das de baixo para cima à medida que a montanha se eleva. A zona possui água canalizada mas a luz eléctrica é deficiente.

Os mais sortudos são os residentes na parte de baixo, onde a água chega sem dificuldades, ao passo que os moradores de cima vêm-se obrigados a escalar a montanha com bidões e banheiras à cabeça. A luz eléctrica também é mais fraca e quase não chega para todos.

A zona já foi tranquila, mas agora a criminalidade faz morada segundo os residentes. "Aqui há muita criminalidade. Há sempre lutas de grupos. Lutam com catanas e partem os vidros dos carros. Esta é uma das nossas maiores preocupações", revelou Júnior Ribeiro um morador da zona há 30 anos.

O excessivo consumo de álcool entre a juventude é uma outra realidade que requer atenção. A nossa reportagem constatou a situação in loco. Por várias ruas por onde passámos, foi possível observar alguns jovens consumindo cervejas e outras bebidas alcoólicas.

VALAS A CÉU ABERTO

O saneamento básico há muito' que desapareceu da zona. Perde-se no tempo a altura em que as obras das valas de drenagem pararam. Por falta de contentores, os moradores deitam o lixo numa vala em construção. Por todo o bairro, observam-se focos de lixo espalhados.

A maioria das casas na Samba pequena não possui fossas residuais, devido ao lençol freático de água salubre que envolve o terreno. Na parte baixa da montanha, as fezes circulam por ligações de canos abertos, uma espécie de valas pequenas cavadas na rua, que se ligam entre si e escoam os detritos para uma conduta grande que dá para o mar. As crianças são as mais penalizadas pois estão limitadas nos seus espaços de circulação

O descuido é total e qualquer uma delas pode brincar com as fezes na vala feita a céu aberto. Antigamente, para se evitar o cheiro, a população desinfectava os buracos com alguns produtos químicos, como insecticidas que eram fornecidos pela administração e algumas vezes com carros de fumo. "Mas já há algum tempo que os carros não passam e o produto desinfectante desapareceu", reclamaram os moradores.

DESABAMENTOS E MAIS QUEDAS

É no ponto mais alto da montanha que os acidentes ocorrem com maior frequência, segundo relataram alguns moradores da Samba Pequena. A presente época chuvosa é a mais dramática para os populares. As pedras rolam, as pessoas caem e as casas desabam. As vítimas humanas, como sempre, não faltam.

"A situação é séria quando chove. As casas aqui na montanha desabam, as que estão em baixo são inundadas e há sempre mortes. Dizem sempre que nos vão tirar daqui, mas há quase dez que só ouvimos promessas", lamentou Helena Vanda, moradora da zona.

Esmeraldo de Oliveira, outro morador, contou à nossa reportagem que, recentemente, uma criança ficou presa debaixo de uma pedra, após o desabamento da residência em que vivia. "Os bombeiros retiraram o seu corpo em pedaços", testemunhou o jovem, apelando à transferência imediata dos moradores para locais mais seguros.

"O que aconteceu na cidade do Lobito é um exemplo claro para nós. Estamos dentro da cidade e somos vistos por todos, mas ninguém toma medidas. Só

depois de um desastre é que vão aparecer como solidários. Isto é triste", lamentou.

O cenário repete-se todos os anos. Os acidentes nas montanhas já provocaram várias mortes. Algumas pessoas, temendo pelas suas vidas, optaram por abandonar as suas residências, indo para outras partes da província. Alguns moradores dizem aguardar pela prometida evacuação.

Algumas casas no morro há muito que estão sinalizadas com as inscrições do Governo da Província de Luanda (GPL). " No ano passado, eles numeraram mais algumas casas e continuamos a aguardar", afirmou dona Catarina, uma residente de longa data na montanha.

Os moradores afirmaram estar preparados para abandonar o local a qualquer instante, desde que lhes sejam atribuídas novas residências em sítios mais seguros. É o caso do "tio" Vicente, de 36 anos, que habita com a sua família de sete pessoas, num casebre de chapa há vários anos. "Eles constroem condomínios de luxo e nós continuamos nesta miséria. Nós também queremos casa", desabafou o tio Vicente, que aguarda com ansiedade o dia da sua transferência. " A esperança é a última a morrer", afirmou, esperançado, o cidadão.

Enquanto isso, os moradores do bairro Samba Pequena, onde o actual vice-presidente do MPLA, Roberto de Almeida, deu uns toques de bola no beco do antigo chafariz redondo, como recordam alguns residentes, continuam a aguardar ansiosamente pela retirada da zona de risco em que se encontram, "sem eira nem beira".

10.56 Saga mortal continua em Benguela

Jornal O PAÍS

27 De Março de 2015

Texto: Zuleide de Carvalho

De acordo com o que se tem constatado, as noites de Quarta - feira têm vindo a constituir datas que não se quer recordar na cidade das acácias rubras que está pintada de preto, de luto, há 2 (duas) semanas. A primeira dia 11, agora, a 2S de Março, noites devastadoramente destrutivas. Todavia, a história tem essa característica, quando é desconsiderada ou

desconhecida, tende a repetir-se! Não se quer recordar, quanto mais reviver, porém, infeliz e drasticamente, é Isso que se tem verificado. Até quando?

Pelo que se vê, enquanto chover na província de Benguela, haverá mortes para chorar, desaparecidos para contabilizar, feridos para cuidar, desalojados para acolher e desesperados para acalmar... Será minimamente justo? Se antes, nos empregos ouvia -se a desculpa "Não se trabalhou porque choveu... Com ruas alagadas é impossível sair de casa a pé... ", agora, poder-se-á dizer, "Não vim trabalhar porque a minha casa e todos os meus pertences foram levados pela chuva...", ou, no pior dos casos, "Excelentíssimo Sr.(a), venho por este meio informar que o meu parente não voltará a trabalhar porque faleceu de regresso a casa, arrastado pela enxurrada da chuva." Até quando? Há males que vêm por bem, é o que se diz, neste caso, a mesquinhez foi completa e totalmente substituída por solidariedade, é o que se vê. Mas, e então!? Os idos não voltarão, crianças que foram dolorosamente cedo, pais que não presenciaram o sucesso conquistado pelos filhos, casas destruídas outrora erguidas com desumano esforço, e a lista negra continua... Até quando?

Os acolhimentos e abrigos estão a postos. No bairro da Peça, município de Benguela, um grupo de locais filantrópicos reuniu-se e preparou, bem como serviu, pequenos-almoços e almoços a cerca de 300 populares que por lá se concentraram, pessoas que são vítimas directas da catástrofe, famílias que não escaparam à tragédia.

Em conversa com Leopoldo Muhongo, Administrador Municipal de Benguela, obtiveram-se dados estatísticos temporários, uma vez que os trabalhos de campo ainda decorrem, foi possível averiguar que "Estão confirmadas 12 (doze) mortes, respectivas a 3 (três) crianças e 9 (nove) adultos, e registados 7 indivíduos desaparecidos." Quanto às consequências imputáveis à força da água que contornou os canais normais por onde deveria circular, responsável pela inundação de inúmeras habitações, principalmente na zona adjacente ao rio Cavaco, foi dito pelo Administrador que, "As elevadas quedas pluviométricas nesta região induziram à saturação das nossas linhas de água.

Continuaremos a trabalhar e, com baixar do caudal das águas, durante a remoção dos detritos, iremos aprofundar as buscas por possíveis corpos." Outro factor impiedosamente relevante no contributo à destruição foi a obstrução dos canais de escoamento de água, a reduzida proporção que comportam há-de ter sido um dos motivos para o culminar dos estragos arrasadores que se apresentam, de tal modo que,

"Foram destruídas passagens hidráulicas, fundamentalmente no acesso ao Mercado da Paz, bairro Capilongo, nas povoações da Caota, bem como no acesso à Bela Vista baixa. Temos as atenções direccionadas para os bairros do Calomburaco, Calilongo e Pecuária, que registam graves acumulações de água.

Vazaram imensas quantidades de água do rio Wengue, estamos a intervir no rio Cavaco para criar pontos de respiração, de forma a possibilitar que as águas sejam drenadas para o seu leito." A população, traumatizada pela anterior calamidade, mostrou-se empenhada em aderir no cumprimento das orientações da Administração Municipal pois, abandonaram as suas casas e abrigaram-se nas zonas de segurança destacadas. Estamos certos que o facto de o número de vítimas mortais ser reduzido, (até agora), deveu-se em muito ao comportamento cívico da população, que reagiu de forma positiva aos alertas lançados pelas autoridades locais. Criámos 3 abrigos nas Zonas B e D, com alimentação assegurada pelo MINARS e a Protecção Civil. Contamos também com o apoio da Cruz Vermelha que se voluntariou e a nós se juntou", relatou, por fim, Leopoldo Muhongo.

O bairro do Calilongo, onde se situa a fábrica "África Têxtil", foi a localidade maioritariamente afectada pela força esmagadora do elemento com máximo poder de aniquilação, denominado água, pois, até ao momento, foram já enumeradas mais de 2 centenas de habitações completa e totalmente desmoronadas.

10.57 À espera da próxima desgraça?

Semanário Angolense
28 De Março de 2015
Texto: N. Talapaxi S.

Enquanto na vizinha cidade de Benguela, a forte chuva que caiu na noite de quarta-feira (25), até ao fim do dia seguinte contabilizava doze mortos e sete pessoas desaparecidas, além de mais de 180 famílias desalojadas, no Lobito a situação continuava a ser de apreensão e de susto.

Na verdade, diante da tragédia de há 15 dias ainda fresquinha na memória, todo e qualquer chuvisco que caia com certa força sobre a cidade já é motivo de aflição. Assim aconteceu na quarta-feira, e não foi por menos, se tivermos em conta que as Zonas de

Risco (ZR), assinaladas depois do funesto 11 de Março, suscitam toda a atenção.

Rodrino Catito, que mora há 13 anos na Boa Vista e disse ao SA ter sido desalojado pelas chuvas, foi taxativo quando afirmou que, no seu bairro, a noite de quarta para quinta-feira foi de total assombramento, de quem tem ainda a casa inteira, porém marcada com letras e números vermelhos, com medo de ver a sua habitação sendo arrastada pelas águas.

Ao longo da vala gigante que «nasce» no alto do Boa Vista e «morre» na baixa do Akongo, no vasto espaço que se abre à frente do campo do Académica de Lobito, o número de casas interdidas e assinaladas com a «matrícula» vermelha não deixa dúvidas de que há urgência em resolver a maka daquela população.

Isso deixa mais evidente a revelação feita por um dos sobas responsáveis pela região, segundo a qual entre os corpos retirados do meio da lama após a enxurrada mortal do dia 11, poucos são dos que realmente morava nas extremidades do enorme canal, na parte do bairro Akongo.

De acordo com o responsável tradicional, pelo menos cerca de 35 mortos terão sido arrastados desde o cume do Boa Vista, ao longo do canal, até o planalto do Akongo, onde foram recolhidos.

No parecer extasiado de Rodrigo Catito, enquanto morador ora desalojado pelas chuvas, só a parte das encostas boa-vistenses da referida vala deve comportar mais de uma centena' de gente que mora mal pela forma como está instalada. Essa estimativa, no entanto, pode não estar tão longínqua assim de um quadro mais ou menos realista.

Acima das considerações apresentadas oficialmente pelas autoridades' administrativas do município, que estimam um número de pessoas afectadas em torno de 1.130, que esperam ser acomodadas no Centro de reassentamento, a avaliação que os sob as deram a entender, numa explanação no acampamento, estipula, bem por cima, perto de duas mil pessoas atingidas.

A perspectiva surge a partir do facto de que a lista nominal de famílias cujas habitações estarão comprometidas, relação exibida pelas autoridades tradicionais, regista pelo menos 835 casas em risco.

E já que as famílias, de um modo geral, são numerosas, com o aval dos comentários dos próprios kotas, não é difícil que um ajuntamento de 835 casas se transforme num destacamento de quase duas mil pessoas.

Podia ser até que esses números fossem simplesmente teóricos, mas o que não será somente teórico é a eminência de uma chuva como a do dia 11 de Março voltar a acontecer e provocar uma tragédia como a que aconteceu. Ou pior.

É comum que muitos supersticiosos acreditem que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Todavia, se as providências de desalojamento das áreas em perigo - sejam ZR (zonas de risco) ou ZV (zonas vermelhas) - não forem tomadas com a devida emergência, pode-se afirmar que estamos à espera da próxima desgraça.

10.58 Beneficiários por indicação

Semanário Angolense
28 De Março de 2015

O campo da Académica é o ponto de encontro marcado para que o grupo de pessoas desabrigadas pelas chuvas no Akongo apanhe o autocarro que o governo municipal prometeu disponibilizar, rumo ao acampamento, onde as tendas serão a sua habitação, no mais tardar, até Julho, segundo a previsão das autoridades.

Mas há ordens a seguir para se embarcar nesse autocarro. «Se o teu nome não está na lista do soba, não vale a pena só tentar se meter numa 'pimpa' na bicha dos que vão para o acampamento para conseguir um terreno de borla». O soba é a autoridade encarregada de apontar quem é que precisa ou não precisa de ajuda, de acordo com o que ele e a sua equipa averiguam.

Contam os moradores que, assim que ocorreu o nefasto evento, várias instituições seguiram-se no cadastramento das pessoas e das casas sinistradas, com direito a registos fotográficos e tudo. Desse modo, por ali passaram as autoridades da administração municipal, os bombeiros e até a Casa Militar. E depois a malta da Direcção Provincial de Assistência e Reinserção Social e, por fim, a listagem do soba.

Mas, o dia dos «akongos» desalojados ainda tarda a chegar. Nem mesmo o próprio soba-adjunto, o Papá Tchikapa (que substitui o soba grande, afastado das suas funções por doença) sabe quando é que o seu povo, carente de abrigo e de outras necessidades, vai subir para o acampamento e ter a assistência que se espera.

Falamos em «subir para o acampamento» porque o Centro de reassentamento está situado numa região acima desses bairros duramente castigados pelas águas que caíram do céu no dia 11 de Março.

Para as autoridades governamentais do município, contactadas pelo SA, a situação dos desabrigados que ainda não foram acolhidos no reassentamento é uma maka a ser resolvida em pouquíssimo tempo. Tão logo as tendas sejam montadas. E a distribuição da ajuda-alimentar à essa população poderá até nem esperar o acampamento.

Em entrevista ao SA, o Coordenador da Subcomissão de Assistência as Famílias vítimas dessa tragédia do dia 11 garantiu que nessa semana que agora termina seria já possível começar a fornecer a ajuda alimentar às pessoas despejadas pelas chuvas no Akongo. Deduz-se que o arranque não se vai limitar aos «akongos».

10.59 Chuva intensa para os próximos dias

Semanário Angolense
28 De Outubro de 2015
Texto: Rui Albino

As chuvas que nos últimos dias têm caído impiedosamente sobre o país, particularmente em Luanda, têm trazido à tona as grandes debilidades e deficiências das infraestruturas públicas como, por exemplo, a Avenida Deolinda Rodrigues, estrada do Camama e a estrada da Boavista, vias que já se tornaram um «cancro» para os luandenses.

Apesar das dificuldades de circulação nesses troços serem já do conhecimento das autoridades competentes, a verdade é que todos os anos os automobilistas e transeuntes são obrigados a enfrentar as mesmas dificuldades diante do olhar silencioso das autoridades.

Em alguns troços, até mesmo soluções paliativas de tapa-buracos podiam ajudar a minimizar o sofrimento dos cidadãos. Mas nem isso, apesar de as autoridades, nesta altura, andarem de reuniões em reuniões, mas as soluções para este problema tardam a chegar.

O INAMET já lançou o alerta de que as chuvas podem continuar a cair e, em alguns casos, com alguma intensidade. Mesmo com este alerta, as

administrações que já lutam pela vida para dar resposta às cargas pluviométricas, ainda contabilizam-se os estragos já provocados.

Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros anunciaram, na quarta-feira (25) que, como consequência da última enxurrada, duas crianças perderam a Vida. Já tinham sido registadas, até àquela altura, cerca de 8 mil casas destruídas, sendo os municípios de Viana, Cacuaco, Cazenga e o Distrito Urbano do Sambizanga, os mais afectados, tendo os dois últimos registado uma morte cada, pelas mesmas circunstâncias, ou seja, o desabamento de parede.

O Semanário Angolense (SA) visitou algumas zonas de Luanda e saltou à vista, em vários pontos da capital angolana, QUE está tudo parado, porque algumas administrações não possuem equipamentos, quando nos parques destas e do próprio GPL e ENCIB, várias máquinas e equipamentos pesados que ajudariam a desafogar o sufoco das chuvas, encontram-se a apanhar poeira.

No município de Cacuaco, a administração debate-se com a falta de equipamentos, socorrendo-se dos empresários do município para apoiarem, nestas alturas, devido a falta de meios. Esta localidade, que já tem o azar de ter solo argiloso, no interior dos bairros da Vidrul, da Boa Esperança e no Bairro dos Pescadores não existem vias estruturantes que permitem a circulação tranquila em época chuvosa, por maior que for o exercício, uma vez que, mesmo com as suas galochas adaptadas ao clima, o administrador municipal não conseguiu entrar na Vidrul.

Naquele bairro, quando chove, famílias inteiras quase que ficam em estado de sítio, porque não há por onde passar. É uma lástima!

Na principal via do município, por erro de cálculo, as águas não chegam ao canal de esgoto, a circulação é feita com grandes dificuldades pois, as areias arrastadas pelas correntezas das águas pluviais, invadem impiedosamente o já deficiente tapete asfáltico. Para reparar esses estragos, é necessário interditar a via e o trânsito geme ainda mais, não permitindo movimentar os equipamentos. É uma dor-de-cabeça!

No Cazenga, a situação não foge à regra. Para acudir os estragos das chuvas, os munícipes, em vez de esperarem pelas acções da Administração, mobilizaram-se para juntos defenderem o seu bairro. Com esta acção, conseguiram evitar o corte à circulação de algumas ruas no interior do bairro. Mas no Cazenga existem outros troços que, apesar de se encontrarem em obras, torna cada vez mais difícil o trânsito. Neste capítulo, parecem não haver solução,

deixando aquela circunscrição completamente de rastros.

A estrada que liga a vila de Viana à Via Expressa, passando pelo Cemitério Municipal, reveste-se na principal vergonha para a edilidade da circunscrição de Viana.

O troço apresenta interrupções no seu traçado há largos anos. Estudos e mais estudos foram realizados, mas em termos práticos nada.

A circulação, em grande parte dos bairros, está completamente interrompida porque em alguns pontos partiu-se tudo e, noutros, não têm nada de esgotos, sargetas e com a agravante de se bloquearem os locais de passagem das águas.

A estrada da Boavista é um autêntico atestado de incompetência para as autoridades da cidade capital. Várias vezes reparada e nunca se resolve o problema do trânsito caótico naquele troço. O problema daquele piso é conhecido, mas nem com isso as autoridades decidem em exigir dos empreiteiros que ali ganharam alguns milhões, no sentido de aplicarem como tapete asfáltico material mais resistente. Perante esta ignorância, os buracos de ontem, hoje tornaram-se em crateras e a circulação faz-se apenas num sentido, porque parte do pouco asfalto que existia foi engolido pelas areias do Morro da Boavista. No morro vêem-se casas erguidas que, para além de estarem construídas em local de risco, estão também edificadas com material altamente precário.

10.60 Entre a demora e a garantia de assistência humanitária

Semanário Angolense

28 De Março de 2015

Texto: N. Talapaxi S.

Há cerca de duas semanas que a vida de Paulo André (*), um jovem de vinte e poucos anos de idade, deu uma volta inimaginável de 360 graus. Ele era o pai de uma menina e um menino de tenra idade. Tinha uma motorizada com a qual fintava a falta de emprego e podia sustentar minimamente a sua família - a mulher e os filhos. Pagava as contas do seu «cúbico». E não era de graça que se esforçava para pôr os estudos em dia. Esse cenário aflagava o seu sonho de melhorias, o seu sonho de um mar de rosas.

No entanto, no passado dia 11 de Março, depois que estiou a trágica chuva que se abateu sobre o seu

Lobito, que de noite tinha arrastado tudo o que encontrou no caminho da gigantesca vala que desce a rasgar o bairro do Akongo em duas perigosas encostas, do meio do lamaçal criado pelas enxurradas, o sonho de Paulo André acabou por se transformar em pesadelo.

Entre os cerca de 70 corpos achados, estavam também os dos seus dois filhos. No meio dos escombros estava inteiramente desaparecido o «cúbico» que era o seu lar. E com ele todos os seus pertences ficaram ali soterrados. O inferno daquele jovem só não terá sido pior porque restou-lhe a mulher, para juntos contarem a amargura dessa história.

Paulo André e a esposa fazem parte de uma massa populacional fixada em 1.130 pessoas, pelas autoridades do município de Lobito, que constituem a soma do número de indivíduos que ficaram sem as 199 casas e da cifra de populares que está à beira de outra desgraça, caso as providências de salvá-los não sejam tomadas com a devida urgência.

Reconhece-se que Akongo é o bairro que mais sofreu com a fatalidade, onde, na parte baixa da localidade, em que fica situado o campo de futebol do Académica Petróleo do Lobito, foi encontrada grande parte dos corpos arremessados pelas cascatas das chuvas.

Além dessa, a Canata, o Boa Vista, a Santa Cruz e o São João são as outras localidades que também foram duramente atingidas, deixando um monte de desabrigados.

Todavia, passados então 14 dias desde o funesto acontecimento, até a passada quinta-feira, conforme o *Semanário Angolense* constatou, as vítimas sobreviventes do Akongo ainda não estavam contabilizadas entre as cerca de 80 famílias que já se encontravam minimamente albergadas em tendas de um acampamento montado pelo governo local, naquilo que é o Centro de reassentamento das famílias desalojadas pela chuva.

Como o critério de assistência às vítimas, pelo que se vê no local e é confirmado oficialmente, implica a presença dessas pessoas no sítio do reassentamento, onde suposta mente se tem mais facilidade de controlo da distribuição de tudo o que seja necessário, então todos os sinistrados que até agora ainda não foram acampados têm estado totalmente de fora da ajuda.

O jovem Paulo André confirmou ter recebido um apoio do governo municipal logo após a tragédia, tal

como afirmado ao SA pelo Director Municipal do Lobito dos Assuntos Sociais, Alberto Gongo. A administração municipal arcou com os custos dos caixões, disponibilizou transporte para os funerais e ajudou nas «sentadas» dos óbitos com um saco de arroz e um de fuba. Depois disso, nenhum outro apoio foi registado para ninguém no Akongo, assim como em alguns outros bairros em que a chuva também fez sem-tecto.

(*) Paulo André é um nome fictício, mas a pessoa é real. O jovem pediu o anonimato com medo de sobre alguma represália e perder o direito aos benefícios que lhe são devidos, enquanto sinistrado.

10.61 Graciano “afogado” por São Pedro

Jornal A Capital

28 De Março de 2015

Texto: José Dos Santos

Se há algo que as figuras chamadas a governar Luanda mais abominam, esta é certamente a chuva. Numa altura como esta, em que a capital do país é fortemente fustigada por enxurradas que, uma vez mais, vêm destapar as já fétidas feridas da 'sala de visitas' de Angola, Graciano Domingos estará certamente a observar alguns períodos de insónia.

Mas isso não é propriamente algo que o edil de Luanda desconhecerá, uma vez que se trata de alguém que conhece os quatro cantos da casa e sabe de antemão o quanto ela gasta.

Ao mesmo tempo sabe que tem sido mais ou menos em tempos como os que se vivem actualmente (o INAMET prevê ainda a ocorrência de chuvas mais fortes nos próximos dias) que os homens chamados a governar acabam por ver as suas cabeças a prémios. Por isso, Domingos estará, se não tanto, entre o martelo e a bigorna. Em boa verdade, o homem estará nesses dias a sentir os efeitos do mesmo veneno tragados pelos seus antecessores.

O homem que entrara com o rótulo de uma espécie de messias, começa agora a aperceber-se que mais do que uma ascensão, Luanda representa mais uma

queda. É que quando se fez à porta principal do Palácio da Mutamba na pele de substituto de Bento Bento, GD sabia automaticamente ao que ia, de tal forma que prometera por altura do seu empossamento colocar cobro à desordem.

"Notamos que Luanda é um pouco afectada por alguma desordem e que é necessário encontrar, colectivamente, soluções entre a administração da cidade e os cidadãos", disse à imprensa, mais palavra menos palavra o homem que começa agora a dar sinais claros de estar com as cargas das pilhas que trazia de início totalmente em baixa.

É que não sendo propriamente "duracell", as pilhas de Graciano nem ao sol parecem recarregar-se. Como se não bastasse o seu poder reduzido de que está provido, por conta de um novo desenho administrativo, o governador que praticamente funciona mediante um "controlo remoto" se acha distante da sede do GPL, de forma a evitar uma colisão frontal entre o poder central e o local.

Na verdade, pensava-se que o actual 'número um' de Luanda teria a vida bastante facilitada com o novo modelo de administração local diferenciado, além da desconcentração administrativa, com vista a garantir eficiência e a criação das melhores soluções para a futura administração autárquica.

Mas não é o que tem acontecido na plenitude: Graciano Domingos não esperava, por exemplo, que já no primeiro ano do seu consulado fosse "baptizado" com este furioso 'mau humor' de São Pedro. E pior ainda: no momento que mais precisa sequer vê a cara dos seus coadjuvantes (administradores), que parecem esticar o dedo do meio das mãos ao superior hierárquico. Isto é, supunha-se que os administradores viessem em socorro do chefe com recursos e meios suficientes para o merecido apoio.

Por isso vê-se com as mãos completamente atadas, sem saber o que fazer de concreto, se ri ou se, no entanto, chora ante as impiedosas águas que se abatem sobre a capital angolana.

Ademais, como aconteceu com os colegas de governo que o antecederam, ele também, o governador, arrisca-se a "morrer" da mesma poção envenenada: as gigantescas lixeiras que, vezes sem conta, se apoderam de Luanda de forma ameaçadora por razões que a própria razão teima em desconhecer.

E porque Luanda é um oceano de muitos e periclitantes problemas, a popularidade de Domingos (se é que alguma a teve em alta) revela-se bastante

baixa. E não é para menos: além dos intermináveis congestionamentos no trânsito automóvel, que sufoca automobilistas e a cidade no seu todo, a cidade é 'ornamentada' por profundos buracos que se revelam autênticas armadilhas em época chuvosa.

Acometido certamente de uma melindrosa disfunção arterial provocado por tantos problemas, o governador está a dar sinais evidentes de falta de fôlego. Esta semana (quinta-feira) reuniu-se com responsáveis de algumas empresas para clamar por ajuda, pois percebeu em tempo que sozinho acabará também arrastado pela mesma lama produzida pela chuva.

Ao fazer drapejar a bandeira branca aos municípios, o inquilino do GPL está seriamente a procurar ganhar alguma carga que possibilite continuar a trabalhar, mesmo com a capital a revelar-se cada vez mais um caso endémico, onde todos os ensaios redundam em fracasso.

De resto, desde a última visita do Presidente da República ao Palácio da Mutamba, pouco ou nada mudou em Luanda, que não seja a saída de Bento Bento e a entrada bastante mediatizada do actual Graciano Domingos. O resto mantém-se como antes.

10.62 ««Mais de metade dos desabrigados ainda está fora do acampamento»»

Semanário Angolense

28 De Março de 2015

Texto: N. Talapaxi S.

O historiador Alberto Gongo é o Director Municipal dos Assuntos Sociais do Lobito. Ele é quem coordena a Subcomissão de Assistência às Famílias, criada pelo governo local para acudir aos sinistrados que sobreviveram à tragédia de 11 de Março, por acção das chuvas, naquela cidade portuária da província de Benguela.

Por indicação do administrador Amaro Ricardo, seria o interlocutor do *Semanário Angolense*, para explanar o quadro actual da situação, o que já foi feito pelas autoridades locais diante do sinistro e o que está a ser preparado para a melhoria da vida da população que ficou sem tecto, em especial a dos bairros mais afectados, nomeadamente o Boa Vista e

o Akongo, onde foi encontrado o maior número de vítimas mortais.

Afirmando que «o acampamento não tem ainda cinquenta por cento dos desabrigados», Alberto Gongo, admitiu o «atraso» nesse aspecto, garantindo que, no entanto, está em curso o processo de reassentamento paulatino dessas pessoas, à medida que as tendas vão sendo montadas.

Até ao fecho dessa edição do Semanário Angolense, na quinta-feira, a instalação das tendas ainda não estava concluída. De acordo com o que deu a entender o director municipal do Lobito dos Assuntos Sociais, isto por falta de mão-de-obra voluntária, dum lado, e de recursos financeiros adicionais que poderiam garantir a logística (sobretudo alimentação) necessária a essa mão-de-obra, doutro.

Alberto Gongo acredita que a honestidade, a idoneidade e boa gestão, a começar sendo usadas pelas próprias autoridades, vão ajudar a facilitar o trabalho que está a ser levado a cabo pela comissão criada ara acudir à situação, apontando, no entanto, que tem havido casos de gente oportunista infiltrada entre os desabrigados para se aproveitar do que está a ser oferecido aos sinistrados para minimizar as dificuldades por que passam. Segundo ele, desmantelar os «infiltrados» é tarefa da polícia.

Semanário Angolense (SA) - Até agora, desde o dia 11 de Março, qual é concretamente o apoio que tem sido dado às pessoas que perderam tudo?

Alberto Gongo (AG) - As pessoas que estão acampadas no centro de reassentamento, que não fazem ainda cinquenta por cento do numero total de atingidos, têm o mínimo para alimentar-se até ao dia 31, altura que teremos lá mais do que a metade ou mesmo todos lá. Depois disso, a partir do dia 1 de Abril, queremos já dar às "percapitas" alimentares mensais por cada família. Nesse momento, além de distribuírmos alimentos às famílias que já lá se encontram, estamos também a arrolar todo o volume de doações que vieram do resto do país e da diáspora, separando aqueles produtos que no mês de Abril podem caducar, para serem consumidos já. O mais perigoso nessa altura de tragédias é alimentar as pessoas com comidas caducadas. E o pior ainda é deitar fora. Queremos evitar isso.

Até ao fecho dessa edição do Semanário Angolense, na quinta-feira, a instalação das tendas ainda não estava concluída. De acordo com o que deu a entender o director municipal do Lobito dos Assuntos Sociais, isto por falta de mão-de-obra voluntária, dum lado, e de recursos financeiros

adicionais que poderiam garantir a logística (sobretudo alimentação) necessária a essa mão-de-obra, doutro.

Alberto Gongo acredita que a honestidade, a idoneidade e boa gestão, a começar sendo usadas pelas próprias autoridades, vão ajudar a facilitar o trabalho que está a ser levado a cabo pela comissão criada ara acudir à situação, apontando, no entanto, que tem havido casos de gente oportunista infiltrada entre os desabrigados para se aproveitar do que está a ser oferecido aos sinistrados para minimizar as dificuldades por que passam. Segundo ele, desmantelar os «infiltrados» é tarefa da polícia.

Semanário Angolense (SA) - Até agora, desde o dia 11 de Março, qual é concretamente o apoio que tem sido dado às pessoas que perderam tudo?

Alberto Gongo (AG) - As pessoas que estão acampadas no centro de reassentamento, que não fazem ainda cinquenta por cento do numero total de atingidos, têm o mínimo para alimentar-se até ao dia 31, altura que teremos lá mais do que a metade ou mesmo todos lá. Depois disso, a partir do dia 1 de Abril, queremos já dar às "percapitas" alimentares mensais por cada família. Nesse momento, além de distribuírmos alimentos às famílias que já lá se encontram, estamos também a arrolar todo o volume de doações que vieram do resto do país e da diáspora, separando aqueles produtos que no mês de Abril podem caducar, para serem consumidos já. O mais perigoso nessa altura de tragédias é alimentar as pessoas com comidas caducadas. E o pior ainda é deitar fora. Queremos evitar isso.

SA - Que apoio imediato teve essa' população logo que aconteceu a tragédia?

AG - O apoio que foi dado pelo governo, através do Centro, de Apoios, foi feito em duas fases. Primeiro foi tomar as providências com relação às pessoas falecidas.

Dar o tratamento condigno, fazer os funerais humanos, tudo em comunhão com as famílias. O governo apoiou com urnas, num total de 70, com carrinhas, para os funerais, e apoiou com bens alimentares para os óbitos.

SA - Não houve nenhum o apoio financeiro?

AG - Não quis me referir a esse apoio ainda. Mas, não foi do governo municipal ou provincial. Esse foi um esforço da AJAPRAZ, que deu a cada família enlutada 30 mil kwanzas. E que nós também agradecemos.

SA - Não acha que, de certa forma, estejamos a demorar no apoio que está sendo prestado a essas vítimas?

AG - Eu, acho que não. Se o problema aconteceu no dia 11, nós tivemos que esperar até ao dia 13, numa sexta-feira, para fazer os funerais. No dia 16 começamos com a instalação do acampamento e recepção dos sinistrados. E eu acho que não demoramos. Lá no campo de reassentamento, começamos logo por dar a assistência necessária.

SA - No acampamento provisório, pretende-se montar quantas tendas?

AG - Neste momento, montamos 27 tendas que estão a abrigar aproximadamente 80 famílias - 292 crianças e 198 adultos. {Os dados actualizados até quinta-feira indicavam 134 tendas montadas}.

SA - Constatamos no terreno que já há pessoas abrigadas que são de Catumbela quando soubemos que Lobito foi mais atingido.

AG - Realmente as zonas mais atingidas são do Lobito, mais precisamente da sua região sul - Boa Vista, Santa Cruz, Alto Akongo.

Baixo Akongo e São João. A Catumbela quase tem a metade da população reassentada. Para Lobito, tendo em conta o número maior de sinistrados, nós estamos a acomodar as pessoas à medida que aprontamos as tendas. E o número vai subindo...

SA - Então nesse caso, houve uma prioridade para a população atingida da Catumbela?

AG - Não. É mesmo porque o número de vítimas ali é bastante 'reduzido. Não estão todos, mas quase todos já estão lá.

SA - Então, quais são os critérios?

AG - Estamos a ter em conta os lugares mais afectados. Começamos pelos mais afectados. Mas, em princípio, numa primeira fase, a prioridade é atender todas as famílias que perderam as casas na tragédia.

SA - Todas poderão ser abrigados ate quando?

AG - É um numero aproximado de 250 famílias. Só a medida que vamos montando as tendas é que vamos aumentando o atendimento. Sabe que não há recursos financeiros adicionais. Há aí essa crise. Por isso é que nós estamos a pedir primeiro a voluntariedade, no sentido de se montar as tendas. Os jovens que estavam a ser mobilizados para tal estavam a exigir algumas condições logisticas, para

permanecer. E é normal! Só que nós não temos recursos.

SA - Faltam, então, pessoas voluntárias para ajudar na acomodação das vítimas no acampamento?

AG - Nesse momento estamos a mobilizar as forças armadas e os serviços da protecção civil para nos

10.63 «O Governo não vai construir mas sim dar o apoio em meios»

Semanário Angolense
28 De Março 2015

SA - Além do socorro que vem sendo dado, que política governamental está em curso para que não volte a ocorrer um desastre como esse, na medida em que estamos ainda em tempo de chuvas?

AG - Assim que aconteceu a tragédia, estamos a comunicar as pessoas. A comissão provincial liderada pelo governador já está a trabalhar no loteamento dos terrenos para se começar com a autoconstrução dirigida. É bom que se note que governo não vai construir as casas. Vai somente dar todo o apoio em meios, instrumentos, enfim, de tudo que há para construir as casas, devendo cada família edificar a sua. Aqueles que são das igrejas e as próprias igrejas vão ajudar. Nós estamos a mobilizar todas as organizações juvenis, pedreiros, carpinteiros, para virem ajudar, prestar essa solidariedade. Aqueles que não puderam dar apoio em produtos, poderão dar apoio em mão-de-obra para que as famílias estejam nas tendas no prazo máximo de quatro meses. E que no quinto mês saiam para as suas casas próprias.

SA - Isso é em curto prazo. Mas o que nós queremos saber é como ficam as famílias que estão nas zonas vermelhas, em risco iminente, uma vez que as chuvas continuam a cair...

AG - Estamos a passar o apelo no sentido de que as pessoas saiam daí. Agora há pessoas que realmente estão a ser um pouco oportunistas. Não querem colaborar. Querem permanecer ai: como sabem que as chuvas vão estar connosco até Abril, querem nos empurrar mais responsabilidade. As casas estão quase a cair, querem tirar um proveito disso. A preocupação do governo é apenas com os cidadãos que perderam famílias, perderam as casas no dia 11 de Março.

SA -Com tudo o que se tem disponível hoje, tendo em conta as doações que foram feitas por todos os quadrantes do país, dá para manter essa população

durante os quatro meses que vai permanecer no acampamento?

AG - Vocês acompanharam a manifestação de solidariedade que saiu de todos os cantos do país. Acreditamos que com essa manifestação de unidade nacional, esse fortalecimento da adesão demonstrada pelos angolanos, e com uma boa gestão, vai dar para acomodar as famílias e serem assistidas durante quatro meses, talvez até cinco ou seis meses. O importante é que haja uma boa gestão, um controlo eficaz, que haja idoneidade, começando por nós mesmos. No que estiver ao nosso alcance, nós vamos fazer para que as pessoas não passem fome. No entanto, é bom que se diga também que nós não estamos a prometer dar comida de primeira classe. Estamos a dar comida própria para assistir a pessoas numa situação de tragédia como essa. São as condições básicas que estamos a dar. O que não estiver no leque das doações as famílias podem obtê-lo através de permutas.

SA -E além da doação de alimentos, há a considerar que quem trabalhe continue a fazê-lo?

AG - Sim. Como muitas famílias têm emprego, principalmente os chefes, à medida que se reassemem vão seguir a sua vida normal, vão trabalhando para terem a sua renda mensal. E nessa altura poderão trabalhar para levantarem a sua casa. O governo vai dar o loteamento, vai dar o material de construção, vai dar o protótipo da casa, e vai fazer a infraestrutura estradas, lojas, hospital e escolas.

SA - Então vai nascer um bairro novo por força das circunstâncias?

AG - Sim! É um bairro novo. Seria em princípio para 250 famílias, mas nós estamos a esticar para 300. Há sempre aqueles imprevistos.

10.64 Tragédia “centrar” choca Benguela

Jornal A Capital

28 De Março de 2015

Texto: Marcos António

O relatório com informações pormenorizadas sobre a tragédia do Lobito acabava de chegar às mãos do Presidente José Eduardo dos Santos, quarta-feira, 25, quando a cidade de Benguela era arrasada por fortes chuvas, durante cerca de duas horas, com o balanço - provisório - a apontar para cinco mortos, milhares de

desalojados e casas, escolas e unidades sanitárias inundadas.

Horas antes, num encontro com as autoridades tradicionais, o emissor da mensagem, o governador provincial,

Isaac Maria dos Anjos, admitia que a província estava a ser bastante fustigada, como que a pedir trégua, mas as suas preces não foram ouvidas.

Inúmeros moradores do Calomburaco, bairro situado nas imediações do rio Cavaco, viram-se obrigados a abandonar as suas casas enquanto chovia, passando ao relento o resto da noite, num jardim, no bairro da Graça e ao lado de um centro comercial, entre as duas horas e as cinco da manhã. Há relatos de estragos em outros bairros, como são os casos da Pecuária, Fronteira e Casseque, mas é o Calomburaco a capitalizar as atenções, uma vez que o rasto de destruição terá partido de um ponto não abrangido pelo programa de regularização dos rios, que custou ao Estado largos milhões de dólares norte-americanos.

Os sinistrados, é certo que desprovidos de elementos técnicos, acenavam para a parte montanhosa, na área das bimbabas, de onde a água saiu em direcção às casas e lavras, como adiante veremos no pronunciamento do presidente da Federação de Cooperativas Agropecuárias. "Pensamos que o Governo (central) deve concluir a barreira de forma mais eficaz, partindo de lá, onde tudo principia. Eles sabem, não consigo definir, mas precisamos de uma barreira a impedir que a água invada as populações e os campos agrícolas", afirmou um chefe de família que tinha abandonado a sua moradia com o caudal ainda em baixa.

Cabisbaixo, ele falava em "enormes prejuízos", ao ressaltar que não existiam sobras dos haveres de uma população que continuava a deixar áreas sob ameaça até ao amanhecer, concentrando-se no centro da cidade. "Corri descalço, aflito, mas consegui salvar as crianças", venceu, pouco antes de ter sido interrompido pelo vizinho, que apontou a parte plana, a precisar de subir, para justificar os estragos. "Se assim fosse, a água teria o rio como destino. Sem isso, nem no próximo ano nos safamos", assinala a fonte, que lamenta a passividade das autoridades tradicionais face a urna falha que parece à vista de todos.

Duas horas depois, já ao amanhecer, era visível um "mar de pessoas" com embrulhos à cabeça, andando sem amparo à procura de abrigo. O aspecto comum é que as centenas de famílias diziam ter perdido tudo, já que as casas se encontravam completamente inundadas, quase que sem acesso.

"Vamos ficar à espera do apoio do Governo", diziam jovens e senhoras, que optaram pelo abandono das suas casas, como facilmente se percebe, para evitar o cenário do Lobito.

Agricultor põe o dedo na ferida

Embora centrada em prejuízos no campo agrícola, a primeira reacção do presidente da Federação das Cooperativas Agro-pecuárias, Manuel Monteiro, dá consistência ao que alguns populares chamam de falhas no programa de regularização dos rios.

O empresário falou do rompimento do dique de protecção que fazia o suporte das águas, dando lugar a enchentes em alguns bairros, entre os quais o da Fronteira. Mas não é tudo. Outra vez em consonância com os argumentos de gente que admite não possuir muitos dados técnicos, Manuel Monteiro disse que muita água saiu das montanhas, concretamente do riacho que passa pelas bimbás. "O rio seco transbordou, provocando danos nos acessos e danificando culturas, sistemas de rega, tubos e fitas e irrigação", sustentou o homem que diz nunca ter visto algo similar ao longo dos últimos 25 anos.

O também presidente da Associação dos Agricultores acrescentou que as águas das montanhas embatem no dique que ruiu - recentemente reparado e não entram para o Cavaco, têm a cidade como destino. "A parte central do vale é a que mais sofreu, estou preocupado com o dique que não suportou", assinalou.

Num breve comentário a propósito das pretensas lacunas na regularização do rio, o administrador municipal limitou-se a garantir que as etapas correcionais ou adicionais contarão com um maior envolvimento do seu pelouro. Com várias equipas de trabalho no terreno, Leopoldo Muhongo dava a cara para um balanço provisório dos prejuízos causados pelas cheias, tendo começado com elogios ao comportamento da população que abandonou as zonas de risco. Informou que a solução imediata passa pela criação de albergues provisórios, com as condições básicas para os desalojados. "Estamos a falar da água, da luz e do saneamento. É este o procedimento em casos de emergência", reforçou o administrador, visivelmente abalado face à morte das cinco pessoas, todas arrastadas na tentativa de travessia de uma ponte.

Flagrante delito

Já quase ninguém se lembra da primeira visita de Isaac dos Anjos ao vale do Cavaco, há dois anos, pouco depois da sua chegada do Namibe. Já quase ninguém se lembra, diríamos, das garantias que resultaram da visita, acompanhada por técnicos da

construtora brasileira Odebrecht, que trabalhou no programa de regularização dos rios.

As duas primeiras fases do desassoreamento do Cavaco, que implicaram a colocação de diques de protecção (rochas graníticas que formam barreiras de 4 e 5 metros de altura), permitiram dar resposta a calamidades que custavam muitas vidas humanas e destruíam casas e áreas com bens alimentares. Se tiver sido cumprido o acordo, as duas margens do rio contam com 28 quilómetros de diques, tendo em conta as exigências impostas pela terceira e última fase, levada a cabo até 2014.

Os bairros do Quioche e do Kapiandalo, antes confrontados com inundações, foram protegidos, passando a contar com diques que apresentam na parte superior áreas para circulação automóvel. Tratou-se de uma operação que, grosso modo, trouxe o sossego que a população ribeirinha esperava, mas algo incómoda, diga-se, aos olhos dos homens do campo.

É que alguns dos diques, sobretudo os mais recentes, fazem com que a água bata e se resvale para a margem esquerda, arrastando consigo solos agrícolas. Esta preocupação foi apresentada à Odebrecht por Manuel Monteiro, que disse ter perdido, em consequência deste senão, qualquer coisa como três hectares. Bem mais prejudicado, com 15 hectares perdidos, ficou o agricultor Armando Romeu, defensor de comportas para o aproveitamento da água.

Diante de técnicos do empreiteiro das obras, mostrou que existem diques à beira do desabamento, seguramente sem revisão, que podem deixar de proteger populares e campos cultiváveis.

Solidários com os agricultores, os técnicos brasileiros asseguraram que efectuariam estudos que permitissem intervir a tempo de salvar a semente lançada à terra. Vistas as coisas deste prisma, parecia que estava esgotado o rol de inquietação. A verdade, baseada no que a população e também Manuel Monteiro dizem que deveria ter sido feito, mostra algumas insuficiências, em análise, segundo apurou o A Capital, ao mais alto nível, uma vez que se trata de uma obra de subordinação central.

10.65 Moradores do distrito da Samba em desespero

Jornal de Angola

30 De Março de 2015

Texto: Cristina Da Silva

Os moradores do distrito da Samba vivem momentos de desespero com o aumento do nível das águas, em consequência das chuvas que caem constantemente em Luanda.

Se anteriormente o maior problema da Samba consistia no facto de o bairro se situar numa área freática, agora a situação complica-se.

As águas das chuvas deixam as ruas da Samba Grande totalmente intransitáveis.

A par disso, surge um novo cenário. O lixo e o capim invadem o bairro. Em todas as esquinas e ruas a situação é idêntica.

O mais grave é que as crianças aproveitam as águas das chuvas para brincar, o que constitui um atentado à saúde.

Além de consumirem o asfalto em toda a extensão do bairro, as águas estão a destruir as casas. O pequeno bairro de pescadores perde aos poucos a sua imagem tradicional devido a problemas de saneamento básico.

As ruas do Silêncio, Nova Samba e Augusta há muito deixaram de existir. Circular a pé ou de carro tem sido uma dor e cabeça para quem vive naquela zona. Lixo, águas paradas, buracos e capim ocupam as vias.

O esforço dos moradores do bairro que com alguns materiais tentam minimizar o problema tem sido em vão, já que a solução do problema requer uma intervenção de vulto.

"É uma situação que já vem de há muito tempo", disse um dos moradores, considerando como alternativa a reconstrução do bairro e o realojamento dos moradores em zonas seguras.

Na rua Nova Samba, onde os carros já não circulam há muito tempo, os moradores juntaram-se para tentar reduzir o nível de água das chuvas que entram nas casas.

"Podemos passar aqui toda a tarde a tirar a água, mas se voltar a chover, nada estamos a fazer", conta Ermelinda Lima, residente no bairro há mais de 25 anos. "Da administração do distrito não vemos nada

e agora com as casas a caírem não sabemos como fazer", lamentou. As ruas da Samba Grande são utilizadas por muitos automobilistas para chegar ao centro da cidade e vice-versa.

Devido ao estado de degradação, muitos automobilistas evitam aquelas ruas.

Sem alternativas

Quem antes usava a rua do Silêncio para desembocar na avenida principal da Samba não tem alternativa senão aguentar o congestionamento. Filipe Guimarães, morador do bairro do Futungo, município de Belas, considera a situação caótica e inadmissível.

"É sabido que as ruas terciárias ajudam a descongestionar a avenida principal e por não estarem em condições estruturais, somos obrigados a ficar longas horas no trânsito, porque só temos uma via para quem sobe ou desce", disse.

Defendeu a necessidade de um trabalho profundo na zona para ajudar a circulação automóvel e a vida das populações. Rosalina Napoleão, moradora na rua Samba Mar, lamentou a situação que se vive no bairro.

Em companhia de outras moradoras, procura com meios próprios reduzir a água da rua que se encontra intransitável há mais de 15 anos.

Conta que as campanhas de limpeza de lixo e de retirada de água realizam-se constantemente, "mas isso não soluciona problema que enfrentamos".

Podemos usar electrobombas, mas as águas de outras ruas retiradas com o mesmo meio dificulta o nosso trabalho, concluiu Rosalina Napoleão.

10.66 Sector do Ambiente exige maior rigor

Jornal de Angola

30 De Março de 2015

A ministra do Ambiente pediu, em Luanda, aos organismos ligados à qualidade ambiental maior rigor nos estudos de impacto ambiental, feitos sobretudo em zonas costeiras.

Fátima Jardim discursava numa reunião com os directores provinciais de Qualidade Ambiental e disse ser necessário lançar planos públicos para fazer frente às chuvas que têm causado, em todo o país muitos danos materiais e humanos.

A ministra frisou ser urgente elucidar as populações sobre os perigos dos assentamentos costeiros e reforçar a fiscalização nestas zonas e pediu aos directores que façam estudos que determinam o valor do clima, da vegetação e da diversidade biológica.

A titular da pasta do Ambiente disse que as chuvas que caem pelo país continuam a causar vítimas, uma realidade que é, em sua opinião, resultante do "crescimento desregrado" das áreas residencial.

10.67 Administração tem mais meios

Jornal de Angola
27 De Março de 2015

Os problemas causados pela chuva no Cazenga passam a ser em parte resolvidos com recurso a uma retro escavadora, moto niveladora, pá carregadora, dois camiões basculantes e dois camiões cisterna, disse o administrador municipal a Angop.

O administrador do Cazenga Nataniel Narciso afirmou que a aquisição daqueles meios permite a Administração Municipal ser autónoma na resolução dos problemas causados pela a chuva.

O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, informou recentemente, que a chuva que se abateu sobre Luanda nos últimos dias foi acompanhada de vento forte e trovoadas, o que provocou a morte de dois menores nos municípios do Cazenga e Sambizanga respectivamente, com inundações de 15 residências em Cacucaco.

10.68 Cubatas em zonas de risco na capital

Jornal Agora
27 De Março de 2015

A Habitação é um direito consagrado na Constituição. Apesar dos esforços, a marcha do estado ao encontro dos mais necessitados ainda é lenta.

Em Luanda, só para ilustrar, milhares de pessoas vivem em cubatas precárias nas zonas consideradas de alto risco. No Morro da Kinanga, há 'chimbecos' construídos no cume da elevação, o que pode ser extremamente perigoso nesta época de chuvas.

Há quem diga, com alguma razão, que, mesmo com o esforço de guerra que o país viveu durante longos anos, na capital os seus efeitos não eram tão marcantes, sendo que a edilidade poderia orientar as pessoas a posicionarem melhor os seus casebres.

A municipalidade deixou que cada construísse, a seu bel-prazer, a sua moradia e hoje está aí a podridão que bem poderia ser evitada, não fossem os administradores os participantes desta anarquia, muitos dos quais acabaram por ficar riquíssimos pela venda de terrenos que poderiam servir o interesse colectivo.

Quem pode acabar com tanta desordem?

10.129 Ó chuva por favor, não nos castigues mais

Jornal Agora
13 De Março de 2015
Texto: Ramiro Aleixo

O país está de luto. As buscas ainda não terminaram, mas tudo aponta que as chuvas torrenciais que se abateram na madrugada da passada quinta-feira sobre o litoral de Benguela causaram a morte de 64 compatriotas e de entre as vítimas, 25 são crianças.

O momento é de profunda consternação, particularmente porque, de acordo alguns relatos que nos foram chegando, nalguns casos pareceram famílias inteiras.

E, deste canto, até porque nos ligam laços de afectividade a essa pitoresca localidade, este colectivo apresenta às famílias enlutadas os seus sentimentos de profundo pesar. Do mesmo modo, coloca-se à disposição das autoridades lobitangas e não só, para o que julgarem necessário, por fazermos parte dessa onda de solidariedade que vai crescendo e que é necessária, para que se possa acudir e confortar as centenas de vítimas das enxurradas. Todos devemos fazer a nossa parte, no que for possível, uma vez que, há inúmeros desabrigados e tudo o que for possível para a satisfação de tantas necessidades, entendemos que será bem recebido por quem perdeu quase tudo (ou tudo).

Se é verdade que os efeitos da chuva podem, nalguns casos, ser minimizados, não há como travar a força da natureza. E dizem os mais-velhos que há cerca de 43 anos que não chovia assim, ou seja, desde 1972. Por isso, é desnecessário, tendo em conta alguns comentários que lemos e ouvimos, tentar encontrar culpados, porque não há. Nem mesmo a própria natureza ao descarregar a sua força sobre quem já não tem nada de ser considerada culpada, visto que ela própria é a expressão da liberdade que procuramos, mas que, nalguns casos, lhe foi retirada pelo próprio homem, por necessidade, por negligência ou por apetite exagerado, ou de luta pela sobrevivência, desde os tempos mais remotos. Esses estragos fazem parte de ciclos que se repetem a cada cinco anos, a 10 ou 20. Chega sempre o dia E foi o que aconteceu. Somente isso. Contudo, não deixa de ser perceptível ainda certa indiferença de uma boa parte de nós mesmos para com o infortúnio que se abate sobre várias famílias.

E não é só neste caso. Tem sido patente também em acidentes de viação que ceifam dezenas de vidas. Durante algum tempo até falamos nele, procura-se fazer a correcção de erros, mas logo de seguida voltamos à rotina como se não tivesse ocorrido nada. Quem sabe-se a natureza não está a castigar-nos para que possamos abrir as nossas cabeças e perceber que, com o que fazemos de mal, podemos na mesma dimensão fazer o bem, começando em primeiro lugar por proteger o que é mais sagrado: a vida. Até mesmo o domador de leões sabe que envolve grande risco, por vezes incontrolável, colocar a cabeça na boca da fera. Isso para dizer que, independentemente das razões que servem de pretexto para a satisfação de necessidades primárias como ter residência própria, isso não tem de ser feito até no meio de um rio só, porque está seco.

Essa consciência e esse espírito têm de ser passados com frequência para o cidadão e com exercício de autoridade, porque não será amanhã que todos os pobres ou necessitados terão essa questão resolvida. Há demasiados factores que interferem, mas, também, reconhecamos, o Governo não é detentor de nenhuma varinha mágica que dia para a noite transformará o que é feio em belo.

Logo, tudo começa pelo nível de consciência e de conhecimento do próprio cidadão. Elevá-la em primeiro lugar é que deve ser, estar entre as prioridades de quem governa. E oxalá, para o bem de todos a bendita chuva não castigue mais. Senão, afundamos!

10.130 Árvores no Bié são dizimadas

Jornal de Angola
16 de Março 2015

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Bié está preocupado com o abate ilegal de árvores, sobretudo em Camacupa, Andulo e Chitembo para produção de carvão, disse o chefe de departamento provincial.

Rosário Teixeira afirmou, na ocasião, que há árvores, como o ombango, ossesse e omanda, usadas para a produção de madeira e carvão, que estão em vias de extinção.

Para alterar a situação, referiu, foi reforçada a fiscalização das florestas, decorre uma campanha de sensibilização sobre a importância das árvores no eco sistema e outra de plantação de pinheiros, cedros, eucaliptos, acácias, ombangoss, ossesse e omandas.

10.130 Evitar ou proibir

Jornal de Angola
16 de Março de 2015

As autoridades provinciais, municipais e comunais têm responsabilidades directas em cada casebre que é construído numa zona de risco. Não é preciso ser perito em nada, para saber onde corremos perigo de morte. Nas encostas íngremes, junto a pequenos riachos que no tempo da chuva ficam rios caudalosos, ou nas margens das valas de drenagem que transbordam, quando a água é muita ou o lixo provoca "barragens" facilmente arrastadas pela força das águas, quando chove mais do que o costume.

Por isso, quando ouvimos dizer que as pessoas devem "evitar" construir em zonas de risco vem-nos logo à memória a tragédia do Lobito que enlutou Angola. Hoje estamos a chorar dezenas de vidas estupidamente desaparecidas porque viviam em casas erguidas na encosta de um morro junto a uma vala de drenagem e no leito de riachos ocasionais. Um administrador comunal ou municipal, um governador ou ministro não podem dizer que é preciso "evitar" construir em zonas de risco. Têm de afirmar, sem medo, que é proibido. E exige-se muito mais de todos os que têm responsabilidades nesta área: que castiguem exemplarmente quem "levantar" casas

onde os moradores correm perigo de vida. A tragédia do Lobito tem de servir de ponto final nas construções em zonas perigosas.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Entrada “ilegal” de chineses facilitada por Helder Bataglia

Grandes Notícias

6 De Março de 2015

Os seus contactos com dois conhecidos traficantes de armas do período da guerra civil angolana, o francês Pierre Falcone, que chegou a cumprir pena, e o chinês Sam Pa, fizeram do homem do Banco Espírito Santo (BES) uma peça importante na chegada de Angola ao lugar de primeiro fornecedor de petróleo a China, ao lado da Arábia Saudita.

Segundo o livro "Os Donos Angolanos de Portugal: esclarece que, este caso foi estudado pormenorizadamente em 2009 pela Comissão do Congresso dos Estados Unidos da América (EUA) dedicada aos assuntos económicos e de segurança entre aquele país e a China.

Sam Pa e a figura central da holding 88 Queensway, nome referente ao endereço em Hong Kong, o Próprio Helder Bataglia, em longa entrevista biográfica a Exame Angola de 18 de Junho de 2010, alude ao seu papel junto deste grupo chinês, sem todavia o apontar como uma verdadeira extensão do regime de Pequim, do qual obtém recursos de capital ilimitado para investimentos em todo o mundo. O Livro que foi lançado em Janeiro de 2014 e nunca houve qualquer reacção dos visados em termo de denuncia e, segundo a revista Exame Angola, a ligação de Helder Bataglia a holding chinesa "materializou-se através dos financiamentos de 2,9 mil milhões de dólares para infra-estruturas realizados pela China Internacional Fund, da Criação da China Sonangol e, mais tarde, da colaboração da Sinopec na exploração de petróleo"

Mas Bataglia não foi só conselheiro e anfitrião dos chineses em Angola. Através da Escom, o BES detém 40 por cento da China Beyia Escom, veiculo de numerosos investimentos do grupo 88 Queensway não só em Angola, mas também na Argentina, Venezuela, Republica Democrática do Congo, países onde o empresário gere influencias ao mais alto nível da governação política e económica. Nos finais de 2013, na direcção da China Sonangol, ao lado dos amigos chineses do BES, sentava-se nada menos que o próprio vice-presidente de Angola, Manuel Domingos Vicente. E pela mesa da China Sonangol (onde a Sonangol detém de 30 por cento) que caem

comissões sobre a quase totalidade das importações chineses de petróleo angolano.

Em 2009, a sociedade sino-angolano adquiriu o edificio da histórica sede do JP Morgan Chase, o nº 23 de uma rua muito conhecida em Manhattan, Wall Street. o negócio vai bem ...

II.2 Imigração ilegal ameaça estabilidade

Novo Jornal

6 De Março de 2015

Texto: António Paulo

ANGOLA ESTÁ a ser invadida silenciosamente pela imigração ilegal. Meio milhão é o número de imigrantes ilegais que existem no país, revelam as autoridades policiais que recomendam a tomada de medidas de continuidade para combater a imigração ilegal no país.

A preocupação sobre o aumento do fenómeno (Imigração ilegal) foi manifestada pelos membros do Conselho Consultivo Alargado da Polícia Nacional (PN) que estiveram reunidos, recentemente em Luanda.

Num comunicado final da plenária a que o Novo Jornal teve acesso, as altas patentes da corporação concluíram que "a imigração ilegal constitui uma ameaça grave para à estabilidade e o desenvolvimento do país, pelo que sugeriram a adopção de medidas contínuas para conter a evolução e os efeitos da mesma.

O segundo comandante Geral da Polícia Nacional (PN), comissário Paulo de Almeida, que anteriormente já se tinha mostrado preocupado com esta evolução, caracterizou a situação uma "invasão silenciosa" que o país enfrenta.

O alto oficial da Polícia garantiu na ocasião que a corporação está trabalhar para combater "cerradamente" o fenómeno. "Queremos ter um país tranquilo e ordeiro", afirmou.

"Vamos continuar a fazer as nossas operações de combate à imigração ilegal, que preocupa a nossa sociedade. É preciso ver que Angola está sofrendo uma invasão silenciosa", admitiu, o oficial no início do ano, quando fazia o balanço da actividade policial da quadra festiva", disse.

Na ocasião, Paulo de Almeida revelou a detenção de 280 estrangeiros que procuravam entrar no país, por via terrestre e marítima. "Até ao momento, os números de imigrantes legais ainda não são conhecidos, mas estamos a trabalhar para o combate cerrado ao fenómeno imigração ilegal", garantiu a segunda mais alta patente da corporação.

Recorde-se que a realização de operações conjuntas entre as forças dos Serviços de Migração Estrangeiros (SME) e os efectivos da PN tem sido uma das estratégias gizadas pelas autoridades para a contenção do fenómeno.

A PN avançou, recentemente, que 884 estrangeiros ilegais foram detidos durante uma operação de fiscalização de grande escala realizada, pelas duas forças do Ministério do Interior, segundo fontes.

Em jeito de balanço das actividades desenvolvidas ao longo do ano findo, as autoridades policiais revelaram que durante o ano de 2014, mais de mil imigrantes em situação ilegal foram expulsos, semanalmente do país.

Para o presente ano, a prioridade de acordo com fontes dos SME e da PN, está centrada no combate da imigração ilegal.

De referir que o Conselho Consultivo Alargado da Polícia Nacional, para além de balancear as actividades desenvolvidas pela corporação, durante o ano de 2014, analisou igualmente um conjunto de ante-projectos de diplomas legais referentes a organização e funcionamento da PN, visando aperfeiçoar a sua adaptação a nova realidade jurídico constitucional do país.

A plenária das mais altas chefias da PN reflectiu ainda a gestão da imagem da corporação, bem como, o papel e importância do Ministério Público e do Fórum Militar na Polícia Nacional.

SEGURANÇA PÚBLICA ESTÁVEL

Por fim, o Conselho dos polícias considerou ainda de estável, a situação da segurança pública no país, a julgar pelos resultados das operações policiais.

Já o ministro do Interior Ângelo da Veiga Tavares, que presidiu ao acto de abertura da cerimónia, felicitou a PN, pelos esforços desenvolvidos nos

últimos tempos, através da realização de "intensas actividades operativas", com vista a ao combate cerrado à criminalidade.

O governante apelou a necessidade de se continuar a elevar a capacidade de resposta policial, às exigências crescentes de garantia de segurança dos cidadãos.

11.3 Mais de 800 estrangeiros expulsos por estadia ilegal

Grandes Notícias

6 De Março de 2015

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) expulsou, no período de 12 a 18 de Fevereiro deste ano, 864 cidadãos estrangeiros por estadia ilegal no território nacional, anunciou a imprensa. Segundo fonte do SME, a referida cifra representa mais 249 expatriados comparativamente ao igual período anterior, adiantando que os cidadãos em causa foram expulsos por via administrativos (854) e judiciais (dez). Ainda como informação relevante neste período, por terem sido recusados a entrar no país de destino, desembarcaram através do posto de Fronteira.

Aérea de Luanda cinco cidadãos, sendo três por uso de vistos falsos, provenientes de Bruxelas (Bélgica) e dois por não terem observado os requisitos de entrada no espaço Shengen (Portugal) vindos de Addis Abeba (Etiópia).

No que tange aos movimentos migratórios, o SME registou a entrada de 15.098 cidadãos (menos 146) e a saída de 15.221 (menos sete), respectivamente. Os dados reflectem o fluxo migratório nos mais distintos postos de fronteira terrestre, fluvial, aéreo e marítima. Em relação aos actos migratórios para nacionais, foram decepcionados 6.811 pedidos de passaportes (mais 2.555) provenientes das direcções provinciais, postos de atendimento em Luanda, missões diplomáticas e consulares, tendo sido emitidos 6.308 passaportes ordinários, onze salvo-condutos e 3.342 passes de travessia.

Na semana em análise o SME decepcionou dos utentes estrangeiros 2.952 pedidos para emissão de diversos tipos de vistos (mais 759) e foram emitidos 860 vistos (menos 56) e prorrogados 2.253. No capítulo das infracções migratórias e por violação a lei 2/07, de 31 de Agosto, sobre o regime jurídico dos estrangeiros vigente na Republica de Angola, foram sancionados com multas 86 cidadãos e nove empresas. Neste momento o SME controla, ao nível do Centro de Detenção de Estrangeiros ilegais

(CDEI), um total de 681 cidadãos estrangeiros ilegais que aguardam a formalização das respectivas expulsões. Da população estrangeira detida nestes centros, a nacionalidade congoleza (RDC) lidera a lista de detidos com um total de 232, seguindo-se da conacri-guineense com 143.

11.4 Estrangeiros foram detidos no Cunene

Jornal de Angola
10 De Março de 2015

A Policia Nacional no Cunene deteve, no município da Cahama, três estrangeiros por entrada ilegal no território nacional. A informação foi divulgada ontem pelo porta-voz do comando local da Policia Nacional, intendente Piedade Pombal. A detenção ocorreu no posto montado pelas forcas no troco da estrada entre a Cahama e Chibemba.

No âmbito da protecção da fronteira de Angola com a Namíbia, frisou, as forcas policiais registaram três violações que resultaram na interpelação de dois cidadãos nacionais que, após registo operativo, foram postos em liberdade. A procura de meios de subsistência no território Namíbia, tendo em conta as suas potencialidades comerciais e a assistência médica e medicamentosa, são os principais factores que contribuem para a violação da fronteira de Angola com a Namíbia.

11.5 Termina 'missão impossível' de emigrantes angolanos

Jornal O País
14 de Março de 2015
Texto: Vanâncio Rodrigue

A missão de jovens, que se afirmaram representantes de angolanos na diáspora, ficou -se por encontros informais com a Primeira e Terceira Comissões da

Assembleia Nacional e ainda com os partidos políticos da oposição parlamentar.

O grupo pretendia encontrar-se com o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos e com a direcção do MPLA.

O porta-voz do grupo, Emanuel Mayassi disse à OPALS que, ainda assim, a missão conseguiu entregar às entidades contactadas uma petição subscrita por mais de 2 mil "exilados" angolanos assente na exigência de que a cláusula em causa deve ser retirada do projecto de Lei de Registo Eleitoral. "Todos somos angolanos e iguais perante a Constituição e a Lei", afirmou Emanuel Mayassi que expressou o entendimento da diáspora de que a proposta de legislação eleitoral é "exclusivista". O jovem angolano, emigrante em França há 20 anos, precisou a proibição do voto de emigrantes já não tem razão de ser porque o país já não se encontra em situação instabilidade política como a que viveu antes de 2002. Mayassi disse que o Executivo tem dois anos : para reverter a situação sob pena de vir a enfrentar manifestações em cadeia nas representações diplomáticas de Angola um pouco pelo mundo.

"Queremos dialogar mas aqui o grupo parlamentar do MPLA não nos quis receber. Se a situação não for favorável para a diáspora vamos utilizar os meios legais para exigir os nossos direitos como cidadãos", assegurou. A fonte disse anunciou que o processo de recolha de assinaturas da comunidade angolana dispersa pelo mundo vai continuar e que uma próxima missão a Luanda pode vir a estender-se a contactos com o Tribunal Constitucional e com a sociedade civil.

Os 26 jovens que se deslocaram Luanda eram oriundos de Portugal, Bélgica, França, Reino Unido e Espanha, não tendo os de outros países podido ter a mesma sorte por razões migratórias. O deputado do MPLA, João Pinto, disse recentemente que "não será necessário o registo no exterior, porque tudo será feito por via da Base de Dados do BI", afastando para já qualquer possibilidade no momento de os angolanos na diáspora poderem votar, uma vez que as alterações introduzidas na Lei de Registo Eleitoral assim determinam.

Entretanto o voto dos angolanos no exterior é igualmente reclamado pelos partidos da Oposição angolana.

11.6 Estrangeiros em situação ilegal foram detidos

Jornal de Angola

15 De Março de 2015

O Serviço de Migração e Estrangeiros na Lunda Sul deteve nos últimos sete dias 35 elementos da República Democrática de Congo (RDC), que viviam de forma ilegal no município de Saurimo. O chefe de secção e fiscalização em exercício do Serviço de Migração e Estrangeiros na província, Pedro Muxindó, disse que os cidadãos foram detidos durante uma micro-operação realizada em parceria com os agentes da Polícia Nacional. Dos estrangeiros detidos, três são crianças, 12 mulheres e 20 homens. As acções de busca e recolha de imigrantes ilegais vão prosseguir nos bairros, aldeias, povoações e comunas da circunscrição.

O oficial do Serviço de Migração e Estrangeiros alertou a população para continuar a colaborar com as autoridades, denunciando os estrangeiros em situação migratória ilegal.

11.7 Famílias instaladas nas zonas de origem

Jornal de Angola

15 De Março de 2015

A direcção do Ministério da Assistência e Reinserção Social no Cuando Cubango, recebeu em Menongue quatro famílias angolanas provenientes da Namíbia onde viveram na condição de refugiadas.

A informação foi dada à Angop pelo chefe de departamento de assistência e acção social do Ministério da Assistência e Reinserção Social, Júlio Mário.

As famílias, que viveram 15 anos na Namíbia, chegaram a Menongue na noite de quarta-feira. Escolheram a Caála, província do Huambo, terra de origem, para fixar residência.

As famílias estão instaladas no centro de trânsito de Kavikiviki, em Menongue, onde permaneceram até ontem, antes de serem transferidas para a província do Huambo. Rosa Nandumbo, de 41 anos,

regressada da Namíbia, explicou que a sua família se refugiou na Zâmbia em 2000, onde permaneceu até 2012, ano em que seguiu para Namíbia. Disse não terem regressado mais cedo ao país por dificuldades financeiras.

11.8 Imigrantes detidos

Jornal Novo Gazeta

19 De Fevereiro de 2015

O comando da Polícia Nacional, no Lunda-Norte, deteve, em seis dias, mais de 500 estrangeiros em situação ilegal, na sua maioria oriundos da República Democrática do Congo (RDC) e da Costa do Marfim.

Uma nota da corporação destaca que os "infractores" foram detidos durante as micro-operações de fiscalização de duas unidades da Polícia da Guarda Fronteiras. A polícia registou ainda um homicídio voluntário e um caso de violação de uma menor, no Cuango, sendo que os criminosos encontram-se já detidos.

Outros casos de natureza económica, como a venda e tráfico "ilícito" de 80 supostas pedras de diamantes, assim como de 18 quilogramas de liamba por parte de um cidadão congolês.

11.9 Repatriados cerca de 24 mil imigrantes ilegais em Cabinda

Novo Jornal

20 De Março de 2015

Texto: David Filipe

A GOVERNADORA da província de Cabinda, Aldina da Lomba, considerou "preocupante" o quadro da imigração ilegal em Cabinda, anunciando que "só em 2014 foram repatriados 23.812 estrangeiros".

É urgente traçarmos uma estratégia conjunta para se controlar a imigração ilegal, devendo ser localizados e

identificados os estrangeiros ilegais que se instalam um pouco por toda a província, promovendo práticas delinquentes como roubos, furtos, crimes violentos, tráfico de drogas, prostituição, branqueamento de capitais, falsificação de moeda e de documentos, disse a governadora.

Aldina da Lomba falava durante uma conferência destinada a analisar a situação da emigração ilegal na província.

Segundo ainda a governadora, "a imigração ilegal que mais preocupa é a dos cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), pelo seu modo operante, pois que acabam por impor no seio da população os seus hábitos e costumes".

"Os mercados informais são controlados por estrangeiros ilegais, que para além de comercializarem igualmente introduzem elementos claramente estranhos negativos nas nossas formas de vida," alertou.

Durante a conferência soube-se que o uso da fronteira e do espaço marítimo de Cabinda passou a ser a principal opção das redes de criminosos que têm estado a facilitar a entrada de cidadãos ilegais ao país.

A Polícia começou também a tomar medidas sérias ao longo da ao longo das fronteiras terrestres, colocando mais homens da força de Guarda Fronteira.

Com estas ações, os criminosos viram o seu campo reduzido.

Como via alternativa, nos últimos tempos estes têm estado a optar pela via marítima onde, através de embarcações de dimensões diferenciadas, "facilitam" a entrada de emigrantes ilegais.

"Esta situação preocupa-nos e já a considerámos de grave. Nos últimos tempos temos estado a registar uma entrada massiva de ilegais a partir da costa" disse ao Novo Jornal uma fonte policial.

A autoridade admitiu que as autoridades têm uma força fluvial para fiscalizar a fronteira marítima, mas sublinhou que esta não é suficiente para responder ao actual nível de necessidades.

"Para a dimensão das violações que estão a ocorrer ao longo da nossa costa, precisamos de nos reforçar tanto em homens, como em meios", acrescentou a fonte da polícia.

O norte e sul da província de Cabinda têm vindo a registar a entrada sistemática de emigrantes ilegais, situação que não só preocupa a Polícia, como

também as próprias autoridades governamentais da região, embora o trabalho visando travar o fenómeno esteja já a ser feito no terreno com grande visibilidade.

A província de Cabinda é uma das 18 províncias da República de Angola. Está limitada ao norte pela República do Congo, a leste e ao sul pela República Democrática do Congo e a oeste pelo Oceano Atlântico.

A capital da província é a cidade de Cabinda, conhecida também com o nome de Tchowa. Tem uma superfície de 7 283 km².

A população de Cabinda é na sua quase totalidade por povos bantu, mais concretamente do grupo Fiote, cuja língua, olbinda, é um dos dialectos do Kikongo.

Administrativamente, província é constituída pelos municípios de Cabinda, Cacongo, Buco-Zau e Belize.

A população de Cabinda é na sua quase totalidade por povos bantu, mais concretamente do grupo Fiote, cuja língua, olbinda, é um dos dialectos do Kikongo.

Administrativamente, província é constituída pelos municípios de Cabinda, Cacongo, Buco-Zau e Belize.

11.10 Alerta contra Imigração nas Fronteiras

Jornal Grandes Notícias
20 De Março de 2015

As tentativas de "assalto" notam-se a olho nu, nos rios, matagais e nas zonas diamantíferas. A região esta na mira dos imigrantes. A dura invasão dos minerais deixou de ser silenciosa. Defender o território e a palavra de ordem.

O combate é duro e ininterrupto. Porem, nem tudo é travado, dada a exiguidade de meios. E este o cenário na cidade e nas zonas fronteiriças da Lunda Norte.

Os repórteres conheceram de perto os anseios, as vicissitudes e carências das forças policiais, além dos meios disponíveis para a plena garantia da inviolabilidade territorial. A reportagem narra as razões da imigração em massa, como os imigrantes cruzam os 770 kms de fronteira, como esta a

capacidade operativa das forcas e qual a condição técnica dos marcos.

"A linha de fronteira é imaginária. Os policias que trabalham na fronteira conhecem, mas o cidadão comum não tem como saber se viola ou não o espaço do outrem" É com essa forte revelação que o chefe de Estado Maior da 7ª Unidade da Policia de Guarda Fronteira, superintendente-chefe Agostinho Muazunga, resume o problema.

O oficial lança um "grito de socorro" que deve merecer particular atenção das autoridades, para melhorar o serviço operativo na fronteira.

"Há necessidade de criar harmonização desta fronteira no domínio técnico, para criar picadas. Se essas condições fossem criadas, facilitaria o trabalho de patrulhamento das duas ânimos, diz.

A alta patente da polícia, um dos guias da equipa da Angop, revela que Angola e a RDC realizam ainda patrulhamentos isolados. Só esporadicamente, e quando a situação exigir, fazem encontros esporádicos de concertação. "Encontramo-nos em pontos como estes para trocar impressões de qualquer situação que se trate pelas forcas. o que transcender vai a super estrutura" explica, numa visita de constatação ao Posto Fronteiriço de Nachiri.

Enquadramento geográfico

A Lunda Norte situa-se no Nordeste de Angola e faz fronteira a Norte e a Leste com a Republica Democrática do Congo, a SuI com a província da Lunda SuI e a Oeste com a província de Malanje. Esta dividida administrativamente em nove municípios e 25 comunas, erguidas numa área territorial de 103.760 km².

Com a Republica Democrática do Congo (RDC) partilha duas delimitações de fronteira, a Norte e a Leste, através das províncias de Bandundu, Kassai Ocidental e Katanga. A sua extensão fronteiriça é de 770 kms com a RDC, sendo 650 km por terra e 120 km fluviais.

Essa extensão territorial é assegurada por especialistas de duas Unidades da Policia de Guarda Fronteira (UPGF): a 6ª e 7ª.

A fronteira terrestre vai desde a margem direita do rio Cuango, município com o mesmo nome, até ao Posto de Guarda Fronteira do Itanda, na área do Catemba, município de Cambulo.

A esta linha de fronteira, demarcada por picadas e riachos, juntam-se outros 120 quilómetros de fronteira fluvial, através do rio Cassai.

Marcos degradados ameaçam integridade

A fronteira entre a Lunda Norte e a RDC é regulada por 34 marcos fronteiriços, 22 dos quais localizados e sob controlo da 7ª Unidade, de um leque de 24 previstos. Aquela unidade tem o maior peso no trabalho de patrulhamento. Controla sete marcos em estado técnico regular (2, 5, 6, 8, 10, 11 e 15).

Tem sob sua alçada 10 marcos danificados parcialmente (1, 7, 9, 12, 14, 16, 17, 18, 21 e 24). O seu trabalho operativo estende-se a outros cinco marcos destruídos totalmente (13, 19, 20, 22 e 23) e dois projectados e não construídos (3 e 4).

Os marcos são a garantia jurídica para os estados controlarem fielmente os limites junto das fronteiras comuns e assegurarem a inviolabilidade.

Se arrancados ou violados por uma das partes, podem criar situações de incertezas, desconfiança e até de invasões, susceptíveis de gerar conflitos.

E por essa razão que as autoridades da Lunda Norte, particularmente da 7ª Unidade da Policia de Guarda Fronteira, lutam contra o tempo e pedem a restauração dos marcos.

Aquela unidade defende uma extensão de 490 kms de fronteira, a partir da margem direita do rio Cuilo até a confluência do rio Lucosso ao Cassai. Esta subdividida em 370 kms terrestres e 120 kms de fronteira fluvial, através do rio Cassai, com a RDC. Serviço idêntico faz a 6ª Unidade da Policia de Guarda Fronteira de Luremo. O seu posto comando está na comuna de Luremo, bairro Calucango, a 71º, 350 quilómetros do Comando Provincial da Lunda Norte.

Responsável pelo patrulhamento de 280 quilómetros de fronteira terrestre, limita-se a Norte com a Republica Democrática do Congo, através do território de Bandundu, a Leste com o Comando Municipal da Policia Nacional no Cuango, a Este com a 7ª Unidade da Policia de Guarda Fronteira do Dundo.

Tem a Oeste a 5ª Unidade da Policia de Guarda Fronteira (PGF) de Malanje, através do Posto de Guarda Fronteira do Mucuito. No perímetro dos 50 quilómetros estão instalados o comando da unidade, nove postos de Guarda Fronteira e uma sub-unidade. Controla três municípios : Cuango, Caungula e Cuilo) dez marcos fronteiriços, um dos quais por localizar, segundo o seu comandante Armindo António Chilangi "Chimy".

Dos nove marcos localizados, cinco estão em estado avançado de degradação (25, 26, 27, 29 e 33) e outros quatro estão reconstruídos.

"Nem toda a extensão sob responsabilidade da 6ª Unidade e demarcada por marcos de fronteira. Na região demarcada por marcos, tenho a salientar o Marco 26, no município do Cuilo. Muitos tentam entrar por aí, mas graças a pronta acção da PGF, tem frustrado esses intentos", assegura o comandante Chimy.

As maiores referências na Lunda Norte, em termos de controlo fronteiriço, são os postos do Chissanda e Nachiry, município de Chitato, Itanda e Muenhambulo, município de Cambulo, e Marco 28, município de Caungula, onde se processam as trocas comerciais de bens e serviços entre os povos dos dois países.

Garimpo - um fenómeno que atrai imigrantes

A Lunda Norte é uma das mais concorridas zonas de fronteira para os imigrantes do Norte e Oeste Africano. Quais são as causas e motivações? Naquele território, um em cada dez cidadãos e imigrante, em busca de novas oportunidades.

E na exploração diamantífera onde se "encaixam" grande parte dos imigrantes, tenham estes entrado de forma legal ou clandestina na região.

Para muitos, a ida à Lunda Norte é só o ponto de partida para atingir zonas estratégicas do país. Eles procuram entrar aos milhares, violando, sem medo, as normas internacionais que regulam o movimento migratório ao redor das fronteiras.

Muitos sonham viver em Luanda. Mas, pela realidade geográfica, e na Lunda Norte onde procuram caminho para esse passo arriscado, que lhes pode mudar a vida. Nesse território do país, os imigrantes "perseguem" vários objectivos estratégicos: garimpo de diamantes, extracção de madeira, fabrico de carvão e comércio precário, implantação de seitas religiosas, viradas sobretudo a obtenção de rendimentos rápidos.

Combate cerrado à imigração ilegal

Por todas essas motivações, patrulhar as zonas de travessia da Lunda Norte é uma tarefa que exige firmeza, patriotismo e diplomacia policial.

A missão é espinhosa até para quem conhece, como a palma da mão, as latitudes, longitudes, as vias alternativas de acesso em tempo chuvoso e os pontos clandestinos de penetração ilegal.

"Na região demarcada por marcos, tenho a salientar o Marco 26. Muitos imigrantes tentam entrar por aí" sublinha o comandante Chimy, da 6ª Unidade da Polícia de Guarda Fronteira de Luremo.

A sua unidade e a 7ª Unidade cabem proteger os marcos geográficos e as linhas de fronteira. A extensão de cada marco é de 10 a 12 quilómetros.

Cabe à Polícia de Guarda Fronteira o trabalho preliminar de abordagem aos imigrantes. Os seus profissionais buscam com rigor colher informações importantes para explicar a razão das tentativas de penetração ilegal na província. Saber dos objectivos, ponto de proveniência, destino, potencial colaborador em solo angolano e eventuais pontos de futuro alojamento e a sua dura missão.

As duas unidades juntam-se às forças do Serviço de Migração e Estrangeiros e da Polícia Fiscal, que tem a missão de garantir a legalidade das faculdades dos actos migratórios, fiscais e aduaneiros.

Fragilidades nos Marcos 11 e 12

Esse serviço exige perícia e atenção, de um grupo que procura lutar contra as dificuldades de campo para tornar impenetráveis as linhas fronteiras.

Algumas zonas de acesso às fronteiras são praticamente impenetráveis com carros de pequeno porte. Os trocos têm péssimas condições técnicas.

Esta dificuldade é sentida entre o marco 12, a partir da margem direita do rio Chicapa (Chitato), até ao marco 1 (município de Cambulo, na margem esquerda do rio Cassai).

Aí se processam os maiores índices de imigração por violação de fronteira, de cidadãos estrangeiros. Essas violações dão-se, grosso modo, nas áreas e nos destacamentos de Sandumba, Fortuna, Chissanda, Lupemba, Tchumo, Fure 3, Muakesse, Kambamba, Itanda, Nordeste e Muakanika.

O sector do Sandumba, no corredor do marco 11, do acesso ao interior para as áreas de garimpo, dá-se uma passagem estratégica dos imigrantes. É o principal chamariz de imigração ilegal. "O sector do Fortuna e outra zona estratégica de penetração ilegal, por estar próximo da cidade do Dundo, mesma realidade para Chissanda", precisa o superintendente-chefe Agostinho Muazunga.

"Se conseguirmos escapar das nossas actividades ao longo da fronteira, com facilidade conseguimos atingir a cidade do Dundo", explica o oficial da 7ª Unidade.

Ainda assim, adverte, não se acaba aí o processo de "caca" aos imigrantes ilegais. A estes podem dar tudo. Mas sossego e paz, só depois de localizados em territórios Angolano. "Na cidade, faz-se a actividade do serviço de Migração e Estrangeiros, no âmbito da fiscalização, para poder deter essas pessoas", assegura.

11.11 Fiscalização migratória

Jornal de Angola

24 De Março de 2015

Numa altura em que os ventos da globalização sopram em todas as direcções, levando a um maior fluxo de entradas e saídas ao longo das fronteiras, não há dúvidas de que um dos fenómenos que mais ganham com isso é a imigração ilegal. Não há nenhum país imune a este fenómeno, que nos dias de hoje assume contornos diversos, na medida em que não se trata apenas da movimentação de pessoas e bens.

Muitos dos problemas que já se tornaram globais, tais como a pirataria, o crime organizado, o tráfico de drogas, de órgãos e seres humanos, contrabando de armas transitam igualmente pelas fronteiras, fruto da aproximação e crescente liberalização do comércio mundial. Esta realidade é também visível em África, onde a porosidade fronteiriça, quando associada a instabilidade política e militar acabam por constituir um dos principais ingredientes para a imigração ilegal.

O combate à imigração ilegal em Angola constitui das principais preocupações, atendendo à "invasão silenciosa" de que o país é alvo, sobretudo desde o alcance da paz e em função da consolidação da estabilidade e oportunidades económicas. Estamos abertos e nunca vamos definitivamente fechar as nossas portas porque, apesar do passado de instabilidade e sofrimento, as populações angolanas não perderam o sentido da hospitalidade e respeito pela dignidade da pessoa humana.

Afinal, apesar da vaga de imigrantes ilegais que são interceptados quase todos os dias, as autoridades angolanas não hesitaram em construir um dos centros de acolhimento de estrangeiros ilegais dos mais inovadores em África. As condições de acolhimento e o tratamento que é dado a cada estrangeiro tem estado plenamente de acordo com as leis angolanas e com as regras internacionais.

Mas o combate à imigração ilegal vai continuar a ser reforçado pelas autoridades angolanas na mesma

medida em que se criam as condições, ao nível do funcionamento dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME), para facilitar legalmente a entrada e permanência de estrangeiros no nosso país. Foram e continuam a ser bem-vindos em Angola todos os cidadãos do mundo que cumpram os requisitos e procedimentos universalmente aceites para entrar e permanecer num Estado soberano.

Tal como defendeu o secretário de Estado do Assentamento Técnico do Ministério do Interior, durante a abertura do Conselho Consultivo do SME, é fundamental que se aumentem os níveis de fiscalização nos postos fronteiriços. A imigração ilegal e os crimes associados a este fenómeno continuam a exigir do pessoal do SME e da população em geral crescente vigilância e acção rigorosa na recolha de imigrantes ilegais e denúncia dos que entram ilegalmente.

As autoridades que superintendem a migração em Angola devem continuar a fazer o trabalho, responsabilizando todos, inclusive angolanos, por colaborarem para a imigração ilegal. Defendemos uma maior divulgação e campanhas de esclarecimento para levar as famílias a evitarem colaborar, consciente ou inconscientemente, com a imigração ilegal no país.

É preciso continuar a dizer a cada angolano que albergar estrangeiro ilegal, a concessão para explorar cantinas ou outros empreendimentos a um estrangeiro com situação migratória irregular constituem crimes previstos e puníveis por lei.

Em muitas localidades angolanas, muitas famílias incorrem ainda em delitos desta envergadura, facto que deve mudar sob pena de vivermos uma situação problemática em que a imigração ilegal convive "apadrinhada" pelas próprias populações. Trata-se de uma realidade vivida sobretudo nas províncias que constituem os limites fronteiriços, onde o aliciamento é maior para facilitar a entrada de imigrantes ilegais, mas que felizmente tende a reduzir substancialmente.

As províncias de Cabinda e do Cunene, ao lado do Zaire e de Lunda Norte e Lunda Sul, constituem as principais portas de entrada, para o nosso país, de imigrantes em situação migratória ilegal. Cada vez mais, assistimos a uma espécie de "ponte marítima", através da qual dezenas de barcaças vindas de zonas costeiras do norte do país procuram alcançar zonas próximas de Luanda. Temos ainda muito por fazer para melhorar em matéria de controlo da imigração ilegal, mas não temos dúvidas de que hoje a situação é melhor do que há algum tempo.

11.12 China e Angola analisaram cooperação

Jornal Agora
27 De Março de 2015

Instado pela imprensa no final do encontro que decorreu nas instalações do Ministério das Relações Exteriores o diplomata chinês reconheceu os resultados alcançados entre os dois Estados.

Zhong Jianhua disse ainda que os passos alcançados no desenvolvimento de Angola, satisfazem os dois países e que fortificam as relações de cooperação entre os mercados.

O representante do Governo chinês para os assuntos africanos destacou ainda que a amizade entre Angola e China é muito "profunda" e que a cooperação na área económica e comercial tem conhecido avanços significativos especificamente nos apoios e estreitos contactos entre os dois países.

Os financiamentos da China foram fundamentais para a edificação da nova Angola, quando mais nenhum país do mundo se disponibilizou para conceder créditos altos para financiar um país arrasado pela guerra até 2002. Hoje, todos os sectores da vida do país têm financiamento chinês, até na formação profissional, como refere o ministro do Trabalho, Pitra Neto.

"Para que os angolanos possam ocupar cada vez mais postos de trabalho - e não só, actividades auxiliares, mas também de ponta, de domínio complexo - é preciso que haja formação profissional", diz 'o ministro para que a formação profissional é um bom ponto de partida para a 'angolanização' da força de trabalho.

Angola e China mantêm laços de cooperação nos domínios políticos, diplomático, económico, comercial, cultural entre outros. As relações de amizade e cooperação são de longa data, isto é antes da proclamação da independência em 1975.

11.13 DG de Catoca em situação migratória ilegal

Jornal O PAÍS
27 De Março de 2015
Texto: Venâncio Rodrigues

O novo director-geral da Sociedade Mineira de Catoca (SMC), o russo Sergei Amélin, não tem visto de trabalho em Angola o que o impede de exercer, para já, as funções para as quais foi escolhido pelos accionistas no dia 25 de Fevereiro último.

Apesar de já ter sido apresentado oficialmente à governadora Cândida Narciso, o PAÍS apurou de fonte da companhia que, Sergei Amélin não pode receber o testemunho das mãos do antigo responsável da companhia 'Ganga Júnior.

A fonte precisou que em razão disso e por imperativos estatutários, Ganga Júnior continua a despachar os assuntos correntes da empresa enquanto se regulariza a situação migratória do cidadão russo.

Sergei Amélin fica registado na história da SMC como o primeiro estrangeiro no mais alto cargo da SMC, a companhia que opera em Angola a quarta maior mina de diamantes do mundo. Sergei Amélin já trabalhou na SMC de 1998 a 1999, exercendo funções na Central de Tratamento de Minério e regressou muito recentemente a Luanda na sequência da sua nova indicação.

O especialista russo foi designado director-geral pelo corpo de accionistas da Sociedade Mineira de Catoca, Lda (SMC) em substituição do gestor angolano José Manuel Ganga Júnior afastado no mesmo dia (25 de Fevereiro) durante uma reunião da Assembleia Geral, realizada em Luanda.

Contrariamente a Ganga Júnior, que exerceu o cargo por cerca de 20 anos, o novo timoneiro de Catoca terá um mandato de quatro anos, devendo ser coadjuvado

por um ou dois directores-gerais adjuntos, de nacionalidade angolana, indicados pela Empresa Nacional de Diamantes (Endiama E.P.)

A sociedade mineira passou a ter uma presidência rotativa em consórcio com a nacionalidade do corpo de accionistas, no caso, Angola, Rússia, Brasil e China, segundo a fonte deste jornal.

A SMC Limitada, é uma Empresa angolana de prospecção, exploração, recuperação e comercialização de diamantes, constituída pela Endiama (Angola), Alrosa (Rússia) LLV (China) e Odebrecht (Brasil) e responsável pela extracção de mais de 75% dos diamantes angolanos.

Esta empresa tem participação maioritária em concessões do Luemba, Gango, Quitúbia, Luangue, Vulege, Tcháfua e Luaxe, além do kimberlito de Catoca, que explora na Lunda-Sul. A mina é o quarto maior kimberlito do mundo a céu aberto, comum.

Diâmetro de aproximadamente um quilómetro, uma área de 64 hectares e uma profundidade de 120 metros. Informações disponíveis referem que a SMC tem projectos nas províncias do Bié, Lunda - Norte, Kuanza-Sul e Lunda-Sul.

A sua produção, em 2014, esteve avaliada em cerca 15 milhões e 450 mil metros cúbicos de massa mineira devendo em 2015 crescer cerca de seis por cento.

120 metros. Informações disponíveis referem que a SMC tem projectos nas províncias do Bié, Lunda - Norte, Kuanza-Sul e Lunda-Sul.

A sua produção, em 2014, esteve avaliada em cerca 15 milhões e 450 mil metros cúbicos de massa mineira devendo em 2015 crescer cerca de seis por cento.

11.14 Foi para Portugal e retornou a Angola

*Seminário Angolense
28 De Março de 2015*

No restaurante português onde hoje encontramos Sérgio Figueiredo, a marisqueira Brito, nos arredores de Luanda, esta a comer cozido à portuguesa. Em som de fundo ouve-se o fado

As canoas do Tejo - «Quando há norte pela proa
Quantas docas tern Lisboa E as muralhas que

ela tern» - cantado com sotaque Angola no pelo cantor de karaoke de serviço. Victor Brito, o filho do proprietário, diz que fideliza os seus clientes com pratos certos, leitão it Bairrada, cozido à portuguesa. A televisão esta ligada num canal português que mostra noticias de urn afogamento na Ericeira.

Sérgio Figueiredo vem cá regularmente. Este engenheiro civil, que trabalha desde que se lembra na construtora Mota Engil, diz que tern as coisas bem definidas. Quando há

braços-de-ferro políticos entre Angola e Portugal, torce por Angola, diz que chegou a ser militante do MPLA, «vivi intensamente a libertação do fascismo, era contra o Salazar»; quando e futebol, «sou por Portugal», quando toca a comida, «só portuguesa». Nada de funge (papa de farinha de mandioca muito comum na cozinha angolana).

Sérgio diz que não tern saudades do passado, da Angola portuguesa. «Esta e a Angola que eu amo, e a Angola em que eu vivo.» Teve urn AVC há um ano. Não volta a Portugal há quatro. Decidiu que nunca mais volta. Tem me do de morrer lá, ou no avião, «mesmo que me enterrem cá não e a mesma coisa». Ele não arrisca. Esta convencido de que o risco de os aviões cairern aumentou com a crise económica, que ajudou a deterioração das condições dos pilotos, a menos cuidados com a manutenção dos aviões.

Vive entre dois mundos. Fala todas as semanas com a mulher portuguesa que nunca quis vir com ele no regresso a sua Angola, mas que ele continua a sustentar a distância, porque, diz, «não acredito no divórcio». A mesa da marisqueira Brito esta sentado com ele uma criança, o Paulinho. O Menino mulato grita «quero massa, quero massa», embora Sérgio insista em tentar dar-lhe cozido it portuguesa, «come a carninha»,

E seu filho, tern sete anos. Felo com uma mulher angolana. «Eu gosto da minha mulher, e uma pessoa seria. Damo-nos bem ao telefone. O Facto de ter outras mulheres não quer dizer que desgostei. Urn homem pode ter filhos ate morrer e continuar a gostar da mulher. E saudável, e normal.» Quis muito ter este filho, mesmo admitindo que e palavo,

Chama-lhe «urn clone do Paulo», Paulo era o nome de urn outro filho com o mesmo nome que lhe morreu com 28 meses, em 1972, em plena guerra colonial, era Angola portuguesa. Morreu de

paludismo, «houve ignorância do médico militar português». «Sempre quis ter um filho como aquele.»

Da a este o que nunca pede dar ao outro, deixa-o fazer de tudo. Diz que e «um menino livre, um guerrilheiro» - «pôs o telemóvel no microondas, o cão na máquina de lavar louca. Dei-lhe quatro iPad, partiu-os todos. Comprei-lhe mais dois.»

Sérgio nunca quis ter nada seu quando regressou a Angola, mas mudou de ideia por causa daquele seu filho novo, que tem a nacionalidade Angolana e portuguesa. Anda alguns meses a construir uma vivenda próximo de Luanda para lhe deixar. Faltam alguns meses para estar terminada.

Sobre Portugal, fala das «péssimas condições criadas pelo excelente Governo que temos, que faz com que as pessoas queiram sair, como os nossos antepassados emigrantes», como o seu pai, que chegou a Angola na década de 1950, como trolha. Diz que Angola guarda oportunidades para quem tem de sair.

Foi isso que disse a sua filha mais velha que vivia em Portugal e não arranjava emprego, tinha o curso de Topografia e ele conseguiu traz para Angola, e cá «estava lançada». Colocaram-na na cidade do Soyo, tinha 34 anos. Morreu com paludismo, que não foi logo diagnosticado. Sérgio continua a aconselhar os portugueses a virem para Angola. «Só lhes peço para terem cuidado com paludismo.»

Sérgio pensa que a sua mulher portuguesa culpa-o até hoje pela morte desta filha, culpa até hoje Angola pela morte dos seus dois filhos portugueses. Até isso o separou de Portugal, o facto de agora já não ter lá nenhum filho. «Cá em Angola, tenho dois filhos vivos e dois filhos mortos.» Além de Paulinho tem a Rosete, uma outra filha, de 28 anos, que teve com outra mulher angolana, e licenciada em Economia numa faculdade angolana, diz com orgulho.

Este ano, Sérgio vai mandar o filho pela primeira vez a Portugal mas não o vai acompanhar, manda a filha mais velha. Quer que ele conheça os seus irmãos, quer que o filho conheça o sítio onde o pai nasceu, mas aonde não torna porque tem medo de morrer em Portugal.

Dentro do forte de Luanda estão guardados os restos do passado colonial dos pais. Há duas fileiras de estatuas de pedra impecavelmente tratadas, com placas douradas que parecem recém-estreadas. Ali estão Dom Afonso Henriques com a espada enterrada do chão, Vasco da Gama em pose de herói,

Camões a dizer adeus, Diogo Cão a apontar para o horizonte do que seria a sua chegada ao território que veio a ter o nome de Angola. Ali estão expostas também duas peças piramidais de calcário que um dia assinalaram uma Avenida de Lisboa, tem o símbolo de Santo António e uma caravela.

Na Luanda do presente, as ruas têm nomes como Avenida Ho Chi Minh ou Avenida 4 de Fevereiro. Mas ainda se vêem, perdidas, placas a que ninguém liga mas que ninguém se deu ao trabalho de retirar, como a Rua Oliveira Martins.

Houve um tempo em que todos aqueles objectos ocupavam o espaço público angolano, depois foram substituídos para serem colocados ali, para serem vistos como relíquias do passado.

Maria Ribeiro, casada com um português que quase não saiu de Angola a não ser para estudar e para a conhecer, veio mostrar a uma amiga espanhola o antigo forte de Luanda, que hoje se chama Museu Nacional de História Militar. «Neste museu nos é revelada a história de todas as guerras do heróico povo Angola no», lê-se numa placa.

As figuras de pedra estão dispostas ao lado da Renault 6 «utilizado pelo camarada presidente António Agostinho Neto», porque são apenas um capítulo da história de Angola. A entrada para o forte tem uma primeira entrada que antecede a oficial, entra-se através de uma enorme estrela do MPLA com homens negros agrilhoados que se soltam e empunham arcos e setas e catanas. A entrada, a estatua mais gigantesca de todas - Afonso Henriques, a maior das figuras portuguesas, fica-lhe abaixo da anca - e Ginga, a rainha africana que ousou enfrentar os portugueses, tem um machado na mão.

«Isto é história, agora é uma Angola nova», diz Maria Ribeiro, de 50 anos, apontando para as estatuas de Portugal. É preciso perceber que esse capítulo encerrou para se viver bem em Angola.

Olhando do forte de Luanda, contam-se hoje 18 ruas a girar no horizonte, estão a acrescentar arranha-céus a paisagem, uma e da construtora portuguesa Soares da Costa, os sons de rebarbadora e martelos pneumáticos abafam os sons dos apitos dos carros que circulam na marginal.

11.15 Há portugueses que retornaram a Angola e vêem chegar os outros

Seminário Angolense

28 De Março de 2015

Texto: Catarina Gomes

Vivem em lusomódulos estes operários portugueses. E o nome da marca desses pequenos cubículos pré-fabricados com ar condicionado acoplado. Estaleiros como este incluem uma mini clínica, com enfermeiro e médico portugueses, uma cantina com cozinheiro português para que não se ressintam com a diferença de alimentação. De dia trabalham, nas horas vagas podem jogar dentro daquele recinto entaipado, matraquilhos, snooker, pingue-pongue, tem acesso a Internet.

Chamam-se «base de vida» a estaleiros de construção civil como este do Grupo Lena Angola, que está instalado no meio do mato, na aldeia do Luvuei, província do Moxico (Leste de Angola). E assim chamado porque é suposto conter tudo o que necessitam para ali viver, sem precisarem do mundo exterior. Assim, a ganhar dinheiro sem terem grande sítio onde o gastar, até terem férias e poderem regressar a Portugal.

João Duarte, engenheiro civil de 32 anos que trabalha há dois anos em Angola, e por isso que anseia, pelas férias. Angola e recurso, Angola e ponto de passagem. Tem a família, a mulher e a filha de três anos na Golega. Veio para Angola adivinhando um fim que não foi surpresa para nenhum dos que trabalhavam na sua empresa. Ele antecipou-se quando a Asibel Construções, na Batalha, anunciou insolvência já se tinha vindo embora.

Em Angola, veio trabalhar para uma empresa portuguesa de construção, mas agora já passou para uma israelita. Mudou porque a remuneração não é só o ordenado e nesta empresa, além de ganhar melhor, passou de 22 para 54 dias de férias, tinha direito a ir três vezes por ano a Portugal, agora são quatro. E é isso que ele quer, juntar o máximo de dinheiro e ir o máximo de vezes ter com a família. Se a Asibel continuasse de portas abertas, ele estaria em Portugal.

Júlio Almeida está hoje sentado numa esplanada próximo da marginal de Luanda, na cervejaria Rialto. Está sozinho, numa pose de observador. É o que tem feito nos últimos anos, estudar-los, a estes portugueses «que chegam as malgas» empurrados pela crise, que chegam e vão, as temporadas.

«Nos últimos sete anos, todos os dias chegam.» Ao falar desses portugueses e como se houvesse entre ele e eles um fosso que os separa, um «eu» e «os outros».

É verdade que ele só voltou definitivamente «a África» na década de 1990, mas, no seu caso, e como se nunca de cá tivesse saído.

Em Portugal, chamavam-lhes em tempos «retornados» - «não brinques com eles que são retornados», ouviu Júlio na escola - porque supostamente tinham voltado ao ponto de onde todos tinham partido. A viver em Luanda, ele sente que agora e que retornou ao sítio de onde sempre foi. Não está sequer a falar de Angola. A sua infância nos tempos em que Portugal «ia do Minho a Timor» foi em Moçambique, mas lá ou em Angola, e como se tudo fosse uma continuação. Fala de «África» como se fosse um país.

Nasceu em 1968 em Moçambique, a sua foi a última família portuguesa a sair de Vila Pery, agora chamada Chimoio. Com o 25 de Abril e a chegada da independência do país, em sua casa foram ficando estacionados vários carros, cerca de 15. Pertenciam as famílias que não puderam fugir a conduzir para Portugal, pessoas desesperadas que tentaram transformar tudo o que possuíam em dinheiro. O Avô de Júlio foi-lhes comprando estes carros que não podiam levar com eles, por ser «bom samaritano» e porque estava convencido de que ele próprio nunca ia fugir, como esses portugueses que de pediam ajuda.

A família de Júlio Almeida, portugueses radicados em Moçambique há três gerações, foi, de facto, ficando. Com os carros dos outros a apanhar pó, sem nunca lhes ligarem o motor. Ficaram mesmo quando iam passar «camionetas com pessoas estropiadas» a serem levadas para o hospital, mesmo quando na escola ficava triste porque havia colegas que deixaram de o chamar Júlio para se passarem a dirigir a ele como «o branco», mesmo quando havia tiros na rua e as janelas de casa passaram a estar forradas a colchões, mesmo quando já não havia petróleo para comprar, nem sabão, nem massa, nem arroz. O avô e o pai teimavam em ficar, «isto ainda há-de ser terra para todos». Até que a matriarca, avó Maria Ernestina, a independência tinha sido declarada há cinco anos, corria já 1980, disse: «Se vocês quiserem ficar ficam, eu pego nos miúdos e levo-os.» Júlio tinha sete anos. E os homens da família acabaram por aceitar o inevitável. Passaram os últimos dias em Moçambique a comer lagosta e camarão, a gastar o dinheiro que em Portugal não ia valer nada. Os carros lá permanecerem, estacionados. João Duarte, engenheiro civil, há dois anos em Angola;

Espinho. 198C «o Frio... Senhoras de lenços na cabeça. Quando Júlio Almeida chegou a Portugal: «Pensei que aquilo era o inferno.» Ao avô e ao pai pareceu-lhes o mesmo. o avô morreu três anos

depois de terem voltado para Portugal, e o pai, cinco anos. Acha que foi da amargura: «Definharam e morreram. Vi-os morrer de tristeza.» A avó ainda insistia com o avô, para ver se ele saía de casa e se animava - «vai lá fora, vai ao café», e ele respondia-lhe «e YOU conversar o que com esta gente?». «Com esta gente.» Era a completa falta de identificação. Júlio não deixou que isso lhe acontecesse. Tirou o curso na Escola de Hotelaria do Porto e voltou. Primeiro para Moçambique, depois para Angola. Para África.

Voltou uma vez a Vila Pery, com 22 anos. Não e de nostalgias mas teve necessidade de ir visitar a povoação onde foi feliz na infância, para ver se ainda existia a casa onde viveu. Foi só essa vez, garante. Esta transformada em edifício do Governo e nada mais quer dizer sobre o assunto. «Poi o que foi. Do passado vivem os museus.»

Ele não voltou para o passado que deixou, com saudosismo do império português. Nada de material ficou de se tempo e o desapossamento na sua infância, o virem de mãos a abanar, talvez tenha ficado naquilo em quem ele se transformou. «Não tenho nada meu. A casa onde vivo e arrendada, nem o candeeiro da mesinha de cabeceira e rneu.» Voltou para uma forma de vida, a que associa a liberdade com que viveu a sua infância, de quando era pequenino e roubava mangas das árvores e brincava nas linhas de caminho-de-ferro de Vila Pery. «Recuso a limitação. Tu podes, assim tu queiras», dizia-lhe o avô que morreu de tristeza.

Quando mandou um currículo para vir trabalhar para Angola «calhou na guerra». Foi trabalhar para uma empresa do grupo Espírito Santo, a OPCA, Obras Publicas de Cimento Armado.

Ele era o responsável de «bases de vida», tratava do alojamento e do transporte de comida de locais onde tinham de ser criadas condições de vida para «os poucos brancos que tinham ficado», normalmente engenheiros.

E parece que a guerra condizia com ele. «Adoro o caos.» As oportunidades, os improvisos, a desorganização. O seu trabalho vivia disso. «Numa cidade inteira sem água, imagine que conheceu um gajo com urn camião-cisterna» Numa cidade sem fornecedores de alimentação, «comprava-se aos putos que roubavam dos contentores do porto. Isto e Fellini». Conta tudo isto de camisa de alças e chinelos, a comer frango de churrasco com jindungo [malagueta].

A guerra civil angolana acabou em 2002, ele hoje é director de alimentação e bebidas da multinacional sul-africana Shoprite, urn grande grupo de retalho

africano. «E miraculoso o que se passou aqui em dez anos. Não havia restaurantes, estar aqui a comer frango no churrasco» Agora, faz-se uma viagem Luanda-Lobito em cinco horas, mas durante a guerra levava cinco dias, ate porque não se podia guiar a noite - parava-se o carro ao lusco-fusco, cobria-se com uma rede verde do exercito e camuflava-se com ramos cortados ate nascer o sol, lembra.

Fala como se tivesse saudade do tempo da guerra e do caos, e é como se os outros, os que chegaram há pouco só para ganhar dinheiro, não compreendessem Angola, porque não sabem o que e querer mesmo viver no pais, sem as facilidades que há hoje, por mais que se fale das oscilações do preço do petr61eo, de alguma insegurança, do preço alto do custo de vida, das dificuldades em mandar dinheiro.

Júlio Almeida faz parte de um pequeno grupo de portugueses que sempre quiseram ficar. E quando retornaram tiveram mesmo de querer ficar. «Esta e a minha terra.»

Ele sabe que nunca mais voltara a viver em Portugal mas que «na vida não há cesto cheio». Tem três filhas no Porto, a mais velha tem 25 anos, a mais nova 18. «Ficarei sempre em África. Sou um híbrido, o branco mais preto de Angola.» Ouve com bonomia quando nas noticias angolanas as vezes se diz, por tudo e por nada, que o que corre mal na Angola de agora e «culpa do colono», Esta convencido de que e por falta de alternância politica que se escolhe esse bode expiat6rio: não podendo dizer que o culpado e o outro partido, diz-se que e culpa do colonizador. Desvaloriza. Sorri.

II.16 Detidos imigrantes ilegais congolezes

Jornal de Angola
31 De Março de 2015

O Serviço de Migração e Estrangeiros no Zaire interpelou 204 cidadãos da Republica Democrática do Congo (ROC) nos últimos sete dias, por entrada e permanência ilegal em território nacional.

Urn comunicado de imprensa do Comando Provincial da Policia Nacional no Zaire esclarece que os cidadãos foram interpelados e detidos no quadro das acções de busca e recolha de estrangeiros em situação migratória ilegal.

No domínio do controlo fronteiriço, acrescenta o comunicado, foram abortadas quatro tentativas de transposição ilegal do perímetro fronteiriço entre a província angolana do Zaire e a região do Baixo Congo (ROC), menos cinco em comparação a semana passada.

Em função das infracções, foram detidos quatro cidadãos da RDC, que já se encontram sob custódia do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) para o devido tratamento.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Catoca anuncia nova era de produção de diamantes

Jornal Agora

06 De Março de 2015

Texto: Martins Chambassuco

A estratégia foi desenhada na última assembleia-geral de sócios, realizada no passado dia 20 de Fevereiro.

Para o sucesso do novo desafio a que a diamantífera se propõe alterar, a administração do projecto, que para os próximos três anos, como rezam os estatutos da Sociedade Mineira de Catoca (SMC), será dirigida por um cidadão russo indicado pela Alrosa, uma das gigantes mundiais do sector.

Como segunda maior accionista do projecto, a empresa russa indicou Sergei Mitiukhin, um antigo director de operações da Alrosa para a África, e agora passa a liderar o consórcio que tem como outros accionistas a Endiama, a Odebrecht e a LLV, esta última detida pela China Sonangol.

Nesta reunião, os accionistas estabeleceram que a SMC terá dois directores-gerais adjuntos, ambos angolanos, e que serão indicados dentro de dias pela Endiama.

A alteração surge para dar normalidade ao funcionamento da empresa que, durante 20 anos, foi liderada pelo economista angolano Ganga Júnior, quadro da Endiama que sai pela porta da frente e brevemente liderará outros projectos.

Segundo fonte do Agora, os accionistas dão cumprimento aos estatutos da empresa que prevêm a rotatividade dos cargos de direcção para três anos que podem ser renovados.

Mas, pelo que tudo indica, a empresa decidiu-se a melhorar os custos operacionais para aumentar a rentabilidade da mina, isto é, conter os encargos e não ultrapassar os 50% das receitas previstas.

A mina de diamantes da Catoca deverá aumentar a sua actividade de exploração nos próximos tempos, com a produção de diamantes no Tchizo e Lue.

Com a retoma da procura de diamantes, no mercado internacional, a venda da pedra preciosa pode ser uma alternativa para as receitas do país, afectadas com a queda do preço do petróleo, principal produto de exportação do país.

A conjuntura mundial exige a intensificação das operações no subsector dos diamantes, uma vez que foram introduzidos novos incentivos públicos para dinamizar o sector.

O projecto Catoca conta com cerca de quatro mil trabalhadores, entre nacionais e estrangeiros, maioritariamente mineiros e operadores de máquinas.

A SMC é uma empresa angolana privada de prospecção, exploração, recuperação e comercialização de diamantes, constituída pela Endiama (Angola), Alrosa (Rússia), LLV (China) e Odebrecht (Brasil).

É a maior empresa no subsector dos diamantes no país, sendo responsável pela extracção de mais de 75% das pedras angolanas. Além do kimberlito de Catoca, que explora na Lunda Sul, a empresa tem participação maioritária noutras concessões.

12.2 Rotatividade confere direcção a Sergey Nitiukhin

Novo Jornal

6 De Março de 2015

Texto: Hortêncio Sebastião

A EMPRESA diamantífera Sociedade Mineira de Catoca (SMC) passará a gerida pelo russo Sergey Nítiukhin, em substituição do angolano Manuel Augusto Ganga Júnior por razões estatutárias, que remete a direcção da empresa a uma rotatividade de dois anos, revelou ao NJ fonte do sector.

Segundo a mesma fonte a decisão foi tomada durante uma assembleia geral de accionistas realizada há dias, que preferiu doravante observar a cláusula de rotação nos órgãos de direcção, contrariando informações postas a circular segundo as quais Ganga Júnior terá sido afastado por alegadas divergências com o actual presidente da ENDIAMA, Carlos Sumbula.

"Não há guerras nenhuma entre a ENDIAMA e a antiga direcção da SMC", salientou a fonte da diamantífera estatal, acrescentando que "o que apenas houve foi o cumprimento dos estatutos".

"Os accionistas até aplaudiram o trabalho do engenheiro Ganga Júnior e têm muito apreço por ele, só que a gestão é rotativa", reforçou a mesma fonte.

Os sócios da mina de Catoca decidiram que o antigo director geral cumpriu o seu programa de trabalho, a mina está sustentável, devendo transitar para a segunda fase que se resume na exploração em maior profundidade, para a qual deverá necessitar mais tecnologia e investimento.

Questionado ainda sobre a indicação de um cidadão russo e não um angolano no cargo de DG da companhia, a fonte disse que não se trata de um "estranho" a Angola, nem no universo dos diamantes a nível nacional, porquanto Sergey Nitiukhin foi um dos mentores do projecto sobre a descoberta dos diamantes de Angola, no âmbito de um acordo assinado no ano passado em Luanda.

Numa referência às direcções de grandes companhias geridas por estrangeiros mencionou o caso da transportadora aérea de Portugal gerida por brasileiro.

Sergey Nitiukhine é formado na área de geociências. Era até agora o director de operações da companhia russa Al Rosa, sobretudo em minas de grande profundidade e trabalhou na região e Acútia, na Sibéria, onde era director de operações para África.

Nesse sentido, esse órgão colegial da SMC decidiu ainda indicados dois novos directores gerais adjuntos, todos de nacionalidade angolana, sendo um proveniente da ENDIA-MA e outro da Sociedade Mineira de Catoca, e ambos engenheiros de formação, cujos nomes ainda se desconhecem por ainda não terem sido nomeados.

Um desses directores gerais adjuntos responderá pela área operacional e outro para gerir os fundos públicos, nomeadamente de responsabilidade social da empresa dado o peso que a SMC detém nessa matéria, a nível da província da Lunda-Sul.

Refira-se que a ENDIAMA, detém uma participação de 32,8 por cento da sociedade: Igual percentagem é detida pela a russa Al Rosa (operadora), a brasileira Odebrecht (empreiteira com 16,4%) e a chinesa W Holding BV com 18%.

1.2.3 Reforçada a produção de inertes na província do Uíge

Jornal de Angola

10 De Março de 2015

Texto: Filipe Botelho

O empreendimento, inaugurado pelo governador provincial, Paulo Pombolo, é uma iniciativa privada e contou com financiamento do Banco BAI. O Proprietário, Manuel Rodrigues, informou que aquela instituição bancária financiou o projecto em 50 por cento.

O empresário acrescentou que, além da produção de material para a construção civil dentro dos padrões exigidos pelos empreiteiros, a unidade garante postos de trabalho, sobretudo para jovens da localidade onde esta localizada.

Na pedreira foram criados 27 postos de trabalho directos, três dos quais são ocupados por mulheres.

O grupo empresarial procura aliar a rentabilização dos investimentos ao cumprimento das responsabilidades sociais. Vai construir uma escola e um centro de saúde na localidade, além de ter reabilitado quatro quilómetros de estrada.

"O Sector privado foi chamado a participar na diversificação da economia nacional e no processo de desenvolvimento do país. O Nosso investimento e uma resposta ao apelo do Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos. Vai permitir ao Estado arrecadar mais receitas, através dos nossos encargos fiscais", disse.

O governador do Uíge, Paulo Pombolo, destacou a importância do projecto para a província, porque contribui para o crescimento económico, visto que vai pagar impostos, criar novos empregos e aumentar os níveis de produção de inertes.

Paulo Pombolo referiu que a efectivação do projecto e uma demonstração clara do compromisso do Executivo com o fomento do empresariado e do empreendedorismo, através do apoio as micro, pequenas e medias empresas com o Programa Angola

Investe, que esta a ser o investimento deve servir de exemplo encorajador aos demais empreendedores e homens desenvolvido pelo Ministreis da Economia. "Este investimento deve servir de exemplo encorajador aos demais empreendedores e homens de negócios, aproveitando as oportunidades de apoio e financiamento que estão a ser dadas pelo Executivo com vista a reforçar o sector empresarial, diversificar a economia nacional e proporcionar melhores condições de vida as populações", disse.

Preços mais baixos

Paulo Pombolo afirmou que, com a instalação de mais empresas no sector de exploração e comercialização de inertes na província, os preços destes produtos descem e o programa habitacional, em execução na província, e executado com menores custos.

Os Preços praticados para a venda da pedra e derivados, disse, são altos, com reflexos nos custos da construção, "A situação afecta não apenas os investimentos públicos, mas também os de iniciativa privada, com destaque para os jovens que aderem aos projectos de auto-construção dirigida", disse Paulo Pombolo.

Acrescentou: "Mais empresas do género devem ser criadas na província para aumentar a produção e fazer baixar os Preços, para facilitar as pessoas que pretendem construir as suas casas e dispõem de poucos recursos financeiros".

Na pedreira agora inaugurada, o metro cúbico de pó de pedra, brita e "tout-venant" custa 3.900 kwanzas.

O "bago de arroz" 3.800 kwanzas o metro cúbico, enquanto a pedra é comercializada por 3.500 kwanzas. A unidade tem uma balança hidráulica com capacidade de para 80 toneladas.

Condições de trabalho

O governador do Uíge afirmou que as autoridades estão atentas as reclamações apresentadas pelos trabalhadores das sete pedreiras a funcionar na província, que se queixam das condições laborais e sociais, como a falta de equipamentos de segurança, seguro de saúde e segurança social, além dos baixos salários.

Paulo Pombolo disse que a direcção provincial da Geologia e Minas e a Inspeção-geral do Trabalho devem procurar, com as empresas, soluções para a situação. Defendeu o reforço das acções de Fiscalização, por haver indícios de que algumas pedreiras funcionam a margem da lei.

O governador esta também preocupado com a preservação ambiental, tendo em conta que estas indústrias estão localizadas perto de aldeias e os habitantes podem adoecer devido a poeira que inalamos.

"Não é aceitável que um operador de buldozer receba como salário mensal apenas 15.000 kwanzas por um trabalho penoso. Trabalham com máquinas e movimentam pedras sem capacete, luvas, botas de borracha e outros equipamentos de segurança, Em caso de doenças provocadas pelo trabalho que fazem, tem de ser os próprios a suportar as despesas com o tratamento. Este quadro deve ser revertido", disse Paulo Pombolo.

Falta regulamentação

O director provincial da Geologia e Minas no Uíge, José Baptista António, afirmou que existe uma brigada responsável pela Fiscalização das empresas que actuam no ramo da exploração mineira.

Os empresários são informados no sentido de melhorarem o funcionamento das unidades e respeitarem as leis que regulam este tipo de actividade.

Reconheceu que algumas empresas do sector cometem infracções, mas ficam impunes por falta de um instrumento que regule a actividade mineira no país, sobretudo no que diz respeito as medidas a serem tomadas para cada infracção e as taxas para as multas correspondentemente foi aprovado o Código Mineiro, mas este ainda não está regulamentado. Por isso, o nosso actuações nas empresas tem sido mais no sentido de persuadi-las a melhorar os métodos de funcionamento. Não conseguimos penalizar ou multar qualquer acto que estes cometam sob pena de incorrerem em outro crime, tendo em conta que ainda não existe um instrumento regularizador para o sector", referiu.

Isabel Paxe, da Inspeção-geral do Trabalho da Direcção Provincial da Administração Publica, Trabalho e Segurança Social, garantiu o reforço das acções de inspeção nessas empresas, para obriga-las a funcionarem de acordo com o estipula do na lei e actualizarem os seus mapas salariais em concordância com o estipulado pelo Ministério das Finanças.

12.4 Salvar empregos é a prioridade da Sociedade Mineiro do Cuango

Jornal Expansão

10 De Março de 2015

Texto: David Rodrigues

A subida do preço dos combustíveis e de outros factores de produção afectou o negócio da Sociedade Mineira do Cuango (SMC) em 2014, que este ano vai apostar em ganhos de eficiência e controlo de custos para manter os níveis de produção e garantir todos os postos de trabalho, revela o presidente do conselho de gerência da diamantífera. Em entrevista por escrito ao *Expansão*, Artur Jorge Gonçalves adianta ainda que a companhia da Lunda Norte vai conter alguns investimentos este ano para conseguir segurar todos os postos de trabalho.

O ano de 2014 "em termos de produção e receitas foi melhor do que o 2013, mas os custos foram superiores que influenciou de forma significativa os resultados da empresa", diz o gestor, sem adiantar valores.

"A subida dos combustíveis nos dois últimos meses do ano passado e o aumento do consumo de algumas matérias-primas necessárias para fazer face à necessidade de produção são alguns exemplos das dificuldades" que a companhia enfrentou, explica, sublinhando que "o nível de investimentos tornou-se um desafio permanente, sendo necessária a sua rigorosa gestão e controlo, face às receitas arrecadadas em cada sessão de vendas",

Este ano, afirma Artur Jorge Gonçalves, pretendem "crescer de forma consolidada", pelo que têm a preocupação de conciliar o seu plano estratégico com a coerência e o rigor das operações, o que implica que a companhia não vai "dispersar-se do core, garantindo a optimização dos meios disponíveis".

"Face à actual crise, teremos de ser mais comedidos nos investimentos", afirma o responsável. No entanto, "este controlo de custos não implica a redução da actividade nem tão-pouco a perda de eficiência", diz o presidente da empresa, uma parceria entre a Endiama, a ITM e a Lumahe que opera numa área de cerca de 3.000 metros quadrados na zona do rio Cuango.

"Pretendemos dar continuidade ao processo de prospecção e à valorização do nosso capital humano", diz Artur Jorge Gonçalves, garantindo que a SMC vai "focar-se numa prosperidade saudável, garantindo que todos os passos dados consideram o

crescimento futuro e a garantia de postos de trabalho".

"Garantir os nossos postos de trabalho, como forma directa de participar no desenvolvimento local, é a nossa prioridade", reforça o gestor, que lidera uma equipa de 718 trabalhadores, dos quais 82% são nacionais.

"Só poderemos crescer se apostarmos em competências diferenciadoras, utilizando a experiência vinda de técnicos expatriados, garantindo a transmissão de conhecimento a técnicos angolanos", diz Artur Jorge Gonçalves, que admite, contudo, haver uma "dificuldade permanente na obtenção de vistos" para os quadros estrangeiros.

ASMC, afirma, tendo em conta "o quão difícil é a estabilidade da produção nesta área", vai "sintonizar a produção com a venda, permitindo um modelo de negócio controlado e estável". "Estamos actualmente focados na optimização da nossa produção", diz Artur Jorge Gonçalves, sublinhando que neste sector "as necessidades de investimento são múltiplas", pelo que, este ano, o arranque da exploração de novas minas não é para já uma prioridade".

"Pretendemos manter os níveis de produção este ano. Somos exigentes e ambiciosos, mas a nossa experiência nesta área permite-nos ser cuidadosos e seguros na forma como desenvolvemos quer a prospecção, quer a produção", adianta, sublinhando a necessidade de "equilibrar o nível de investimento com o retorno calculado", tendo em conta, também, os preços da energia. "Fazemos tudo apoiados nos combustíveis, pelo que qualquer aumento tem reflexo directo na cadeia de valor", diz.

Artur Jorge Gonçalves acredita que o sector diamantífero pode ser "sem dúvida alternativo ao petrolífero, mas com necessidade de maior apoio, nomeadamente ao nível dos preços dos combustíveis e meios de produção". "De igual modo, é necessária a diversificação, apoiada nos estudos em curso, para alavancar novos projectos", diz.

Criada em Setembro de 2003, a SMC iniciou a actividade no final de 2003 e arrancou com a produção efectiva em Maio de 2005. Desde o início da exploração, a empresa já produziu mais de dois milhões de quilates, estando actualmente com uma produção média de 40 mil quilates.

12.5 Mudanças no sector exigem maior equilíbrio

Novo Jornal

13 De Março de 2015

AS EMPRESAS mineiras continuam a ser desafiadas pelas condições do mercado, nomeadamente pela volatilidade do preço, turbulência geopolítica, aumento dos custos, declínio dos graus de minério extraído e, de forma generalizada, pela falta de financiamento. Para garantir a sua viabilidade futura, as empresas devem equilibrar as expectativas de curto prazo dos investidores com os imperativos do negócio de longo-prazo, revela o estudo "Tendências da Indústria Mineira para 2015: Os dez principais desafios que as empresas do sector irão enfrentar", publicado recentemente pela consultora Deloitte.

O estudo destaca que para adoptar este pensamento de longo prazo, as empresas mineiras estão a regressar às origens, ao clarificarem o que defendem, em que acreditam e o que planeiam alcançar no longo prazo.

"Não há dúvida que as empresas mineiras operam em geografias complexas, onde enfrentam desafios cada vez maiores face às exigências regulatórias e de "compliance", afirmou Philip Hopwood, líder global da indústria mineira da Deloitte. Segundo ele, "as empresas têm, ao mesmo tempo, o imperativo de se adaptarem às condições do mercado através da inovação, de forma a conseguirem produzir mais por menos, tendo especialmente em conta a volatilidade do mercado e o impacto crescente que a situação geopolítica tem nas decisões económicas".

Nesta edição, o estudo explora as principais tendências que irão marcar a indústria mineira este ano e sugere estratégias que as empresas podem implementar para se adaptarem à volatilidade da indústria.

"Apesar de todas as tendências globais identificadas no estudo se aplicarem também à realidade de Angola, destacaria a produtividade como uma prioridade para as empresas do sector mineiro nacional.

Existem efectivamente oportunidades de aumento da competitividade via optimização de custos de capital, pessoal e energia, as quais podem ser concretizadas através de inovação, tecnologia, capacitação e optimização de estruturas organizacionais", refere Rui Gidro, sócio de consultoria da Deloitte.

"Uma outra tendência relevante' está relacionada com a dificuldade em manter um "pípline" de projectos activos no actual contexto de incerteza sobre a evolução da procura e de dificuldade no acesso a financiamento. Neste contexto, é particularmente relevante procurar capitalizar fontes alternativas de financiamento e manter o foco na prospecção, vertente onde o PLANAGEO se assume como um vector fundamental na estratégia nacional de desenvolvimento do sector mineiro", conclui.

As 10 tendências e soluções que o estudo identifica são:

Regressar às origens: a procura pela excelência operacional. Para melhorar as suas operações, os profissionais da indústria devem repensar os processos operacionais, bem como a tradicional abordagem à estrutura de custos. Inovar enquanto chave para a sobrevivência: não se trata apenas de controlar custos. As empresas mineiras devem abandonar as tendências tradicionais e conservadoras e incorporar a inovação no seu ADN corporativo.

O novo paradigma da energia: reduzir o custo energético dos projectos. Os profissionais da indústria

devem adoptar uma nova abordagem ao consumo energético que inclua o uso de combustíveis fósseis não convencionais e mobilize os "stakeholders" a investir no desenvolvimento de instalações de energias renováveis.

Gerir o "pipeline" de projectos: percorrer o difícil caminho do equilíbrio entre a oferta e a procura. Para evitar o risco de futuros estrangulamentos na oferta, as empresas mineiras devem procurar um equilíbrio mais eficaz entre o cumprimento das expectativas de curto prazo dos investidores e analistas (encerrando explorações menos rentáveis) e o "pipeline" de projectos.

O desaparecimento do financiamento repercussões no mercado. Face à escassez de financiamento, as "junior mining companies" serão as mais impactadas, tendo de avaliar outras opções como sejam atrair investidores estrangeiros, partilhar recursos, explorar opções alternativas de financiamento e posicionar-se perante private equities. -

Sobrevivência das junior mining companies: navegar por águas agitadas. Num contexto de alteração das estruturas e modelos societários das empresas do sector, as "junior mining companies" devem melhorar os seus activos e considerar opções de parceria, "joint ventura", venda ou consolidação.

Procurar novas competências: a mudança na indústria exige uma nova geração de talento. Para atrair novas competências para o sector, as empresas terão de apostar na diversidade, explorar novos sistemas de gestão do talento, melhorar o recrutamento dos profissionais mais procurados e investir em formação específica.

Saber lidar com a incerteza geopolítica: Das suposições à gestão da incerteza. As estratégias de resposta incluem "lobby" para uma melhor clarificação das políticas, capitalização das associações mineiras para influenciar políticas governamentais e maior capacidade estratégica na gestão do risco e na definição e análise de cenários.

Investir no relacionamento com os "stakeholders": Dificuldade em equilibrar os interesses divergentes. As empresas devem desenvolver plataformas de entendimento mútuo, comunicar de forma diferente, aproveitar o poder das redes sociais, trabalhar com as associações mineiras para negociar com as comunidades locais, melhorar as suas práticas de responsabilidade social e envolver os "stakeholders" das comunidades no planeamento do encerramento das minas.

Reforçar o relacionamento com governos: Encontrar novas formas de comunicar e colaborar. Para combater a incerteza regulatória, as empresas devem construir boas relações com o governo, aumentar a sua presença nas associações industriais e nas redes sociais, medir e reportar o impacto social do sector, e contribuir para a definição da agenda política.

12.6 Nova direcção quer mais rentabilidade

Novo Jornal

13 De Março de 2015

REDUZIR OS CUSTOS e aumentar as receitas é o desafio da nova direcção da Sociedade Mineira do Catoca que esta semana foi apresentada na província da Lunda-Sul, Lidera pelo russo Sergey Mityukhin, em substituição de António Manuel Ganga Júnior, a actual direcção conta agora com dois subdirectores uma inovação decidida pelos accionistas da mina na sua Assembleia-Geral do passado dia 25 de Fevereiro.

Assim, respeitando o principio da rotatividade Sergey Mityukhin vai dirigir a Sociedade Mineira do Catoca nos próximos quatro anos, auxiliado pelos directores adjuntos António Galiano, geólogo, que até então

ocupava o cargo de director de geologia e desenvolvimento mineiro da Endiama e Benedito Paulo Manuel antigo chefe de departamento do planeamento estratégico e novos negócios da Sociedade mineira.

A margem da sua apresentação o novo patrão do Catoca explicou que o aumento da rentabilidade da mina vai passar por um melhor processo de exploração que vai atingir novos depósitos.

"Agora o desafio para o Catoca é reduzir os custos e receber mais lucros tanto a nível dos dividendos como dos impostos. Esta é uma produção contemporânea, moderna e de alta tecnologia mas, como em cada empresa de produção sempre existem algumas reservas, por isso nesta nova fase não haverá limites para o aperfeiçoamento", explicou Sergey Mityukhin.

De acordo com o director-geral da empresa diamantífera no ano passado trabalhou-se na identificação de reservas internas estando agora a sociedade em condições de realizar um plano de exploração.

"Em 2014 trabalhamos muito na busca dessas reservas internas. Reforçamos a nossa equipa de gerência e esta nova equipa deverá elaborar o plano de redução de custos, aumento de produção e dos lucros", disse o antigo director de operações para África da Alrosa.

Sergey Mityukhin mostrou-se confiante no sucesso da Sociedade Mineira do Catoca por considerar esta, uma das minas que mais contribuir para a colocação de diamantes no mercado.

"Catoca é um projecto de nível mundial e os 600 milhões de dólares de produção anual falam por si. Em todo o mundo a produção de diamantes é de 15 mil milhões de dólares e 600 pertencem a esta Sociedade, portanto, podemos dizer que a empresa é de grande importância", considerou o russo.

A implementação de novos projectos também entra nas contas da nova direcção que vai continuar a desenvolver prospecção geológica em sete novas minas que poderá resultar no aumentado da produção.

No entanto, a ida para o Zimbabwe estará condicionada a produção nacional que é a prioridade da equipa liderada por Sergey Mityukhin.

"Sobre a questão do Zimbabwé, obviamente que tem algum interesse. Mas devem compreender que é um país muito pequeno comparativamente a Angola. Sem dúvida alguma o território de Angola tem muito

mais depósitos diamantíferos por explorar do que o Zimbabué e é aqui que devemos apostar", conclui.

A Sociedade Mineira do Catoca tem entre os accionistas a Endiama com 32,8%, a empresa russa Alrosa também com 32,8%, a brasileira Odebrecht com 16,4% e a chinesa LU Holding BV com 18%.

12.7 Catoca aposta no aumento das receitas

Jornal de Angola

14 De Março de 2015

Texto: Nataca Roberto

O novo director da Sociedade Mineira de Catoca (SMC), Sergey Mltyukhin, assegurou à Imprensa que a nova direcção da empresa vai trabalhar para aumentar os actuais 600 milhões de dólares de receita anual, reduzir os custos de produção e aumentar a contribuição em Impostos para o Estado. "O Estado precisa de Impostos e dividendos que são convertidos em estradas, hospitais e escolas. Esta direcção é moderna e vamos trabalhar para arrecadar mais receita", afirmou Sergey Mltyukhin.

O geólogo prometeu melhorar os custos operacionais para aumentar a rentabilidade da mina de Catoca, mantendo os encargos até cerca de 50 por cento das receitas previstas.

A Sociedade Mineira de Catoca apresentou na quinta-feira, em Saurimo, a nova administração dirigida pelo russo Sergey Mityukhin, indicado pela ALROSA, segunda maior accionista do projecto mineiro.

A nova administração conta ainda com dois angolanos, um director-adjunto, o geólogo António Galiano, que ocupava o cargo de director de geologia e desenvolvimento mineiro na Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA), e Benedito Manuel, responsável do Departamento de Planeamento Estratégico e Novos Negócios.

O geólogo Sergey Mityukhin reconheceu o empenho do anterior director, António Ganga Júnior, no desenvolvimento do Catoca e disse que espera a sua cooperação para dar continuidade aos projectos diamantíferos.

O responsável de comunicação da ENDIAMA, António Freitas, informou que Catoca perspectiva aumentar a produção de diamantes em grande profundidade, com a exploração das minas de Tchiuzo e Lue. António Freitas lembrou que a nova composição da administração foi eleita na última

assembleia-geral de sócios, realizada no dia 20 de Fevereiro, e tem um mandato de quatro anos.

"A alteração da administração surge para dar normalidade ao funcionamento da empresa, que durante 20 anos foi liderada pelo economista angolano Ganga Júnior, quadro sénior da ENDJAMA, que vai liderar outros projectos", explicou o porta-voz.

A Sociedade Mineira de Catoca tem cerca de quatro mil trabalhadores, entre nacionais e estrangeiros, que trabalham na mina e como operadores de máquinas.

A SMC é uma empresa angolana de prospecção, exploração, recuperação e comercialização de diamantes, constituída pela ENDIAMA (Angola), ALROSA (Rússia), LLV (China) e Odebrecht (Brasil). A empresa é responsável pela extracção de mais de 75 por cento das pedras de diamantes angolanos.

A governadora da província da Lunda Sul, Cândida Narciso, que recebeu no seu gabinete a nova administração de Catoca, informou que a economia da província desacelerou devido à redução do número de postos de trabalho no sector da construção e exortou a um maior investimento no sector da agricultura, uma vez a província dispõe de condições climáticas favoráveis. "Queremos apelar aos investidores nacionais e estrangeiros para explorarem negócios na Lunda Sul, onde existe vontade da população para desenvolver a agricultura com sustentabilidade", disse a governadora provincial. O Governo Provincial da Lunda Sul está a trabalhar com o Ministério da Agricultura para a construção de uma escola agrária na província, com capacidade para receber 120 alunos, informou Cândida Narciso.

12.8 Custo com Combustível Ameaça Produção

Jornal A Capital

21 De Março de 2015

Depois de ter sobrevivido à crise económica despoletada em 2008, a Sociedade Mineira do Cuango, que explora uma concessão na província da Lunda Norte, continua a fazer das tripas coração para manter operacional as minas sob sua tutela.

Tudo devido à adversidades que têm a ver com os custos proibitivos das operações, agravadas pelo

facto de serem suportadas com recurso à energia eléctrica fornecida por grupos geradores próprios.

Fonte junto daquele projecto mineiro revelou que a empresa gasta mensalmente algo como mais de 5 mil litros de combustível, cuja transportação para a área mineira, tem sido da conta e risco exclusivos da sociedade responsável por tal projecto.

Diz a fonte que em condições normais, a responsabilidade pelo abastecimento de combustível à mina seria da distribuidora associada à petrolífera nacional. Mas o apêndice do grupo Sonangol encarregue de tal tarefa parece divorciar-se disso, deixando todo o peso sobre os ombros da SMC, que, segundo avançou, adquire o combustível a partir da pro víncia de Malanje.

"Isso quer dizer que a Sonangol ainda não nos entrega o combustível na mina ou perto dela", explicou a fonte ligada ao Conselho de Gerência da Sociedade Mineira do Cuango, que olha para isso como um distanciamento que encarece o custo dos combustíveis.

Mais grave do que isso é o facto de estar em perspectiva uma nova subida dos preços do combustível que, a acontecer, complicará ainda mais o processo de exploração diamantífera ao nível das minas adstritas à SMC, tal como disse a fonte.

Segundo tal fonte, o projecto mineiro da SMC sujeita-se a energia eléctrica de geradores, pelo facto de, como disse, a mina não dispor de electricidade provida por centrais hidroeléctricas.

O ministro da Geologia e Minas também constatou isso mesmo, em visita efectuada em tempos àquele projecto de exploração diamantífera desenvolvido pela SMC.

"Desenvolver uma mina dessa num local que é longe implica muito combustível", reconheceu Francisco Queiroz, que, na ocasião, deixou aos responsáveis do projecto a promessa de levar às estruturas centrais as preocupações relativas aos factores que concorrem para que a actividade de exploração de diamantes naquela mina se torne bastante dispendiosa para os seus investidores.

No local, o governante teria sugerido que o ideal seria que as operações mineiras fossem suportadas com recurso à electricidade de custos comportáveis. "Se houve energia eléctrica criada através de minihídricas seria mais fácil", admitia o titular do sector.

Ele fala na existência, ao nível da região, de projecto com essa finalidade, cuja implementação demora a

ser efectivada, pelo que, segundo Queiroz, "vamos é tentar fazer com que os projecto sejam acelerados". O que é facto, o quadro, segundo a fonte, continua inalterado.

Enquanto se espera pelo surgimento de novas mini hídricas na região, a alternativa é mesmo a manutenção da mina com recurso a energia provida por grupos geradores, razão pela qual a Sociedade Mineira do Cuango faz prece que o Governo não decida um novo aumento nos preços dos combustíveis, o que, segundo os seus gestores, inviabilizaria a rentabilidade do projecto.

É que, segundo os gestores do projecto, um consumo na ordem de 1 milhão e 200 mil litros de combustível anual representa custos incorportáveis para uma empresa que só por uma unha negra sobreviveu ao impacto da crise económica de 2008-2009.

Vai daí o apelar para que os preços dos combustíveis não voltem a subir tão cedo, sob pena da empresa não, ter outra saída se não a de "tomar algumas medidas de ajustamento, algumas delas dolorosas".

Medidas essas que, segundo a fonte, implicariam reduções drásticas de custos, onde, em última instância, abrangeria a eliminação de alguns postos de trabalho, embora essa última sejam uma possibilidade ainda fora de questão.

A preocupação do Conselho de Gerência da SMC decorre do facto do Programa do Governo prever, anualmente, 'reduções graduais dos subsídios que o Estado concede para acudir o consumidor do impacto dos preços de produtos como os combustíveis derivados do petróleo.

A ocorrer, a sociedade detida em 41% pela Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama) tem ainda em perspectiva o seguinte:

"Explorar reservas mais rentáveis com menos estéril e que possibilita a manutenção do projecto até que se consiga o ajustamento económico do mesmo".

12.9 DG de Catoca em situação migratória ilegal

Jornal O PAÍS

27 De Março de 2015

Texto: Venâncio Rodrigues

O novo director-geral da Sociedade Mineira de Catoca (SMC), o russo Sergei Amélin, não tem visto de trabalho em Angola o que o impede de exercer, para já, as funções para as quais foi escolhido pelos accionistas no dia 25 de Fevereiro último.

Apesar de já ter sido apresentado oficialmente à governadora Cândida Narciso, o PAÍS apurou de fonte da companhia que, Sergei Amélin não pode receber o testemunho das mãos do antigo responsável da companhia Ganga Júnior.

A fonte precisou que em razão disso e por imperativos estatutários, Ganga Júnior continua a despachar os assuntos correntes da empresa enquanto se regulariza a situação migratória do cidadão russo.

Sergei Amélin fica registado na história da SMC como o primeiro estrangeiro no mais alto cargo da SMC, a companhia que opera em Angola a quarta maior mina de diamantes do mundo. Sergei Amélin já trabalhou na SMC de 1998 a 1999, exercendo funções na Central de Tratamento de Minério e regressou muito recentemente a Luanda na sequência da sua nova indicação.

O especialista russo foi designado director-geral pelo corpo de accionistas da Sociedade Mineira de Catoca, Lda (SMC) em substituição do gestor angolano José Manuel Ganga Júnior afastado no mesmo dia (25 de Fevereiro) durante uma reunião da Assembleia Geral, realizada em Luanda.

Contrariamente a Ganga Júnior, que exerceu o cargo por cerca de 20 anos, o novo timoneiro de Catoca terá um mandato de quatro anos, devendo ser coadjuvado por um ou dois directores-gerais adjuntos, de nacionalidade angolana, indicados pela Empresa Nacional de Diamantes (Endiama E.P.)

A sociedade mineira passou a ter uma presidência rotativa em consórcio com a nacionalidade do corpo de accionistas, no caso, Angola, Rússia, Brasil e China, segundo a fonte deste jornal.

A SMC Limitada, é uma Empresa angolana de prospecção, exploração, recuperação e

comercialização de diamantes, constituída pela Endiama (Angola), Alrosa (Rússia) LLV (China) e Odebrecht (Brasil) e responsável pela extracção de mais de 75% dos diamantes angolanos.

Esta empresa tem participação maioritária em concessões do Luemba, Gango, Quitúbia, Luangue, Vulege, Tcháfua e Luaxe, além do kimberlito de Catoca, que explora na Lunda-Sul. A mina é o quarto maior kimberlito do mundo a céu aberto, comum.

Diâmetro de aproximadamente um quilómetro, uma área de 64 hectares e uma profundidade de 120 metros. Informações disponíveis referem que a SMC tem projectos nas províncias do Bié, Lunda - Norte, Kuanza-Sul e Lunda-Sul.

A sua produção, em 2014, esteve avaliada em cerca 15 milhões e 450 mil metros cúbicos de massa mineira devendo em 2015 crescer cerca de seis por cento.

120 metros. Informações disponíveis referem que a SMC tem projectos nas províncias do Bié, Lunda - Norte, Kuanza-Sul e Lunda-Sul.

A sua produção, em 2014, esteve avaliada em cerca 15 milhões e 450 mil metros cúbicos de massa mineira devendo em 2015 crescer cerca de seis por cento.

